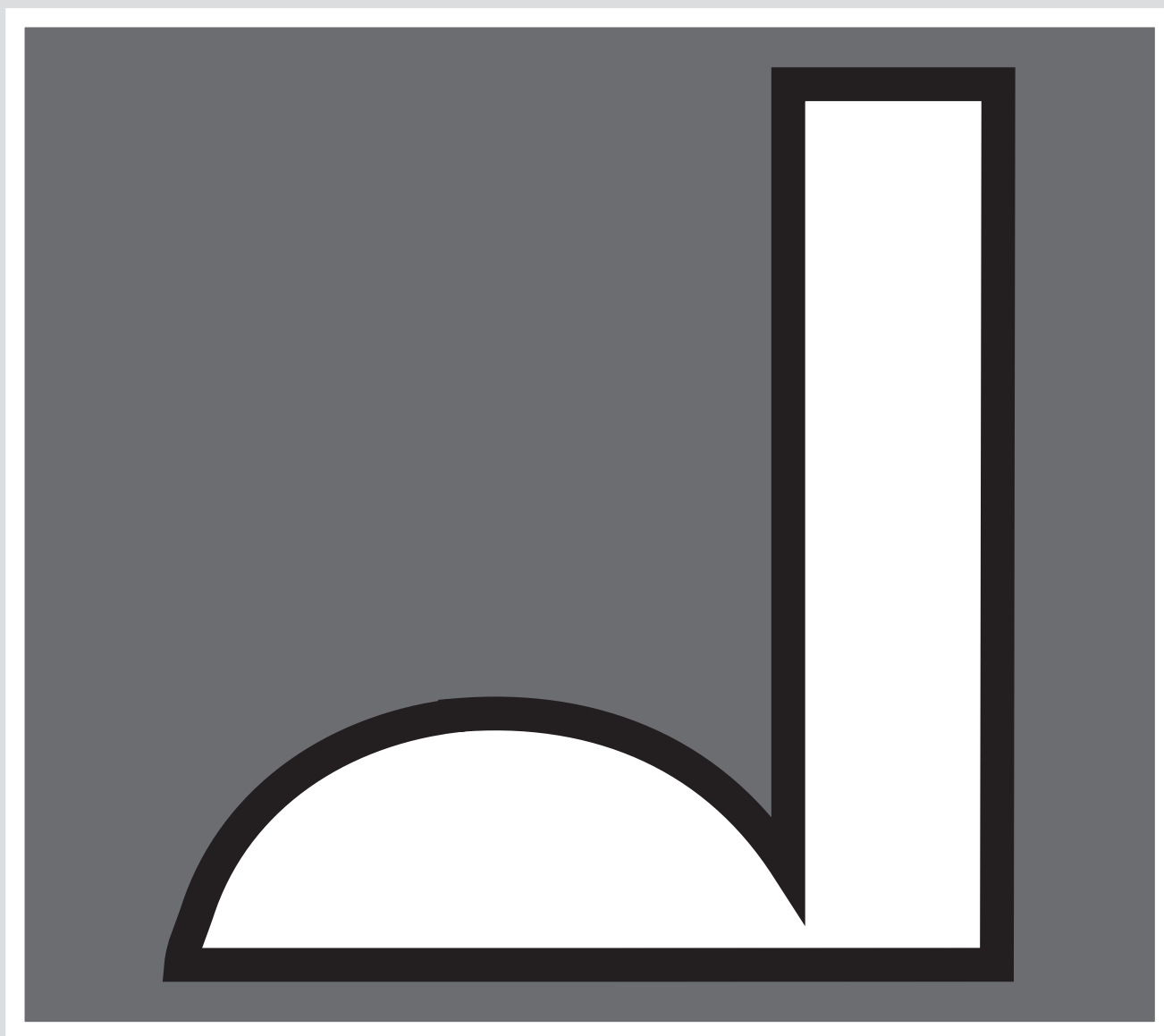




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 173 - SÁBADO, 30 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

#### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p><b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 11</b> Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LÍDER</b> Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PRB – 2</b> Marcelo Crivella</p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 5</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena</p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

#### EXPEDIENTE

<p><b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 159ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Considerações sobre o debate realizado pela Rede Globo, entre os candidatos à Presidência da República. Críticas à ausência do Presidente Lula no debate de ontem. Expectativa com relação à origem dos dólares para a compra do dossiê. .... 29668

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Questionamentos com relação ao motivo pelo qual o Presidente Lula não compareceu ontem ao debate entre os candidatos à Presidência da República, na Rede Globo. . 29671

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Apelo por reparo no **blog** do jornalista Rilcardo Noblat, que em matéria da jornalista Maria Helena, mostra o encanto e o desencanto com o candidato Lula, mas comete um erro, ao referir-se a Humberto Souto, homem de reputação ilibada, quando deveria referir-se a Humberto Costa. .... 29676

##### 1.2.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Protesto contra a “perversidade tributária” do Estado brasileiro.... 29677

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários à matéria intitulada “*Críticas a encontro secreto*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 1º do corrente. .... 29678

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Comentários ao artigo intitulado “*A nova carreira diplomática*”, publicado na seção Notas & Informações, do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 do corrente... 29679

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Comentários ao artigo intitulado “*As virtudes do Enem*”, de autoria do economista e ex-ministro da Educação do governo Fernando Henrique, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 27 de agosto último. 29680

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 30º de setembro de 2006 e correspondência expedida..... 29681

### 3 – ATAS DE COMISSÕES

Atas das 27ª a 31ª Reuniões Ordinária e Extraordinária, da Comissão de Educação, realizadas em 1º e 2 de agosto e 5 e 6 de setembro de 2006, respectivamente. .... 29664

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, realizada em 2 de agosto de 2006.... 29881

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, realizada em 5 de setembro de 2006..... 29899

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, realizada em 6 de setembro de 2006..... 29918

### 4 – TERMOS DE REUNIÕES

Referentes às Medidas Provisórias nºs 302, 303, 307 e 308, de 2006..... 29920

### 5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.872, de 2006 (Republicação). .... 29924

Nºs 1.918 a 1.924, de 2006. .... 29924

## SENADO FEDERAL

### 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

#### 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

#### 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

## CONGRESSO NACIONAL

#### 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

#### 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 159ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de Setembro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. João Batista Motta e Heráclito Fortes*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Temos, em primeiro lugar, o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra pelo tempo que S. Ex<sup>a</sup> desejar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cheguei essa madrugada do Rio de Janeiro. Como coordenador da campanha de Geraldo Alckmin à Presidência da República, representando o PFL, fui acompanhar o candidato ao último debate promovido pela Rede Globo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inadmissível que o Presidente da República deixe de comparecer a um debate como ocorreu ontem.

Desta tribuna, li sobre o encontro de Sua Excelência com seu estado maior de campanha; soube que foi instruído a fazer perguntas, a questionar, a ironizar seus adversários, segundo o BLiG do Tão, o **blog** do jornalista Tão Gomes Pinto. Foi estimulado a tratar de assuntos pessoais, o que nem sequer estava de acordo com as regras impostas pela Globo e que não tinha a concordância dos coordenadores e dos representantes dos candidatos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou à Rede Globo sua presença; o assessor indicou 30 nomes da comitiva do candidato que compareceriam e dirigiu-se à Base Aérea de Brasília com viagem programada para o Rio de Janeiro. Assessores engratados aguardavam Sua Excelência na Base Aérea, onde o Presidente decidiu tomar outro rumo e seguir para São Paulo.

Ir ou não ir a debate é uma decisão individual de cada um. Mas o Presidente Lula desrespeitou o eleitor, o telespectador e, acima de tudo, a organização de uma

emissora de televisão que promove debate dessa natureza em nome do aperfeiçoamento da democracia. Além de desrespeito e desatenção, a sua atitude foi, acima de tudo, uma demonstração autoritária de que a opinião pública não merece do mandatário maior da Nação nenhuma explicação, nenhuma satisfação.

A carta remetida e lida pelo jornalista William Bonner nos momentos iniciais do debate é de uma insensatez e leviandade que me leva a crer que tenha sido redigida por aqueles mesmos assessores do Presidente Lula que, na calada da noite, nos hotéis de São Paulo, traficavam dólares e dinheiro para finalidades escusas. Tenho certeza de que não passou pelas mãos hábeis e equilibradas de alguns assessores que ainda lhe restam no Palácio e que, pelo menos até o momento, estão imunes a esses escândalos que se sucedem.

Sr. Presidente, é no mínimo uma piada ver temer a agressão quem, reunido com a sua assessoria, se prepara para agredir. Achar que aquele debate seria palco de atitude dessa natureza é mostrar despreparo. O que faltou a Sua Excelência, o Presidente da República, na condição de candidato, foi a humildade de dizer a verdade ao povo brasileiro, que não teria condições morais de olhar na cara da Heloísa Helena e do Cristovam Buarque.

O menor problema para o Sr. Luiz Inácio era exatamente o seu mais forte concorrente Geraldo Alckmin. O que doía na sua consciência – isso ele não conseguia olhar de frente – era o que havia feito à candidata Heloísa Helena, a quem ele expulsou do partido, e ao candidato Cristovam Buarque, que demitiu de um Ministério, por telefone, quando ele se encontrava em Portugal a serviço do Governo brasileiro. E não o demitiu por irregularidade ou por incompetência, mas pela necessidade de substituí-lo para atender aos anseios de uma Base aliada que atabalhoadamente tentou criar e que foi o nascedouro do mensalão e dos escândalos que se sucederam no seu Governo. Tirou Cristovam Buarque do Governo em um momento em que a sua *performance* como Ministro da Educação começava a render ao Brasil os melhores frutos e a

dar os melhores resultados, mas tinha que substituí-lo para atender aos caprichos da Base aliada. Aliás, com Cristovam, a sua relação começou a azedar logo após os primeiros despachos do Ministro; a Nação brasileira já começava a sentir isso.

O Presidente Lula não gosta de quem lhe leva problema. O Presidente Lula gosta daquela patota que o agrada, que joga futebol na Granja do Torto, que participa das noitadas, dos sururus, dos carurus e dos vatapás. Sua Excelência não gosta do Ministro que lhe mostra a realidade brasileira.

Com Heloísa Helena foi mais grave. Comandou a expulsão de Heloísa Helena tendo como testa-de-ferro o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Silvinho Pereira e outros menos votados, exatamente porque Heloísa não quis mudar os seus compromissos com o povo brasileiro. O Presidente não tinha força moral para, diante de todo o Brasil, que assistiu àquele debate ontem, encarar, olho a olho, nem Heloísa Helena nem Cristovam Buarque.

As perguntas que, evidentemente, seriam feitas, iriam doer na sua consciência. O Presidente deveria ter a humildade de mostrar à Nação essa fraqueza. Não deveria ter criado a expectativa de que participaria do debate. Hoje os jornais começaram a dar versões de que o Presidente se irritou com a posição do PFL e do PSDB porque esses dois Partidos procuraram, dentro do regime democrático em que vivemos, esclarecimentos sobre os fatos horripilantes que ocorreram no eixo Cuiabá–São Paulo–Palácio do Planalto. Esse triângulo de vergonha, montado no ambiente dos Vedoin, em Cuiabá, num hotel em São Paulo e nos porões do Planalto, obriga-nos, muitas vezes a contragosto, a procurar a verdade e esclarecimentos não por vontade nem tampouco por alegria, mas, acima de tudo, porque é preciso que preservemos neste País algumas instituições, entre elas, neste caso, o secular Banco do Brasil. A irritação manifestada pelo Sr. Presidente como argumento, resultante de uma suposta ida minha ao Banco Central acompanhando o Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, não tem nenhuma razão de ser.

Hoje, Sr. Presidente, acordei, abri os jornais e vi uma coisa que me deixou estarecido: declarações atribuídas ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles. Segundo a notícia, o Presidente do Banco Central, logo após nossa audiência, teria ligado para o Presidente da República e dito-lhe que mantivemos naquela entidade um diálogo ríspido, cobrando, exigindo explicações.

Não quero crer, nem de longe, que essa informação seja verdadeira. Não posso, Sr. Presidente, pensar, sequer, que o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, seja um leviano e um mentiroso, porque nas mãos desse cidadão encontram-se

segredos, informações privilegiadas que me remetem – sendo verdade essa informação – à conclusão triste de que temos como guardião da moeda deste País um cidadão sem nenhuma qualificação moral para ocupar esse cargo. É triste que se use de subterfúgios dessa natureza para justificar a covardia de um Presidente da República que tinha o dever para com a Nação brasileira de comparecer ao debate democrático, já que se submete à disputa de um segundo mandato.

Ele não pode justificar a sua ausência, a sua fraqueza, com o fato de dois Senadores da República, representando os seus Partidos e cumprindo com seus deveres, procurar saber a verdade. Se isso irritou muito o Presidente, está aí a prova incontestante do desejo do Governo de colocar embaixo do tapete o que a Nação quer saber.

Sr. Presidente, a conversa com o Sr. Meirelles foi a mais civilizada possível. Trocamos idéias, recebemos informações e chegamos a uma conclusão clara de que havia, por parte do Governo, um jogo de empurra, com o objetivo de ganhar tempo.

Causou-me profunda estranheza o fato de o Banco Central estar alheio à maioria dos episódios. Dissemos isso ao presidente, com a maior franqueza, e recebemos dele, na presença de diretores e assessores, sugestões que não vou revelar aqui, por não ser leviano, mas que as circunstâncias poderão levar-me a fazê-lo.

Saí dali com a impressão de que S. Ex<sup>a</sup> procurava cumprir o seu dever, um pouco amarrado na burocracia mas, acima de tudo, pressões que não consegui ainda identificar com mais clareza, vindas de outros setores do Governo, como, por exemplo, do Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, as preocupações externadas pelo Senador Tasso Jereissati, corroboradas por mim e por toda a Nação brasileira, foram confirmadas no correr do dia de ontem por meio de nota de uma associação de servidores de delegados da Polícia Federal, que protestam pelos rumos das apurações, pelo uso político da entidade e, acima de tudo, pela vontade de adiar, de levar com a barriga os fatos.

Em nenhum momento, trocamos palavras ríspidas ou desagradáveis com o Presidente do Banco Central. Tanto é verdade que tivemos dele a gentileza e a cortesia de nos levar até o elevador do seu uso privativo e, ali, ficar a nosso lado enquanto o elevador chegava. Não sei a quem interessa informações descabidas, levianas e irresponsáveis dessa natureza. Se o guardião da moeda brasileira deu informações ao Presidente da República com o intuito de fazer média, coitado! Não precisa disso, tem uma biografia que o dispensaria de expedientes dessa natureza. Quero crer

que seja mais uma informação atabalhoada dessa desesperada e despreparada assessoria do Presidente da República, com o intuito de envolver o Presidente do Banco Central, uma vez que sabemos que, nessa comandita palaciana, existem também os que odeiam o Sr. Meirelles por sua origem.

Mas, Sr. Presidente, senhoras e senhores, vejam bem: se não tivéssemos tomado a atitude que tomamos ontem, nós e toda a Nação brasileira continuaríamos a viver dúvidas. Até porque os jornais também noticiam que foi após a visita que fizemos ao Banco Central que algumas providências foram tomadas no sentido de esclarecer esse fato.

É preciso que se veja como estranho é tudo isso. Até a data de ontem, da nossa visita, o Ministério da Justiça não tinha comunicado ao Banco Central, nem pedido ao Banco Central providências sobre os fatos. O Presidente do Banco Central mostrou estranheza sobre um episódio passado – o que me causou estarrecimento pela posição que ocupa e não saber –, envolvendo outro diretor do Banco Central em escutas telefônicas.

Mas, Sr. Presidente, imagine se a Oposição brasileira resolve fazer o que o Presidente da República quer: silenciar e colocar debaixo do tapete todos os escândalos? Waldomiro Diniz ainda estaria negociando com bicheiros; aquele rapaz do Ceará estaria transportando dólares na cueca a seu bel-prazer; o Silvinho Pereira, a essa altura do campeonato, teria uma frota de Land Rover; os dólares transportados, segundo notícias e nenhum desmentido, continuariam percorrendo pelo Brasil; a morte de Celso Daniel continuaria como um crime comum; não se saberia de episódios que envolveram também a morte do Toninho do PT em Campinas; o Brasil estaria enganado, porque enganando a todos estaria o Presidente e seu Governo. Aliás, o Presidente foi Oposição e sabe o que é o dever da Oposição. Um dos fatos mais graves e que o atrapalhou foi querer cooptar quem se elegeu pela Oposição para apoiá-lo no Governo. E aí nasceram o mensalão e os escândalos das mudanças partidárias e da traficância de influência, que tanto desgastaram e macularam o Governo e a imagem de um Presidente de origem trabalhadora.

Não pode Sua Excelência querer calar a voz da Oposição e tampouco cercear os seus companheiros de debate, limitando as perguntas às questões da sua conveniência. Não sei com relação aos outros, mas, para o candidato Geraldo Alckmin, o debate ontem serviria para que Sua Excelência, por exemplo, pudesse explicar o porquê do baixo crescimento do Brasil nos últimos quatro anos, o porquê da divergência entre o

Banco Central e o Ministro Guido Mantega com relação ao crescimento deste ano.

Os jornais hoje começam a mostrar o porquê do não-investimento do Brasil no setor energético, nos últimos três anos e oito meses, para dar continuidade a um programa de prevenção a possíveis crises energéticas que estão próximas. O seu Partido, que, quando Oposição, criticou tanto o episódio do apagão, vivido no Governo anterior, não teve a capacidade sequer de gerar uma nova unidade de energia no Brasil. Sua Excelência não pode deixar que a Oposição queira o esclarecimento de alguns fatos.

O PT, felizmente para todos, tem a sua arrogância, o seu veio autoritário restrito ao Brasil. Se o Presidente tivesse influência lá fora, imagine o que faria hoje com o correspondente do jornal inglês **The Economist**, quando, em uma matéria, diz que Lula perdeu o brilho e hoje é liderado por Hugo Chávez. Mostra razões e apresenta argumentos fantásticos. Por menos disso, pelo fato de o Sr. Larry Rohter, jornalista norte-americano, ter escrito artigo dizendo que o Presidente era chegado ao vício de abusar de copos fora do expediente, o autoritarismo do Governo pediu sua expulsão do País.

Sr. Presidente, enquanto isso, os jornais noticiam que a Polícia faz busca em quatro bancos para identificar a origem do dinheiro e seus sacadores. O jornal **O Estado de S. Paulo** diz com todas as letras: “Banco Central só começa a rastrear dinheiro depois de cobrança da Oposição”. Imagine se a Oposição não cobrasse, não quisesse investigação... Onde é que estaríamos? E aparece um subtítulo segundo o qual, após 14 dias, a Polícia Federal ainda não sabe detalhes sobre a origem do dinheiro.

A manhã do Presidente ontem foi repleta de assessores. Tivemos o seu politburo com disputa de influência. Vários assessores participaram de uma queda-de-braço, uns mostrando a necessidade, outros, a inconveniência da presença de Sua Excelência ao debate. No final da manhã, recebe o seu grande conselheiro, Paulo Okamoto, aquele doador universal, que, às vésperas das eleições, visita o Presidente no Palácio do Planalto.

Pode-se ver no jornal **O Globo** uma frase do Lula que é “perfeita”: “Aprendi muito em quatro anos”. Aprendeu o quê? Creio, Lula, que você aprendeu nas caminhadas das caravanas da cidadania pelo Brasil afora, ao ver a dor dos seus irmãos nordestinos. Mas o Palácio do Planalto lhe fez mal, porque o afastou da pobreza e da miséria. Você trocou as barcaças, as gaiolas do rio São Francisco, os buracos da Transamazônica que prometeu construir por um jato de R\$ 180 milhões, igualzinho ao do Hugo Chávez. Mudou de

costume, sofisticou-se, passou a ter um alfaiate de elite para lhe compor nas suas aparições pelo mundo afora. Gostou dos palácios, como naquela viagem inesquecível que fez à Inglaterra, andando de charrete, ao lado da rainha, enquanto o País inteiro pedia explicações sobre a morte de um brasileiro, de Minas Gerais, que foi assassinado no metrô de Londres.

Mas, quando ele diz que mudou muito em quatro anos, não precisa ir tão longe. Quem não se lembra das campanhas passadas, quando o Lula encerrava, de maneira apoteótica, com compositores brasileiros como Wagner Tiso e Chico Buarque de Holanda? Ele mudou. Ontem, Presidente João Batista, ele encerrou com a sinfonia de Beethoven. Vai ver, inclusive, que, nestes quatro anos de mudança, está aprendendo a tocar piano. Espero que seja aquele piano de tecla e não aquele tradicional e constrangedor das qualificações que todos nós sabemos.

O Presidente Lula se aborrece com a posição indormida da Oposição, que representa aqui o pensamento dos brasileiros em querer saber a verdade. E é preciso que saibamos a verdade, porque, por parte do Governo, ela não virá. O que há são versões que querem que aceitemos como a final. Imaginem se nos tivéssemos calado à primeira informação de que seus assessores nada sabiam e nada viram. Que o Sr. Hamilton Lacerda apenas foi procurar uma revista com o intuito de fornecer dados para uma matéria jornalística. Imaginem se tivéssemos aceitado esse argumento. Jornais, televisão mostraram ontem o circuito fechado do hotel onde o Sr. Hamilton entrou e de onde saiu carregando malas de dinheiro. Vindos de onde? Para quê? Para quem? E esse dólar é ilegal? O dólar era para viagem? Quem viajou? Quem chegou? Quem retirou? Não, Senhor Presidente, Vossa Excelência pode deixar de ir a debate que quiser, quantas vezes quiser, pelas suas fraquezas, pela falta de autoridade de enfrentar Heloísa Helena e Cristovam Buarque, mas não jogue as suas fraquezas, o seu fracasso na conta da Oposição.

Vossa Excelência pode ouvir Beethoven, eu continuo fiel ao Rei do baião. V. Ex<sup>a</sup> pode fazer o que quiser, desde que não prejudique nem o povo brasileiro nem os cofres da Nação. Mas Vossa Excelência não tem o direito nem conseguirá calar a voz da Oposição no Brasil, porque ela vai cumprir o seu papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI)  
– Concedo a palavra ao nobre Senador João Batis-

ta Motta, representante do Estado do Espírito Santo nesta Casa.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou tentar hoje, nesta manhã, fazendo um exercício mental com aqueles que estão nos ouvindo em casa, entender por que o Presidente Lula não compareceu ao debate, por que ousou desrespeitar, de maneira tão vergonhosa, os eleitores deste País.

Várias interpretações são dadas. Muita gente tenta explicar os motivos, mas ninguém consegue algo de concreto para fazer uma avaliação. Acredito que um dos motivos seja a propaganda palaciana, que tem mostrado ao País, principalmente fazendo a cabeça de alguns incautos, que o Brasil é o país das maravilhas, que aqui tudo é bom, perfeito, que temos uma educação maravilhosa e uma saúde irreparável.

A Petrobras, por exemplo, faz a propaganda da auto-suficiência de petróleo. Mostra que tem investido em várias partes do mundo, que é uma das maiores multinacionais do planeta. E o Governo Federal chama o fato para si, como se fosse o responsável por essa brilhante empresa nacional. Por acaso foi ele quem criou a Petrobras? Por acaso foi este Governo que investiu na Petrobras? Por acaso esse Governo foi quem acreditou na Petrobras na hora em que os estrangeiros diziam que não tínhamos petróleo? Foi ele quem ousou criar a Petrobras? Não, absolutamente não.

A Petrobras investe hoje, como falei, em várias partes do mundo e tornou-se uma empresa muito rica. Porém, pergunto: e o povo brasileiro, onde fica? E o preço da gasolina, Senador Heráclito Fortes? O que o Presidente diz? O álcool, que é produzido pela iniciativa privada, teve seu preço rebaixado recentemente em razão de a produção ter melhorado. Baixaram o preço do álcool. E o lucro assustador da Petrobras e seu crescimento enorme por que não se revertem em favor do povo brasileiro? Por que o litro da gasolina não custa pelo menos R\$1,50? Temos condições de praticar esse preço. A Petrobras poderia muito bem praticar esse preço. É que o interesse do povo brasileiro sempre esteve em segundo plano. Então, diante de uma pergunta dessa natureza, feita por um de seus concorrentes, por certo o Presidente da República não teria o que responder.

Na propaganda palaciana dizem que a vida do povo melhorou e muito.

O senhor e a senhora que estão me ouvindo neste momento conhecem alguém, na sua rua, conhecem um vizinho que tenha melhorado de vida por ações do Governo Federal? Pergunto mais: a senhora conhece alguém que perdeu o que tinha? Conhece alguém que

está endividado? Conhece alguém que fechou as portas de seu comércio porque não consegue sobreviver, tendo em vista os juros praticados pelo Governo Federal; que não consegue conviver com a burocracia infernal implantada neste País; que consegue sobreviver com a carga tributária que temos?

Tenho certeza de que a senhora conhece dezenas ou centenas de pessoas que perderam o que tinham, que estão falidas, que estão em dificuldade, que não conseguem sobreviver. Tenho certeza de que a senhora conhece muita gente da sua rua que ficou sem emprego, que ganhava R\$4 mil, mas perdeu o emprego para um garoto que entrou no seu lugar ganhando apenas R\$1 mil. A senhora conhece muita gente que vive com dificuldade, que precisa de uma cesta básica para sobreviver. Situação boa? Duvido que a senhora diga que isso existe.

O Presidente de República não poderia responder a essas perguntas no debate de ontem.

E a saúde? Por certo o Presidente de República receberia esta pergunta: Presidente, o senhor disse em sua propaganda que a saúde hoje é invejável; o que o senhor diz à senhora e ao senhor que estão em casa nos ouvindo, assistindo ao debate, que passam por dificuldades, que têm ido ao hospital, mas não conseguem ser atendidos, que estão numa fila imensa para serem consultados por um médico e não conseguem? O que diz àqueles que não conseguem sobreviver, que perderam um filho por falta de recursos, perderam o cônjuge porque não tinham dinheiro para comprar remédio ou porque não foram atendido pelo SUS?

Não há condição, de jeito nenhum, de um Presidente que tem conduzido o nosso País dessa forma ir ao debate na televisão em um dia tão importante como o de ontem.

E o senhor, que produz no agronegócio, o que diz? Está conseguindo exportar? Está conseguindo crescer? Está lucrando com o seu negócio? Tenho certeza de que não, evidentemente, pela cotação do dólar hoje. O senhor está a caminho da falência, fechando as portas, sem lucro para trabalhar, demitindo funcionários. Depois de tudo, não terá como encerrar a empresa, porque a dívida o atralhará. Não conseguirá certidões negativas e, por certo, terá seu nome incluído no cadastro do Serasa, o que fará com que não consiga mais emprego. É essa a situação do povo brasileiro hoje.

Um Presidente que governa um País que vive a situação que nós vivemos não pode mesmo parecer a um debate como aquele que a Globo fez ontem. Quando o Presidente fosse questionado pelos milhares de brasileiros que estão indo para o exterior trabalhar – engenheiros, médicos e advogados que vão lavar

prato, aventurar sua vida para entrar clandestinamente em um país da América do Norte, sofrendo humilhações –, o que diria? Quantos estão presos porque tentaram ir para lá de forma clandestina e estão sofrendo numa prisão, sabendo que seus filhos e sua esposa, que ficaram no Brasil esperando por algum recurso, estão aqui passando necessidade? Presidente Lula, o senhor não poderia realmente ter ido a esse debate, o que é muito triste, porque o Brasil infelizmente vive uma situação vexatória.

Todos os que estão hoje necessitando de uma casa para morar têm facilidades para adquirir uma? Há obras do Governo Federal sendo construídas nesse sentido? O senhor conhece obras habitacionais feitas pelo Governo Federal? Qual o projeto que este Governo tem para habitação brasileira? Quando algum financiamento para aquisição da casa própria aparece nos bancos, vocês que ganham salário-mínimo, vocês que ganham R\$350,00 conseguem, pelo menos, subir as escadas desses bancos para pleitear uma casa? É claro que não! Como um país nessas condições pode imaginar a reeleição de um Presidente que permite a continuidade de tal situação?

E vocês, caminhoneiros que trabalham transportando alimentos e todas as cargas pelas estradas brasileiras, ou melhor, pelas estradas sucateadas do nosso País, vocês têm pelo menos condições de trabalho? Tenho certeza de que todos estarão dizendo: de maneira alguma! As estradas que foram anunciadas estão sendo construídas? E os buracos, para os quais foi feita contratação sem licitação, foram tapados? O que vocês estão fazendo para sobreviver? Eu sei: estão procurando trafegar em estradas estaduais, estão desviando o curso de suas viagens, deixando as rodovias federais e transitando pelas estaduais para, pelo menos, arranjar o pão de cada dia para os filhos de vocês.

Este Presidente tem condições de ir a um debate do tipo daquele que ontem aconteceu? Sr. Presidente, temos aí inúmeras razões para que o Presidente Lula não tivesse ido ao debate. São razões técnicas, por causa da falta de investimento, da falta de habitação, da falta de saúde, da falta de educação, da desorganização do País, por causa da burocracia infernal que atralhar a vida do povo brasileiro.

Agora, se não fosse isso, como o Presidente Lula poderia responder à candidata Heloísa Helena por que foi expulsa do PT? Quando indagado, o que ele poderia ter dito sobre o que Heloísa Helena fez de errado no Partido dos Trabalhadores para ser expulsa da maneira que foi? Realmente, o Presidente ficaria numa situação difícilíssima se essa pergunta lhe fosse feita naquele momento. E se os candidatos ou se o intermediador



da Globo perguntassem sobre assunto de corrupção? E se perguntassem, por exemplo, por que não estão presos os homens que foram encontrados com R\$1,7 milhão num hotel em São Paulo, já que a Justiça decretou a prisão desses indivíduos? A Polícia Federal alega que é por causa da lei que protege as eleições, que estabelece que não pode haver prisões.

Há uma grande confusão nisso aí, e o povo brasileiro vai fazer uma meditação comigo para, juntos, conseguirmos dar uma resposta a isso. Ora, a lei é para proteger as eleições, para proteger o eleitor, não para proteger bandidos e ladrões. A prisão desses indivíduos no hotel com R\$1,7 milhão aconteceu antes do prazo previsto para a proibição de prisões. O fato já havia acontecido e o juiz decretou a prisão. Pergunto: se o Fernandinho Beira-Mar tivesse fugido da prisão há três dias, hoje ele poderia desfilar em qualquer avenida deste País com sua namorada do lado sem ser recapturado, porque a lei que protege as eleições não permite prisões? Será que ele estaria beneficiado pela lei? De maneira alguma. Ele está preso desde antes do dia a partir do qual não poderia ser feita qualquer prisão. É o mesmo caso.

A propaganda governamental também diz, a todo momento, através da imprensa, que a Polícia Federal fez duzentas e tantas operações e acabou com diversas quadrilhas. Pergunto: quem está preso? A revista Veja desta semana publica os nomes de dezenas de auxiliares do Governo Federal que cometeram crimes. Saques de R\$50 milhões no Banco Rural, dinheiro na cueca, toda espécie de crime foi cometida neste País nos últimos quatro anos, e quem está preso?

O Presidente Collor perdeu o mandato por ter usado caixa dois de campanha para comprar um Fiat Elba.

Por conta de R\$25 mil, um Presidente perdeu o mandato!

O Senador João Capiberibe e sua esposa perderam o mandato sob a acusação de terem comprado alguns votos por R\$27,00. E o pior: quem o denunciou não disse que recebeu o dinheiro da mão dele ou de sua esposa; disse que foi de um correligionário, de alguém que estava na campanha. Ele perdeu o mandato de Senador da República, e sua esposa perdeu o mandato de Deputada Federal. O valor denunciado: R\$ 27,00. Enquanto isso, R\$1,7 milhão? Não é nada. Cinqüenta milhões do Banco Rural? Não é nada. O escândalo dos Correios? Não é nada.

Do que adiantou o trabalho para o desbaratamento das quadrilhas se não há punição para ninguém, se estão todos aí protegendo os chefes que estão acima, que, na realidade, devem ser os mandantes?

E no caso do mensalão? Toda a imprensa só falou no mensaleiro. Todo mundo aqui falou no corrupto. E o corruptor? Quem deu o dinheiro? Quem pagou? Quem fez a falcatura? Quem bolou? Quem engenhou toda a operação?

Ora, como um Governo mergulhado numa crise desse porte teria condições de participar de um debate?

É claro que ele não iria! É claro que ele tem que arriscar uma reeleição aproveitando-se dos votos das pessoas que, infelizmente, não acompanham a vida nacional, que não sabem do péssimo desempenho que o País tem tido no seu crescimento, inclusive quando lida com países da América do Sul. Todos os jornais publicam que o Presidente Chávez hoje lidera a política do continente. É um absurdo! Quem é Chávez? Quem são esses oportunistas que dirigem países pequenos que não têm crescimento invejável nem as riquezas monumentais, expressivas, que o Brasil possui?

O Presidente Lula, evidentemente, não poderia ter ido ao debate. Até dou razão para que ele não tivesse ido. Agora, o povo brasileiro precisa fazer justiça, e domingo é o dia para banirmos esse pessoal do poder. Devemos fazer uma varredura completa e iniciar, em janeiro do ano que vem, reformas estruturais e de grande porte.

Precisamos acabar com a famigerada reeleição, que até poderia ser admitida no plano estadual. Como ocorreria num município com 5, 10, 15 mil eleitores, em que o político não é profissional, é o dono do posto de gasolina ou da mercearia, é um fazendeiro, um comerciante, um professor, que não são profissionais? O prefeito assume o poder, fica quatro anos, negocia com a Câmara – evidentemente, ninguém lhe tira a reeleição; ele vai ser reeleito, certamente. Depois de oito anos, ele dizimou toda a oposição. Aí pergunto: quem vai ganhar a eleição? É o próprio prefeito que está há oito anos, agora elegendo talvez um poste; ele vai eleger um poste e colocá-lo ali. Quatro anos depois, ele fala: "Poste, saia daqui que estou voltando para mais oito anos". Esse é o caminho, a chave da corrupção. É isso que leva a sanguessugas, é isso que leva a mensaleiros.

Essa reeleição deve acabar. Temos de praticar o voto distrital, com a eleição de um deputado federal sendo feita identicamente com os prefeitos, para que o povo vibre para ter o seu representante, para ter alguém que possa realmente ter interesse por aquela região do País.

Fidelidade partidária? Lógico, evidente. Não podemos dar o direito a um cidadão de se eleger por um partido e, no outro dia, por causa de emendas, por causa de barganhas, trocar de partido. Não tem cabi-

mento isso. É claro que existem casos em que não há jeito: o cidadão, às vezes, tem de sair por incompatibilidade; então, que saia, mas deixe o mandato para o seu partido. Se ele não quer mais, ele deve sair; do contrário, vai ter de permanecer, vai ter de lutar, vai ter de ganhar daquela facção de que ele discorda no seu partido. Isso só vai, evidentemente, enriquecer a nossa democracia.

Sr. Presidente, o futuro é promissor, dependendo de domingo. Dependendo de domingo – tenho certeza –, teremos uma reforma tributária para diminuir impostos e para acabar ou diminuir com a burocracia na arrecadação dos governos estadual, federal e municipal. Tenho certeza de que, a partir do ano que vem, o futuro governo, dependendo do resultado de domingo, terá a obrigação de remunerar bem a produção, fazer com que aqueles que produzem sejam remunerados – bem remunerados –, os produtores de calçados, de roupa, de carne, de leite, de cereais. Temos de remunerar bem a produção. Depois, pagar um salário compatível, para que as pessoas possam adquirir bens e sobrar alguma coisa para garantir a sua velhice. Isso não é novidade, isso já se pratica em toda a Europa e na maioria dos países. Há um nivelamento por cima. No Brasil, os governos forçam o preço do leite para baixo, forçam o preço do arroz para baixo, forçam o preço da camisa e da calça para baixo e, depois, dão um salário de R\$350,00. Há um nivelamento por baixo.

Por onde vou, cito um exemplo que vi dias atrás: uma moça saiu do Brasil para fazer um curso na Itália, filha de um médico, meu amigo. Chegou lá, ao alugar um apartamento, só conseguiu uma quitinete: R\$3,5 mil por mês. Foi a um restaurante comer um bife, um pouco de arroz, R\$200,00. Ela telefonou para o pai e disse: “estou indo embora, porque não consigo ficar aqui. Aqui é muito caro, não dá para sobreviver”. O pai concordou. Ela já estava arrumando a mala para ir embora, quando alguém lhe disse: “por que você não tenta um emprego para ajudar na sua despesa?” Ela foi procurar emprego no dia seguinte. Não precisou rodar o dia todo. Antes do fim do dia, ela tinha conseguido um emprego. Recebe hoje R\$9 mil por mês de salário. Ela paga a quitinete, come seu bife de R\$200,00 e ainda pôde se dar ao luxo de comprar um automóvel à prestação.

Nesse caso, os senhores podem perceber que há um nivelamento por cima. Todos são bem remunerados, os produtores. Esses recursos capilarizam, descem para os empregados, e o cidadão, funcionário público ou empregado, tem um salário com o qual pode morar e comer bem, educar os filhos e ter uma vida perfeita, sem passar os percalços por que passam os brasileiros.

Também não me canso de falar sobre uma viagem que fiz a Taiwan, um país menor que o Estado do Espírito Santo, com reservas de US\$290 bilhões – mais reservas do que os Estados Unidos, perdendo apenas para o Japão e a China. Lá não tem petróleo, minério e área para plantar arroz, feijão, café, nada. Vivem de ciência, de tecnologia, de inteligência, com renda **per capita** de US\$14 mil, sem violência, assassinato, seqüestro. Trata-se de um povo que tem o budismo como religião – 95% das pessoas são budistas. O budismo não reconhece a existência de Deus, não considera que Buda seja Deus.

Consideram-no simplesmente um cidadão que queria o bem da humanidade e que, por isso, deve ser o exemplo de todos.

À mesa, chegam à conclusão de que somos nós que temos que dar solução aos problemas. Todos agem – mãos à obra – para que os problemas sejam solucionados e vão crescendo, enfrentando os percalços, aí sim, da natureza, porque, infelizmente, convivem com terremoto, maremoto, tudo o que há de ruim, pois lá sempre foi assim.

Nós estamos neste maravilhoso continente, neste País riquíssimo, em que dá prazer sair de Brasília para Belém do Pará, para Fortaleza ou para o Espírito Santo, passando por Minas Gerais. É um celeiro. As estradas que Juscelino Kubitschek construiu são maravilhas que não há como descrever. Estamos entregando as riquezas minerais do País gratuitamente para o mundo, exportando sem beneficiamento algum, sem agregar valor, sem gerar emprego.

Em Taiwan, fui visitar uma feira de objetos produzidos e vi uma árvore de mais ou menos 30 centímetros de altura, feita com pedrinhas preciosas. A folhinha amarela era uma pedrinha; a verde, outra. Era uma coisa linda que estava sendo vendida por US\$6 mil. Era a tecnologia sendo aplicada ali naquelas pedrinhas, e as pedrinhas todas mandadas do Brasil para lá sem nenhum centavo de imposto pago aos cofres brasileiros, assim como acontece com o minério de ferro, que está saindo de nossas jazidas e sendo estocado pela China para amanhã fazer concorrência com o Brasil. E o Governo não tem habilidade, não está preocupado com isso.

A Lei Kandir isentou a exportação de pagar qualquer tipo de tributo. Depois, a MP nº 255, que Lula mandou para esta Casa, foi aprovada apesar do meu voto contrário, assim como o da Senadora Heloísa e do Senador Pedro Simon. Agora, por causa da MP nº 255, também essas empresas não pagam tributos na importação. A Vale do Rio Doce importa grandes máquinas para extrair minério das jazidas e colocá-lo em cima de vagões de cem toneladas, 250 vagões num

comboio. Ao chegar à beira da praia, são virados de cabeça para baixo, despejam tudo dentro do navio e vai tudo embora.

As rochas ornamentais do meu Estado, como o granito, estão todas sendo exportadas sem a cobrança de tributos. A propósito, é preciso ressaltar o esforço hercúleo do Governo Estadual para criar condições para que essas rochas sejam beneficiadas no País. Entretanto, o Governo Estadual ainda não tem condições de proibir que esses produtos saiam **in natura** do País. Isso acontece também com o nióbio, o ouro, com todas as nossas riquezas minerais que são, lembro, não-renováveis – nossos netos e bisnetos vão sentir as conseqüências de nossa irresponsabilidade de hoje.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos diante de uma situação difícilíssima. Estamos passando por um momento em que o Brasil não está sendo governado; o Brasil está à deriva, o Brasil não cresce, o Brasil não está preocupado com seu povo. O Governo que representa este País tão maravilhoso tem sido totalmente irresponsável, incapaz de conduzir seus destinos.

Acredito que familiares de Juscelino Kubitschek, apesar de seu trágico falecimento, em alguns momentos sintam certo conforto, pois Juscelino não poderia estar assistindo ao que está acontecendo hoje, não poderia estar vivo para assistir ao que se pratica hoje no Brasil – ele, que proibiu a importação de automóveis e foi para países como a Alemanha e a Suécia buscar a Mercedes-Benz, que ninguém conhecia, a Volkswagen, o DKV-Vomag e a Scania, porque o norte-americano não queria fabricar aqui o Dodge, que era o carro da época, o Chevrolet, o Ford, etc.

E Juscelino peitou todos. Implantou as indústrias nacionais, proibiu a entrada de carros fabricados em outros países. Isso é que é peito! Isso é que é coragem! Isso é que é ser nacionalista! Isso é que é ter amor por seu torrão! Que diferença em relação a esses vendilhões de hoje, que, em nome da globalização, entregam nossas riquezas gratuitamente e permitem a prática de políticas indecorosas, como a que se reflete no fato de nossos filhos saírem de *shoppings* e chegarem em casa com camisas, bermudas, tênis e relógios fabricados, todos, na China.

Enquanto isso, nós, pais, nós, avós, estamos vendo nossos filhos e nossos netos desempregados dentro de casa, sem ter o que fazer, e isso, repito, por causa da irresponsabilidade daqueles que não sabem administrar, daqueles que dirigem o País sem possuir currículo. Reparem que estou dizendo sem possuir currículo algum; não estou me referindo a um currículo ruim; é que não têm currículo mesmo, eles nunca trabalharam.

Um governo se faz com os seus membros, com o seu partido. Se tivéssemos um Presidente que não

soubesse de nada, que não visse nada, que não soubesse administrar, mas que tivesse uma equipe de primeira grandeza, com técnicos capazes de ajudar esse Presidente a conduzir o País, tudo bem, poderíamos até superar as deficiências do Presidente. Mas, diante da equipe desse Governo, que não tem competência para administrar, todos na porta da cadeia, todos ameaçados de prisão, todos envolvidos em corrupção, o que o nosso povo pode esperar?

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao povo brasileiro para que domingo possamos criar um rumo diferente para este Brasil. Vamos analisar quem tem competência, quem mostrou que sabe fazer no debate de ontem, quem pôde mostrar o que fez quando foi Deputado Federal, quando foi Prefeito, quando foi Governador. Vamos prestar atenção a quem pôde mostrar que, com dificuldades, conseguiu um curso superior, conseguiu aprender para poder ministrar aulas, para dar lições de exemplo ao nosso povo.

Quem não se sensibilizou quando Heloísa Helena disse ontem que não tinha dinheiro para nada, que o pai e o irmão morreram e ela ficou pequenininha com a mãe e outro irmão, sem um centavo dentro de casa? Mesmo assim, ela conseguiu, com sua garra, com sua força e com sua vontade, ser professora universitária. Ela conseguiu liderança, sozinha e Deus, para chegar a esta Casa e ser uma das Senadoras mais brilhantes.

Vejam bem: existe um currículo por trás dessa mulher, dessa mulher de garra, dessa mulher que tem condições de representar o povo brasileiro.

E quem não viu o professor Cristovam Buarque falar sobre o que fez como Governador de Brasília? Ele disse o que estava fazendo como Ministro da Educação, algo que só não pôde implantar porque lá em cima não deixavam, lá em cima não permitiam. Por ele ter uma obsessão por nossa educação, por querer realizar, na marra, aquilo que é necessário, foi demitido por telefone. Quem não viu isso ontem no debate?

E quem não viu também o que fez Geraldo Alckmin como Governador de São Paulo? Vocês, caminhoneiros, que andam pelas rodovias federais pelo Brasil afora e depois pelas estradas estaduais de São Paulo, podem fazer uma avaliação. Vocês, que andam por este País e passam por São Paulo e, naturalmente, por outros Estados ao percorrer as estradas brasileiras, podem fazer uma avaliação do que é um bom gerente, do que é gerenciamento no Estado. Pôde-se ver, no próprio programa do candidato Geraldo, dezenove hospitais construídos, cada um mais bem montado que o outro, cada um em melhores condições do que o outro. E pergunto: qual foi o outro Estado brasileiro que conseguiu fazer um hospital? Onde o Governo Federal fez um hospital?

O Governo Federal fica mentindo, inaugurando usinas para as quais nem comprou o terreno, dizendo que tapou buraco que não tapou, que aparelhou portos que não aparelhou, que a Petrobras é uma maravilha. Concordo que seja mesmo, mas cadê o benefício para o povo? Cadê o preço do petróleo? Cadê a Reforma da Previdência? Só fez tirar dinheiro dos velhinhos, dos aposentados. Essa foi a reforma que o Governo Federal desejou para o País.

Então, meu senhor, minha senhora, que estão nos ouvindo nesta hora, não se esqueçam do programa de ontem, não se esqueçam da cadeira vazia. Não se esqueçam do desrespeito do Presidente para com o senhor, a senhora. Não se esqueçam de que ele não foi porque não pôde, mas porque não tinha respostas, não tinha o que mostrar. Não se esqueçam de seus filhos e netos e de que vocês, jovens, têm pais e avós. Não se esqueçam de que vocês têm responsabilidade com esta Pátria linda e maravilhosa.

Domingo, vamos pensar, vamos meditar, vamos fazer com que o segundo turno, que vai existir, nos dê amanhã, trinta dias depois, a eleição de um Presidente que tenha condições de gerenciar este País, um Presidente que tenha moral, que tenha capacidade, que tenha equipe, que tenha pessoas preparadas. E que a nossa democracia possa ter êxito, como todo brasileiro, como todo aquele que viu o sangue de seu parente derramado em favor da democracia. Enfim, que possamos enxergar uma luz no fim do túnel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu primeiro objetivo é fazer um apelo ao *blog* do jornalista Ricardo Noblat. Acredito que ele, a esta hora, ainda esteja em profundo sono, uma vez que foi ao debate no Rio de Janeiro ontem, mas o Recondo, que o substitui, pode fazer esse reparo.

A primeira nota de hoje, postada às 10 horas, sob o título: “Confio nos brasileiros”, traz um artigo muito interessante, assinado por Maria Helena Rubinato Rodrigues de Sousa. Mostra o encanto e o desencanto dos brasileiros com o candidato Lula. Cita as companhias do Presidente textualmente. Fala de Delúbio, de Silvino Pereira, de Okamoto. Nesse contexto, ela comete

um erro imperdoável, daí por que solicito, por dever de justiça, o reparo. Quando se refere a um abraço – e fala de Jader Barbalho, de Newton Cardoso, as novas companhias do Presidente Lula –, cita um abraço em Humberto Souto. Recondo, troque de Humberto. O Humberto não é Souto, mas Costa.

Humberto Costa é o sanguessuga de Pernambuco. Humberto Souto foi Deputado Federal, Presidente e Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas da União e é uma das pessoas mais honradas com quem tive oportunidade de conviver. É um cidadão fantástico, com uma vida pública inatacável.

Tenho certeza de que a Maria Helena trocou de Humberto, assim como o Sr. Lacerda ontem, como mostraram as televisões, trocou de pasta, trocou de mala; ele, de propósito, para camuflar; ela, por engano. Por favor, façam essa correção, porque a biografia de Humberto Souto não merece, por tudo o que fez pelo Brasil e por Minas Gerais, principalmente pela sua Montes Claros, estar entre essas companhias. Esse rol de companheiros é um mar de lama, e Humberto Souto não convive com isso.

Sr. Presidente, feito esse registro, queria apenas, com sua permissão, falar de uma matéria muito interessante que li, pois penso que vale a pena o Brasil tomar conhecimento. O Jornal **O Globo**, na página 8, traz matéria assinada por Jailton de Carvalho com o seguinte título: “Petistas tentam comprar dossiê contra tucanos em Minas Gerais”.

Vejam bem, essa é uma tentativa dos petistas para ver se conseguem alavancar a candidatura do Sr. Nilmário Miranda. Pasmem só: durante o Governo atual, o Sr. Nilmário Miranda era o encarregado da Secretaria de Direitos Humanos. Mal sabe ele que é uma desumanidade agredir os direitos humanos procedendo dessa maneira. Pasmem todos: com 8% nas pesquisas, quer comprometer a candidatura de quem tem 70% ou 80%.

O mais importante de tudo é mostrar que o PT é useiro e vezeiro desse tipo de comportamento. Fazer uma tentativa dessa natureza às vésperas de uma eleição é um crime contra Minas Gerais e contra a democracia, até porque Aécio Neves é hoje um exemplo de político da nova geração. Vem de uma escola de homens sérios, teve uma passagem brilhante pela Câmara dos Deputados e está fazendo um Governo que, por si só, o resultado das pesquisas mostra. Enfrenta um candidato que tem a estrutura de Governo, que tem o Presidente de República fazendo plantão em seu Estado semanalmente, e continua com 7% ou 8%.

O Governador Aécio teve também a liderança comprovada agora, ao lançar a candidatura de Eliseu Resende, homem digno, candidato ao Senado por Mi-

nas, que enfrentou, nos primeiros dias, uma candidatura com trinta pontos, e ele, com menos de um dígito. Contudo, hoje, Minas Gerais já mostra exatamente que sabe escolher: o ex-Ministro Eliseu Resende está disparado nas pesquisas para o Senado e vai engrandecer esta Casa, tenho certeza.

Mas não é justo que o PT não aprenda e que essa sua mania de dossiês e de investigações atinja quem tem 70% nas pesquisas – mas aí, quero dizer, poderia até ter 100%. Mas é um homem digno, que não merece esse tipo de comportamento por parte dos seus opositores. O que fez por Minas Gerais agora, respeitando sua tradição e sua história, demonstra que esse ato de desespero do PT é, por todos os seus ângulos, reprovável e, acima de tudo, inaceitável.

Sr. Presidente, antes de encerrar, vou mostrar uma coisa muito curiosa: “Ajuda do ProUni está três meses atrasada”. O ProUni é o programa com que o Presidente encerrou uma de suas últimas apresentações, contando boas e loas. Aí, o MEC diz que vai solucionar o problema dos 1.500 bolsistas até outubro.

O atraso do pagamento mensal de trezentos reais que o MEC dá a cerca de 1.500 bolsistas do Programa Universidade para Todos está completando três meses. O MEC informou ontem que pretende solucionar o problema até o fim de outubro, quando as parcelas em atraso também serão pagas.

Pois bem, enquanto isso, o Ministro Fernando Haddad e sua equipe estavam a tarde toda no Palácio do Planalto, no horário do expediente, ganhando do povo brasileiro, ensinando atitudes comportamentais ao Presidente da República com relação àquele debate a que, na última hora, ele amarelou e não compareceu.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, devia estar tratando de descontingenciar recursos para resolver o problema dos bolsistas e não ensinando o Presidente a ser agressivo e mal-educado num *script* montado para o debate.

Por fim, Sr. Presidente, acabo de ser comunicado que alguns agricultores estão acorrentados por iniciativa própria em frente ao Palácio do Planalto, num protesto pelo não cumprimento de promessas do Presidente Lula com relação à desapropriação e titulação definitiva de áreas no entorno de Brasília.

O Presidente Lula não atende, não recebe os que querem plantar no entorno de Brasília, mas recebe com festas, acolhe no Palácio, na residência oficial o invasor de terras – acima de tudo, invasor do berço da democracia brasileira, que é Congresso Nacional – Sr. Bruno Maranhão, protagonista daquela invasão bárbara contra a Câmara dos Deputados que trouxe tanto abalo, tanta tristeza aos brasileiros. Depredaram o patrimônio da Casa, quebraram terminais bancários,

tombaram e incendiaram carros e, principalmente, mutilaram pessoas. Alguns funcionários da Câmara foram hospitalizados, porque receberam pedradas. Um fotógrafo está ainda hoje incapacitado para retornar ao trabalho. Para aquele não faltam ONGs, para aquele não falta apoio do Presidente da República. Mas quem quer produzir, quem quer plantar, quem cobra compromisso assumido por Sua Excelência quando candidato, esses têm que se acorrentar na porta do Palácio do Planalto para que o Presidente e a Nação tomem conhecimento do drama que passam.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Mesa agradece as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em várias ocasiões nesta tribuna, tive a oportunidade de protestar contra o que chamo de perversidade tributária do Estado brasileiro. Temos impostos que incidem sobre impostos, uma cascata de incidências que compõem um regime de cálculo capaz de desafiar a compreensão do maior dos especialistas em tributação.

Não é à toa que a carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro atingiu, no primeiro semestre deste ano, 39,41% do Produto Interno Bruto do País, de acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Isso quer dizer que cada um dos habitantes deste País pagou R\$2.132,52 em impostos nos primeiros seis meses de 2006, e até o final do ano pagará cerca de R\$4.302,00. Serão R\$392,54 a mais em relação ao ano passado. São R\$90 milhões arrecadados a cada hora do dia, o dobro de quatro anos atrás.

O mesmo estudo mostra que o Brasil já promoveu 12 reformas tributárias desde 1988 e, em todas, aumentou impostos já existentes ou criou novos. O resultado está aí, bem à vista de todos: os brasileiros destinam quase a metade do que ganham ao pagamento de tributos, enquanto o País não consegue aproveitar o bom momento da economia mundial e mantém uma taxa de crescimento medíocre, que este ano, mais uma vez, não deve ultrapassar os 3%.

Não é a interferência indevida do Poder Executivo junto ao Judiciário que irá resolver o problema dos baixos índices de crescimento do País. Só há um caminho para romper as amarras que nos prendem a essa tendência: precisamos é de menos impostos,

de racionalidade tributária, de contenção e melhor direcionamento dos gastos públicos e de medidas que estimulem a geração de empregos e de renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Críticas a encontro secreto”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 1º de setembro do corrente.

A matéria trata do encontro secreto no Palácio do Planalto entre o Presidente Lula e o ex-presidente do PT, José Genoino, denunciado como um dos supostos

líderes do esquema do mensalão. Para Parlamentares da oposição, o encontro demonstra que o Presidente sabia de todos os escândalos e comprova que os erros do PT não foram feitos à sua revelia.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# CRÍTICAS A ENCONTRO SECRETO

**SANDRO LIMA**  
DA EQUIPE DO CORREIO

**A** oposição criticou duramente o encontro secreto no Palácio do Planalto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente do PT José Genoino, na última quarta-feira. Para o líder da minoria na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), há uma tentativa “preocupante” do governo em reabilitar petistas atingidos pelos escândalos de corrupção. “Imagine o que vai acontecer se este governo for reeleito. Todos os envolvidos com o mensalão vão voltar”, reclamou o deputado. Segundo ele, como o presidente Lula tem apresentado bom desempenho nas pesquisas, sentiu-se à vontade para receber Genoino.

O ex-presidente do PT, denunciado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, como um dos supostos líderes do esquema do mensalão, passou longo tempo afastado da política. Agora, tenta um retorno à vida pública disputando uma vaga na Câmara dos Deputados. Na tarde de quarta-feira, fez uma discreta visita a Lula. A audiência, que durou cerca de meia hora, não entrou na agenda presidencial. Para não chamar atenção, Genoino passou primeiro pela sala do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro. Os dois foram juntos até a sala do presidente.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a atitude de Lula em receber Genoino demonstra que o presidente pretende abrigar no governo, em um eventual segundo mandato, o grupo que operou o mensalão. “O presidente sabia de tudo e por isso não é possível que se afaste do grupo que arquitetou o esquema”, afirmou. “Como o Lula sabia do esquema, ele agora é obrigado a receber pessoas envolvidas com o escândalo. Lula e Genoino são companheiros de infortúnio”, atacou Aleluia.

O senador Jefferson Peres (PDT-AM), por sua vez, avaliou que a visita de Genoino ao Palácio do Planalto “comprova que os erros do PT não foram feitos à revelia de Lula”. Segundo Peres, a indignação de Lula no auge do escândalo foi apenas “teatro” e que durante os últimos meses manteve a camaradagem com os petistas envolvidos no mensalão. Na avaliação do senador, Lula se sente seguro e confiante com as pesquisas de opinião que apontam sua vitória no primeiro turno e por isso está perdendo a prudência e começando a se expor, como no caso do encontro com Genoino. “O presidente afastou

auxiliares apenas para dar uma satisfação à opinião pública, mas na verdade, ele nunca se sentiu traído porque ele sabia de tudo”, disse o senador.

## Defesa

O encontro entre Genoino e Lula ocorreu pouco antes de Lula receber o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo. Genoino foi flagrado pelo Correio ao sair do gabinete presidencial acompanhado de Tarso Genro, circulou pelos corredores e voltou para o gabinete do ministro de Relações Institucionais. À vontade, Genoino foi visto fumando e conversando com alguns funcionários.

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, saiu em defesa de Genoino. Para o ministro, é o povo que vai decidir se o ex-presidente do PT retornará ao Congresso. “Na democracia, o juízo é do povo, que é soberano”, disse. Um dos petistas mais próximos de Lula, Genoino perdeu a disputa pelo governo de São Paulo em 2002. Mesmo derrotado, recebeu a missão de substituir José Dirceu na presidência do PT. Caiu em desgraça quando foi revelado que assinara como avalista dois empréstimos feitos pelo empresário Marcos Valério à legenda.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A nova carreira diplomática”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 4 de setembro do corrente ano.

O artigo dá ênfase ao “fiasco” da política externa do Governo Lula nos últimos três anos e meio e destaca que o Presidente Lula baixou uma medida provisória reestruturando as carreiras do Itamaraty para vincular a progressão na carreira diplomática à especialização em países subdesenvolvidos. Segundo o artigo, “não

faltam críticos que atribuem essa inversão de prioridades à intenção de aparelhar ideologicamente os quadros do serviço diplomático”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento para que, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## A nova carreira diplomática

**N**o início de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou a sua política externa como o marco zero de uma nova era, uma ruptura com um passado de dependência e subordinação. Ele faria uma verdadeira revolução: “democratizaria” as relações internacionais e mudaria radicalmente a “geografia comercial” do mundo. Três anos e meio depois, essa política externa – inspirada e executada pelo trio formado pelo chanceler Celso Amorim, pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo assessor especial Marco Aurélio Garcia – é um rosário de fiascos.

A sua iniciativa política mais importante – a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – esvaziou-se melancolicamente, na comprovação de que Lula superestimara o seu papel de liderança regional – outra meta de sua política externa. As “alianças estratégicas” com a Rússia, a China e a Índia não mudaram a feição econômica do planeta, principalmente porque os parceiros estavam menos interessados em ideologizar suas políticas externas do que em fazer bons negócios com os EUA e a União Europeia capitalistas. Também as candidaturas à direção da OMC, à secretaria-geral da Cepal e à presidência do BID fracassaram constrangedoramente. A inoportunidade da cúpula com os países árabes foi sentida por todos, menos pelo Itamaraty. O projeto de fazer da América do Sul um espaço único é obra de ficção. O Mercosul é hoje uma esgarçada colcha de retalhos. Bem-sucedida foi a iniciativa de solapar as negociações para a criação da Alca, com o que o Brasil abriu espaço para que alguns países vizinhos fechassem acordos de livre-comércio com os EUA.

Agora, pouco faltando para o fim do governo, o presidente Lula baixou medida provisória reestruturando as carreiras do Itamaraty. Trata-se de um projeto acalentado há muito pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para vincular a progressão na carreira diplomática à especialização em países subdesenvolvidos. Os serviços diplomáticos de países do porte do Brasil concentram os seus quadros nos países-chave para seus interesses políticos e co-

merciais. O Itamaraty, a partir de agora, fará essa concentração na periferia do sistema internacional. Não faltam críticos que atribuem essa inversão de prioridades à intenção de aparelhar ideologicamente os quadros do serviço diplomático. E, de fato, é a esse resultado que parece conduzir o novo mecanismo de promoções, de extraordinária singeleza.

Em primeiro lugar, diminui-se de quatro para três anos o tempo mínimo (o interstício) que cada diplomata precisa permanecer em uma posição hierárquica para ser promovido para o cargo imediatamente superior. Depois, conta-se em dobro o tempo de serviço em postos do grupo C – países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia – e em triplo o serviço nos países do grupo D – países mais pobres e com estrutura precária ou de risco.

Como o quadro do serviço exterior acaba de passar de 997 diplomatas para 1.397, aumentado para guarnecer embaixadas e consulados criados principalmente em países subdesenvolvidos, não é difícil antecipar o que ocorrerá. Os diplomatas que servirem nos postos menos importantes, em relação aos reais interesses nacionais, terão carreiras meteóricas, enquanto aqueles que servirão nos países mais avançados – aqueles que realmente importam, tanto do ponto de vista político como do comercial – serão preteridos. E certas promoções deixarão de ser uma questão de mérito, mas de afinidade com a vocação terceiro-mundista da atual cúpula itamaratiana. Isso fica ainda mais visível quando se considera que os conselheiros e secretários que forem removidos para a Secretaria de Estado só poderão receber novo posto no exterior se a sua permanência em Brasília for de um ano, se serviu antes em postos dos grupos C ou D, dois anos, se retornou de posto do grupo B, e de quatro anos, se veio de posto do grupo A. Ou seja, haverá castigo certo para o diplomata que servir nos países industrializados.

Se isso não bastasse, as férias extraordinárias a que têm direito os embaixadores serão usadas para um “estágio de atualização” – ou seja, torna-se legalmente obrigatória a leitura dos livros que o secretário-geral tem impingido a seus subordinados, com fins óbvios de doutrinação terceiro-mundista.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “As virtudes do Enem”, de autoria do economista e ex-Ministro da Educação do governo Fernando Henrique, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 27 de agosto do corrente.

Em seu artigo, Paulo Renato destaca o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, criado por ele quando ocupou o Ministério da Educação no governo

Fernando Henrique Cardoso, e sua importância na avaliação do sistema educacional do País

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## As virtudes do Enem

PAULO RENATO SOUZA

A EDIÇÃO 2006 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) teve quase 4 milhões de inscritos. É uma das coisas que mais me orgulha haver criado quando ocupei o Ministério da Educação no governo passado. Em 1998, quando o realizamos pela primeira vez, pouco mais de 100 mil jovens prestaram o exame; em 2002, foram 1,5 milhão.

Dois fatores contribuíram para o salto inicial: a gratuidade para alunos da escola pública, adotada a partir de 2001, e o aumento do número de universidades públicas que aceitaram colocar o Enem como um dos requisitos para o ingresso no ensino superior.

No atual governo, um novo patamar foi alcançado quando o exame passou a ser adotado como um dos critérios de seleção para o acesso ao Prouni, o programa de compra de vagas no sistema privado de ensino superior para alunos carentes.

O Enem tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos do nível médio de ensino. Ele tem vários objetivos. Do ponto de vista dos alunos, o principal é proporcionar uma avaliação do desempenho ao término da escolaridade básica segundo uma estrutura de competências associadas aos conteúdos disciplinares que se espera tenham sido incorporadas pelo aluno para fazer frente aos crescentes desafios da vida moderna.

Não se trata de um exame de suficiência ou de conteúdo. Para efeito de avaliar a preparação do jovem para viver na sociedade do conhecimento, seria inútil medir só a aprendizagem dos conteúdos escolares, uma vez que eles estão em constante mutação.

Adotaram-se aqui conceitos que não são novos na educação, mas que

### O Enem tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos do nível médio de ensino. É um exame que tem vários objetivos

foram aperfeiçoados nas últimas décadas e passaram a ser objetivamente medidos: as habilidades e competências cognitivas desenvolvidas pelos alunos como resultado do processo educativo.

Na mesma direção, o Enem permite ao poder público dimensionar e localizar as lacunas que debilitam o processo de formação dos jovens e dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade.

Olhando da perspectiva do sistema educacional, contudo, o principal objetivo do exame é sinalizar para todas as escolas do ensino médio do país o conteúdo da reforma do ensino médio e as habilidades e as competências que, na visão do ministério, deveriam estar desenvolvidas nos alunos ao final do ensino básico. Esse é um aspecto pouco difundido do exame, mas é uma das suas funções mais importantes e, confesso hoje, minha razão maior para implantá-lo.

Eu tinha uma clara lembrança do impacto do vestibular da Unicamp, que tive também a felicidade de criar enquanto reitor da universidade. Naquela ocasião, nós causamos uma mudança importante no ensino médio do Estado ao exigir na primeira fase uma redação que tinha um peso de 50% na nota. Além disso, todas as

questões eram dissertativas.

A lição que tiramos daquele processo é que se pode mudar a maneira que as escolas ensinam simplesmente definindo uma prova final atraente para a maioria dos alunos e que aponte o caminho para um ensino baseado no raciocínio, e não na memorização.

Na última edição do Enem, realizada em 2005, cometeram-se dois grandes equívocos: um na prova, outro na divulgação dos resultados.

Na prova, abandonou-se o conceito de avaliação de habilidades e competências básicas, aumentando a avaliação de conteúdos esperados no ensino médio. Aparentemente, esse aspecto será solucionado no exame de 2006, a julgar pelo retorno à equipe técnica de pessoas comprometidas com a concepção original do Enem.

Por outro lado, na divulgação dos resultados, cometeu-se um grave erro metodológico ao comparar escolas, e mesmo sistemas de ensino, a partir dos resultados do Enem.

Este é um exame de alunos, não de escolas, sendo individual e facultativo. A comparação do desempenho de escolas somente pode ser feita se for universal, ou seja, se todos os alunos prestam determinado exame ou se ele é aplicado a uma amostra representativa da escola. Nenhuma dessas duas situações está presente no Enem e, portanto, não há nenhuma base científica para a comparação entre escolas ou sistemas de ensino. Caiu-se na tentação do sensacionalismo, tão prejudicial para o verdadeiro aprimoramento da educação em nosso país.

PAULO RENATO SOUZA, 60, é economista. Foi ministro da Educação (governo Fernando Henrique Cardoso), gerente de Operações do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e secretário da Educação do Estado de São Paulo (governo Montoro).



**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que segunda-feira, dia 2 de outubro, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas, no plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 55 minutos.)

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**52ª Legislatura -2006**  
**Resenha Mensal**  
**(269, II, do RISF)**  
**(Período de 1º a 30/09/2006)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**  
**FEDERAL**

**I - MEDIDAS PROVISÓRIAS**

**1 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:**

Total..... 1
--------------

*Medida Provisória nº 295, de 2006, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária; estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS; e dá outras providências.*

**Sessão: 05.09.2006**

## II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República .	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	7
De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total.....</b>	<b>9</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006** (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 597, de 1999** (nº 3.073/2000, naquela Casa), de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005** (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005** (nº 2.170/2003, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2006** (nº 6.467/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que *altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006** (nº 6.469/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de*

*sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2006** (nº 5.845/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2006** (nº 6.612/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2006** (nº 5.819/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

### III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal .....	3
<b>Total.....</b>	<b>3</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2005**, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 20.09.2006

#### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados .. 38
<b>Total..... 38</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2006** (nº 2.238/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão nº 18 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a integração e funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem, celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2006** (nº 2.266/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05 do Conselho do Mercado Comum e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2006** (nº 2.349/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2006** (nº 2.237/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006** (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 18.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006** (nº 2.201/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 27.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006** (nº 2.147/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006** (nº 1.602/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006** (nº 1.651/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006** (nº 1.871/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti - MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006** (nº 2.067/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006** (nº 2.156/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006** (nº 2.169/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máster FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006** (nº 2.049/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006** (nº 2.149/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006** (nº 2.151/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006** (nº 1.362/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006** (nº 1.916/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006** (nº 2.165/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outoriza permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fai-Ufscar para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006** (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006** (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006** (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006** (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**



**Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006** (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006** (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006** (nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006** (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná..*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006** (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006** (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006** (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006** (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006** (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006** (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006** (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária - Afirc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006** (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006** (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006** (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006** (nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari - AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**V - REQUERIMENTOS DIVERSOS:**

<b>Total.....</b>	<b>2</b>
-------------------	----------

**Requerimento nº 955, de 2006**, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Heráclito Fortes, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, seja ouvida, também, além do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 940, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Octávio, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida também, a de Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 06.09.2006

**VI - MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR:**

<i>De iniciativa do Senado Federal .....</i>	<i>1</i>
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Paim, *que estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.*

(Retirado pelo Requerimento nº 867, de 2006)

**Sessão:** 19.09.2006

**VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:**

De iniciativa do Senado Federal .....	22
<b>Total.....</b>	<b>22</b>

**Requerimento nº 951, de 2006**, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Paim, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José do Rego Maciel, ex-prefeito de Recife, ex-secretário de fazenda e ex-deputado federal pelo Estado de Pernambuco e pai do Senador Marco Maciel.*

**Sessão:** 1º.09.2006

**Requerimento nº 954, de 2006**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de repúdio às declarações dadas em recente entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo, pelo Exmo. Sr. Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre a respeitável figura de Carlos Jereissati, falecido em 1963, pai do nobre Senador Tasso Jereissati.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 956, de 2006**, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, aos 98 anos, do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 959, de 2006**, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso ao professor de informática e engenharia da computação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ariângelo Hauer Dias, pela conquista do Prêmio Internacional Gerdau Melhores da Terra.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 960, de 2006**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 961, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental. que comemorou*

**Requerimento nº 962, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana-MG, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 965, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao povo amazonense pelo transcurso do 156º aniversário de criação do Estado do Amazonas, desmembrado da então Província do Grão-Pará.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 966, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Raimundo Neves de Almeida, pelo lançamento, em segunda edição, de seus livros “Na Beira do Barraco” e “Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá”.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 967, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso e de êxito aos sete motociclistas amazonenses que participarão, de 8 a 10 de setembro de 2006, do Enduro de Sairé, em Alter do Chão, Estado do Pará.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 968, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife/PE.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 969, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o artista plástico Mayr Mendes.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 970, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o médico Alcidarta Gadelha.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 971, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para a empresa MASA pelo anúncio oficial de que foi eleita a melhor empresa do País para se trabalhar no ranking da prestigiada revista econômica “Exame”.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 972, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o escritor amazonense Milton Hatoum, pelo recebimento do Prêmio Jabuti de Literatura.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 973, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para a socióloga e pesquisadora Marilena Corrêa da Silva Freitas, por sua posse no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 974, de 2006**, de autoria do Senador Marcos Guerra, *solicitando voto de congratulações à ABIT - Associação Brasileira de Indústria Têxtil, que está apoiando a Mobilização Nacional do Setor Têxtil e de Confeção Brasileira.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 994, de 2006**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que seja encaminhado o presente requerimento ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, no sentido de que a Seleção Brasileira de Futebol realize um jogo de solidariedade no Líbano, com a finalidade de angariar fundos para a reconstrução da área afetada, em decorrência dos conflitos causados por grupos terroristas.*

**Sessão:** 14.09.2006

**Requerimento nº 995, de 2006**, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e José Jorge, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Aluízio Napoleão de Freitas Rego, ocorrido no dia 14 de setembro de 2006.*

**Sessão:** 18.09.2006

**Requerimento nº 996, de 2006**, de autoria do Senador João Alberto Souza, *solicitando condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Diocese de Balsas no Maranhão, pela morte de Dom Franco Masserdotti – Bispo Diocesano, ocorrida em 17 de setembro de 2006.*

**Sessão:** 19.09.2006

**Requerimento nº 999, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Ozias Monteiro, ilustre homem público do Amazonas, com 40 anos de carreira na administração pública estadual e federal.*

**Sessão:** 19.09.2006

**Requerimento nº 1.001, de 2006**, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, *solicitando voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.*

**Sessão:** 20.09.2006

## VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

<b>Total.....</b> 7
---------------------

**Ato nº 44, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 309, de 4 de julho de 2006 que *altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.*

(publicado no Diário Oficial da União de 23.08.2006, seção I)

**Ato nº 46, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 310, de 13 de julho de 2006 que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

**Ato nº 47, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 311, de 13 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 208.000.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

**Ato nº 48, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 312, de 19 de julho de 2006, que *prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.*

(publicado no Diário Oficial da União de 08.09.2006, seção I)

**Ato nº 49, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 313, de 25 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.09.2006, seção I)

**Ato nº 50, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos*



*Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.09.2006, seção I)

**Ato nº 51, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que *dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

(publicado no Diário Oficial da União de 25.09.2006 , seção I)

## **IX - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA**

<b>Total.....</b>	<b>1</b>
-------------------	----------

**Ato nº 45, de 2006** – Declara o término do prazo de vigência da Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006, que *altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 29.08.2006, seção I; e retificado no Diário Oficial da União de 30.08.2006, seção I)

<b>SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS</b> (1º a 30 de setembro de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	3
Não Deliberativas	12
	<b>15</b>
Reuniões	5

## SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de setembro de 2006)

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>53</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas.....</b>	<b>1</b>
1 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação.....	1
<b>II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....</b>	<b>9</b>
<b>III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>3</b>
1 – Por decisão do Plenário.....	2
1.1 - Proposições do Senado .....	2
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado .....	1
<b>IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>38</b>
1 - Concessões de telecomunicações .....	34
2 – Acordos internacionais .....	4
<b>V – Requerimentos diversos .....</b>	<b>2</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>1</b>
<b>I – Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>54</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....</b>	<b>7</b>
<b>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	<b>1</b>

## SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2006

### SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 30 de setembro de 2006)

Deliberativas Ordinárias .....	62
Não Deliberativas .....	81
Especiais .....	6
Extraordinárias .....	10
<b>Total .....</b>	<b>159</b>
Reunião.....	7

**MATÉRIAS APROVADAS .....762**

**I – Medidas Provisórias aprovadas..... 23**

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 7

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação ..... 9

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .... 5

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados ..... 2

**II - Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 45**

**III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 106**

1 - Em Decisão terminativa .....84

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....84

2 - Por Decisão de Plenário .....22

2.1 – Do Senado Federal..... 10

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....10

2.3 – de Comissão Mista.....2

**IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação ..... 444**

1 - Acordos Internacionais.....57

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....7

3 – Operações de Crédito.....17

4 – Concessões de telecomunicações.....361

5 – Alterações do Regimento Interno.....2

<b>V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....</b>	<b>27</b>
<b>VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade .....</b>	<b>25</b>
<b>VII – Requerimento de informações sigilosas.....</b>	<b>1</b>
<b>VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante .....</b>	<b>7</b>
<b>IX – Requerimento de Auditoria do TCU.....</b>	<b>1</b>
<b>X – Indicação.....</b>	<b>1</b>
<b>XI – Requerimentos Diversos .....</b>	<b>82</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>21</b>
<b>I - Matérias prejudicadas .....</b>	<b>5</b>
<b>II - Matérias rejeitadas .....</b>	<b>11</b>
<b>III – Matérias retiradas .....</b>	<b>5</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>783</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>3</b>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**52ª Legislatura -2006**

**Resenha Mensal**  
**(269, II, do RISF)**  
**(Período de 1º a 30/09/2006)**

**I - MEDIDAS PROVISÓRIAS**

**1 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:**

<b>Total..... 1</b>
---------------------

*Medida Provisória nº 295, de 2006, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária; estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS; e dá outras providências.*

**Sessão: 05.09.2006**

## II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República .	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	7
De iniciativa do Senado Federal .....	1
<b>Total.....</b>	<b>9</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006** (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 597, de 1999** (nº 3.073/2000, naquela Casa), de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005** (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005** (nº 2.170/2003, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2006** (nº 6.467/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que *altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006** (nº 6.469/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2006** (nº 5.845/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2006** (nº 6.612/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2006** (nº 5.819/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.*

**Sessão:** 06.09.2006

### III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal .....	3
<b>Total.....</b>	<b>3</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispendo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2005**, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão:** 20.09.2006

### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	38
<b>Total.....</b>	<b>38</b>



**Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2006** (nº 2.238/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão nº 18 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a integração e funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem, celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2006** (nº 2.266/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05 do Conselho do Mercado Comum e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2006** (nº 2.349/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2006** (nº 2.237/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.*

**Sessão:** 06.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006** (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 18.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006** (nº 2.201/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 27.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006** (nº 2.147/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006** (nº 1.602/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006** (nº 1.651/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006** (nº 1.871/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti - MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006** (nº 2.067/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006** (nº 2.156/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006** (nº 2.169/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máster FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006** (nº 2.049/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006** (nº 2.149/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006** (nº 2.151/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio difusora Colider Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006** (nº 1.362/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006** (nº 1.916/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006** (nº 2.165/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outoriza permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fai-Ufscar para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006** (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006** (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006** (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006** (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006** (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006** (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006** (nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006** (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná..*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006** (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006** (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006** (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006** (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006** (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006** (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006** (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária - Afirc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006** (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 28.09.2006**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006** (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006** (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

**Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006** (nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari - AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 28.09.2006

## V - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

<b>Total.....</b>	<b>2</b>
-------------------	----------

**Requerimento nº 955, de 2006**, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Heráclito Fortes, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, seja ouvida, também, além do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 940, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Octávio, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida também, a de Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Sessão:** 06.09.2006

## VI - MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR:

<b>De iniciativa do Senado Federal .....</b>	<b>1</b>
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.*

**(Retirado pelo Requerimento nº 867, de 2006)**

**Sessão:** 19.09.2006

## VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal .....	22
<b>Total.....</b>	<b>22</b>

**Requerimento nº 951, de 2006**, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Paim, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José do Rego Maciel, ex-prefeito de Recife, ex-secretário de fazenda e ex-deputado federal pelo Estado de Pernambuco e pai do Senador Marco Maciel.*

**Sessão:** 1º.09.2006

**Requerimento nº 954, de 2006**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de repúdio às declarações dadas em recente entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo, pelo Exmo. Sr. Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre a respeitável figura de Carlos Jereissati, falecido em 1963, pai do nobre Senador Tasso Jereissati.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 956, de 2006**, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, aos 98 anos, do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife.*

**Sessão:** 04.09.2006

**Requerimento nº 959, de 2006**, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso ao professor de informática e engenharia da computação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ariângelo Hauer Dias, pela conquista do Prêmio Internacional Gerdau Melhores da Terra.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 960, de 2006**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 961, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental, que comemorou 32 anos de atuação no Estado do Amazonas.*

**Sessão:** 05.09.2006



**Requerimento nº 962, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana-MG, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 965, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo amazonense pelo transcurso do 156º aniversário de criação do Estado do Amazonas, desmembrado da então Província do Grão-Pará.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 966, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Raimundo Neves de Almeida, pelo lançamento, em segunda edição, de seus livros “Na Beira do Barraco” e “Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá”.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 967, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso e de êxito aos sete motociclistas amazonenses que participarão, de 8 a 10 de setembro de 2006, do Enduro de Sairé, em Alter do Chão, Estado do Pará.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 968, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife/PE.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 969, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o artista plástico Mayr Mendes.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 970, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o médico Alcidarta Gadelha.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 971, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a empresa MASA pelo anúncio oficial de que foi eleita a melhor empresa do País para se trabalhar no ranking da prestigiada revista econômica “Exame”.

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 972, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o escritor amazonense Milton Hatoum, pelo recebimento do Prêmio Jabuti de Literatura.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 973, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para a socióloga e pesquisadora Marilena Corrêa da Silva Freitas, por sua posse no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 974, de 2006**, de autoria do Senador Marcos Guerra, *solicitando voto de congratulações à ABIT - Associação Brasileira de Indústria Têxtil, que está apoiando a Mobilização Nacional do Setor Têxtil e de Confeção Brasileira.*

**Sessão:** 05.09.2006

**Requerimento nº 994, de 2006**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que seja encaminhado o presente requerimento ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, no sentido de que a Seleção Brasileira de Futebol realize um jogo de solidariedade no Líbano, com a finalidade de angariar fundos para a reconstrução da área afetada, em decorrência dos conflitos causados por grupos terroristas.*

**Sessão:** 14.09.2006

**Requerimento nº 995, de 2006**, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e José Jorge, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Aluizio Napoleão de Freitas Rego, ocorrido no dia 14 de setembro de 2006.*

**Sessão:** 18.09.2006

**Requerimento nº 996, de 2006**, de autoria do Senador João Alberto Souza, *solicitando condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Diocese de Balsas no Maranhão, pela morte de Dom Franco Masserdotti – Bispo Diocesano, ocorrida em 17 de setembro de 2006.*

**Sessão:** 19.09.2006

**Requerimento nº 999, de 2006**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Ozias Monteiro, ilustre homem público do Amazonas, com 40 anos de carreira na administração pública estadual e federal.*

**Sessão:** 19.09.2006

**Requerimento nº 1.001, de 2006**, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, *solicitando voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.*

**Sessão:** 20.09.2006

## VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....	7
------------	---

**Ato nº 44, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 309, de 4 de julho de 2006 que *altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.*

(publicado no Diário Oficial da União de 23.08.2006, seção I)

**Ato nº 46, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 310, de 13 de julho de 2006 que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

**Ato nº 47, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 311, de 13 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 208.000.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

**Ato nº 48, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 312, de 19 de julho de 2006, que *prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.*

(publicado no Diário Oficial da União de 08.09.2006, seção I)

**Ato nº 49, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 313, de 25 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.09.2006, seção I)

**Ato nº 50, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos*

*Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.09.2006, seção I)

**Ato nº 51, de 2006** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que *dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

(publicado no Diário Oficial da União de 25.09.2006 , seção I)

**IX - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA**

**Total..... 1**

**Ato nº 45, de 2006** – Declara o término do prazo de vigência da Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006, que *altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 29.08.2006, seção I; e retificado no Diário Oficial da União de 30.08.2006, seção I)

<b>SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS</b> <b>(1º a 30 de setembro de 2006)</b>	
Deliberativas Ordinárias	3
Não Deliberativas	12
Reuniões	5

## SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de setembro de 2006)

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>53</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas.....</b>	<b>1</b>
1 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação.....	1
<b>II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....</b>	<b>9</b>
<b>III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>3</b>
1 – Por decisão do Plenário.....	2
1.1 - Proposições do Senado .....	2
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado .....	1
<b>IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>38</b>
1 - Concessões de telecomunicações .....	34
2 – Acordos internacionais .....	4
<b>V – Requerimentos diversos .....</b>	<b>2</b>
 <b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	 <b>1</b>
<b>I – Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>1</b>
 <b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	 <b>54</b>
 <b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....</b>	 <b>7</b>
 <b>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	 <b>1</b>

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE  
FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2006**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA  
(15 de fevereiro a 30 de setembro de 2006)**

Deliberativas Ordinárias .....	62
Não Deliberativas .....	81
Especiais .....	6
Extraordinárias .....	10
<b>Total .....</b>	<b>159</b>
Reunião.....	7

**MATÉRIAS APROVADAS ..... 762**

**I – Medidas Provisórias aprovadas..... 23**

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 7

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação ..... 9

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .... 5

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados ..... 2

**II - Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 45**

**III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 106**

1 - Em Decisão terminativa .....84

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....84

2 - Por Decisão de Plenário .....22

2.1 – Do Senado Federal.....10

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....10

2.3 – de Comissão Mista.....2

**IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação ..... 444**

1 - Acordos Internacionais.....57

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....7

3 – Operações de Crédito.....17

4 – Concessões de telecomunicações.....361

5 – Alterações do Regimento Interno.....2

**V – Escolha de chefes de Missão Diplomática..... 27**

<b>VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade .....</b>	<b>25</b>
<b>VII – Requerimento de informações sigilosas.....</b>	<b>1</b>
<b>VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante .....</b>	<b>7</b>
<b>IX – Requerimento de Auditoria do TCU .....</b>	<b>1</b>
<b>X – Indicação.....</b>	<b>1</b>
<b>XI – Requerimentos Diversos .....</b>	<b>82</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>21</b>
<b>I - Matérias prejudicadas .....</b>	<b>5</b>
<b>II - Matérias rejeitadas .....</b>	<b>11</b>
<b>III – Matérias retiradas .....</b>	<b>5</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>783</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>3</b>



**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL.

Setembro de 2006

<b>ORIGEM</b>	<b>EXPEDIENTE</b>	<b>DATA DO DOCUMENTO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DESTINO</b>
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1618/2006	04/09/2006	Comunica a indicação do Senador Roberto Cavalcanti para participar do II foro Parlamentar Ibero-americano sobre "Migrações Para Desenvolvimento Compartilhado", a realizar na cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 26 e 26 de Setembro de 2006.	Embaixador Celso Amorim Ministro de Estado das Relações Exteriores
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1615/2006	04/09/2006	Encaminha OF nº 332/06-CPMJ "Ambulâncias", e documentos do Dep. Antonio Carlos Biscaia, presidente da CPMJ "Operação Sanguessuga" realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos para saúde.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1614/2006	04/09/2006	Em atenção a solicitação contida no OF PGR/GAB/Nº 1072, de 24 de agosto de 2006, item a, encaminhando Certidão de exercício de mandato no Senado Federal, referente ao Senhor Wirlande Santos da Luz, informa que os demais itens estão sendo elaborados.	Antônio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da República
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1616/2006	04/09/2006	Encaminha documentos colhidos pela secretaria de comissões SF, referentes ao Senhor Jacinto de Souza Lamas, Conforme OF Nº 094-1/2006, de 23 de agosto de 2006. Em atenção ao OF Nº 4404/2006, de 9 de agosto de 2006. Documento Sigiloso	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1630/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 3, de 206-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as denúncias relativas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	Ministro Tarso Genro Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Senador Joao Alberto Souza Segundo-Secretario, no exercicio da Primeira Secretaria	OF/SF/1629/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório final nº 3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios.	Dilma Vana Rousseff Ministra da Casa Civil
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1630/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, publicado no Suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Ministro Tarso Genro Ministro da Secretaria de Relações Institucionais
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1631/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Ministro Guilherme Palmeira Presidente do Tribunal de Contas da União
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1633/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Ministro Luiz Soares Dulci Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da Republica
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1634/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.11/08/06.	Senador Helio Costa Ministro de Estado das Comunicações
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1635/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Luiz Fernando Furlan Ministro de Estado de Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1636/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-	Guido Mantega

Presidente do SF				CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Ministro de Estado da Fazenda
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1637/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Marcio Thomaz Bastos Ministro da Justiça
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1638/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Nelson Machado Ministro da Previdência Social
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1639/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Sandra Lia Simon Procuradora-Geral do Trabalho Ministério Público do Trabalho
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1640/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Luiz Marinho Ministro do Trabalho e Emprego
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1641/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Tenente-Brigadeiro-Do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno Comandante da Aeronáutica Ministro da Defesa
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1642/2006	11/09/2006		Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Deputado Alceu Collares Presidente da Comissão Mista de

				Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Controle das Atividades de Inteligência
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1643/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Ministro Jorge Hage Sobrinho Ministro do Controle e da Transparência	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1644/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Waldir Pires Ministro da Defesa	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1645/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Jorge Armando Felix Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1646/2006	11/09/2006	Encaminha um exemplar de Relatório Final Nº3, de 2006-CN (três volumes), da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar irregularidades nos Correios, publicado no suplemento nº 137 do DSF em 11/08/06.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1730/2006	18/09/2006	Encaminha copia de capa a capa do Volume LXXVII, referente ao deputado Wellington Roberto, do processado do requerimento nº 77, de 2006-CN, que requer a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apuração das denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga".	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1729/2006	18/09/2006	Encaminha copia de capa a capa do Volume LXXVI, referente ao deputado Wellington Fagundes, do processado do Requerimento nº 77, de 2006-CN, que	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados	

				requer a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias envolvendo a Operação Sanguessuga.	
Senador Marcos Guerra No exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/1799/2006	21/09/2006	Encaminha cópias do aviso nº 1.573 e 1.596/2006, de 5 e 6 de setembro, do TCU, encaminhando cópia do acórdão nº 1.610/2006, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Requerimento nº 116, de 1996.	Senador Ney Suassuna	
Senador Geraldo Mesquita Junior No Exercício da Primeira-Secretaria do Senado Federal	OF/SF/1656/2006	14/09/2006	Encaminha Mensagem nº 226, de 2006(SF), do Presidente SF, Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento nº 160 DSF de 12/09/06.	Dilma Vana Rousseff Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1657/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da Republica Ministério Publico Federal	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1658/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Guido Mantega Ministro de Estado da Fazenda	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1659/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Marcio Thomaz Bastos Ministro de Estado da Justiça	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1660/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Senador Helio Costa Ministro de Estado das Comunicações	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1661/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio	Ministro Celso Amorim Ministro de Estado das Relações	

					Exteriores
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1662/2006	14/09/2006	do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Ministra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima Ministra de Estado do Meio Ambiente
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1663/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Ministro Paulo Bernardo Silva Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1664/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Ministra Nilceia Freire Ministra da Secretaria Especial de Política para Mulheres Presidência da República
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1665/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Ministro Waldofrido Silvano dos Mares Guia Neto Ministro de Estado do Turismo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1666/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1667/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Jose Miguel Insulza Secretario Geral da Organização dos Estados Americanos OEA
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1668/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.		Paulo Tarciso Okamoto Diretor-Presidente do SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas Empresas
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1683/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da		Embaixador Jose Mauricio de

Presidente do SF				Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Figueredo Bustani Embaixador o Brasil no Reino Unido
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1684/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Adhemar Gabriel Bahadrian
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1685/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Jose Veigas Filho Embaixador do Brasil na França
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1686/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Antonio Paes de Andrade Embaixador no Brasil em Portugal
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1687/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Valter Pecly Moreira Embaixador do Brasil no Paraguai
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1688/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador André Mattoso Maia Amado Embaixador do Brasil no Japão
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1689/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava Embaixador do Brasil no México
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1690/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur Embaixador do Brasil nos EUA

Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1691/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dra. Marlene Oliveira Nery Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1692/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dr. Marcelo de Menezes Bustamante Defensor Público-Geral do Estado do Rio de Janeiro
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1693/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dr. Jair Ramos Braga Secretario de Direito, Justiça e Legislação do Paraná
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1694/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dra. Maria de Fátima Zachia Paludo Defensora Pública-Geral do Estado do Rio Grande do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1695/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dr. Florivaldo Dutra Alves Defensor Público-Geral do Estado do Espírito Santo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1696/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Dr. Eduardo Flores Vieira Defensor Público-Geral da União
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1697/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06..	Jose Orcirio Miranda dos Santos Governador do Estado do Mato Grosso do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1698/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração	Alies Rodrigues Governador do Estado do Goiás



Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1699/2006	14/09/2006	Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06. Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06..	Marcelo Miranda Governador do Estado de Tocantins
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1700/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	João Alves Filho Governador do Estado de Sergipe
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1701/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Cláudio Lembo Governador do Estado de São Paulo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1702/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Eduardo Pinho Moreira Governador do Estado de Santa Catarina
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1703/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Ottomar de Sousa Pinto Governador do Estado de Roraima
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1704/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06..	Ivo Cassol Governador do Estado de Rondônia
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1705/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Germano Antonio Rigotto Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1706/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio	Wilma Maria de Faria Governador do Estado do Rio

				do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Grande do Norte
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1707/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Rosângela Garotinho Barros Asses Matheus de Oliveira Governador do Estado do Rio de Janeiro
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1708/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Jose Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Estado do Piauí
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1709/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Jose Mendonça Bezerra Filho Governador do Estado de Pernambuco
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1710/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Roberto Requião de Mello e Silva Governador do Estado do Paraná
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1711/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Cássio Cunha Lima Governador do Estado da Paraíba
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1712/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Simão Robson Oliveira Jatene Governador do Estado do Para
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1713/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Aécio Neves da Cunha Governador do Estado de Minas Gerais
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1714/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da	Blairo Borges Maadi

Presidente do SF				Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Governador do Estado do Mato Grosso
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1715/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Jose Reinaldo Carneiro Tavares Governador do Estado do Maranhão
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1717/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Lucio Gonçalo de Alcântara Governador do Estado do Ceará
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1718/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Paulo Ganem Souto Governador do Estado da Bahia
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1719/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Carlos Eduardo de Souza Braga Governador do Estado do Amazonas
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1720/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Antonio Waldez Góes da Silva Governador do Estado do Amapá
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1721/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Jorge Ney Viana Macedo Neves Governador do Estado do Acre
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1722/2006	14/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Luis Abílio de Sousa Neto Governador do Estado de Alagoas

Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1723/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Fabio Barcellos Governador do Distrito Federal
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1724/2006	14/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 04, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Illegal", Publicado no Suplemento 160 DSF de 12/09/06.	Paulo César Hartung Gomes Governador do Estado do Espírito Santo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1732/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1734/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Guido Mantega Ministro da Fazenda
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1735/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Marcio Thomaz Bastos Ministro da Justiça
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1736/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Guilherme Cassel Ministro do Desenvolvimento Agrário
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1737/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Maria Osmarina Marinan da Silva Vaz de Lima Ministro do Meio Ambiente
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1741/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho Comandante da Marinha

				Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.		
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1742/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Waldir Pires Ministro da Defesa	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1744/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jorge Ney Viana Macedo Neves Governador do Estado do Acre	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1745/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Luis Abibilo de Sousa Neto Governador do Estado de Alagoas	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1746/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Antonio Waldez Góes da Silva Governador do Estado de Amapá	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1747/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Carlos Eduardo de Souza Braga Governador do Estado do Amazonas	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1748/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Paulo Ganem Souto Governador do Estado da Bahia	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1749/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Lucio Gonçalo de Alcântara Governador do Estado do Ceará	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1750/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio	Maria de Lourdes Abadia Governador do Estado do Distrito	

					do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Federal
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1751/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Paulo César Hartung Gomes Governador do Estado do Espírito Santo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1752/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Alcides Rodrigues Governador do Estado do Goiás
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1753/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Reinaldo Carneiro Tavares Governador do Estado de Alagoas
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1754/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Blairo Borges Maggi Governador do Estado do Mato Grosso
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1755/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Orcirio Miranda dos Santos Governador do Estado do Mato Grosso do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1756/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Aécio Neves da Cunha Governador do Estado de Minas Gerais
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1757/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Simão Robson Oliveira Jatene Governador do Estado do Para
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1758/2006	19/09/2006			Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da	Cássio Cunha Lima

Presidente do SF				Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Governador do Estado da Paraíba
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1759/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Roberto Requião de Mello e Silva Governador do Estado do Paraná
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1760/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Mendonça Bezerra Filho Governador do Estado de Pernambuco
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1762/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Rosângela Garotinho Barros Asses Mathheus de Oliveira Governador do Estado do Rio de Janeiro
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1763/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Wilma Maria de Faria Governador do Estado do Rio Grande do Norte
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1764/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Germano Antonio Rigotto Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1765/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Ivo Cassol Governador do Estado de Rondônia
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1766/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Ottomar de Sousa Pinto Governador do Estado de Roraima

Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1767/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Eduardo Pinho Moreira Governador do Estado de Santa Catarina
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1768/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Cláudio Lembo Governador do Estado de São Paulo
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1769/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	João Alves Filho Governador do Estado de Sergipe
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1796/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Luiz Valter Ribeiro Rosário Governador do Estado de Sergipe
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1797/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Demóstenes de Abreu Procurador-Geral da Justiça do Estado de Tocantins
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1743/2006	19/09/2006	Solicita prioridade para PLS nº 64, de 2005, por meio do Relatório Final nº 5, de 2006-CN (publicado no DSF nº 160 em 13/09/06) da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra".	Senadora Idelii Salvatti Relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1731/2006	19/09/2006	Encaminha a mensagem Nº 231, DE 2006 (SF) referente ao Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Dilma Vana Rousseff Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1669/2006	14/09/2006	Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 4, de	Kim Bolduc



Presidente do SF				2006-CN, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005, "CPMI da Emigração Ilegal", publicado no Suplemento nº 160 do DSF em 12/09/06.	Coordenador-Residente das Nações Unidas no Brasil e Representante-Residente do PNUD Brasil
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1733/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Antonio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador-Geral da Republica	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1738/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jorge Armando Feliz Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Republica	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1739/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jorge Hage Sobrinho Ministro de Estado do Controle e da Transparência	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1740/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Guilherme Palmeira Presidente do TCU	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1761/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Estado do Piauí	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1770/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Marcelo Miranda Governador do Estado de Tocantins	
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1771/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio	Edmar Azevedo Monteiro Filho Procurador-Geral de Justiça do	

				do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06..	Estado do Acre
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1772/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Coaracy Jose de Oliveira da Fonseca Procurador-Geral de Justiça do Estado do Alagoas
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1774/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Vicente Augusto Cruz Oliveira Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1773/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Marcio Augusto Alves Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1775/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1776/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Manuel Lima Soares Filho Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1777/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Leonardo Azeredo Bandarra Procurador-Geral de Justiça do Estado do Distrito Federal
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1778/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Catarina Cecin Gazele Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo
Senador Renan Calheiros	OF/SF/1779/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da	Saulo de Castro Bezerra

Presidente do SF				Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1780/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Francisco das Chagas Barros de Sousa Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1781/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Paulo Roberto Jorge do Prado Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1782/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Irmã Vieira de Santana e Anzoategui Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1783/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jarbas Soares Junior Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1784/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Francisco Barbosa de Oliveira Procurador-Geral de Justiça do Estado do Para
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1785/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Janete Maria Ismael da Costa Macedo Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1786/2006	19/09/2006		Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Milton Riquelme de Macedo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná

Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1787/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Francisco Sales de Albuquerque Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1788/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Emir Martins Filho Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1789/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Marfã Martins Vieira Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1790/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Jose Alves da Silva Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1791/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Roberto Bandeira Pereira Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1792/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Abdiel Ramos Figueira Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1793/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Edson Damas de Silveira Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1794/2006	19/09/2006	Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra".	Pedro Sergio Steil Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina
Senador Renan Calheiros Presidente do SF	OF/SF/1795/2006	19/09/2006	Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06. Encaminha Relatório Final nº 05, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, "CPMI da Terra", Publicado no Suplemento 160 DSF de 13/09/06.	Rodrigo César Rebelo Pinho Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE SETEMBRO DE 2006 DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.****REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01 - TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 02-CAE (SUBSTITUTIVO) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999 - TERMINATIVO** - Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências. Autoria: Senador EDISON LOBÃO. Relator: Senador EDUARDO SUPLICY. **Resultado: A Comissão aprova, em Turno Suplementar, a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo).**

**ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2003 – TERMINATIVO** - Acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade. Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CAE.**

**ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 568, DE 1999 – TERMINATIVO** - Cria o Programa Trator Popular, concedendo isenção do Imposto sobre os Produtos Industrializados - IPI, na aquisição do trator popular, por pequenos e médios produtores rurais e suas respectivas cooperativas. Autoria: Senador PEDRO SIMON. Relator: Senador ROMEU TUMA. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: A Comissão aprova o Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CAE.**

**ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2006- COMPLEMENTAR - NÃO TERMINATIVO** - Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária. Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Relator: Senador OSMAR DIAS. Parecer: Pela rejeição do Projeto. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

**ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2004 – TERMINATIVO** - Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências. Autoria: Senador PEDRO SIMON **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2004 – TERMINATIVO** - Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior. Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. OBS: Em 04/07/2006, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado. **Resultado: A Comissão aprova o PLS nº 41, de 2004, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o PLS nº 131, de 2004. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F., a Matéria será submetida a Turno Suplementar de discussão, por ter sido aprovado Substitutivo integral.**

**ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 348, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO** - Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relator: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Pela rejeição do Projeto. OBS: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais; - A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.**

**ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006 – COMPLEMENTAR - NÃO TERMINATIVO** - Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS. Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relator: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

**ITEM 08 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 215, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA** - Solicita autorização do Senado Federal para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 85,200,000.00 (oitenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano de Fortaleza - BID/FOR I". Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador EDUARDO SUP LICY. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A**

**Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

### **A COMISSÃO APROVA, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO**

**REQUERIMENTO Nº 52/2006-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública deste Órgão Técnico com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002.

Autoria: Senador NEY SUASSUNA.

### **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA** - Atendendo ao Requerimento nº34, de 2006-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, que requerem a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar o ensino profissionalizante no País a luz do PLS 274/2003 e a PEC 24/2005 com reflexos nos programas do MEC. Compareceram os seguintes Convidados: 01 – Sr. WILSON WANDERLEI VIEIRA, FENTEC – Federação Nacional dos Técnicos; 02 – Prof. GABRIEL GRABOWISK, Diretor do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes do Centro Universitário FEEVALE, representando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-MEC; 03 – Prof. MARTIM SARAIVA BARBOZA, Diretor da SUEPRO – Superintendência da Educação Profissional; 04 – Prof. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 05 – Dr. PEDRO LOPES DE QUEIROS; Conselheiro do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia; 06 – Dr. SÉRGIO RICARDO LOPES, Diretor do Instituto Ability Brasil. **RESULTADO: REALIZADA.**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2006 - EXTRAORDINÁRIA**

**TEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2004** - “Altera a Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e o art. 186, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C”. **Autora:** Senadora ANA JÚLIA CAREPA. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2005** “Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar”. **Autor:** Senador FERNANDO BEZERRA. **Relator:** Senador PAPALÉO PAES. **Parecer:** Pelo encaminhamento do PLS nº 330, de 2004 e PLS nº 67, de 2005 à CCJ e à CAE para apreciação preliminar. **Resultado:** Aprovado, a matéria vai a CAE para continuidade de sua tramitação.

**ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2006 - “Proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a submissão de alguém à condição degradante de trabalho ou que importe grave restrição à sua liberdade individual.”** **Autora:** Senadora ANA JÚLIA CEREPÁ. **Relator:** Senador EDUARDO SUPLICY. **Parecer:** Favorável, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado, a matéria vai a CDH para continuidade de sua tramitação.**

**ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2005 - “Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regulamenta o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde.** **Autor:** Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. **Relator:** Senador AUGUSTO BOTELHO. **Parecer:** Favorável, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado, a matéria vai a CDH para dar continuidade de sua tramitação.**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### Relatório de Atividades

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

– SETEMBRO / 2006 –

#### REUNIÕES REALIZADAS

<b>Ordinárias</b>	<b>1</b>
<b>Extraordinárias</b>	<b>-</b>
<b>Conjuntas</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>

#### PARECERES APRECIADOS



<b>PLS NÃO TERMINATIVO</b>	<b>SETEMBRO</b>
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	2
REMESSA À CCJ	-
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
APROVADO COM EMENDA	1
PELO ARQUIVAMENTO	-
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

<b>PLS TERMINATIVO</b>	<b>SETEMBRO</b>
APROVADO	-
APROVADO COM EMENDA	2
PREJUDICADO	1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO EM TURNO SUPLEMENTAR	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

<b>MSF</b>	<b>SETEMBRO</b>
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	1
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	-
INDICANDO AUTORIDADES	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

<b>REQUERIMENTO</b>	<b>SETEMBRO</b>
APROVADOS	1
REJEITADOS	-
RETIRADO	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

### **MATÉRIAS ENCAMINHADAS AOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA CONHECIMENTO**

<b>DATA DA LEITURA</b>	<b>MATÉRIA</b>
	<b>I - RELATÓRIO CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ANALISADAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>

<p><b>25ª REUNIÃO</b> <b>05/09/06</b></p>	<p><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA (RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/01, ART. 41)</b>  <b>a - Aviso nº 304/GMF–Aviso nº 29/06 (Aviso nº 15/05)</b>, de 27 de abril de 2006, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, que não consta nos registros, nos meses de janeiro a março de 2006, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p><b>II – DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL, AS RAZÕES DELAS DETERMINANTES E A POSIÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS A ELA VINCULADAS (LEI Nº 9.069/95, ART. 7º, II)</b>  <b>b - Mensagem nº 667 - Mensagem nº 206/06 (Aviso nº 12/06)</b>, de 3 de agosto de 2006, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao segundo trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.</p>
---	---

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

### REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2006 - ORDINÁRIA

#### ITEM 1

##### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

“Acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios”.

**Autoria:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores.

**Relatoria:** Senador JOÃO BATISTA MOTTA.

**Parecer:** Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta.

**Obs:** Em 28/06/2006, foi concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ.

#### ITEM 2

##### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2003

(PL. nº 0256, de 1991, na Câmara dos Deputados)

- NÃO TERMINATIVO -

“Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”.

**Autoria:** Deputada JANDIRA FEGHALI.

**Relatoria:** Senador CÉSAR BORGES.

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta; pelo acolhimento das Emendas n<sup>os</sup> 1 e 2 e pela rejeição das Emendas n<sup>os</sup> 3 e 4.

**Obs:** - Ao Projeto, foram oferecidas as Emendas n<sup>os</sup> 1 e 4, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Flexa Ribeiro, e as Emendas n<sup>os</sup> 2 e 3, de autoria do Senador Leonel Pavan;

- A matéria foi examinada pelo Conselho de Comunicação Social e será apreciada pela Comissão de Educação.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ (Substitutivo).

### ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N<sup>o</sup> 38, DE 2004

“Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar”.

**Autoria:** Senador SÉRGIO CABRAL e outros Senhores Senadores.

**Relatoria:** Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

**Parecer:** Pela aprovação da Proposta, com a Emenda que apresenta; pelo acolhimento da Subemenda do Senador Demóstenes Torres e da Emenda n<sup>o</sup> 1, do Senador Antonio Carlos Magalhães, e pela rejeição das Emendas n<sup>os</sup> 2 e 3.

**Obs:** - Em 22/03/2006, foi recebida a Subemenda à Emenda de Relator, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, acolhida pelo Senador Antonio Carlos Valadares;

- Em 19/04/2006, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 02/05/2006, foram recebidas as Emendas n<sup>os</sup> 1 a 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da CCJ, tendo a Emenda n<sup>o</sup> 1, recebido Parecer Favorável do Senador Antonio Carlos Valadares e as Emendas n<sup>os</sup> 2 e 3, Parecer Contrário;

- Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares reformula o Relatório para oferecer novo Substitutivo à matéria, acolhendo as três Emendas do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, na forma da Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ (Substitutivo).

### ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N<sup>o</sup> 415, DE 2005

- TERMINATIVO NA CAE -

“Estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

**Autoria:** Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

**Relatoria:** Senador JUVÊNCIO DA FONSECA.

**Relatoria “ad hoc”:** Senador EDISON LOBÃO.

**Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

**Obs:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ.

### ITEM 5

**REQUERIMENTO (SF) Nº 942, DE 2005**  
**- NÃO TERMINATIVO -**

**Autoria:** Senador ALVARO DIAS.

**Relatoria:** Senador JOÃO BATISTA MOTTA.

**Parecer:** Pelo encaminhamento do Requerimento à Mesa do Senado Federal, uma vez que ele não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento próprio.

**Obs:** - Em 02/08/2006, foi concedida vista ao Senador Sibá Machado, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado contrário ao Requerimento;

- Durante a discussão da matéria, o Senador Romero Jucá oferece o Requerimento nº 16, de 2006-CCJ, que solicita ao Tribunal de Contas da União as informações necessárias ao esclarecimento da matéria.

**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento nº 942, de 2005. A Comissão rejeita o Requerimento nº 16, de 2006-CCJ, de autoria do Senador Romero Jucá.

### **REQUERIMENTOS APRECIADOS:**

#### **1) REQUERIMENTO Nº 15, de 2006-CCJ**

Requeremos, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Sr. Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre o crime de falso testemunho em depoimento à CPI dos Bingos.

**Autoria:** Senador ARTHUR VIRGÍLIO e TASSO JEREISSATI.

**Resultado:** Aprovado.

#### **2) REQUERIMENTO Nº 16, de 2006-CCJ**

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Tribunal de Contas da União as informações necessárias ao esclarecimento por esta Comissão da matéria referida no Requerimento nº 942, de 2005, para sua posterior deliberação.

**Autoria:** Senador ROMERO JUCÁ.

**Resultado:** Rejeitado.

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: DEBATER OS INSTITUTOS DA MEIA-ENTRADA E DA GRATUIDADE PARA DIVERSAS CATEGORIAS E SETORES EM PRODUÇÕES E ESPETÁCULOS CULTURAIS. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR ROBERTO SATURNINO. CONVIDADOS: LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; GUSTAVO PETTA, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; VALMIR FERNANDES, Presidente da**

Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; ISMAEL CARDOSO, Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; RICARDO CHANTILLY, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART. **RESULTADO: REALIZADA.**

## **REUNIÃO REALIZADA EM 06/09/2006 - ORDINÁRIA**

### **ITEM 01**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 340, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVA MISSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MOGI MIRIM, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

### **ITEM 02**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 341, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA CENTRAL DE CAJATI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAJATI, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

### **ITEM 03**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI-UFSCAR PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO CARLOS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

### **ITEM 04**

#### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RORAINÓPOLIS, ESTADO DE RORAIMA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 05

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE LOANDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 06

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 348, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO MASTER FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 07

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO FIDELENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - AFIRC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO FIDÉLIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 08

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2006

**“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES AUTÔNOMOS DE BURITI - MA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR JONAS PINHEIRO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 09**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 350, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA UTOPIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 10**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR GEOVANI BORGES**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 11**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À HP COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR GEOVANI BORGES**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 12**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À REDE JORNAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE**

**RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR JONAS PINHEIRO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 13**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO DIFUSORA COLÍDER LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR JONAS PINHEIRO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 14**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCOS GUERRA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 15**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2006**

**“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE CUTIAS DO ARAGUARI - AP A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CUTIAS, ESTADO DO AMAPÁ”.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR GEOVANI BORGES**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 16**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2006**



“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO E TV SUCESSO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VÁRZEA DA PALMA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 17

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 403, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

EXTRA-PAUTA  
RESULTADO

#### ITEM 01

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 349, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE DE ENGENHEIRO NAVARRO - MG A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ENGENHEIRO NAVARRO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 02

##### TERMINATIVO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESIDENTE BERNARDES DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRESIDENTE BERNARDES, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MANTIQUEIRA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CAXAMBU, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE OURO BRANCO - MG A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE OURO BRANCO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO NELSON ROCHA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CURVELO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO NOVO MILÊNIO DE DESENVOLVIMENTO E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CASCA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07**

**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO JAURU FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FAXINAL DO SOTURNO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 08****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO TAQUARUÇU A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TAQUARUÇU DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 09****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 10****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PIRAQUARA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 11**

**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO CÂNDIDO GARCIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 12****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO QUILOMBO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARECHAL DEODORO, ESTADO DE ALAGOAS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 13****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE VILA VELHA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 14****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MATRIZ DE CAMARAGIBE, ESTADO DE ALAGOAS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCOS GUERRA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 15**

**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 16****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORONEL MURTA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 17****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO LETÍCIA (ACRBL) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

## **SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: DEBATER OS INSTITUTOS DA MEIA-ENTRADA E DA GRATUIDADE PARA DIVERSAS CATEGORIAS E SETORES EM PRODUÇÕES E ESPETÁCULOS CULTURAIS. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR ROBERTO SATURNINO. CONVIDADOS: LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; GUSTAVO PETTA, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; VALMIR FERNANDES, Presidente da**

Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; ISMAEL CARDOSO, Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; RICARDO CHANTILLY, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART. **RESULTADO: REALIZADA.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 52ª LEGISLATURA  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES  
CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2006**

**SETEMBRO**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Reuniões Realizadas.....	02
Total de Proposições Apreciadas.....	34

**PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS**

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	34
PELA APROVAÇÃO PARCIAL	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E  
REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS  
MARÇO/SETEMBRO**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	05
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	05
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	26
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	26
Total de Reuniões Realizadas.....	31

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS (NT)	PRS	ECD	RQS	RQS - PLEN	INS (NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF	PETIÇÃO
PELA APROVAÇÃO	343	18	25	14	02	01	22	-	01	-	-	-	-	-
PELA APROVAÇÃO PARCIAL		01		03										
PELA REJEIÇÃO	-	01	-	05	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	01	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	01	-	-	-	-		-	-	-	01	-	-	-	-

TOTAL	344	20	25	23	02	01	22	-	01	01	-	-	-	-
-------	-----	----	----	----	----	----	----	---	----	----	---	---	---	---

**TOTAL GERAL: 439**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,  
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E  
REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2006  
SETEMBRO**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Reuniões Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	00

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E  
REUNIÕES CONVOCADAS  
E REALIZADAS EM 2006  
SETEMBRO**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	00
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	00
Total de Reuniões Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	02

REQUERIMENTOS	SETEMBRO
PELA	



<b>APROVAÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	-
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	-
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	-
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>02</b>

**TOTAL GERAL: 02**

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL—CRE**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 113, DE 2006 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DAS BAHAMAS. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR RODOLPHO TOURINHO. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APRECIADO.**

**ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 213, DE 2006 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR JOSAL LUIZ PELLEGRINO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE ZÂMBIA. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APRECIADO.**

**ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2006 - REVOGA O DECRETO-LEI Nº 7.270, DE 25 DE JANEIRO DE 1945, E O DECRETO-LEI Nº 7.776, DE 25 DE JULHO DE 1945. (REVOGA DECRETOS-**

**LEIS QUE REGULA OS CASOS DE INVALIDEZ E DE INCAPACIDADE FÍSICA PARA AS FORÇAS ARMADAS, E DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO DE COMISSÃO CRIADA PARA ESSE FIM). AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.**

**ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 03, DE 2002 - TURNO SUPLEMENTAR (ART. 282 – RISF) - ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ARTIGO 55 DA LEI Nº 6815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980, PARA PERMITIR A CONCESSÃO DE VISTO A ESTRANGEIRO PORTADOR DE DOCUMENTO DE VIAGEM EMITIDO POR GOVERNO NÃO RECONHECIDO PELO GOVERNO BRASILEIRO. AUTORIA: SENADOR MOREIRA MENDES. RELATORIA: SENADOR GILBERTO MESTRINHO. PARECER: FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA . - NÃO SENDO OFERECIDAS EMENDAS ATÉ O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO EM TURNO SUPLEMENTAR, O SUBSTITUTIVO É DADO COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADO SEM VOTAÇÃO (ART. 284 RISF). RESULTADO: DEFINITIVAMENTE ADOTADO**

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 05/09/2006 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2002 - (NÃO TERMINATIVO) - Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. AUTOR: Senador Wellington Roberto. RELATOR: Senador Wellington Salgado. RELATOR “AD HOC”: Senador Pedro Simon. RELATÓRIO: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. RESULTADO: Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE e CCJ, cabendo à última a decisão terminativa.**

**ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, 2003 - (NÃO TERMINATIVO) - Altera o artigo 9º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural. AUTOR: Senadora Serys Shessarenko. RELATOR: Senador Valdir Raupp. RELATÓRIO: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa.**

**ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2003 - (NÃO TERMINATIVO)** - Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências. AUTOR: Senador Álvaro Dias. RELATOR: Senador Jonas Pinheiro. RELATOR "AD HOC": Senador Valdir Raupp. RELATÓRIO: Pela aprovação da matéria com acolhimento da emenda nº 1, apresentada pelo autor. **RESULTADO: Aprovado o parecer. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa.**

SECRETARIA DE COMISSÕES - [SCOMGABINETE@SENADO.GOV.BR](mailto:SCOMGABINETE@SENADO.GOV.BR) - DIRETORA: CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRACRUZ  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes - [sscompermanentes@senado.gov.br](mailto:sscompermanentes@senado.gov.br) - Diretor: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ  
Tel. (0xx61) 311 3517-Fax: (0xx61) 311 2007-Praca dos Três Poderes-Anexo II-Ala Senador Alexandre Costa-Sala 13-Subsolo-CEP 70100-000-Brasília DF

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de agosto de 2006.**

Às onze horas e quinze minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Gilvam Borges, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão e Fátima Cleide. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Epiplaciolândia, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer pelo sobrestamento do projeto na Comissão é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 059, de 2004**, de

caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01, 02 e 03-CE, aprovadas por dezessete (17) votos. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, de forma a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana”. O relator designado é o Senador César Borges e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta atendendo a solicitação do relator. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que “Dispõe sobre o seguro educacional”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer favorável é aprovado, com as emendas 01 e 02 – CE oferecidas. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 067, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena que, “Altera a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para vedar a fixação de teto financeiro para o pagamento de hospitais públicos ou de ensino”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Flávio Arns, pelo prazo regimental de cinco dias. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta atendendo a solicitação do relator. Nesse momento, os Senhores Senadores Aelton Freitas, Gilberto Mestrinho e Sérgio Zambiasi requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Projetos de Decretos Legislativos nºs 335 e 343 de 2006, 308 de 2006 e aditamento ao Requerimento nº 021, de 2006, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – Fuenio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ra-

diodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 021, de 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi que, “Com fundamento regimental, em aditamento ao RQS 21/CE/2006, requeiro seja incluído no rol de convidados a participarem de Audiência Pública, que discutirá as ‘Questões Raciais’ atinentes às ‘Ações Afirmativas’, a se realizar em 03.08.2006 as seguintes pessoas: 1) Marcus Alessandro da Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU; 2) José Carlos Miranda Movimento Negro Socialista – MNS; 3) Roque Ferreira, Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores sobre Trilhos – CUT e Conselheiro do Conselho da Comunidade Negra Bauru e 4) Carlos Alberto Medeiros, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2004 e Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2006**. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura no dia de hoje.

Submeto ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Aprovado.

Srs. Senadores, solicito a inversão de pauta para iniciarmos a deliberação, como é de praxe, pelos Projetos e Decretos deliberativos. Aprovado.

Vamos, então, ao primeiro Decreto.

Item 08 da pauta, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 476/2004, que aprova o ato que outorga a permissão à empresa de radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina. Autoria: Poder Legislativo. Relatoria do Senador Leonel Pavan. Relatoria é do Senador Leonel Pavan. Item 08 da pauta.

**SENADOR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC): Sr. Presidente, eu sou Relator do Projeto do Item nº 08, Projeto 476 que... A Comissão de Educação, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476/2004, nº 3.201/2003, que aprova o ato que outorga a permissão à empresa radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas do meu Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, opinamos pela aprovação que outorga a permissão à empresa radiodifusão Tijucas FM Ltda., já que não existe nada, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação vigente. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por isso, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação, já que Tijucas é uma cidade das mais queridas e das mais promissoras do meu Estado de Santa Catarina. É a sede da cerâmica Portobello, uma das melhores cerâmicas do Brasil.

Então, é com grande orgulho e até do mundo podemos dizer. Porque o Brasil é símbolo, é exemplo deste material, deste produto em cerâmica, entre diversas outros que temos no Brasil. Mas, Tijucas é a sede da Portobello. E é um orgulho, uma honra muito grande, opinarmos ser o Relator desse Projeto da radiodifusão, Tijucas FM. Somos favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo nada a discutir. O Projeto será votado ao final, em bloco ao final. Passamos ao Item 09 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 285/2006 que aprova o ato que outorga a permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, FM, na cidade de Epitaciolândia, Estado do Acre. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Geraldo Mesquita a quem passo a palavra.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, chega a essa Comissão para apreciação em ca-

ráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 285/2006. O exame, Sr. Presidente, da documentação que acompanha o referido Projeto evidenciou violação nas formalidades estabelecidas na Resolução nº 32/2002 dessa Casa. Embora a documentação esteja completa, pende de regularização a situação de acionistas e cotistas em relação à quitação de tributos, conforme consultas recentes aos sistemas informatizados. Diante do exposto, o voto é pelo sobrestamento do processo até que a empresa e seus acionistas supram as formalidades exigidas no Item 03, D II do art. 1º da Resolução 39, apresentando as certidões atualizadas de quitação de tributos referentes aos seus acionistas e cotistas. É o voto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito bem colocado. Em discussão. Não tendo a discussão, chamo a atenção que o Parecer é pelo sobrestamento da matéria, não é isso Senador? Em discussão, não tendo o que discutir, será votado ao final também em bloco. Vamos ao Item 10 da Pauta.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela ordem, Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Eu queria pedir a V.Exª. a inclusão extrapauta do Relatório de duas rádios do nosso Estado de Minas Gerais de Muriaé e de Minduri.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto a inclusão extrapauta ao Plenário. Quem concorda, permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela ordem, Senador Gilberto Mestrinho.

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V.Exª. a inclusão extrapauta do Projeto 308/2006 que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Godajás a exercer o trabalho de radiodifusão, em rádio comunitária.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto ao Plenário. Quem for a favor permaneça como está. Aprovado, Senador Gilberto Mestrinho. Será incluído ao final da pauta.

Bom, o Item 10 da pauta é de autoria do Executivo, o Relator é o Senador César Borges, que é o ato que outorga a permissão do Rádio FM Bahia Sol

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Não estando presente o Senador César Borges, eu queria nomear Relator *ad hoc* o Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Item 10, Projeto de Decreto Legislativo 339/2006. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Fm Bahia Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. A Relatoria do Senador César Borges é favorável e tem o meu Parecer *ad hoc* favorável, também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo nada a discutir, os Projetos serão votados ao final em bloco. Agora, vamos aos extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 335/2006, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Padre Ênio Martins Fuênio para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. Como foi pedido ao Senador Aelton Freitas, sempre cuidando dos interesses de Minas, passo a palavra a V.Exª.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 335/2006 não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade da técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Fundação Padre Ênio Martins Fuênio, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Muriaé, na Zona da Mata no nosso Estado de Minas Gerais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, o Projeto será votado ao final em bloco. Passamos agora, também extrapauta, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 343/2006, que aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais que também é relatoria do Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, da mesma forma do Item anterior, opinamos pela aprovação do ato que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Minduri, no sul de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri no nosso Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, o Projeto será votado ao final, Senador Aelton. Parabéns pela inclusão dos dois.

Senador Gilberto Mestrinho. Agora o Projeto de Decreto Legislativo nº 308/2006, que aprova o ato que autoriza à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Godajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godajás, Estado de Amazonas. Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o meu Parecer é favorável a instalação e autorização para executar serviço de desenvolvimento e radiodifusão comunitária de Godajás a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Godajás. O voto é favorável e aguardaremos a votação apenas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão e Relatório do Senador Gilberto Mestrinho, extrapauta, demonstrando assim o nosso esforço concentrado, não é isso, Senador? Para ir votando rapidamente. Em discussão, não tendo ninguém que queira discutir, o Projeto será votado ao final.

Então, vamos à votação de todos os Decretos Legislativos com exceção do Item 09 que é pelo sobrestamento. Como vota o Senador Edison Lobão?

**SENADOR EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Voto sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marcos guerra?

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan.

**SENADOR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu voto com os Relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senador Geraldo Mesquita, Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Com os Relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Com os Relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Portanto, os Projetos foram todos aprovados, com Pareceres favoráveis.

Vamos votar agora, Senador Geraldo Mesquita, o Item 09 que é pelo sobrestamento acompanhando a Relatoria de V.Ex<sup>a</sup>. Quem vota, sim, acompanha o Relator e vota pelo sobrestamento da matéria. Como vota o Senador Edison Lobão; Como vota o Senador Marcos Guerra; Como vota o Senador Leonel Pavan.

**SENADOR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp? Senador Valdir Raupp, como vota?

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino; Senador Mozarildo.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB– RR) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia. Senador Geraldo Mesquita. Já votou, é o Relator. Então encontra-se aprovado o sobrestamento do Item 09 da pauta.

Voltamos agora para os itens...

**SENADOR EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pois não, Senador Lobão, pela ordem.

**SENADOR EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Ex<sup>a</sup>. que desse preferência ao Item 04 que dispõe sobre o seguro educacional, trata-se de uma matéria de grande importância, cujo Relator se encontra presente, ao passo que os demais Relatores dos itens anteriores não se encontram presentes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em votação, então, a inversão de pauta a pedido do Senador Edison Lobão. Aprovado. Vamos, então, ao Item 04 da pauta, Senador Edison Lobão. Autoria do Senador Carlos Bezerra e dispõe sobre o seguro educacional. Relatoria do Senador Edison Lobão, com a palavra o ilustre Senador.

**SENADOR EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, a proposição institui o referido seguro com o objetivo de auxiliar o custeio das despesas com educação de seu beneficiário à luz da ocorrência dos riscos segurados. São excluídos da modalidade educacional os seguros de acidente pessoais destinados à cobertura dos educandos. A proposição estabelece ainda as garantias desta modalidade de seguro e define que é somente o educando que será o beneficiário, mesmo que legalmente representado ou assistido.

Trata, ademais, dos riscos seguráveis. Determina, por outro lado que o capital segurado deva ser destinado ao pagamento das mensalidades e opcionalmente ou adicionalmente previsto para outras despesas escolares, podendo prever um valor a ser pago a título de apoio e estímulo a iniciação profissional. A proposta estipula que o contrato deve fixar o prazo para o pagamento da indenização e dá outras providências. O Projeto foi encaminhado a essa Comissão e após seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos para a decisão terminativa. Não foram oferecidas Emendas.

Sr. Presidente, concordamos com o Relatório apresentado pelo Senador Pedro Simon na Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso passamos a reiterar. A proposição cuida de assunto da competência legislativa da União que se insere entre as atribuições do Congresso Nacional previstas no art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa Parlamentar é legítima conforme preceitua o art. 61, assim a proposição não contraria as disposições constitucionais nem infraconstitucionais. Com respeito à técnica legislativa, alusão ao termo “Circular”, foi equivocada. Portanto, apresentamos Emenda para substituir pela palavra “Lei”. Também quanto à técnica legislativa, cumpre transpor o título do objeto para o início do texto normativo precedente o art. 1º. Em relação ao mérito. Acentua-se que a educação direito de todos e estende-se ao desenvolvimento de pessoa, prática da cidadania e a classificação para o trabalho. O Projeto sobre comento está em perfeita consonância com a disciplina da mencionada Lei 9.394/96, visto que ele estende o uso do seguro educacional a todas as modalidades de ensino previstas e praticáveis pela iniciativa privada, até mesmo aos cursos de educação de jovens e adultos.

Assim sendo, essa proposição constituiu relevante avanço normativo para o fomento da educação nacional.

O voto: Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 226/2002, com as seguintes Emendas: Emenda nº 1, transponha-se o título do objeto para o início do texto normativo do Projeto de Lei do Senado 226/2002, antes do art. 1º. Emenda nº 2, dê-se ao art. 3º a seguinte redação. Art. 3º, o seguro educacional deve conter condições gerais especificamente elaboradas para o produto, atendendo as normas vigentes para os seguros de vida ou acidentes pessoais, respeitado em especial o disposto na presente lei.

É o Parecer, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Antes de colocar em discussão, Sr. Senador, eu queria parabenizá-lo, porque essa legislação está sendo muito aguardada. Inclusive, eu fui como convidado para um



debate na segunda-feira e me perguntaram como estava esse Projeto de relatoria de V.Ex<sup>a</sup>. Então eu queria parabenizá-lo pessoalmente porque é de interesse da iniciativa da educação privada esse seguro.

Em discussão o Projeto do Relator, Senador Edison Lobão. Em votação. Quem estiver a favor que não se manifeste. Aprovado. É terminativo na Comissão de Economia.

**SENADOR CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador César Borges, com a palavra.

**SENADOR CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu sou Relator do Item 03, não terminativo, que é o Projeto que altera a questão do incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus estendendo com relação a automação industrial as áreas de livre comércio de Macapá e Santana. Eu pedia a V.Ex<sup>a</sup>. que retirasse da pauta de hoje pelo fato de que o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, gostaria, ele homem da Região da Amazônia, de participar da discussão desse Projeto, e não podendo estar presente me fez essa solicitação.

Então, eu pediria a V.Ex<sup>a</sup>. que colocasse na pauta da próxima reunião, retirando o Item 03 de pauta. Eu sou o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Bom, eu tenho que submeter ao Plenário, o Requerimento do Senador César Borges para a retirada de pauta a votação do Item 03. Submeto ao Plenário, quem estiver de acordo que não se manifeste, aprovado. Ok.

Vamos ao Item nº 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 059/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores públicos na forma prevista no art. 206 e 212 da Constituição Federal e dá outras providências. A autoria do Senador Cristovam Buarque, Relatoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia do Estado de Goiás, que agora a quem eu passo a palavra. Senadora Lúcia Vânia.

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu tenho a honra de relatar um Projeto de mais alta importância de autoria do Senador Cristovam Buarque, um Senador que tem sido aqui nessa Casa um verdadeiro batalhador em favor da educação do povo brasileiro. E esse Projeto em especial, ele tem uma importância porque, além de olhar com muito carinho os professores que não puderam ser atendidos no Projeto do FUNDEB, ele vai, sem dúvida nenhuma, reforçar esse Projeto que nós já votamos aqui, que reforça a educa-

ção básica como um todo, e ele agora vem dar uma atenção especial aos professores.

Portanto, eu quero aqui cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e dizer que me sinto muito honrada em poder relatar esse Projeto.

Em exame nessa Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 59/2004. Trata-se de iniciativa do Senador Cristovam Buarque destinado a autorizar o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores públicos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Pelo art. 1º do Projeto, piso constituirá o limite mínimo do salário inicial das carreiras dos profissionais da educação, assim considerados na legislação de cada sistema de ensino. Para sua aplicação, serão observadas a formação dos profissionais, a regularidade do vínculo contratual e a jornada de trabalho mínimo de 40 horas semanais, dois terço desta dedicada à atividade docente no caso dos professores. No ano seguinte ao de sanção da lei, o piso dos profissionais habilitados em nível médio será de setecentos reais. Ao passo que dos profissionais de nível superior será de novecentos e oitenta.

Para os exercícios subseqüentes o Projeto prescreve a fixação de piso em lei de iniciativa do Poder Executivo em patamar não inferior a 60% dos investimentos mínimo, anual, por aluno. Art. 2º, assegura aos educadores públicos em efetivo exercício, direito de opção pelo regime de trabalho e de remuneração atual. O art. 3º indica como fonte de custeio das despesas decorrentes da implantação do piso, os recursos vinculados à educação, nos termos do art. 202 da Constituição Federal.

Finalmente, o art. 4º, determina que a vigência da lei em que se transformar a proposição deve ter início com sua publicação. Este Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania desta Casa, foi encaminhado a essa Comissão para apreciação terminativa, não tendo, naquela Comissão, recebido nenhuma Emenda no prazo regimental.

Análise: A instituição do piso salarial profissional nacional, envolve reivindicação histórica do professorado brasileiro, fundada no entendimento de que a educação é parte essencial de qualquer programa de Estado, voltado ao desenvolvimento e a redução de diferenças sociais e regionais. Entretanto, como se encontra hoje a oferta da educação nas diversas realidades do País, parece tendente a reproduzir e acentuar desigualdades. A disparidade de renda entre professores de regiões pobres e ricas constitui manifestação visível desse fenômeno, contribuindo de forma decisiva para a ocorrência de diferenças na qualidade da educação nos diversos sistemas de ensino e via de conseqüência para o recrudescimento de distorções socioeconômicas inter-regionais. No âmbito das regiões mais ricas, os salários pagos

aos profissionais da educação não têm correspondido a magnitude da sua função social.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílio, PENAD, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE e divulgados em 2003, os profissionais da educação integram massa salarial situada entre as menos valorizadas do País. Essas constatações geram resultados perversos para todo o sistema educacional em suma para o País. De um lado, aviltamento salarial reduz a atividade da carreira docente a jovens profissionais bem preparados. De outro, obriga os que permanecem no magistério a assumir múltiplos empregos e a se aventurarem em jornadas de trabalho extenuantes em evidente irreparável prejuízo da utilização e aperfeiçoamentos permanentes que são pré-requisitos para o desempenho esperado na carreira.

Por tudo isso, iniciativas de estabelecimento de piso salarial nos moldes propostos, são necessários para a inibição do ciclo de reprodução dessas mazelas sociais e por isso mesmo meritórias. É de se notar, no entanto, que um dos maiores óbices a implantação de uma Política de Estado Brasileiro, nesse sentido, tem sido a interpretação de que o piso previsto no inciso V do art. 216 da Constituição Federal, deve ser definido no âmbito de cada sistema de ensino, tendo em conta a estrutura da federativa brasileira onde cada ente goza de autonomia para dispor acerca de questões alusivas aos respectivos servidores.

Todavia, esse entrave tem perdido força. A proposta de Emenda a Constituição nº 9/2006, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, imprime de forma explícita caráter nacional e abrangente ao piso salarial em comento, beneficiando todos os profissionais da educação.

Ademais, a mencionada PEC prevê a edição da Lei Federal para dispor sobre o piso salarial, o que de algum modo ratifica a oportunidade e a pró-atividade do PLS 59/2004.

Com o intuito de aperfeiçoar o Projeto, sobretudo, para assegurar a melhoria remuneratória dos profissionais da educação do Setor Público em todos os sistemas de ensino— [soa a campanha]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador, na Tribuna, por favor.

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – --No PLS 59/2004, dispositivo que contemplasse a possibilidade de incremento salarial de acordo com as reais disponibilidades orçamentárias dos entes pagado-

res, sobretudo, dos mais ricos, onde o custo de vida é mais elevado. No entanto, considerando que o piso nacional constituiu parâmetro do valor mínimo a ser observado, nada há a obstar a ponderação de condições mais favoráveis onde existirem na política salarial para o magistério.

Na mesma linha, a despeito do caráter autorizativo, a proposição enseja aumento de despesa continuada com o pessoal o que pode suscitar a argüição de afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal se não forem adotadas precauções ali prescritas. A par disso, sugerimos por Emenda que a estimação de gastos com a implementação da medida, nos três primeiros anos de sua vigência, seja feita pelo Poder Executivo a exemplo de outros Projetos apresentados no Congresso Nacional.

Por fim, parece-nos oportuno assegurar o valor real do piso estabelecido. A propósito, os pisos estimados pelo autor para aplicação a partir de 2005, já sofreram defasagem de aproximadamente 15% de 7,6% e de 5,7%, segundo os índices de inflação de 2004 e 2005 o que enseja a sua atualização.

No mais, a proposição não reclama reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, encontrando-se elaborada segundo recomendações da boa técnica legislativa.

O voto: Em face do exposto o voto é pela aprovação do PLS nº 59/2004, com Emendas. Projeto esse, friso aqui, do Senador Cristovam Buarque é que mais uma vez vem mostrar a essa Casa a sua preocupação e a sua responsabilidade com a educação nesse País.

Emenda número 1, Comissão de Assuntos Econômicos, Emenda nº 1. Dê-se ao § 2º do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 59/2004, a seguinte redação:

§ 2º, no ano posterior a da sanção da presente lei os valores do piso salarial previstos no **caput** desse artigo a serem observados para os profissionais com jornada de trabalho de 40 horas semanais serão: Primeiro, de oitocentos reais para os habilitados em nível médio, de mil e cem reais para os habilitados em nível superior.

.....  
§ 4º, no caso em que os salários sejam superiores aos valores do piso salarial definido no § 2º deste artigo será aplicado o percentual integral correspondente ao investimento mínimo anual por aluno, calculado em relação ao ano imediatamente anterior a sanção da lei.

Emenda nº 2, Comissão de Educação. Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 54/2004, o seguinte art. 4º remunerando-se o que couber.

Art. 4º, o Poder Executivo com vistas ao cumprimento dos dispostos nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, apresentará estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício posterior ao da sanção desta lei e nos dois subsequentes a qual acompanhará o pertinente Projeto de Lei orçamentária apresentada após a publicação desta lei.

Parágrafo Único, os benefícios provenientes desta lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior aquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Salas das Comissões, Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Antes de colocar em votação, Senadora, eu acho que esse Projeto foi muito bem distribuído a V.Exª. Quem conhece a história de V.Exª., sabe que tem tudo a ver também com a relação dos profissionais da área de educação pública. Então parabéns por essa Relatoria. Favor, em discussão. Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de enfatizar a oportunidade, a importância desse Projeto de Lei porque se nós pensarmos na educação, e todos nós temos essa convicção, essa consciência de que a educação é um instrumento fundamental para a mudança para a melhor para uma Nação desenvolvida, para as mudanças sociais e econômicas, nesse processo de educação, o mais fundamental de tudo é a valorização do profissional que atua na área. Seja do ponto de vista do reconhecimento, mas especialmente do ponto de vista financeiro. Nós dizermos que um profissional é importante, que uma área é importante e não haver a valorização financeira através de planos de cargos e salários adequados, de nada adianta. Eu diria não só para os professores, mas também para todos os profissionais que trabalham dentro do ambiente escolar, que no fundo todos eles são educadores. Mas de uma maneira muito particular para os professores. E realmente esse debate, essa discussão sobre o piso salarial, profissional é uma área, assim que vem sendo objeto de reflexão há muito tempo dentro na sociedade, no Executivo e no Legislativo, a gente sabe dessa disparidade que existem entre regiões, entre regiões mais ricas e regiões mais pobres, mesmo entre os professores que vêm de regiões

economicamente mais ricas, nós temos observado a dificuldade de se ter uma vida digna, uma participação pelo salário defasado, aviltado que recebem. Eu sou professor também. Eu diria, olha, hoje em dia se não houver uma modificação disso, a gente terá infelizmente a desistência de muitos profissionais que pretendem assim ter a participação, colaborar, tem a vocação para a área.

Então, a determinação, esse debate sobre o estabelecimento de um piso básico nacional... E é claro que isso não impede que os Estados também avancem nessa política como está escrito no Relatório da Senadora Lúcia Vânia para melhorar ainda mais no contexto dos respectivos sistemas, eu diria que o estabelecimento desse piso realmente está de acordo com todo o debate que estamos fazendo nesse contexto. Mas o debate mais aprofundado é que nós, realmente, precisamos nos empenhar já que a educação é fundamental para que planos de cargos e salários nacionais, estaduais, municipais em todo o Brasil seja assim objeto de um debate, de um acompanhamento, de uma seriedade que o assunto merece.

Por isso, eu tenho a alegria de ver esse Projeto de Lei, o Relatório da Senadora Lúcia Vânia e dizer que eu sou totalmente a favor do Projeto e dessa discussão que acontece aqui dentro do Senado e no Brasil inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Flávio Arns, quem conhece também a vossa história sabe que além de ser professor, vai estar ao lado dos educadores, e o País eu acho que nesse momento vem mudando bastante. Tem se falado muito em educação, tanto situação, quanto oposição. Eu acho que nós estamos caminhando, digamos assim, caminhando no caminho certo agora.

Com a palavra agora Senador Marcos Guerra. Em discussão.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu quero parabenizar o autor do Projeto, um defensor da educação aqui no Senado, Senador Cristovam Buarque e a forma brilhante também como a Senadora Lúcia Vânia, ela acaba de relatar esse Projeto aqui tão importante para o Brasil.

Acho importante a valorização do profissional na educação no Brasil. Um País aonde nós precisamos investir na educação, infelizmente, V.Exª. como também participa de instituições de educação sabe disso, a forma que se remunera o profissional de educação.

Então, acho um passo importante até para incentivar novos profissionais a estar ingressando em prol da educação do País.

O meu voto é favorável e mais uma vez eu quero aqui parabenizar o autor do Projeto Cristovam Buarque, o Senador Cristovam Buarque e nossa Relatora aqui a Senadora Lúcia Vânia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marcos Guerra, eu gostei muito da palavra que o senhor usou, investimento, e não gasto em educação. É um grande investimento. Muito bem colocado. Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

**SENADOR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que a V.Ex<sup>a</sup>. é uma alegria enorme presidir a Sessão e discutir um Projeto dessa envergadura já que V.Ex<sup>a</sup>. é ligada a educação, e tem experiência e sabe as dificuldades que os nossos professores estão passando. Até porque existe uma desigualdade entre professores de escolas particulares com os professores de escolas públicas. As particulares já pagam mais. E V.Ex<sup>a</sup>., como educador, como pessoa da área da educação, sabe que existe uma desigualdade muito grande no Brasil de um Estado e outro.

Por isso quero aqui cumprimentar o Cristovam Buarque, candidato a Presidência da República pelo PDT, uma pessoa ligada à educação. Responsável. O Projeto dele, realmente, vai trazer grandes benefícios ao setor. Mas, da mesma forma, o Relatório da Lúcia Vânia é rico. A aprovação dela não é apenas aprovar por aprovar. Ela traz motivos para nós aprovarmos. A Lúcia Vânia que é do meu partido do PSDB do Geraldo Alckmin, duas pessoas ligadas e comprometidas com a educação do nosso País. Claro, os demais devem ter. Todos têm programas para a educação. Todos. Só que na de fazer alguma coisa não se faz. Apenas fica no discurso, apenas fica naquela questão de conquistar os profissionais da educação. Agora é a hora da “onça beber água”. Agora é hora de nós mostrarmos realmente se nós queremos melhorar ou não. Existem desigualdades? Claro que existem. Estados mais pobres, principalmente no nordeste. Os Estados aqui da região do sul são Estados mais ricos, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, têm melhores condições em relação a outros Estados do Brasil. E é possível, nós, é possível ter um piso salarial único, é possível. Porque o Governo Federal pode contemplar os Estados que não podem colocar os recursos de direitos para ter um piso único, com o FUNDEF e agora o FUNDEB. É possível. É

possível deslocar esses recursos para o salário dos professores. Os professores do Brasil...

Aliás, quando se fala em segurança, Sr. Presidente, segurança não é apenas combater os marginais que tem hoje. Segurança é evitar que surjam novos marginais lá no começo, lá na base, com educação, com saúde, com investimento na família, investimento na criança. É lá que tem que fazer. Por isso a educação é de grande importância para o nosso País, para o mundo, para combatermos a desigualdade social e a criminalidade do futuro.

Se hoje existem muitos marginais é porque no passado não tiveram investimentos na família, na criança no social, no emprego, na moradia. Não houve investimentos na sociedade.

Então, veja aqui. Segurança: Policiais. Falam tanto em segurança. Tem que falar. Mas policiais não recebem o mínimo de recurso em relação a tudo que ele faz e pela sua importância. Um policial coloca a sua vida, é discriminado, é caçado todos os dias pelos bandidos e, no entanto, estão colocando aí o seu corpo, a sua vida para defender a sociedade brasileira e são maltratados pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual, porque não reconhecem a importância do policial. E nós também não reconhecemos a importância do educador.

Tem Municípios que pagam salários bons, mas tem outros que não pagam. Isso é muito claro. Tem Municípios que pagam metade de um salário mínimo. Isso é inconstitucional. Mas o Município fala: “Eu não tem recurso, eu não tem condições...”, e não tem mesmo! Que a arrecadação é pouca. Aí é que o Governo tem que fazer uma pesquisa, um levantamento de quem realmente mais precisa de investimentos.

Tem cidades aonde têm recursos maiores, não tem mais como aplicar. Compra de ônibus, escolas super modernas, porque a arrecadação é grande, então como tem que investir os 25% em educação, acabam gastando em coisas supérfluas, acabam gastando em coisas que não são necessárias.

No entanto, municípios pequenos, Senadora Lúcia Vânia, lá do interior do nosso País, nos grotões do nosso País, eles não têm. A escola é uma sala e um banheiro, sem muro, sem condições nenhuma, escolas depredadas que não têm condições de colocar uma criança lá dentro. E os professores caminham quilômetros e quilômetros a pé, com material aproveitando folha de um lado para o outro, pegando até às vezes, sobras de papéis para tentar fazer o seu trabalho.

É preciso que o Governo Federal agora... Aí está o momento, aí estão os candidatos a Presidente verificar quem tem condições, e quem teve a oportunidade de fazer e não fez. É preciso discutir agora, e o Senador

está fazendo a sua parte através do Cristovam Buarque e através da nossa Relatora Lúcia Vânia, e nós todos aqui da Comissão de Educação.

Esse Projeto merece destaque. Parabéns a Relatora, parabéns ao autor e ao Presidente Wellington Salgado. Somos favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. V.Ex<sup>a</sup>. que concorre ao Governo do seu Estado, com certeza irá ganhar. Nós vamos sentir uma saudade tremenda aqui nessa Comissão. Com a palavra, eu queria deixar o Senador Cristovam, o autor, por último, se V.Ex<sup>a</sup>. desejar a falar. Com a palavra, então, o Senador Romeu Tuma para discutir.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos quando fui avisado da discussão do Relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Eu sempre fui apaixonado pela defesa que a Senadora Lúcia Vânia faz de segmentos sociais importantes para a Nação.

Então, eu vim aqui, porque Senadora Lúcia Vânia, eu tenho um pouquinho de história de ligação com o professor. A minha esposa foi professora de primeiro e segundo grau, foi diretora de escola, e eu me lembro que na campanha eleitoral para Prefeito de São Paulo, um dos candidatos me perguntou, como candidato, se eu conhecia Sapopemba, que é um bairro da periferia de São Paulo. Ninguém pode achar que eu combinei com ele a pergunta porque minha mulher formou a primeira escola primária do Município em Sapopemba, recolhendo os nomes das crianças, e conseguido com o padre da igreja de Fátima uma sala, como disse o Senador Pavan, para poder acomodar os alunos. E voltava, Senadora, por uma estrada de bairro num caminhão de lixo, porque não havia condução para trazer as pessoas até um ponto que pudessem dirigir as suas casas. Então esse fato para mim marcou muito na minha vida.

Eu acho que a história dos professores do Brasil, V.Ex<sup>a</sup>. é um especialista e um conhecedor profundo. A senhora sua mãe deve ser sempre homenageada por tudo que fez nessa área.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Professor, também.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Professora, eu sei a história dela. O senhor fala com emoção quando conta a história e o exemplo que ela lhe deu e para muita gente. Eu acho que essa base do ensino, esse investimento para a Nação, nós que lidamos com a segurança, Senador, sabemos o que representa uma

boa educação. Um acompanhamento da infância, da adolescência com a perspectiva de uma cultura bem orientada, bem investida a criminalidade vai perder seus quadros. A disputa é essa. Ou nós damos mais quadros para os bandidos ou damos oportunidade para que os professores possam ter amor como tem pela juventude e pelas crianças que se dedicam única e exclusivamente. Porque professor que tem que dar aula em três, quatro escolas, não tem tempo de prepará-la.

Então é uma coisa profundamente amarga para que as pessoas possam realmente buscar uma oportunidade no futuro.

O nosso candidato a Presidente Cristovam Buarque teve a inteligência, e eu tenho acompanhando de perto as apresentações que ele tem feito voltado única e exclusivamente para um ponto estrategicamente importante para a Nação que é a educação. Não se pode relegar a um segundo plano, uma área que em tese é a base para todos os outros setores da Administração Pública.

Então, Senador Cristovam, parabéns. Espero que o senhor seja eleito. Se não for, que aquele que for que o ouça, que aprenda com o senhor o que é a importância da educação que a Senadora Lucia Vânia tão bem soube aproveitar.

Peço desculpa por ter demorado, Sr. Presidente, mas é uma coisa que me emociona muito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, ouvi-lo é sempre uma honra, e com certeza um acúmulo de conhecimento.

Com a palavra agora, o nosso ilustre Vice-Presidente, que muito nos honra, Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Sr. Presidente, eu não podia deixar passar essa oportunidade para parabenizar o nosso candidato a Presidente do meu partido, Cristovam Buarque pelo Projeto, e também agradecer ao toque da Senadora Lúcia Vânia que colocou o sentimento da mulher dentro do Projeto.

Eu acho que um País que paga quinhentos milhões de juro por dia pode pagar oitocentos reais para um professor, mil e cem para um professor. Vão reclamar, vão chiar, vão querer bloquear, mas temos que fazer justiça. Isso já é uma reivindicação antiga dos professores. Todos reclamam do salário e o professor fica ganhando pouco e trabalhando... E a única forma que nós tínhamos de fazer justiça nesse País de fazer as pessoas subirem na escala social sem ser dando esmolas, é educando bem essas pessoas. É vergonhosa a posição do Brasil naquela prova que foi feita agora em que apenas 10% dos alunos atingem o nível

de escolaridade equivalente à prova que eles fizeram. Nós tínhamos que melhorar a qualidade de ensino. O professor se alimentando melhor, tendo mais condições de se locomover com salário mais justo, o ideal que seria umas três vezes isso, mas é o que podemos fazer no momento. Nós teremos que melhorar a vida das pessoas. Eu acredito que o Brasil vai mudar essa injustiça social, essa má distribuição da riqueza, essa injustiça vergonhosa através de educação. E o Projeto do Senador Cristovam Buarque, com as pinceladas da Senadora Lúcia Vânia, vem para fortalecer essa posição de nós Senadores que o povo brasileiro precisa muito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB–RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup>. Senadora Lúcia Vânia, o Projeto do Senador Cristovam Buarque não poderia ser melhor do que está. É verdade que é um Projeto Autorizativo. É o caminho que o Parlamentar tem para poder, quando implica em aumentar despesa, poder apresentar um Projeto da envergadura desse, que visa justamente estabelecer um piso salarial mínimo para os profissionais da educação em todo o País.

Portanto, eu quero louvar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Um educador emérito, Reitor da universidade de Brasília, um homem que realmente tem dedicado o seu mandato a luta pela educação nesse País.

Eu também tenho o prazer de dizer como professor que não só apoio, como louvo essa iniciativa, e espero que não só aprovado aqui no Senado, não tenha na Câmara o destino inverso. Porque a Câmara tem um entendimento que Projeto Autorizativo não deva ser aprovado. Eu lamento muito que outros Projetos aprovados aqui no Senado que têm um entendimento que o Parlamentar tem o direito de apresentar Projeto Autorizativo e eu mesmo tenho a experiência que... A Universidade Federal de Roraima e a Escola Técnica Federal de Roraima foram dois Projetos de Lei Autorizativo de minha autoria, e que hoje são uma realidade.

Portanto, não entendo porque a Câmara está em dissintonia... Informa aqui o Assessor que a Câmara está mudando esse entendimento. Porque é uma dissintonia realmente com o Senado que tem o Parecer, inclusive, de juristas eméritos e que eu espero que a Câmara realmente mude. Porque seria tolher a iniciativa importante como essa, partir de um Parlamentar que queira e que conheça, como é o caso do Senador Cristovam, corrigir uma injustiça tão gritante que todo

mundo reconhece que é a questão salarial do professor. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador.

Agora, com a palavra o Senador, membro da nossa Comissão e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Roberto Saturnino.

**SENADOR ROBERTO SATURNINO** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, os depoimentos todos são unânimes, e na verdade não precisaria da minha palavra de apoio, de aprovação e de louvor a esta iniciativa do Senador Cristovam muito bem trabalhada pela Senadora Vânia, mas é que o Projeto é tão importante, eu diria, é uma das iniciativas mais importantes no âmbito legislativo, este de valorizar o professor que afinal de contas, mestre, que é o fator decisivo da educação. O Projeto é de tal maneira importante que eu me sinto obrigado, como brasileiro, a também dar a minha palavra de aprovação e a minha palavra de louvor a iniciativa do Senador Cristovam e o trabalho da Senadora Vânia, somando a minha voz a todos os que aqui já se manifestaram.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Saturnino. E agora vamos, Senador Ney Suassuna. Um homem que sempre trabalhou muito e que é também da área e que conhece a fundo todo esse problema, que a sua Paraíba deve sofrer bastante essa questão da má remuneração do professor público. Senador, por favor.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Nobre Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, isso não é um caso específico da Paraíba, do Brasil, isso é um problema mundial. E quando a gente olha na história, isso é uma coisa atávica.

Os gregos eram os sabidos da antiguidade. Quando os romanos invadiram, levaram milhares de gregos para ser precursores dos seus filhos. Todos tinham orgulho dos seus professores, mas eram escravos. E realmente isso ficou sempre assim meio professor não precisa ganhar muito e bastava dar comida e casa. Era um escravo. E isso, nos países subdesenvolvidos continuou esse costume, esse uso. Nos países que se desenvolveram se verificou que a alavanca do progresso é o professor.

E por isso, é muito importante que a gente mude esse modo de pensar, daí eu louvar o Projeto do Senador Cristovam, da Relatoria da Senadora Vânia e dizer que essa é tardia, mas graças a Deus está se pensando, embora seja só autorizativo e a gente precise fazer algumas alquimias na economia nacional para encontrar os recursos que ainda são muito poucos porque o teto

ainda é muito... Mas já é um passo e toda caminhada começa com o seu primeiro passo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, ilustre Senador. Se não houver mais nenhum Senador querendo discutir o assunto, eu gostaria e terei a maior honra de passar a palavra ao autor do Projeto, Senador Cristovam Buarque. Com a palavra, Senador.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, me permita falar em nome de todos os professores do Brasil, mesmo sem terem me dado a voz para isso, para agradecer a Senadora Lúcia Vânia. Não só pelo Relatório, mas pelo cuidado de elevar o valor que estava inicialmente. Eu acho que foi uma edição correta, primeiro levando em conta os dois anos desde que esse Projeto foi apresentado, e o aumento da receita, o custo de vida, tudo isso.

Então, Senadora, esse Projeto eu considero que é nosso. Seu e meu. Segundo, agradecer a cada um dos Senadores que fez o seu pronunciamento na defesa do salário e muito especialmente a quem está aqui na minha frente, não tinha me visto, mas fez um belo pronunciamento que foi o Leonel Pavan. E dizer um pouco na linha do que falou o Senador Ney Suassuna, que o futuro de um País a gente vê pela cara da escola e o bolso do professor. Se você vê a cara da escola, você sabe se o País tem futuro ou não. E a gente tem, no Brasil, pelo menos 22 mil escolas sem banheiro, 27 mil sem luz. Cara feia, teto de zinco, piso de areia, salas apinhadas. O futuro do Brasil está aí.

Agora, não adianta também ter as escolas bonitas se o professor não tiver um salário que faça com que ele se sinta parte importante da sociedade que no Brasil, é medido, sobretudo, pela remuneração. Não faz muito uma criança perguntou, quando é que o Brasil vai ser bom para você, Cristovam. Eu disse: “No dia que quando nascer uma criança o pai e a mãe botar a criança no colo e dizer: Quando crescer vai ser professor. – Nesse dia, o Brasil vai estar bom”. Quando o pai disser isso. Quando crescer vai ser professor. Hoje não diz isso, ao contrário, quando algum jovem começa a ter vocação de magistério, vocês sabem que imediatamente os pais ficam assustados.

A gente está dando o primeiro passo com esse Projeto. Claro que é Autorizativo, mas eu quero lembrar que a idéia desse Projeto estava no Programa de Governo que o Presidente Lula, quando candidato apresentou ao Brasil. Estava lá e tinha se comprometido a criar o piso. Não estava o valor exato. E eu, como Ministro dele que fui, eu apresentei esse Projeto as autoridades centrais. Porque Ministro não man-

da Projeto de Lei para o Congresso. Apresentei na Casa Civil e ficou lá dormindo até hoje. Logo que eu cheguei aqui tomei a iniciativa de apresentar não só esse, como outros que estão até hoje dormindo, lá. E fico muito feliz de que tenha tido uma Relatora como a Senadora Lúcia Vânia, que ela tenha tido o cuidado de mostrar que o valor que ele estava ainda podia e devia ser maior.

Eu creio que nós estamos dando um grande passo, e eu parabeno essa Comissão e fico orgulhoso de ter sido quem deu origem. Mas na verdade, é um Projeto de todos nós, e muito especialmente eu quero repartir com a Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado, Senadora, em nome de todos os professores do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque. Essa Comissão sente-se honrado de tê-lo nessa Comissão, inclusive com um Projeto tão maravilhoso quanto esse. Queríamos ouvir agora a ilustre palavra do nosso Senador e ex-Presidente Marco Maciel. Último orador escrito.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Presidente Senador Wellington Oliveira, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, eu gostaria de... Me associando as manifestações que me precederam de cumprimentar também o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa de tão oportuna proposição. Aliás, o nome dele é um nome que se confunde com a própria luta pela melhoria da educação no nosso País. Ele que, inclusive, até faço questão de mencionar isso, conterrâneo, desde cedo se deslocou para Brasília, esteve associado as melhores causas da educação brasileira, inclusive ao lado de Anísio Teixeira, de Darcy Ribeiro e tantos outros, e sempre demonstrou uma propensão muito grande em ver à educação considerada como a grande prioridade nacional. E suas atividades não se limitaram apenas a de ser um professor, um bom professor, mas também foi Reitor de uma universidade de Brasília, e ter um currículo muito denso que marca sua proba vida pública.

Daí porque não posso deixar de fazer um reconhecimento da sua preocupação com a educação, e nessa sua ação apostolar para que possamos dar ao País o acesso a todos à educação e uma educação de boa qualidade. E não posso deixar também, em consequência do que acabo de dizer, de cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo excelente Parecer que apresentou, que mereceu também o reconhecimento aqui de todos os seus pares. Ela também é uma pessoa muito preocupada com a questão social brasileira de modo mais geral, inclusive, exerceu ao tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República funções muito relevantes, no sentido do

acolhimento de crianças pobres na rede educacional pública, e tem também uma longa tradição de luta em favor da melhoria da educação em nosso País.

Daí porque, concluindo as minhas palavras, eu desejo felicitar mais uma vez o Senador Cristovam Buarque, estender os meus cumprimentos a Senadora Lúcia Vânia e a Comissão de Educação que tem cumprido e bem a sua tarefa, não somente de aprovar proposições de interesse do ensino em nosso País, mas como também, porque se converteu num grande Fórum da Educação de nossa pátria. Os cumprimentos, portanto, ao autor e a Relatora, e a V.Ex<sup>a</sup>. também, nobre Presidente, e aos demais membros dessa Casa.

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela ordem, a Relatora Senadora Lúcia Vânia.

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer as palavras elogiosas dos meus pares aqui e gostaria de agradecer profundamente a V.Ex<sup>a</sup>. que delegou a mim essa tarefa honrosa de relatar um Projeto de um homem que é exemplo aqui nessa Casa. Um homem que faz dessa Casa uma Casa voltada para a educação. Eu acho que todos os seus pronunciamentos, todos os momentos dele nessa Casa, em nenhum segundo, ele esqueceu este compromisso, essa bandeira, que sem dúvida nenhuma o tem destacado em todo o País.

Portanto, eu quero dizer ao Senador Cristovam que se o Relatório pôde ser um Relatório a contento, eu contei com a participação da consultoria dessa Casa, contei com a participação dos meus Assessores e especialmente dos Assessores do Gabinete do Senador Cristovam.

Nós fizemos esse trabalho a quatro mãos. E eu quero aqui dizer que esse Projeto, sem dúvida nenhuma, vai fazê-lo ainda mais forte e ainda mais comprometido e fazer com que o País se comprometa cada vez ainda mais com a educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Parabéns, Relatora. Muito obrigado pelas palavras. A Comissão agradece.

Vamos colocar agora em votação o Projeto de Lei. Depois, a seguir, votaremos as Emendas. Visto que o Projeto é terminativo. Senador Marcos Guerra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan.

**SENADOR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

**SENADOR GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Roberto Saturnino.

**SENADOR ROBERTO SATURNINO** (PTB – RJ) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Com a Relatora.



**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Com a Relatora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Aprovado por unanimidade. Eu queria saber se os Senadores mantêm também para as Emendas o voto. Foi mantido também. Aprovado por unanimidade, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia. Parabéns. Acho que é um momento dessa Casa. Quando V.Ex<sup>as</sup>. me elegeram Presidente, eu falei que fosse uma única Sessão, já seria para o resto da minha vida.

Então acho que esse momento é um momento muito importante para educação pública brasileira. Está de parabéns o Senador, autor, e a Senadora Relatora.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pelos compromissos, se pudesse votar como prioridade o nº 6.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna ao Item 06. É o próximo agora.

Projeto de Lei 067/2004, que altera a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, para vedar a fixação de teto financeiro para pagamento de hospitais públicos ou de ensino. Autoria da Senadora Heloísa Helena, Relatoria do Senador, ilustre Senador Ney Suassuna. Com a palavra, Senador.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, esse não é um Projeto para se relatar em época de eleição. Esse é um Projeto que lamentavelmente nós precisaríamos como Autorizativo até a elastecer os tetos. Mas infelizmente ele veio com a rigidez de se... aliena, se retira os tetos. E o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é o que está na análise do Projeto que eu vou ler para V.Ex<sup>a</sup>.

Na saúde, bem como em qualquer outra área é necessário gerenciar recursos escassos e necessidades crescentes. Analisando os gastos com saúde em escala mundial, observa-se que eles são ascendentes ao longo do tempo. Os custos do setor aumentam impulsionados por uma taxa de inflação própria que supera a taxa de inflação média. A incorporação tecnológica do setor de serviço de saúde, ao contrário do que ocorre em outros segmentos, não gera economia. Com efeito, o potencial do setor de saúde em consumir recursos é inesgotável. Agravada por setores tais como o envelhecimento da população, o estilo de vida de poucos saudáveis relacionados com a modernidade.

Os países que possuem o sistema de saúde estruturado e organizado conseguem controlar seus gastos de forma mais efetiva. Já os Estados Unidos, por exemplo, enfrenta uma explosão descontrolada das despesas de saúde e ainda assim mais de 40 milhões de americanos não têm nenhum tipo de cobertura pública ou privada.

Mesmo em países onde o sistema de saúde é bem estruturado como o Canadá, as despesas são crescentes e continuam aumentando em ritmo acelerado.

No caso brasileiro, a implantação do SUS constituiu importante elemento racionalizador das Políticas de Saúde.

Nesse sentido, a imposição de limites para os gastos de assistência a saúde foi fundamental para garantir o equilíbrio orçamentário do sistema e das contas dos setores de saúde em cada esfera de Governo. Esses limites são denominados tetos e podem ser de dois tipos: Físicos, que restringe o tipo e a quantidade de procedimentos que podem ser remunerados, e financeiros, que limitam o valor total dos recursos que a instituição pode receber.

A existência de um teto financeiro restringe a execução de procedimentos pelo hospital, ainda que o mesmo esteja habilitado para tanto e possua capacidade física e de recursos humanos para executá-lo.

Uma vez ultrapassado o teto financeiro, o hospital não será remunerado pelo serviço prestado. A necessidade de fixar os tetos origina-se ainda na limitação de recursos para a saúde. E vejam só os senhores, a saúde é o único Ministério que tem o seu orçamento vinculado ao PIB. Crescendo o PIB, cresce o orçamento da saúde. O ano passado ultrapassou os trinta e seis bilhões, tanto é que o Governo quis retirar três bilhões para botar esgotamento sanitário, senhores Senadores. E aí não foi possível, por isso foi obrigado a cada Parlamentar nas suas Emendas destinar 30% para saúde, que era a forma de contrabalançar esse desejo que o Executivo tinha.

Assim sendo, os tetos não são iniquidades do sistema, mas um fator racionalizador necessário que permite uma divisão mais equitativa dos recursos públicos, inclusive, entre outras áreas que são determinantes e condicionantes a saúde, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, educação, transporte e lazer.

A alternativa frente a impossibilidade de extinguir os tetos financeiros, é melhorar a fiscalização, a avaliação e o controle das despesas com a saúde.

Por fim, julgamos que, quanto e como a sociedade deseja aplicar o recurso da saúde, é uma discussão pertinente para gestores e cidadãos. O estabelecimen-

to de critérios e prioridades, também. Por outro lado, a discussão da existência ou não de limites para esses gastos, mesmo que derivada dos mais altos princípios humanitários contraria os fundamentos do conceito de planejamento que são imprescindíveis para a manutenção e o desenvolvimento de um sistema de saúde integrado quanto às prioridades sociais.

Portanto, foi como eu comecei dizendo: Esse não é um Projeto que eu tive prazer em relatar. Gostaria muito de poder liberar, mas, infelizmente, do ponto de vista da racionalidade, do ponto de vista da operacionalidade, não há como anular esses tetos. Até porque a gente verifica que quando não era assim, acontecia, por exemplo, teve um hospital no interior da Paraíba que teve mais traumas cranianos do que o Estado de São Paulo. Vejam só, o mais forte e o maior do Estado de São Paulo, porque havia uma permissividade que não era possível.

Então, por essa razão, eu voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado de nº 67, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O voto do Relator é pela rejeição, em discussão, Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar em sentido contrário ao Relatório apresentado pelo Senador Ney Suassuna. Que o Projeto de Lei da Senadora Heloísa Helena prevê, deveria, na verdade estar em relação a todos os hospitais, mas ela limita para os hospitais da rede pública e hospitais de ensino.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Todos, todos.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Não, é para a rede pública e hospitais de ensino. Porque nós temos os hospitais particulares, os hospitais comunitários, os hospitais filantrópicos, e ela está limitando isto para os hospitais da rede pública e particularmente, eu diria, aos hospitais de ensino. E hospitais de ensino, V.Ex<sup>a</sup>. sabe também, eles têm uma dimensão que ultrapassa e muito a questão de atendimento em saúde. São também destinados para o atendimento em saúde, mas os hospitais de ensino têm a grave, a grande responsabilidade de serem centros de formação. Médicos, enfermeiras, outros hospitais que interagem na saúde e todos os hospitais, também os hospitais de ensino, vem se debatendo com falta de recursos, falta de investimentos, e eu posso ver lá pelo hospital de clínicas, por exemplo, da Universidade Federal, mas também o Hospital Cajuru lá da PUC de Curitiba, a Santa Casa, que é um hospital de ensino

da PUC, lá de Curitiba, e que vem enfrentando todo o tipo de problema.

Agora, eu acho que a lógica da discussão, não é se o hospital precisa de dinheiro, não precisa de dinheiro. A lógica da discussão é que se existe essa despesa, é porque um cidadão procurou o hospital para ter o seu direito à saúde atendido.

Então, não é uma questão--

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Permite um aparte?

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Pois não, Senador.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Porque V.Ex<sup>a</sup>. não pede vista desse processo e eu lhe passo os dados que o Ministério me mandou mostrando da impossibilidade. Aí V.Ex<sup>a</sup>. pode averiguar aos dados e ver que não há milagre em economia e administração.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Eu acho que o milagre que tem que acontecer e que está ao alcance dos homens, o milagre, é mudar o orçamento da saúde. Gastar o percentual previsto na Constituição Federal para à saúde e não termos outros gastos que não são de saúde para colocar na saúde. Quem sofre é o cidadão.

Então chega-se lá não hospital e não vamos aumentar o teto porque o planejamento diz que não pode aumentar o teto. E quem que vai pagar a conta do cidadão? Cidadão tem direito a ter saúde. E tem que ter o dinheiro da saúde destinado para o cidadão.

Então, nesse sentido, aceitando a sugestão do Senador Ney Suassuna e com base na argumentação, eu peço vistas ao Projeto para aprofundarmos o debate sobre o tema.

**SENADOR NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – E eu informo a V.Ex<sup>a</sup>. que eu estarei à disposição para a discussão para ver se nós encontramos. Eu, inclusive, fiquei muito propenso a deixar para os hospitais universitários “sim”, e “não” para os públicos. Porque, na realidade, V.Ex<sup>a</sup>. sabe que o orçamento da saúde já é o maior de todos. Quase todos os Ministérios juntos não chegam perto da saúde, que é o único que cresce de acordo com o aumento do PIB.

Então, talvez até nós possamos encontrar uma solução e forçar junto ao Ministério, para que os universitários ficassem fora do teto. Agora os números são trágicos, V.Ex<sup>a</sup>. vai ver.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Bom, com certeza um debate entre o Senador Flávio Arns e o Senador Ney Suassuna, vai sair sempre alguma coisa muito produtiva. Então concedo vista ao Senador Flávio Arns.

Vamos ao Item nº 7 da pauta. É o Projeto de Lei nº 282/2005, que dispõe sobre as ações de publicidade da Administração Pública. Autoria do Senador Marco Maciel, Relatoria do Senador Valdir Raupp, que tem Parecer pela rejeição. Na reunião do dia 7 do 3 foi concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita que não apresentou manifestação por escrito. Matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania.

Diante disso, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores. Esse é um Projeto assim bastante polêmico e já algum tempo está sendo discutido aqui, adiado e pedido vista... Em conversa agora, com o autor, o Senador Marco Maciel e o Geraldo Mesquita, que pediu vista desse Projeto, nós chegamos a um entendimento de remeter ele, esse Requerimento, à Comissão de Constituição e Justiça para que ela dê o seu Parecer, e depois a gente analise aqui nessa Comissão. Ele sofre de alguns vícios de inconstitucionalidade.

Então diante disso, nós optamos por remeter a Comissão de... Eu faço o Requerimento, nós temos um Requerimento já aí, para remeter a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Valdir Raupp, eu estou sendo informado pela Assessoria, que como tem caráter terminativo na CCJ, que nós temos que decidir aqui e mandar para lá, e lá tem caráter terminativo. Que não pode ir e voltar.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Tudo bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, o que fazemos botamos em votação? O senhor pode pedir para reexaminar. O senhor quer reexaminar o Projeto ou quer botar em votação? Porque de qualquer maneira tem caráter terminativo na outra Comissão--

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Quer dizer que ele vai ter que ser votado aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Isso. Ou o senhor reexamina ou coloca em votação, hoje. O que V.Ex<sup>a</sup>. decidir a presidência acompanha o que V.Ex<sup>a</sup>. decidir.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Então eu peço a retirado para reexame.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, o Projeto será retirado para reexame pelo ilustre Senador Valdir Raupp.

Sobre a Mesa, temos um aditamento ao Requerimento nº 21/2006, autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente, o Senador, autor do Requerimento Paulo Paim não pôde estar presente em função de compromisso externo, mas ele trata de incluir no rol dos convidados a participarem da Audiência Pública que discutirá as questões raciais atinentes às ações afirmativas, mais quatro participantes, inclusive dentro da própria visão do Senador Paulo Paim de democratizar ainda mais a questão da discussão sobre as cotas raciais.

Neste Requerimento, inclui-se quatro líderes da questão, dois com posições favoráveis as cotas e dois com posições contrárias, de maneira que essa discussão poderá ser realmente muito elucidativa, e terá grande importância a presença destes novos convidados.

Essa é a razão do aditamento a esse Requerimento do Senador Paulo Paim ao qual eu me somo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto a votação pela Comissão desse Requerimento. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Antes de encerrar a Reunião quero comunicar que amanhã haverá a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e a 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e da 4ª Sessão Legislativa Ordinária 52ª Legislatura a realizar-se em 2 de agosto, quarta-feira às 10 horas. Assunto, Audiência Pública, instruir o Projeto de Lei 7.193/2006, que altera a destinação de receitas decorrentes para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional que altera a Lei 8.685/93, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual. Autoria do Requerimento do ilustre Senador Saturnino Braga.

Nada mais a acrescentar, declaro encerrada essa Reunião e agradeço a presença de todos os Senadores. Muito obrigado e boa tarde.

*Sessão encerrada às 12h32.*

**Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de agosto de 2006 (Audiência Pública Conjunta)**

As dez horas e cinqüenta e sete minutos do dia dois de agosto de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Geraldo Mesquita Júnior reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Roberto Saturnino. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Paulo Thiago F. Paes Oliveira, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual – SICAV-RJ; Senhor Jorge Peregrino, Vice-Presidente da United International Pictures, Senhores Manoel Rangel Neto e Nilson Rodrigues da Fonseca, Diretores da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhor Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Multiplex e do Grupo Cinemark e do Senhor José Carlos R. de Oliveira, Diretor Geral de Cinema da Warner Bros. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 003-CECTMCS, de 2006 e nº 022-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei nº 7193, de 2006, que “Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências”. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação

Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Diretor Executivo da Globo Filmes; Bruno Wainer; Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes – ABRADI; Roberto Farias, Diretor e Produtor de Cinema e André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador-Geral do Fórum Audiovisual do Cinema – FAC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Marcos Guerra e Marco Maciel. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A realizar-se hoje, 2 de agosto de 2006, quarta-feira às 10 horas.

Audiência Pública, assunto: Instruir o Projeto de Lei 7.193/2006, que altera a destinação de receitas decorrentes para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e que altera a Lei 8.685/1993, prorrogando e instituindo mecanismo de fomento a atividade audiovisual. Autoria do Requerimento: Senador Roberto Saturnino, que não está presente porque está presidindo a Comissão de Relações Internacionais, que assim que der ele virá para cá.

Temos na Mesa presente os seguintes convidados: Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, Diretor Executivo da Globo Filmes, Sr. Bruno Wainer, Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidoras Independentes, ABRADI. Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de Cinema. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual de Cinema, FAC.

Hoje, só para deixar registrado, às 19h30, como complemento dessa audiência será realizada a pré-estréia do filme “Zuzu Angel”, com a presença do Di-

retor, Produtor e elenco do filme no Auditório Petrônio Portela. Estão todos convidados, eu acho que é um grande programa para nós Senadores e demais políticos aqui na Casa, hoje.

Estão presentes também nessa audiência, Sr. Paulo Thiago, Presidente da SICAV, Sindicato Nacional da Indústria do Audiovisual. Sr. Jorge Peregrino, Vice-Presidente da United International Pictures, Manoel Rangel e Nilson Rodrigues, Diretores da ANCINE, Sr. José Carlos R. de Oliveira, Diretor Geral de Cinema da Warner Bros.

Podemos dar início e qual o tempo que nós teremos? Pela ordem, daremos 15 minutos para que cada expositor, cada convidado possa fazer uso da palavra.

Primeiramente, obedecendo a ordem Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema.

**SR. GUSTAVO DAHL** – Como é de praxe agradecer o convite eu posso dizer que cada vez que eu venho aqui na Subcomissão de Cinema, eu sinto que há a articulação e a presença da atividade dentro do Senado Federal a coloca dentro de uma perspectiva política institucional que se refere ao futuro dela. Então a sensação que eu tenho é que aqui trabalhamos o futuro.

Queria agradecer o convite, cumprimentar os Srs. Senadores presente a Mesa, os colegas na audiência e dizer que do ponto de vista da Agência Nacional de Cinema, este é um Projeto que realiza algumas intenções que estavam presentes na sua criação e que também outras que foram se tornando impositivas a partir do processo político que trouxe a agência até agora e, sobretudo, da política cinematográfica e audiovisual do Governo.

Quando eu falo da realização de intenções que estavam contidas, eu me refiro, em primeiro lugar, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, da qual a principal fonte é a contribuição ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, a CONDECINE. Como todos sabem o modelo das agência reguladoras, eles se criam com uma receita que lhes permita atuar, que lhes permita intervir na economia numa função reguladora. Esta receita de ANCINE era a CONDECINE.

Dentro do modelo econômico que o Brasil vive a mais de 20 anos, essa perspectiva foi mudada e esta receita foi alocada ao Tesouro Nacional para depois voltar para a ANCINE sobre a forma de orçamento.

Então, a criação do Fundo permite dar esta autonomia, dá um mínimo de autonomia indispensável. Autonomia porque o Modelo da Renúncia Fiscal, ele que foi fecundo, deu dez anos aí de produção abundante e meritória para o cinema brasileiro, mas ele

não dá conta de todas as ações possíveis. Eu vou dar, necessárias.

Quando se criou a política, quando se fala de Política Cinematográfica, onde ações coisas se espera imediatamente é a integração em que fazia parte já do Projeto da ANCINE e desde então paira no ar é a integração da produção com a distribuição. A idéia de uma potencialização das duas áreas que é assim que funciona a indústria cinematográfica mundial. Isso no Brasil não aconteceu. A ANCINE... Esta potencialização se deu na área das distribuidoras estrangeiras, no qual foi o benefício fiscal foi induzido ao investimento e se criaram grandes filmes. Mas do lado dos distribuidores nacional ficou uma diferença de tratamento. O Bruno Wainer seguramente vai falar disso. Há outras questões como a questão da co-produção que é um campo no qual, cada vez mais, o Brasil é necessário que o Brasil se envolva para dar uma idéia, a Argentina aqui do lado faz 40 co-produções por ano, dentro do mecanismo de renúncia fiscal. É necessário que o filme tenha nacionalidade brasileira, é complicado de fazer produções.

O Fundo, ele introduz uma flexibilidade dentro desses mecanismos, ele prevê investimentos retornáveis, ele prevê empréstimos reembolsáveis, ele prevê investimentos a Fundo perdido também, tanto para o cinema, quanto para o audiovisual, quanto para a infra-estrutura. Ele prevê também a possibilidade de subsídio de juros, investimentos em empresas e projetos com associação ao risco, e em números orçamentários, o Fundo representa, a nível de 2005, uma injeção de trinta e cinco milhões de recursos na área. Sobretudo, a vantagem no Fundo é um mecanismo de pesos e contrapesos, ou seja, ele permite um direcionamento. Enquanto o mecanismo de renúncia fiscal, ele é extremamente aberto, o Fundo permite que o Estado conduza algumas ações do que nós chamamos de fomento regulador.

Ele também trata, ele cria um novo mecanismo que é o art. 3º A da Lei do Audiovisual no qual é possibilitado que eles empresas de radiodifusão e programadoras nacionais de televisão por assinatura, venham a dispor de parte do imposto de renda devido, sobre a remessa de recursos enviados ao exterior derivados da exploração de conteúdos audiovisuais estrangeiros na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de co-produção independente.

Há muito se fala na necessidade de integrar, de criar uma parceria entre cinema e televisão. Um dos grandes problemas do mecanismo de renúncia fiscal é atingir um público compatível com o investimento que é feito. Seguramente a associação da televisão amplia essa perspectiva de difusão extrema de uma

forma muito grande. O tempo passa mais rápido do que a gente acha, então eu vou acelerar aqui a minha exposição citando também a criação do art. 1º A, que ele substitui o mecanismo estabelecido no art. 25 da Lei Rouanet, que termina no dia 1 de janeiro de 2007. Isto significa, a nível de 2005, uma retirada de trinta e seis milhões de recursos alocados na produção cinematográfica.

É preciso dar uma idéia. Por exemplo, a PETROBRAS, que é um grande agente financeiro do setor, trabalha exclusivamente com a Lei Rouanet um longamragem sai da Lei Rouanet e esse se espera que esses trinta e seis milhões atualmente investidos voltem para a atividade dentro desse art. A.

Há uma prolongação do mecanismo dos FUNCINES que também começava dos Fundos Nacionais que são Fundos de Investimentos Privados que começava a perder, digamos, perder importância como renúncia fiscal, perder atratividade a partir desse ano. Eles foram regulamentados em 2003, passaram a funcionar efetivamente em 2005, e o Projeto de Lei torna o investimento em FUNCINES atrativo frente a outros mecanismos de incentivo fiscal, buscando a consolidação desses Fundos enquanto fonte de financiamento para o desenvolvimento da indústria cinematográfica.

Avançando, eu estou tratando do Projeto, digamos, em grandes temas. O outro contém a prorrogação do art. 1º da Lei 8.685, mas isso já foi prorrogado pela Lei 11.309 de iniciativa do Deputado Francisco Dornelles que foi sancionada agora em 35 de julho.

O que eu gostaria de colocar também é que este Projeto de Lei, eu sei, tenho notícia, ele é agido no nível do Executivo e já há negociações sendo feitas sobre o ponto de vista, sobre sugestões, aportes das áreas envolvidas que já estão trazendo, essas contribuições já estão sendo incorporadas, deverão ser incorporadas no Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados que está com urgência constitucional, porque é absolutamente importante que o Projeto seja votado esse ano, por tudo isso que eu acabo de dizer, e é preciso chamar a atenção que o fato de ser um Projeto de Lei, ele permitiu, digamos, esse acesso a sociedade. Ele transita dentro dos mecanismos democráticos desejáveis que é chegar na Câmara dos Deputados aberto a Emendas, aberto a sugestões. É evidente aperfeiçoamentos, é evidente que nós temos a expectativa de que ele chegue redondo ao Senado negociado, de forma que ele possa ser aprovado. Aí falando praticamente, os senhores conhecem o rito Parlamentar melhor do que eu. É evidente que não se diz ao Senado da República que ele deve ou não, aprovado um Projeto ou emendado um Projeto. Mas é de que se ele chegar consensuado e com uma cer-

ta unanimidade é possível que isso se dê. E do ponto de vista da agência e da atividade, eu acho que seria extremamente conveniente.

Eu posso dizer que também esse Projeto, ele resulta de uma longa discussão tida no Conselho Superior de Cinema no ano de 2004 e ele corporifica também a experiência [soa a campanha] destes anos do presente Governo.

O tempo está acabando, eu agradeço mais uma vez a oportunidade, e digo que a ANCINE se coloca à disposição, não só à disposição da Subcomissão de Cinema do Senado como dos agentes econômicos para colaborar no desenvolvimento do Projeto. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Bom, antes de passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Rodrigues, eu queria dizer ao Presidente Gustavo Dahl que já foi prorrogada inclusive, através da iniciativa do Deputado Francisco Dornelles a Lei do Financiamento do art. 1º que realmente era um problema sério, que vocês não conseguiriam um financiamento para o cinema se nós não tivéssemos prorrogado, e acabou também do Presidente dessa Subcomissão, o Senador Sérgio Cabral, que entrou com uma lei que está indo para a Câmara que é do Deputado Francisco Dornelles que prorroga por cinco anos e do Senador Sérgio Cabral por dez anos.

Então, mais uma vez, você vê Sr. Gustavo, que nós no Senado e na Câmara, quando temos que aprovar algo para não dar prejuízo, nós aprovamos numa velocidade que é necessária. Não é isso?

Passamos a palavra agora ao Sr. Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT, e Diretor Executivo da Globo Filmes.

**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – Bom dia. Queria agradecer ao Senador Wellington pelo convite e por mencionar o início da minha fala que seria um agradecimento ao trabalho que foi feito por essa Comissão na aprovação no transmite todo em toda a condução do processo de aprovação da prorrogação do art. 1º da Lei do Audiovisual do Deputado Francisco Dornelles cujo o Relator foi o Senador Sérgio Cabral e na CAE o Senador Valdir Raupp. E o trabalho também conduzido pelo Secretário Executivo, Júlio Linhares.

Em meados, aliás, no início desse ano, houve uma série de manifestações trazendo a preocupação, a emergência a urgência da prorrogação do art. 1º e isso, sim, tinha um caráter de urgência, e eu acho que o bom senso levou a aprovação desse mecanismo que é muito importante para o audiovisual brasileiro, para a produção do audiovisual.

Eu vou fazer a minha explanação, procurando analisar o Projeto nos seus três blocos, vamos dizer assim, de conteúdo. Existe um bloco no Projeto que é o bloco que cuida ou cria mecanismos de fomento. Existe um bloco no Projeto que estabelece algumas novas normas, alguns mecanismos de regulação e controle, existe um outro bloco no Projeto que trata das sanções e penalidades.

No bloco de fomento, no que diz respeito ao art. 1º, ele já foi prorrogado, isso tira o caráter emergencial, no que diz respeito a essa forma de mecanismo. Foi criado o art. 1º A que substituiria a Lei Rouanet. A sugestão que nós estamos trazendo para a Mesa é que se aumente porque a soma dos mecanismos, da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet você tem um limite de seis milhões de reais de captação da Lei do Audiovisual e um outro valor na Lei Rouanet. Na medida em que deixa de ter a possibilidade de captação pela Lei Rouanet para a produção de audiovisual e cria-se um item chamado 1A dentro do escopo da Lei do Audiovisual, você passa a limitar a captação a seis milhões. Esses limites já vigoram desde 2001. Então não se pretende aqui fazer uma sugestão que se aumente muito esses limites, mas que se considere um aumento no art. 1º para um valor aproximadamente de quatro milhões que tem um pequeno reajuste já que as coisas, desde 2001 não ficaram exatamente nas mesmas condições de preço. Na medida que você limita isso os filmes passam a ter um valor de produção menor ano a ano em função dos salários e de todos os serviços que tenham alguma forma de reajuste.

O ponto polêmico para a ABERT, do Projeto nesse bloco de fomento é a questão da criação do art. 3º A, o chamado o incentivo às TVs. Existe um complicador... O que está sendo proposto, ele conflita com o regulamento da Receita Federal. Enquanto você não tem uma clareza de como utilizar isso que não coloque em risco essa utilização, uma contingência fiscal mais à frente pelas empresas beneficiárias desse incentivo, a possibilidade de uso fica muito reduzida. Não se encontrou ainda, talvez, uma redação ideal para que dê a tranquilidade. É um mecanismo importante, é uma oportunidade de ouro, gradativamente a produção independente tem entrado nas TVs, na TV Globo, na Record, recentemente, nos canais de TV fechada, quer dizer, tem havido esse crescimento, mas sem uma clareza no mecanismo de uso, sem uma possibilidade ou impedindo que mais à frente se discuta se esse imposto deveria ou não ter sido pago. Vai ser muito difícil que as TVs entrem e utilizem esse benefício.

O que nós sugerimos aqui é que se faça uma revisão deste mecanismo. Ele tem que ser tratado com menos urgência do que está sendo pedido para que

não se jogue fora uma oportunidade que há anos o setor tem pleiteado esse tipo de mecanismo.

Com relação aos outros itens de fomento, nada a comentar. Eu acho que são boas iniciativas que se aprovadas, devem ser mantidas.

Na parte de Normas e Regulação tem um outro item bastante polêmico no art. 7º do PL no que diz respeito a nova redação do art. 18. Eu vou rapidamente lê-la. Nessa redação que está sendo formulada no PL, obriga de uma forma muito ampla os exploradores de audiovisual. Primeiro comentar aqui é a palavra “explorador”. É um termo ruim. Até como educativo de uma atividade tão importante que é uma atividade cultural, usar a palavra “explorador”. Mas, os exploradores de atividades audiovisuais são obrigados a fornecer relatórios quantitativos e qualitativos sem especificar o que é que significa isso para a ANCINE, e obviamente, no final do Projeto, exige uma série de sanções e penalidades.

Do jeito que está formulado, você tem uma clara interferência no direito privado. O Estado, pela Constituição, ele tem um caráter regulador nas atividades públicas e indicativo na atividade privada. Existem informações confidenciais, informações de negócios, informações estratégicas que não deveriam ser circuladas pelo mercado. Isso é um direito das empresas, de qualquer empresa, das empresas privadas. Esse artigo contraria esses princípios. Voltando aqui a... Também rapidamente um comentário, baseado no livro “A Ordem Econômica na Constituição de 1988”, de Eros Roberto Grau, especificando o que ao analisar a livre iniciativa no Estado Liberal e Democrático de Direito é que o que temos no Brasil. Equaciona o sentido dessa liberdade como sendo liberdade de comércio e indústria pela não-ingerência do Estado no domínio econômico. Faculdade de criar e explorar uma atividade econômica a título privado. É a liberdade pública. Não sujeição a qualquer restrição estatal se não em virtude de lei. Liberdade Pública. Liberdade de Concorrência: Faculdade de conquistar clientela; Liberdade Privada: Proibição de forma de atuação que deteriam a concorrência, Liberdade Privada. E neutralidade do Estado diante do fenômeno concorrencial, Liberdade Pública. Este artigo fere diretamente essas definições. Então a sugestão é que ele seja retirado na íntegra.

Finalmente, na parte de sanções e penalidades, já existem alguns balizadores na legislação atual. Não compreendemos o porquê de aumentar o nível de punição para uma atividade que se pauta pela criação, pela livre iniciativa, pela liberdade e tem algumas dessas penalidades, por exemplo, do art. 13, elas deveriam ser eliminadas. A idoneidade, você ter cassada a sua idoneidade, deveria ser eliminado do Projeto. Isso

está no art. 14 no Parágrafo Único. O art. 15, também deveriam ser completamente eliminado por acharmos que tem um volume de sanções, penalidades, responsabilização dos administradores, das produtoras culturais, dos distribuidores de audiovisual, completamente incompatível com a atividade que a gente vem exercendo dentro do nosso dia-a-dia.

Então, finalmente para encerrar a minha apresentação, eu gostaria também de repetir aqui uma frase do Darcy Ribeiro que política cultural não pode ser mais que o estimo generoso do Estado para que a criatividade popular e erudita floresça, sem nela jamais interferir. A mão do Estado é sempre uma mão possessa onde quer que ela queira editar normas ou impor diretrizes. É isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Antes de passarmos a palavra ao Sr. Bruno Wainer, eu queria anunciar a presença do Senador Raupp que foi o autor da CAE. O Relator, desculpe, do Projeto que prorrogou a Lei dos Incentivos, art. 1º por mais cinco anos da lei. Então, Senador, o senhor não estava presente. Presidente aqui da ABERT agradeceu a V.Exª. Passamos agora a palavra ao Sr. Bruno Wainer.

**SR. BRUNO WAINER** – Bom dia a todos. Eu sou Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Independentes. Na verdade, quando o cinema brasileiro retomou as suas atividades com força total, eu tive a oportunidade de participar como co-produtor ou como distribuidor de alguns dos grandes sucessos do cinema brasileiro recente, como “Central do Brasil”, “Cidade de Deus”, “Olga” e “Os Normais”. E ao longo do processo, eu verifiquei que as leis de incentivo estavam todas muito concentradas, sobretudo, no que se referia à distribuição dos filmes brasileiros, estava muito concentrada na lei do art. 3º que é a lei que permite que as distribuidoras, elas possam investir uma parte do seu imposto, quando ela remete os seus *royalties* para a sua matriz na co-produção e na aquisição de direitos e distribuições desses filmes.

Diante desse quadro que, na verdade, tirava praticamente do jogo os distribuidores nacionais, a gente começou, nós, os distribuidores nacionais, nós começamos a nos articular. Nós trouxemos a discussão, a tese de que tão importante quanto a nacionalidade do filme era a nacionalidade do dono do filme. Por quê? Porque o que acontece é o seguinte, é que existe uma briga no mercado pela sua ocupação. Isto é, a produção nacional ela briga contra a invasão da produção estrangeira no seu País. Isso acontece em qualquer País do mundo. Se o dono do filme nacional é o mesmo dono do filme estrangeiro, não há briga. Na verdade, ou você está entregando toda a produção, tanto ao lo-

cal quanto a estrangeira a um mesmo agente. E sentimos necessidade, então, de fazer política para abrir os olhos da comunidade cinematográfica dos agentes da sociedade e do Governo e do Estado, da necessidade de reforçar esse setor fundamental nesse jogo que é o setor da distribuição. Claro, porque o que acontece é o seguinte: É o distribuidor que vai brigar para que o seu filme, o seu produto seja colocado no mercado e ele vai brigar contra a hegemonia do produto que vem de fora. Hoje em dia, inclusive, a nacionalidade desse produto também. A nacionalidade pouco importa. Porque os filmes podem ser majoritariamente americanos, mas os donos das companhias já nem são mais americanos. Na verdade, a SONY é japonesa...

Enfim, você não tem mais a origem. São companhias transnacionais. Passado os quatro, cinco anos da nossa militância, eu fico muito feliz em ver esse Projeto aqui. Porque finalmente eu vejo que esse Projeto ele contempla várias teses que a gente vem defendendo ao longo desse tempo, que era, por exemplo: Quando você lê aqui nesse inciso I que os recursos a que se referem o Fundo serão destinados ao fomento de empresas brasileiras, conforme definidas no inciso I do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228, ela define a empresa brasileira do jeito que nós sempre defendemos. Que a empresa brasileira constituída, está aqui ela. Entende-se por empresa brasileira aquela constituída sobre as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

Isso muda, traz uma nova visão para a questão de quem é o dono do filme, de quem é o dono do produto audiovisual, reforça, indica claramente uma compreensão dos agentes todos, inclusive até mesmo das companhias, enfim, não brasileiras, da necessidade de reforçar esse segmento. Isso para mim é uma vitória, isso aqui, está reconhecido no Projeto de Lei.

Eu, enfim, me sinto recompensado porque muitas vezes esse Projeto é árduo, essa militância, você estar aqui, fazer política, você tentar convencer, você fundar uma associação, você manter a associação, você argumentar... Tem muitos interesses nessa atividade. Esse aqui é um ponto fundamental. Outro ponto fundamental também e que a gente tinha localizado na lei anterior era com respeito aos FUNCINES. Os FUNCINES, como vocês devem saber, é um mecanismo que cria Fundos, que podem investir na atividade audiovisual.

Na verdade, eu sempre vi esse mecanismo do FUNCINE como uma evolução do art. 1º. Isto é, em vez das companhias investirem diretamente nos filmes, o



que na verdade deixar as companhias sujeitas a todo o tipo de pressão, na verdade, não profissional, os FUNCINES é que concentrariam os recursos das companhias que podem renunciar, que podem investir uma parte do seu imposto e tratariam dessa investimento de maneira mais profissional. E existia lá um artigo que definia que os FUNCINES poderiam adquirir ações de empresas brasileiras, mas que elas tinham que ser de capital aberto, coisa que é impossível nessa atividade. Não existe empresa brasileira de audiovisual de capital aberto, independente, nem produtoras, nem distribuidoras. E é fundamental a possibilidade do investimento nas empresas distribuidoras. Porque, como sempre, vários esclarecimentos, um pouco reforçando o que o Gustavo Dahl falou, no mundo, a produção ela vem financiada pela distribuição. Na verdade, são os distribuidores que financiam os produtores, e em troca desse financiamento as distribuidoras adquirem o direito de distribuição além de uma parte patrimonial.

Então, é fundamental que esses Fundos, que esses FUNCINES possam investir, capitalizar as empresas distribuidoras nacionais. Para que essas empresas distribuidoras possam ser capitalizadas através dos Fundos é preciso corrigir esse artigo, essa falha, essa definição nesse artigo. E essa definição foi reescrita, houve um entendimento. Claro, porque se não era um artigo totalmente inócuo. Ninguém tem capital aberto, todo mundo sabe as dificuldades de ter uma companhia de capital aberto no Brasil. Então esse foi um grande ganho aqui dessa nova lei. Eu concordo, também observando alguns aspectos dessa lei aqui. Claro que existem alguns pontos que tem que ser melhorados. Porém, eu só lamento que esse Projeto tenha sido apresentado quase no apagar das luzes dessa Legislatura aqui. Porque, na verdade, faltam seis meses para a renovação do Congresso, a gente espera que isso aqui não caia num limbo, não se perca, porque eu vou me sentir praticamente morrendo na praia. Porque aqui realmente criam-se condições de reforço ao setor local, nacional de distribuição.

Existem, claro, pontos que a gente gostaria de melhorar, de contribuir, mas eu fico dividido entre saber se é melhor discutir esses pontos antes de apresentar o Projeto ou se é melhor apresentar o Projeto e discutir os pontos adiante. Porque o que acontece é o seguinte: Quem quer tudo, também não leva nada. A gente tem que ir avançando passo a passo, e aqui esse Projeto é um grande avanço. Claro que eu me sinto não muito confortável com a questão de um Comitê Gestor para a criação desse Fundo. Comitê Gestor dá margens a paranóias de encaminhamentos, de direcionamento para esse Fundo. Mas eu acho que a gente tem que ser positivo nessa hora. Para mim o mais importante,

mesmo, é você trazer dinheiro novo no mercado, dinheiro novo para a atividade, você indicar claramente a necessidade de reforçar o setor de distribuição nacional que é fundamental. Basta ver, por exemplo, as duas cinematografias que conseguem ocupar o seu mercado de maneira muito mais agressiva no mundo contra o produto internacional que é a cinematografia francesa e a cinematografia coreana e o que é que a gente vê o seguinte: Quem distribui cinema francês são distribuidoras francesas.

Engraçado, tem um dado curioso, a França é um dos poucos países do mundo aonde não se consegue coordenar os lançamentos mundiais. Você já devem ter responsabilizado que os grandes filmes americanos hoje em dia são lançamentos planetários, quer dizer, a gente lança os filmes todos ao mesmo tempo, no mesmo momento. Na França não se consegue fazer isso. Por quê? Porque os cinemas locais estão ocupados com produção local. A cinematografia francesa consegue ocupar de 40 a 50% do seu mercado. Na Coreia agora mesmo, saiu uma notícia no informe Filme B, o cinema coreano ocupa 50, 60% do seu mercado. Por quê? Porque existe uma política para reforçar o setor local, sobretudo, através da distribuição e também obviamente através de outros mecanismos como cota de tela e etc. E prova que dá resultado.

Então, na verdade, a minha divisão é chamar a atenção para esses pontos antes da aprovação da lei ou aprová-la. Porque ela traz muitos avanços. Traz dinheiro novo para a atividade, define uma política... Está claro nesse documento da compreensão de todos os agentes para a necessidade do reforço do setor de distribuição nacional. Corrige esse artigo que era fundamental do FUNCINE para que o FUNCINE possa investir e adquirir cotas de distribuidoras nacionais. E eu só tenho aqui, na verdade, a parabenizar os autores do Projeto. Eu acho que aqui dentro, na verdade, eu nunca vi, apesar das observações. Claro, cada setor tem as suas observações para melhorar o Projeto, mas na verdade existe aqui um consenso. Estamos aqui todos. Produtores, televisão, distribuidores, sabendo que com esse Projeto aqui a gente vai estar realmente avançando, a gente vai estar permitindo que o cinema brasileiro possa florescer, possa crescer, possa ocupar mais o seu mercado e possa, quem sabe um dia, chegar naquele estágio que nós todos queremos é que ele seja auto-sustentável, que ele dependa menos de recursos públicos e possa se instalar e prosperar primeiramente no seu próprio mercado. Porque não existe cinematografia forte no mundo que não seja forte no seu próprio mercado. É isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Eu que-

ria, como Presidente da Comissão, corrigir, me lembrando pela minha Assessoria da Comissão, o Bruno Wainer, eu quando o anunciei eu não disse Presidente da Associação Brasileira Distribuidora Independentes, ABRADI. Então, desculpe o não complemento.

**SR. BRUNO WAINER:** Imagina... Eu nem notei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – [risos] Passamos agora a palavra ao Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de cinema. Esse ícone do cinema brasileiro.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa Senador Wellington de Oliveira, Srs. Senadores, colegas e senhores presentes. Já se falou nessa Mesa aqui, já se elogiou, já se criticou. Eu vou passar, vou considerar que a análise do Projeto em questão está mais ou menos equacionada. E vou me permitir falar sobre alguns outros aspectos da Política Nacional do Cinema hoje vigente no Brasil.

Eu comecei em cinema em 1950, portanto, tenho já 56 anos de atividade, já vi muita luta, tudo que a gente vem já travando para poder conquistar a nossa fatia de mercado.

Como Presidente da EMBRAFILME, tendo como Assessor e grande colaborador o Gustavo, nós conseguimos chegar a ocupar 42% do mercado brasileiro. Mas as condições existentes eram diferentes. Antes da EMBRAFILME, o cinema brasileiro investia o seu próprio recurso para fazer cinema. Havia mais sala de cinema e havia mais possibilidade de retorno. A luta era para que na exibição se abrisse um espaço para a produção nacional, que esse filme nacional não saísse de cartaz enquanto ele tivesse dando lucro para o exibidor. Essa era a nossa principal reivindicação. A gente sabe que quando um foguete é lançado para a lua, se ele errar um grau aqui embaixo, ele vai passar milhares de quilômetros da lua, do objetivo do seu lançamento. É mais ou menos assim que eu vejo a criação da Lei do Audiovisual que foi agora reformada. Que foi prorrogada. Eu mesmo trabalhei, lutei, vim aqui, pedi aos Senadores que agissem com rapidez para que a gente pudesse prorrogar essa lei.

No entanto, a partir da instituição dessa lei, que foi o primeiro incentivo fiscal dado ao cinema brasileiro, ao cineasta, ao produtor foi dado um pires. Esse recurso não foi oferecido diretamente ao produtor brasileiro, ele foi oferecido a empresas que nada tem a ver com a nossa profissão. Então o cineasta deixou de ter uma coisa fundamental na criação da cultura que é a sua liberdade de escolha. Ele passou a ter que fazer o seu filme, pedindo e explicando a outras pessoas, que nada tem a ver com a nossa atividade,

que elas devem aplicar os seus recursos no filme de cada produtor.

Por outro lado, a política de fomento que... Isso gerou naturalmente uma quantidade enorme de pessoas preparadas, não preparadas, algumas mais articuladas, outras menos, algumas incapazes de se articular com o tráfico de influência, criou corrupção, criou dinheiro por baixo do pano, criou uma série de distorções que as pessoas estão cansadas de saber.

Por outro lado, a política de fomento necessária, direta, a renovação cinematográfica passou praticamente a ser essa exclusivamente. Hoje o Ministério da Cultura faz diretamente, e a ANCINE, também, alguns editais no sentido de oferecer esses recursos. Mais uma vez o cineasta fica impedido de ser, de escolher o filme que ele quer fazer. Assim como no teatro, o que está acontecendo são as pessoas procurarem fazer projetos para agradar as Comissões que são nomeadas para escolher o filme ou a peça de teatro que vai ser feita.

Então, quer dizer, e isso vai se propagando. Quer dizer, a PETROBRAS faz agora faz a mesma coisa, as empresas estatais criam suas próprias Comissões. E normalmente essas Comissões são criadas segundo, quer dizer, são escolhidas segundo uma determinada orientação que nem sempre é aquela da conquista do mercado. Então eu acho, eu chamo a atenção, eu gostaria de lembrar aos dirigentes da área cultural, ao Congresso Nacional, aos Senadores, aos Deputados, que a maior virtude daqueles que dirigem à cultura, que dirigem os instrumentos culturais é justamente buscar formas de estímulo que não interfiram na criação, que não roubem do criador a liberdade de fazer o filme, a peça de teatro, o livro, enfim, aquilo que é do seu coração.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente, peço licença para interromper, porque eu não sei se entendi bem, cheguei um pouco atrasado peço desculpas. Mas acho o que o Roberto está falando é extremamente sério, é de uma gravidade. Tem que ser repetido. Ou eu entendi muito mal ou o senhor está dizendo que para produzir uma peça tem que agradar o patrocinador.

**SR. ROBERTO FARIAS** – O patrocinador, a Comissão. Primeiro tem que decidir se aquela peça merece entrar ou não entrar na lista daquelas que têm direito. Enfim...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, eu também entendi a mesma coisa. Dependendo do perfil da Comissão, você vai ter que fazer sempre os filmes iguais. Os filmes todos iguais

para poder ser aprovados, senão não é aprovado. Dá mais ou menos a entender isso.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Eu devo dizer, por exemplo, o seguinte: Eu não quero fazer uma queixa. Eu não estou me queixando pessoalmente, mas eu tenho 56 anos de cinema. Fiz muito mais filmes com os meus próprios recursos, buscando dinheiro em Banco, me endividando para poder construir a minha profissão, e nesse Governo e no passado, eu não consegui ganhar uma única vez. Passar por nenhuma dessas Comissões.

Enfim, sou Diretor premiado, sou Diretor de filme de mercado... Enfim, eu não vim falar disso aqui. O que eu quer dizer é o seguinte: A liberdade de escolha é fundamental e é preciso não perder de vista. Porque cada incentivo novo que surge, ele surge trazendo uma parafernália de controle, de Comissões e não sei o que. Por exemplo, existem, eu não estou falando de uma utopia, isso já aconteceu no passado. O movimento do cinema novo, por exemplo, foi feito com recursos tirados em Banco, pedindo dinheiro emprestado a tia, ao pai. Mas havia o seguinte, mais mercado e havia uma coisa fundamental que agora foi recém-criada, recém recriada, pela ANCINE, mas ainda em níveis muito tímidos, o adicional de renda. O adicional de renda é um tipo de estímulo que vem depois do investimento privado, depois do investimento.

Então, conforme a performance na bilheteria dos cinemas que os filmes vão fazer, eles vão ser premiados pela sua eficiência. Então, eu, por exemplo, eu acho o seguinte, nós temos hoje... Aqui, o Gustavo acabou de colocar na Mesa aqui os recursos em 2005 empregados no cinema, eu não sei em 2006 quanto foi. São cento e trinta e nove milhões, quinhentos e sessenta e quatro. Isso aqui fora o BNDES, fora os Governos Estaduais e Municipais, fora outras formas, fora incentivos dados espontaneamente pelas empresas sem o imposto de renda.

Então, calculando, por exemplo, em números de 2004, a renda dos produtores nacionais, todos eles, durante um ano, foi de vinte e dois milhões de reais. Foi o que sobrou para os produtores. A gente diz que o mercado brasileiro hoje é pequeno. Ele não é como na década de 60 onde se implantou, onde se fez a revolução do cinema novo. Muito bem, se se oferecesse hoje o dobro da receita de bilheteria que cabe ao produtor em 2004, por exemplo, seriam vinte e dois milhões de reais. Nós estamos gastando cento e trinta e nove, quinhentos e sessenta e quatro em 2005 de uma maneira completamente pulverizada. Ou seja, na minha opinião é importante que... O cinema brasileiro precisa da compreensão e da ajuda do Estado. Mas, esse dinheiro, desculpem meus amigos, colegas, etc.

Eu estou sempre quebrando a cara porque falo aquilo que as pessoas talvez não queiram ouvir, mas ficaria muito mais barato dobrar o mercado brasileiro hoje com menos de 20% desse dinheiro que foi empregado no ano passado, e menos ainda no que será empregado esse ano. Eu acho o seguinte, quando a EMBRAFILME trabalhava, ela era isso que o Bruno Wainer falou. Ela era uma distribuidora que adiantava dinheiro sobre a receita, tinha que receber de volta esse dinheiro. Hoje não, o incentivo fiscal é a fundo perdido. Todo esse dinheiro aqui é a fundo perdido. Naquela época o dinheiro que era adiantado por conta da receita de distribuição, ele era [soa a campainha], ele tinha que ser devolvido, e havia muito mais liberdade porque ninguém interferia na criação do cineasta. Eu acho, e a EMBRAFILME foi muito combatida. Por quê? Porque era na época da ditadura militar. Ninguém entendeu que os produtores, os realizadores, os cineastas tomaram a EMBRAFILME apesar do Governo militar. Lutaram e conquistaram quase metade do mercado brasileiro por sua própria competência. Eu acho que na hora que fizerem a conta, que o Gustavo Dahl já fez, quanto custa cada ingresso do público brasileiro que tem visto os filmes nacionais, esse negócio vai explodir. A imprensa não vai deixar barato. É preciso, eu sei que as pessoas que estão no Ministério da Cultura, os meus colegas, todo mundo está a busca de formas de melhorar a situação do cinema brasileiro. Mas acontece o seguinte: Existe um desvio, e nós todos estamos seguindo porque não temos condições de consertar esse foguete que foi lançado. Estão tirando do cineasta o direito de escolher seus filmes. Isso é grave, e vai explodir, e não sou eu que vou explodir isso, e nem quero. Eu acho que é importante a participação do Estado, mas é preciso atenção para a gente não continuar. É preciso ir, por exemplo, vale-cultura, o Luiz Carlos Barreto tem um Projeto que provavelmente vai ser aprovado, eu espero, que é oferecer ao público os recursos para ir ao cinema. O público do cinema brasileiro vai ao cinema uma vez por ano, porque não tem dinheiro para ir ao cinema. Então o que é que acontece? Essa quantidade de filmes que tem sido feita, não tem público. O público não vai. Quer dizer, nós estamos gastando esse dinheiro todo aqui para fazer raros filmes que conseguem atrair o público para ir ao cinema.

Então, o custo de cada expectador está muito alto. Agora o vale-cultura é o tipo de incentivo que não interfere na criação, que continua dando liberdade.

Então, eu não tenho muito mais o que falar, e se me deixasse, eu falaria o dia inteiro. Mas eu acho que eu já deu o meu recado, muito obrigado pela oportunidade e pelo convite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado Sr. Roberto Farias. Só para colocar, Sr. Senador Sérgio Zambiasi que fez o colocação e pescou a importância da observação. O filme brasileiro, “Cidade de Deus”, que eu conversava aqui, a informação que eu tenho é que foi o mais visto? Não é isso? Rapidamente para...

**SR. BRUNO WAINER** – “Cidade de Deus”, na época, foi o primeiro da retomada com três milhões e trezentos mil expectadores em 2002.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quanto custou?

**SR. BRUNO WAINER:** Foi um filme que custou na época aproximadamente dez milhões de reais, e no Brasil ele conseguiu captar 15% do valor, porque se achava, isso na época, se se pegar matérias do jornal no início de 2003 quando o filme não foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro, teve gente falando que esse filme nunca deveria ter sido feito porque ele é uma vergonha para o Brasil. No ano seguinte ele teve quatro indicações para o Oscar. É o filme mais indicado na história do cinema brasileiro. E considerado pela mesma pessoa como um dos melhores filmes já feitos.

O chato dessa história, eu estou falando até por uma produtora, é que o filme pertence hoje a uma empresa estrangeira chamada MIRAMAX, que colocou a grande maioria do dinheiro. “Carandiru” que depois veio e bateu o recorde do “Cidade de Deus” pertence a uma empresa estrangeira também, porque teve 80% do dinheiro vindo de fora.

Então, o perigo dessas Comissões é que é muito subjetivo a análise de um roteiro, a análise de um Projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – E me parece também que não conseguiram financiamento, Senador, porque o elenco era muito novo, era desconhecido.

**SR. BRUNO WAINER** – Era um elenco desconhecido. Vocês se lembram do filme. Era um elenco desconhecido que dava medo. Hoje são todos artistas famosos e fazem várias coisas aí pela TV, teatro e cinema.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Eu faço do papel de quem está do lado de cá e conhece muito pouco do processo. E quando se fala em Comissões, onde elas estão? Quem são essas Comissões que tem tanta interferência, tanto poder? A ANCINE pode hoje ser parceira no sentido de limitar um pouco, digamos assim, a importância da opinião dessas

Comissões, na liberação dessas parcerias? Como é que funciona?

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vamos fugir um pouco do nosso ritual porque eu acho que o assunto, desculpe a Assessoria, mas o assunto é tão bom, é tão gostoso. Eu vou tentar dar a palavra para o Sr. Gustavo Dahl, rapidamente, e voltaremos para o último orador e nós vamos debater, porque eu também estou louco para debater.

[risos]

**SR. GUSTAVO DAHL** – Existem dois tipos de fomento. Fundamentalmente existe o fomento seletivo, que é aquele no qual se seleciona o Projeto, e existe o fomento automático feito a partir de resultados de mercado ou de reconhecimento.

No caso da ANCINE, ela direciona, digamos, a sua atividade de fomento, além de gerir o mecanismo de incentivo fiscal para esse tipo de fomento automático digamos que despessoaliza a escolha. Agora, a Secretaria do Audiovisual ou Ministério da Agricultura, ele realiza uma série de editais, ou seja, de concursos, nos quais com o investimento da ordem de vinte, vinte e cinco milhões por ano em produção, ou seja, bem inferior a este mecanismo de captação de renúncia fiscal no qual não há Comissão nenhuma que interfira. Mas em relação aos filmes, digamos, fomentados pela Secretaria do Audiovisual o que acontece é o fomento seletivo. Ou seja, não há outra maneira de escolher que filme deve ser apoiado, se não criando uma Comissão. Porque senão fica, digamos, a descrição do gestor, o que não é conveniente. O fato de escolher uma Comissão já é uma descentralização. E isso não acontece só no Brasil. Isso acontece na França, que é um modelo de intervenção do Estado. O que eu posso dizer é de que essas Comissões se tenta exatamente não criar vícios. Se tenta regionalizá-las, se tenta diversificá-las, ou seja, não é uma mesma Comissão que decide um ano ou que decide outro. É evidente, que quando há uma Comissão, ela sempre exclui ou escolhe muito mais filmes, muito mais filmes são rejeitados por uma Comissão do que são os filmes escolhidos. Os critérios são variáveis, eles têm uma dose de subjetivismo, mas no caso da escolha do filme é preciso levar em conta tanto o retrospecto quanto o interesse do Projeto. Eu estou dizendo, este é o funcionamento atual.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vamos tentar voltar que o assunto é maravilhoso, Gustavo. E eu senti que o Senador Sérgio Zambiasi, como eu também, é uma a questão que é muito séria. Não é isso, Senador? Eu senti no seu olhar...

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Eu fico me questionando, a formatação, os critérios, as tendências. Eu percebi, por exemplo, na colocação do Dr. Carlos que eventualmente pode ter uma opção até ideológica...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador, deixa eu voltar ao último debatedor, senão nós não vamos terminar. Depois, com certeza, nós vamos voltar, e vai ser muito interessante, tenho certeza disso.

Eu queria também anunciar também a presença do Sr. Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira de MULTIPLEX e do CINEMARK. Passamos agora a palavra ao Sr. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual do Cinema, FAC. Quinze minutos.

**SR. ANDRÉ LUIZ POMPEIA STURM** – Obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui. É a primeira vez que eu venho aqui numa Audiência da Comissão de Educação, mas que tem sido um fórum constante do debate do cinema e do audiovisual nos últimos anos e que a gente respeita muito e considera por perceber que a Comissão tem dado essa importância para a nossa atividade.

Eu acho que esse Projeto tem uma grande qualidade. Ele organiza e amplia a estrutura de fomento para o audiovisual brasileiro. Nos último treze anos, desde que a Lei do Audiovisual foi implementada, e essa Lei do Audiovisual foi fundamental para a atividade do cinema, foi ela que permitiu que a gente alcançasse o estágio que a gente hoje está no nosso cinema com vários filmes de sucesso, vários filmes de público, de 14, chegamos a 20% de ocupação do mercado. Isso com certeza foi resultado da Lei do Audiovisual. O problema é que a Lei do Audiovisual se transformou no único mecanismo de fomento a atividade cinematográfica no Brasil. E aí acontece, o que vários dos meus colegas antecessores aqui da Mesa colocaram, a dificuldade e você criar uma competição e uma disputa de diferentes pelo mesmo que nunca é saudável. Ou seja, todos os cineastas desde o estreante até o mais veterano, do mais profissional a um experimental, do que busca o mercado e do que busca a renovação da linguagem, todos eles disputando recursos nos mesmos lugares, nos mesmos editais, o que claro provoca injustiça e distorções. Eu acho que o Projeto apresenta, então, primeiro a criação de um Fundo que vai ser gerido por um Comitê, baseado em diretrizes aprovadas pelo Conselho Superior do Cinema, pelo que a gente entende, o que já dá uma outra perspectiva de fomento a atividade. Que, inclusive, pode atender alguma das coisas que o Roberto

coloca que eu acho fundamentais, que seriam alguns mecanismos automáticos de produção.

Ou seja, hoje, se um cineasta quer fazer um filme, a única maneira é ele se inscrever na ANCINE e sair com o pires para usar a figura do Roberto, procurando recursos e empresas que a princípio não tem a ver com o cinema. Na SHELL, na PETROBRAS e assim por diante. Não existe como um cineasta levantar um recurso para fazer um filme, mesmo que seja um dinheiro de risco. Eu acho que esse Fundo pode possibilitar que o cineasta que quer fazer parte dos recursos desse Fundo, possam ser utilizados para o cineasta que quer fazer um filme com risco. Claro que esse risco vai ser amenizado, esse recursos pode ser com juros subsidiado, pode ser parcialmente investido. Mas, enfim, eu acho que é um grande avanço você criar um segundo guichê numa outra lógica de aplicação. Acho também que tem uma coisa muito importante que é a criação desse art. 3º A, que possibilita que as emissoras de televisão invistam na produção cinematográfica. É muito importante deixar claro que esse artigo para quem ouve assim: “Ah, esse artigo dá dinheiro para as televisões fazerem cinema”. Não é bem assim. Essa artigo não dá dinheiro para que as emissoras produzam suas novelas ou que as emissoras produzam seus próprios programas. Ele permitirá que elas se utilizem de um benefício sobre a remessa do imposto de renda da remessa, possibilitará que esse recurso seja investido na produção independente. O que também é fundamental para o que vai aproximar ainda mais a produção cinematográfica das emissoras de televisão que são mídia fundamental para o desempenho dos filmes, tanto no lançamento dos cinemas, quanto depois na exploração comercial.

Eu acho que o Projeto tem um outro lado que é o lado da regulamentação. De um lado ele apresenta sugestões e fomento, de outro lado ele apresenta sugestões de regulamentação e de... Poderíamos chamar, intervenção na atividade. O Cadu já citou um artigo que a gente considera um pouco excessivo, ao ampliar de maneira, excessiva, perdão, o alcance da exigência de documentos e informações que as empresas têm que fornecer para a ANCINE. Existe também a questão das multas, que a gente considera que pode se tornar algo delicado para as empresas, porque você está sujeito... As empresas do audiovisual, a gente tem que lembrar que muitas delas são empresas pequenas. Muito dos negócios do audiovisual são negócios pequenos. A gente fala desde as emissoras de televisão até pequenas produtoras, exibidores, e assim por diante.

Esses pontos, porém, eu gostaria também de ressaltar, tem sido negociado com o Governo. Eu acho que nesse momento, ao contrário de outros, a gente

está tendo uma preocupação em efetivamente buscar o que o Projeto tem de positivo, corrigir as arestas do que a gente não está de acordo. Já tivemos algumas reuniões com representantes do Governo. Quando eu digo nós, eu digo parte expressiva da categoria do audiovisual. Eu entendo que nós estamos muito próximos de um entendimento, alguns artigos foram redigidos melhor.

Enfim, a discussão sobre esses pontos está avançando. Porque eu acho que é fundamental que a gente consiga chegar num texto que efetivamente atenda os interesses da classe e do Governo para que esse Projeto possa ser aprovado na Câmara e de maneira rápida, um consenso possa caminhar com mais brevidade dentro das Casas. É claro que é fundamental a participação dos congressistas. Mas acho que essa iniciativa do Senado de já nesse momento propor o debate dessa lei que ainda está na Câmara mostra o interesse do Senado de participar disso. E eu acho que seria fundamental que os Senadores interessados no assunto já estivessem participando e contribuindo, para que essa discussão que acontece formalmente na Câmara possa ser uma discussão ampliada, para que o Projeto já venha efetivamente aprovado e possa rapidamente ser implementado. Essa questão... É claro que qualquer lei que beneficia uma categoria é do interesse da categoria que seja aprovado o mais rapidamente possível. Mas eu acho que nesta, em particular, nós temos uma necessidade premente que é o fim da Lei Rouanet. Como já disse um dos colegas aqui, a Lei Rouanet termina no final do ano, e ela significa por volta de trinta e cinco, quarenta milhões de reais por ano para a atividade. Se essa lei, se esse Projeto não virá lei até dezembro, em 2007, nós teremos trinta e cinco, quarenta milhões de reais menos para a atividade cinematográfica, o que é trágico naturalmente.

Então, é claro e visível o apoio que essa Casa tem dado para a nossa atividade. Acho que esse debate vem em ótima hora. Sinto que os agentes da atividade estão maduros e discutindo para se buscar um entendimento. Acho que as diferenças são pequenas, e acho mais uma vez que é fundamental que os Senadores interessados estejam participando desse debate, o quanto antes, para a gente ter um Projeto consensual e rapidamente aprovado. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. André Luiz Pompéia. Eu queria fazer a seguinte colocação. Eu acho que o tema e essa Audiência Pública, ela é tão importante que embora estejamos vivendo esse momento de eleição, que o Senado, 2/3 continuarão, não serão reeleitos agora, ou seja, uma parte do que está aqui continuará. Eu queria ver com

interesse grande, que o Senador Zambiasi tem, se nós poderíamos refazer, após as eleições, esse novo debate, que eu acho muito importante. Depois da Comissão, viu Júlio? Vamos aprovar, já está aprovado o Requerimento, vamos ver se nós fazemos uma segunda etapa com todos os Senadores, que já foram levantados pontos polêmicos, pontos até que levam a um fechamento em torno da liberdade de criação, liberdade de comercialização. Então vamos ver se a gente conduz essa... Eu queria passar agora a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado Presidente Wellington. Eu agradeço a oportunidade e esse é um tema de interesse comum, coletivo, eu acho importante. Fala a cultura, muitas vezes se pensa que é uma elite que interessa.

Aliás, eu acho que essa ação, ela pode fazer com que a cultura possa permear e chegar lá na periferia onde a mensagem deve ser transmitida. Então, é muito importante.

A reunião aqui, independente da presença dos Senadores, nós temos três Comissões andando. Eu estive na... oito? Eu pertencço a três Comissões. Estive na Agricultura, estive agora nas Relações Exteriores onde está o Ministro Celso Amorim, debatendo a questão Líbano/israelense, seriíssimo, porque existem brasileiros. Aí, independento da circunstância, tem que debater essa questão, ela é séria. E lá está o proponente do nosso... O Senador Saturnino está lá, como Presidente da Comissão, mas a simples possibilidade de reunir esta representatividade aqui, talvez nem sempre acontece, inclusive. Eu acho que não é comum ter todos os senhores reunidos numa Assembléia. E mais a platéia presente aqui. Desculpe, os que estão às minhas costas. Mas eu, por exemplo, fiquei sabendo agora uma questão, que comentei com o Júlio, esse aspecto do final do prazo do vencimento da Lei Rouanet e a urgência constitucional da votação desse Projeto, que talvez nós não consigamos vencer e, portanto, acho que a ANCINE deveria já está trabalhando com o Governo para a edição de uma Medida Provisória, se for o caso. Já deve ter um Plano "B" pronto, para que em janeiro, todos os segmentos que se amparam da lei não sejam prejudicados.

Eu acho isso absolutamente fundamental. Eu acho que essa informação já é suficiente para alertar, não digo alarmar, já daria para alarmar, porque eu não sei se o Congresso conseguirá votar até dezembro. Porque nós, por um acordo dos líderes em função das eleições, e não há como negar que é transparente e é evidente, o Congresso, o mundo político está voltado para as eleições.

Então, esse esforço, dito concentrado de fazer três Sessões agora em agosto, três Sessões em setembro, dificilmente terá capacidade de vencer... E se houver segundo turno, obviamente, pode não haver presidencial, mas haverá nos Estados e, portanto, as exigências serão praticamente iguais. Eu, sinceramente, não vejo com otimismo, a possibilidade de ultrapassar, com a velocidade necessária a análise pela Câmara para chegar aqui. E mesmo chegando aqui, Presidente, haverá dificuldades.

Então, eu imagino que talvez a Comissão, a AN-CINE, enfim, os interessados possam trabalhar junto ao Governo à edição de uma Medida Provisória que possa proteger os Projetos em andamento e os futuros Projetos. Pelo que eu pude entender, pegando rapidamente a questão.

**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – Senador, posso dar uma contribuição? O Plano “B”, na Lei do Audiovisual do art. 1º que foi o Projeto do Deputado Francisco Dornelles, foi muito bem conduzido. A questão da Lei Rouanet está no art. 55 do MP 2228. O Plano “B” seria fazer um Projeto de Lei simples, prorrogando esse prazo. Tirando a pressão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Desculpe, Carlos Rodrigues, representante. Vamos ouvir os Senadores agora. Todos já falaram. Agora Senador Zambiasi, também temos o Senador do Espírito Santo.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Esse Projeto específico--

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Depois, se nós... Vamos deixar o Senador falar. Eu sei que vocês também estão ansiosos, eu também estou, é um debate maravilhoso. Já programo para ter uma segunda etapa... E o que o Senador Zambiasi colocou é o seguinte: Para nós não importa se é Projeto de Lei ou se é... A dificuldade é justamente juntar todo mundo para votar. [soa a campanha]

Vamos agora ao Senador, desculpe, Senador Zambiasi continua.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – É um comentário final. Aqui a minha preocupação... Eu sei que o Projeto está urgência constitucional lá na Câmara, mas existem inúmeras Medida Provisória que estão a frente, elas trancam automaticamente a pauta. Os períodos são muito curtos. Agora, aqui, possível nós teríamos condições de dar a velocidade necessária para até dezembro aprovar. Mas acho que nós temos que estar preparados para alternativas. O que nós não podemos é sermos surpreendidos no último momento e não haver uma alternativa possível e deixar ao desamparo tantos Projetos em andamento e outros

tantos que serão analisados pelas Comissões e aprovados com seus critérios. Até, então, seguramente o debate público abre e corrige, eu acho que aperfeiçoa as questões, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, muito obrigado pela sua colocação. Eu queria dizer que para mim aqui na presidência está sendo difícil, porque, os debatedores estão ansiosos achando que a presidência está dando proteção para outros. Então, vamos tentar organizar, entendeu Carlos Rodrigues? Eu sei que o senhor está ansioso, o Gustavo Dahl já me falou, “também quero falar”. É um debate maravilhoso. Acho que por isso é que essa Comissão é maravilhosa. Mas vamos tentar, não é isso Júlio? Vamos nos organizar, vamos passar a palavra ao Senador Marcos Guerra. Vamos ver um pouco... Os Senadores também querem falar um pouco, se vocês deixarem. Com a palavra o Senador Marcos Guerra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu peço desculpa, eu tive que me retirar por alguns instantes, e tive a oportunidade de ouvir três debatedores, três expositores, e também li esse anteprojeto, esse Projeto de Lei. Eu tenho certeza que nessa Casa, aqui nessa Comissão, com a presidência de V.Ex<sup>a</sup>. ela vai continuar realmente, aprovando os Projetos com muita rapidez, como tem sido até hoje. Concordo com o Senador Sérgio Zambiasi que até o final do ano realmente, Senador, é complicado. Mas vejo esse Plano “B” como muito importante. Foi colocado aqui da participação dos filmes nacionais da França, praticamente 40%, pelo Bruno. Foi colocado aqui a participação na Coreia que também é elevada. E acredito, Bruno, que no Brasil deve ser muito pequena a participação. Nós produzimos novelas de alto padrão aqui no Brasil que são exportadas, que são disputadas lá fora e acredito que nós temos que trabalhar também em prol do cinema. Quero aqui empenhar a minha palavra, a minha participação nesse Projeto para que ele realmente venha atender a expectativas de vocês que julgo importante realmente. O Governo ele também começar a se preocupar com essa categoria que ela é tão importante e que ela possa, amanhã e depois, passar a vender o Brasil como também um grande produtor de cinema a nível internacional. Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente. E parabéns pela condução do trabalho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marcos Guerra. Passamos agora, sem proteção, não é isso Gustavo? [risos] Democraticamente, passaremos para cinco minutos para as considerações finais de cada presente na Mesa aqui. Começan-

do primeiramente pelo senhor, obedecendo a ordem aqui, para não ter proteção, Gustavo Dahl, o primeiro. Cinco minutos. [risos]

**SR. GUSTAVO DAHL** – Eu não estava dizendo que estava havendo proteção, porque eu sou respeitoso. Eu simplesmente disse que poderia parecer. Eu fico satisfeito, porque na verdade a proposta que o representante da ABERT e da Globo Filmes estava fazendo aqui, simplesmente, da prorrogação do artigo da Lei Rouanet é uma perspectiva que diminuiu o problema e diminuiu o Projeto.

Na verdade, prorrogando o art. 1º e prorrogando a Lei Rouanet, caímos exatamente em cheio dentro dos vícios daquele mecanismo aos quais o Roberto Farias estava se referindo aqui com a experiência que tem.

O que está sendo proposto aqui é um Projeto inovador, é um conjunto de medidas que cria uma Fundo, que possibilitam várias... As manifestações dos distribuidores, as manifestações do representante do sindicato das indústrias de São Paulo deram uma idéia da amplidão desse Projeto. Reduzir o Projeto a prorrogação do art. 1º ou resolve o problema da lei Rouanet, é realmente manter o *status quo* que há um consenso que precisa ser reformulado. É muito difícil fazer com que as coisas avancem na área. É uma área na qual a questão da bipolaridade, ou seja, da existência de um cinema industrial, dirigido ao público e de um cinema autoral comprometido com a inovação de linguagem, é alguma coisa difícil de consolidar. Eu sou da opinião que uma coisa não exclui a outra. Cinema é tudo. E há uma dinâmica entre eles. Mas não é possível reduzir todo um Projeto a simples prorrogação de um artigo ou outro sequinho que resolve o problema.

A proposta que está sendo feita de uma Medida Provisória, e olha que uma Medida Provisória sendo proposta dentro do Senado Federal, é uma assunção da importância que o problema tem. E, na verdade, eu entendo a intervenção do Senador Zambiasi como uma proposição de consenso, uma proposição de consenso da área, do Senado e do Governo que criam as condições, digamos, de uma Medida Provisória que não seja evasiva, que não tenha as características das quais o próprio Parlamento Brasileiro se queixa. Esta é uma proposta que avança e que eu queria apoiar. Muito obrigado pelo uso da palavra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Na realidade, apenas para colocar. A preocupação nº 1 é não interromper os Projetos. Eu vejo que há uma preocupação enorme aqui, há uma tensão, inclusive, junto ao setor, uma preocupação com os prazos que

são exíguos para a apreciação do Projeto na Câmara. Mas, como tem urgência constitucional e tem um prazo previsto, nós acreditamos que se se trabalhar um consenso lá, a gente aqui, eu tenho impressão que o nosso Presidente terá todas as condições [soa a campanha] de alguns dias de um Projeto aprovado aqui já ir para o Plenário. Em alguns dias. Em novembro, talvez na segunda audiência proposta, se encaminhe para o Plenário.

Agora, eu acho que nós temos que estar preparados, sim, para alternativas. O que nós não podemos é nos surpreender. Eu estou dizendo o seguinte, é que se a gente perceber que pelas próprias circunstâncias do ano atípico de eleições ocorrer algum tipo de trancamento de pauta, o setor não pode ficar prejudicado. Então a preocupação é essa. O setor não pode ser vítima dessa circunstância. Razão pela qual talvez o consenso indique para uma proposta emergencial.

Eu deixo registrado aqui. Eu mantenho a proposta com a cautela necessária e nesse sentido. Vamos continuar acreditando. Nós temos todas as condições, mas a cautela exige que a gente esteja atentos, organizados. A própria Comissão vai acompanhar todo o processo lá na Câmara com o respeito que merece, de modo que a gente consiga alcançar os seus objetivos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Obrigado, Exmº. Senador Sérgio Zambiasi. Eu entendi muito bem a colocação de V.Exª. V.Exª. ficou preocupada com a tramitação do processo em função do momento que nós estamos vivendo e está criando um Plano “B” que não é comum nessa Casa. Essa Casa sempre debate e quando tem prioridade, caminha rapidamente. O Presidente da Casa que é o Senador Renan, tem sensibilidade para questões culturais, as questões do cinema, inclusive, então tenho certeza, Senador Zambiasi, o último Plano “B” será em última instância. É muito bem lembrado para ficar registrado, mas a Casa vai ter um carinho todo especial com isso.

Agora, realmente, é bem colocado pelo Senador, é muito difícil nesse momento se nós tivermos segundo turno também vai ser difícil, porque em dezembro nós entramos em recesso dia 15. Então são 15 dias, e todo mundo festejando, e todo mundo triste, quem perdeu.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Mudou o processo. O recesso agora ele fica menor. É dia 20, nós vamos até o final do mês, praticamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sem problema. Então agora eu vou passar a palavra para as considerações finais, por cinco minutos, cinco minutos, Sr. Carlos Rodrigues.



**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – É que eu tive dois de créditos quando terminei a minha mais cedo, por isso que eu usei depois. Eu não esperava uma reação tão acalorada assim do Gustavo, foi mais no sentido de dar uma proposta que pudesse resolver um problema que está aí emergencial. Mas eu vou voltar ao Projeto.

Desde que eu entrei no cinema eu aprendi uma coisa. Não há consenso na atividade cinematográfica e no audiovisual como um todo. Eu não vi, não estou há tanto tempo quanto o Roberto Farias, mas eu acho que eu já estou a um tempinho, e eu sinto discordar, sinto mesmo, discordar do meu parceiro de alguns filmes, Bruno Wainer, de que nós temos consenso com relação a esse Projeto.

Se o Projeto se concentrasse nas medidas de fomento teríamos esse consenso. O Projeto, se vocês pegarem as explicações do Projeto, tem 28 itens. Desse 28 itens, apenas um de nº 28 diz o seguinte: “Por fim, o presente texto cuida de atualizar procedimento de monitoramento das atividades e disciplinamento de condutas das empresas pertinentes ao escopo de atuação da Agência Nacional do Cinema”. Existem vários artigos no Projeto que claramente intervêm na atividade econômica das empresas privadas e essa é a posição da ABERT.

Sei, portanto, que está havendo uma negociação, sei, portanto, que pode ser feito um trabalho perante as Relatorias, perante a própria Comissão, perante o Senado, que possa deixar esse Projeto aqui digno, 100% de elogios. Mas na medida que ele saiu, somente do escopo do fomento e entrou em outras coisas que não estão nem plenamente justificadas aqui. É um item, um detalhe, não há consenso realmente em relação ao Projeto.

Agora, dando uma pequena brecha, voltando aquela conversa das Comissões. Renato Aragão é o nosso Chaplin. Renato Aragão fez 50 milhões de ingressos antes da chamada Retomada do Cinema Brasileiro. O Renato Aragão demorou dez anos para voltar a fazer cinema e só conseguiu voltar fazer cinema graças a parte do dinheiro incentivado que vem das distribuidoras.

Os filmes do Renato Aragão raramente conseguem ou não tem nenhum tipo, não passam em Comissão nenhuma. Se as nossas crianças estão aprendendo, se aculturando no audiovisual, vendo conteúdo estrangeiro e nós não dermos conta que os nossos produtos infantis audiovisuais têm que ser estimulados, eu dei esse exemplo do Renato, porque é uma história de sucesso. Mas a parte de desenhos animados, projetos infantis, isso está sendo sempre preterido por Comissões que têm uma composição muito variadas,

críticos de cinemas, pessoas que não estão diretamente ligados à atividade, então é um ponto crítico, sim.

Terceiro ponto e último, que ainda tenho um tempinho, a parceria cinema e TV, quando o Gustavo começou a falar, eu falei: “Você está falando pela ABERT...”, aí eu lembrei aqui que eu também estou pela Globo Filmes, dos vinte filmes de maior bilheteria da retomada, nós tivemos a felicidade de estar em praticamente em todos. Estamos em dezoito. O que comprova, e isso vem sendo recomprovado ano a ano, que a parceria, cinema e TV é importante. E pelo menos, das contas que eu fiz, os dez primeiros filmes de bilheteria retornaram em impostos diversos os subsídios que eles pegaram.

Eu acredito, uma opinião pessoal minha, uma opinião de mercado, que a gente vai democratizar a cultura não só dando acesso a ela, [soa a campainha], mas fazendo conteúdo audiovisual que seja de interesse da sociedade. Eu prefiro um filme de cinco milhões de espectadores. Isso eu acho que é democratizar a cultura, do que a gente de repente estar fazendo vários produtos, de várias naturezas que são importantes, que tem que ter o seu guichê próprio para isso, mas que não estão realmente disseminando a cultura pelo País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agradecendo a colocação do Sr. Carlos Eduardo Rodrigues. Passaremos agora, por cinco minutos, as considerações finais do Sr. Bruno Wainer, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras Independentes, ABRADI.

**SR. BRUNO WAINER** – Eu só queria, enfim, esclarecer alguns pontos: Eu acho que esse Projeto aqui, ele não trata, ele não está tratando das Comissões, das empresas que investem em cinemas, estatais. Isso não está colocado aqui nesse Projeto. Eu concordo inteiramente, eu acho que com todo mundo aqui dessa Mesa, eu acabei de participar de uma dessas Comissões de um edital agora, e não participo mais. Eu quero distância disso. Eu acho que isso aqui é uma deformação tremenda ali. Essas Comissões não estão vinculadas à indústrias, elas não têm um pensamento definido.

Enfim, eu quero distância disso. Não se trata disso nesse Projeto aqui. Eu acho que esse Projeto aqui, ele trata de trazer dinheiro novo para a atividade e ele trata de trazer dinheiro novo para a atividade, através de mecanismos ligados à indústria. Quando você simplifica a possibilidade do FUNCINE atuar, você está trazendo facilidades para que um dinheiro novo seja aplicado na atividade. Quando você cria um Fundo que vai ser... No qual a sua linha de atuação for regulada pelo Conselho Superior de Cinema que obviamente é um

Conselho que reflete o pensamento da atividade, você está trazendo um dinheiro com o compromisso para o estímulo da atividade.

Eu acho que as questões, eu também queria falar com o Cadu, desculpa o informalismo, o Carlos Eduardo Rodrigues, eu realmente não parei para examinar as questões de controle, etc. e tal, e eu farei isso. Mas tirando essas questões do controle que eu acho que podem ser melhoradas, o texto podem melhorar, eu acho que a gente não pode perder oportunidade de trazer dinheiro novo para a atividade. Por quê? Porque acontece o seguinte, desde que o cinema brasileiro retomou as suas atividades com força, na verdade, que foi a partir do ano de 2000, sempre todo o ano é o mesmo número de filmes que responde por 90% dos ingressos vendidos. Isto é, um ano o cinema brasileira começou com oito milhões, chegou a vinte, diminuiu para doze, fez quinze. Mas que o importa é o seguinte, é que sempre foi o mesmo número de filmes que respondeu por 90% desses ingressos. São só seis filmes por ano. É muito pouco. O cinema brasileiro pode produzir doze filmes por ano. E se ele produzir doze filmes por ano para ir brigar pelo mercado, você vai estar dando a chance do cinema brasileiro dobrar a sua participação. Esses seis filmes por ano são produzidos, por quê? Porque as únicas fontes de financiamentos desses filmes é a Lei do Audiovisual. Ela é pouco. Ela já chegou ao seu teto de ocupação. Todo ano é a mesma coisa. Nós vendemos entre a 12 a 15 milhões de expectadores, mas com o número reduzido de filmes. Enquanto a indústria internacional invade aqui o nosso País com duzentos filmes, nós vamos brigar contra esses duzentos filmes com seis filmes por ano. É muito pouco.

Esse ano, por exemplo, até agora só foi lançado dois filmes brasileiros que foram lá brigar pelo mercado. É muito pouco. Por isso que eu acho que a gente tem que buscar aqui o consenso mais rapidamente.

Concordo também plenamente com o Gustavo, a gente não pode reduzir essa questão, porque senão a gente vai simplesmente manter o *status quo* atual. A gente tem que eliminar o que não for possível de ser aceito, mas a gente tem que se focar em aprovar esse Projeto, trazer [soa a campanha] dinheiro novo para a atividade.

Por fim, eu queria só prestar um esclarecimento, só para não ficar nenhum mal-entendido. Como eu me referi as empresas distribuidoras estrangeiras, eu não sou contra a participação das empresas distribuidoras estrangeiras no processo de co-produção e com isso de aquisição dos direitos de distribuição desses filmes. Eu só sou contra que elas sejam praticamente as únicas agentes nesse departamento.

É preciso trazer a indústria, o setor de distribuição nacional para esse jogo também. Eu posso falar... Eu só citei os filmes que eu participei para falar o seguinte: É preciso deixar claro que o grande filme brasileiro pode ser distribuído por empresas nacionais. Eu já os distribuí e eu já vivi essa experiência de grandes sucessos com filmes bem relevantes, um deles já citado aqui que foi o “Cidade de Deus”, ou como “Olga”, ou como “Central do Brasil”.

Então a atividade de distribuir filmes brasileiros no seu País podem ser feitas por distribuidoras nacionais, somadas as distribuidoras estrangeiras que já têm o seu mecanismo, que é um mecanismo maravilhoso, do art. 3º para elas, é maravilhoso, é preciso criar alternativas para o setor da distribuição nacional e com isso aumentar, não só a participação do cinema brasileiro no mercado, mas o número de filmes produzidos para ir brigar por mais fatia no mercado. É isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Sr. Bruno Wainer. Passaremos agora a palavra e que controle a sua paixão, a sua emoção, porque senão... [risos] Passaremos a palavra ao Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de cinema.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que o cinema é sacerdócio. Na verdade, o esforço que todos nós de cinema fazemos para sobreviver nessa área, se fossem empregadas em outras, talvez a gente tivesse muito mais êxito, muito mais alegrias. De qualquer modo, não estão arrependido, não. Sei que o Gustavo, por exemplo, que é bem mais novo do que eu também pensa dessa maneira, e a dedicação dele, por exemplo, ao cinema, a administração do cinema é uma coisa realmente admirável. De deixar a sua própria atividade de fazer para ajudar a fazer.

De qualquer forma, eu espero que nos próximos quatro anos... Que de alguma maneira, nós todos, talvez eu que estou mais velho, pode ser que não, mas a maior parte das pessoas que está aqui, certamente de uma maneira ou de outra, vai continuar nessa luta, vai continuar nessa discussões. E eu espero que essas correções sejam feitas. Eu espero que se garanta, que procure cada vez que se pensar numa medida que se pense primeiro que liberdade não se compra. Não é pelo fato de existir dinheiro, recurso à disposição para fazer cinema que o cineasta deve vender a sua individualidade, a sua liberdade.

Então eu sei que as pessoas que estão aqui são democratas, eu sei que as pessoas pensam nisso, mas às vezes a gente vai no foguete errado, e é preciso corrigir essa rota. É preciso corrigir. É preciso dar incentivos aqueles que querem fazer cinema de uma

forma livre. E o incentivo dado após é muito importante. Ele pode ser condicionado. Não pode dar incentivo antes e depois. Agora, é preciso que o mercado seja compensado por isso.

Hoje, não adianta você pensar... Ninguém no Brasil bota dinheiro em cinema, por quê? Porque o mercado é pequeno.

Então, o que acontece? É preciso corrigir o mercado. Como? Estimulando novas salas de exibição, estimulando os exibidores a não ter que pagar IPTU alto, não ter que pagar o ISS, a luz tem que ser mais barata. Não pode custar... O preço de residência, tem que ter o preço da energia industrial. Tem uma série de coisas que podem estimular e tornar a exibição, também, melhor negócio do que ele é. Porque todo mundo sabe que para bom negócio não falta dinheiro. Só é preciso dinheiro para mal negócio. Então esse estímulo, essa meta não pode escapar do legislador, não pode escapar daqueles que dirigem os organismos de cinema. É o que eu tinha aqui a dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Roberto Farias, queríamos anunciar também a presença na Comissão, nesse momento, do Senador Marco Maciel que todos conhecem. Homem que fez a história desse País, com certeza. Passamos agora as considerações finais do Sr. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual do Cinema, FAC.

**SR. ANDRÉ LUIZ POPÉIA STURM** – Queria ressaltar, mais uma vez, a importância aqui desse encontro. Eu acho que esse Projeto tem uma grande qualidade que é a inovação num sistema organizado e ampliado para o fomento no audiovisual no Brasil. Eu acho que isso é fundamental, ter claro que não é simplesmente mais dinheiro para a atividade. Todas as atividades querem mais dinheiro. Eu acho que o que esse Projeto tem de positivo e que é resultado, inclusive, de muitas sugestões feitas pela primeira classe, é ampliar e estruturar melhor isso. Criar um Fundo que pode ter diversas aplicações, como as que o Roberto coloca aqui do lado, reforço isso. Que pode ter recurso para os distribuidores brasileiros poderem ter condições de isonomia como as companhias estrangeiras nas disputas pelos filmes brasileiros e participar da produção desses filmes.

Enfim, fazer com que a Lei do Audiovisual sirva para os filmes que tem perfil da Lei do Audiovisual, e que filmes que tenham outros perfis possam ter outros caminhos para se financiar.

É fundamental porque cria possibilidade, embora o Projeto não esteja, do meu ponto de vista e do ponto de vista de várias pessoas, perfeitamente redigido, mas

espiritualmente cria possibilidade que as emissoras de televisão possam utilizar recursos de incentivo fiscal para investir na produção independente. Isso também é fundamental, porque naturalmente esse filmes serão filmes com uma perspectiva de mercado maior, terão a aliança da televisão e será fundamental para a gente está ampliando o nosso cinema a participação do mercado.

De outro, lado o Projeto tem alguns pontos que merecem crítica, que são pontos que avançam na minha maneira de ver de uma maneira um pouco excessiva na intervenção sobre as empresas. Mas como eu já disse a gente tem conversado com o Governo, tem buscado um entendimento, acho que a palavra consenso não é a melhor palavra, porque consenso nem sempre é a melhor opção, eu acho que o fundamental é o entendimento. E esse entendimento tem sido buscado.

Eu acho que esse entendimento feito, alcançado tem que ser trazido com urgência e presteza ao Congresso, na Câmara em primeiro lugar, e depois aqui no Senado. A gente sabe que essa Comissão é uma Comissão aliada do cinema e do audiovisual. Um exemplo recente que a gente teve da celeridade com que foi aprovada a Lei do Deputado Dornelles aqui nessa Comissão demonstra isso e a gente sabe. A lei demorou muito mais tempo para ser aprovada na Câmara onde ela se originou do que no Senado. Houve, inclusive, a generosidade do Senador Sérgio Cabral que tinha um Projeto semelhante em ser Relator do Projeto para demonstrar o apoio ao Projeto que podia ser aprovado primeiramente, que foi fundamental para o cinema.

Então, eu acho que o fundamental nesse momento é a gente conversar e buscar a melhora do Projeto, a melhoria do Projeto, que é um Projeto com excelentes pontos, com alguns defeitos e que necessita ser aprovado com brevidade.

Espero que o Plano “B” do Senador Sérgio Zambiasi não seja necessário, e que a gente possa, quem sabe, celebrar a aprovação dessa lei em entendimento ainda esse ano. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado pela considerações finais, Sr. André Luiz Pompéia. Com a chegada do Senador Marco Maciel, queria saber se ele tem algumas considerações a fazer, alguma coisa. Eu sei que você estava cumprindo as suas tarefas junto ao PFL.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Wellington de Oliveira, Sr. Senador Sérgio Zambiasi, ilustres integrantes desta Audiência Pública, eu quero, antes de mais nada, de fato apresentar as minhas escusas por somente agora ter

podido comparecer a Comissão, vez que na Comissão Nacional do PFL estava reunido extraordinariamente para se manifestar sobre essa CPI dos SANGUES-SUGAS e etc.

Então, eu não podia dela me afastar, foi uma Sessão em caráter Extraordinário, daí porque somente agora que eu consegui me liberar. Mas eu quero, antes de mais nada, elogiar o trabalho da Comissão de Educação que através dessas Audiências Públicas tem contribuído para que nós possamos agilizar a tramitação de proposições.

Eu vi aqui, quando cheguei a Comissão, estava ouvindo manifestação do Dr. Roberto Farias a que tanto aprecio e logo a seguir eu vi a manifestação do Dr. André Sturm, que disse uma coisa que eu considero que é muito procedente. Essa idéia de se buscar o consenso nem sempre é a melhor solução.

Aliás, quando se fala em consenso geral, além de não ser a melhor solução, é também é um pleonasmo. [risos] Mas eu acho que o que se busca é sempre um entendimento, porque uma lei que é resultado de um entendimento, ela certamente abriga a solução para diferentes questões e é capaz de ter mais longa duração, de também se descer no tecido social da comunidade.

Então, fazendo com que ela seja assimilada pela própria sociedade. Então eu diria aqui que esse trabalho é muito importante e de alguma forma, como aqui se disse, essa Audiência Pública está ajudando a criar as precondições para que a Câmara vote a matéria tempestivamente. E aí eu não tenho dúvida em afirmar porque temos precedentes, se a Câmara concluir por um bom substitutivo ou mecanismo semelhante, mecanismo regimental semelhante, certamente nós teremos condições de aprová-la ainda este ano. É pouco provável que a Câmara faça Sessão deliberativa no mês de setembro. Mesmo porque, praticamente, todos os atuais Parlamentares são candidatos a reeleição. Quando não é candidato a reeleição é candidato a outro posto que é no Executivo ou no Senado. E são muito poucos, portanto, que não disputarão eleição e conseqüentemente não estou comprometidos com o processo eleitoral. E nós sabemos que estamos a menos de 60 dias das eleições.

Então eu não acredito que em setembro haja Sessões deliberativas, nem sequer estão programadas na Câmara, no Senado pode ser que ocorra uma ou outra, mas na Câmara é pouco provável, mas acredito que vindo em outubro dá muitas condições de votar ainda este ano. Mesmo porque a praxe aqui no Congresso é nunca parar no dia 15 de dezembro. Sempre se vai um pouco mais, até 23 do referido mês. No mais, também eu gostaria de dizer que acho que há

uma sensibilidade muito grande nesta Comissão para os temas que aqui estão sendo aqui discutidos, e eu quero felicitar, embora eu não tenha podido ouvir, não somente do Dr. Bruno Wainer, mas também eu queria cumprimentar o Gustavo Dahl que também é um velho companheiro, assim como Roberto Farias, de lutas em defesa do cinema, e por fim, também, fazer uma referência ao representante da ABERT, o Carlos Eduardo Rodrigues. E lamentar que não podido ouvi-los. Mas eu estou levando para Casa uma pastinha que já me dá condições para aprender, pelo menos em linhas gerais aquilo que foi dito e debatido aqui nessa Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marco Maciel, nós também lamentamos não ter tido V.Ex<sup>a</sup>. presente, que com certeza, com o pouco que V.Ex<sup>a</sup>. fala, já cria essa sensação de dever cumprido maravilhosamente. De qualquer maneira eu acho que foi sensacional, poderíamos ter enriquecido um pouco mais o debate. Eu senti que... Eu adoro quando tem polêmica, o confronto. Eu queria até uma hora trocar que eu queria... [risos] trocar a presidência, porque realmente eu estava sentindo o clima aqui.

Mas de qualquer maneira vamos ter uma segunda, em outubro. O Senador Zambiasi também ficou muito interessado, e com certeza vai assinar o novo Requerimento. Já está aprovado.

Então eu queria, para encerrar a Sessão, falar que foi um prazer tê-los aqui para nós debatermos, para já preparar para uma aprovação de projeto, e espero encontrá-los da próxima vez.

Diante do exposto, declaro encerrada essa Sessão.

*Sessão encerrada às 12h48.*

**Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de agosto de 2006 (Audiência Pública Conjunta)**

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia três de agosto de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcos Guerra, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro reúnem-se a Comissão de Educação, a Comissão de Assuntos

Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Geovani Borges, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Luiz Pontes, Romero Jucá, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Patrícia Saboya Gomes, José Agripino, Romeu Tuma, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho e Valdir Raupp, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senador Jefferson Peres (PDT/AM), não membro das Comissões, Ex-Senador Eurípedes Camargo, Deputados Federais Luiz Alberto (PT/BA); Reginaldo Germano (PP/BA) e Vicentinho (PT/SP), Deputado Estadual Valmir Assunção (PT/BA) e o Ex-Deputado Marcos Terena, Coordenador do Comitê Geral Inter Tribal. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete às Comissões a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que é dividida em duas partes, atendendo ao Requerimento nº 021-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim e o Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 021-CE, de 2006, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que tem como objetivo debater a "Igualdade Racial e as Quotas". São convidados como expositores para a primeira parte da Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação – MEC e a Excelentíssima Senhora Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, autor do requerimento, Geraldo Mesquita, Ideli Salvatti e os Deputados Federais Vicentinho, Luiz Alberto e Reginaldo Germano. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta primeira parte às doze horas e trinta

e sete minutos. Às quatorze horas e vinte e oito minutos, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim, abrem os trabalhos para a segunda parte da Audiência Pública. São convidados como expositores o Senhor Frei David Santos, Diretor de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EducAfro; Senhora Yvonne Maggie, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor Peter Fry, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor José Jorge de Carvalho, Professor da Universidade de Brasília – UnB; Senhor José Carlos Miranda, Movimento Negro Socialista – MNS; Senhor Roque Ferreira, Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores sobre Trilhos – CUT e Conselheiro da Comunidade Negra – Bauru/SP; Senhor Marcus Alessandro Santos Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU e Senhor Carlos Alberto Medeiros, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita e o Deputado Federal Luiz Alberto. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezoito horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

### 1ª Parte

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a ser realizada hoje, dia 3 de agosto de 2006, quinta-feira, em duas partes, a primeira parte com início agora às 10h e a segunda parte com início às 14h.

Audiência Pública. Assunto: Igualdade racial e as cotas. Autoria do Requerimento: Senador Paulo Paim. Na primeira parte, teremos como convidados o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Ministra Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR. Submeto à apreciação do Senado a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. Aprovado.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Senador Paulo Paim e ao Senador Geraldo Mesquita que acompanhem os convidados para tomarem seus assentos à Mesa. Comunico que está à disposição do público um telão no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, Sala 19.

Dando início, primeiramente, passaremos às suas exposições, ao Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, do MEC, por 30 minutos. Sr. Ministro, por favor.

**SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD** – Gostaria de cumprimentar os Senadores presentes, na pessoa do Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Wellington, gostaria de cumprimentar os participantes desta Audiência Pública, os Jornalistas presentes, e louvar a iniciativa do Senador Paim de propor esse debate no âmbito do Senado.

Nós sabemos que nós temos hoje dois projetos tramitando no Congresso Nacional, o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de reserva de vagas nas instituições federais de ensino. E são dois projetos que, de certa forma, não coincidem plenamente. Embora tenham o mesmo espírito, não há uma total coincidência de propósitos. Embora eu repita que tenham um espírito que caminha na mesma direção.

Eu gostaria de falar do projeto encaminhado pelo Executivo. Acho que a minha responsabilidade aqui é tentar esclarecer as razões que levaram o Executivo a propor um Projeto de Lei, ainda em 2004, no primeiro semestre de 2004, maio de 2004, e que tramita, portanto, há mais de dois anos na Câmara dos Deputados, tendo passado por todas as Comissões e estando apto a ser avaliado pelo Plenário da Casa. Esse Projeto foi também objeto de intenso debate naquela Casa. Houve vários debates na sociedade em torno dessa questão e, de lá para cá, é preciso ressaltar que muitas universidades, federais, sobretudo, no gozo da sua autonomia, aprovaram nos Conselhos superiores, nos seus Conselhos Superiores uma série de modificações no que diz respeito ao acesso à educação superior pública no País.

De lá para cá, o debate, na minha opinião, se qualificou cada vez mais. Então, nós temos que reconhecer que a sociedade vem amadurecendo seus

posicionamentos a respeito do assunto. Intelectuais e artistas, acadêmicos, inclusive elaboraram os seus manifestos de parte a parte, anunciando ao País o seu posicionamento e tornando transparente o conjunto de argumentos em defesa ou contrários aos projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, nós pudemos, à luz das experiências em curso, avaliar o que vem acontecendo na universidade pública, a partir do momento em que o Conselho Superior de uma determinada instituição decidiu testar um novo modelo de acesso à educação superior.

Então, ao contrário de muitos, eu não considero que o tempo foi desperdiçado, em hipótese nenhuma. Embora eu reconheça que a luta do aluno da escola pública por mais acesso, a luta do negro por mais acesso, é uma luta que já dura muito tempo, e há uma certa urgência em dar resposta a demandas históricas do movimento dos estudantes, sobretudo, eu penso que esses dois anos não foram anos desperdiçados, porque o mundo se movimentou, o mundo se mexeu nesses dois anos.

Então, hoje nós temos algumas dezenas de instituições de educação superior que, com toda tranqüilidade, com toda a sabedoria, com o jeito característico do nosso povo lidar com coisas complexas, vem, cada uma à sua maneira, introduzindo dispositivos inovadores nos processos seletivos, com o objetivo de aperfeiçoá-los.

Qual é o sentido maior desse movimento? Acho que o sentido maior desse movimento é entender e perceber que o vestibular tradicional ele nem sempre prediz qual será o desempenho futuro do aluno. E por quê isso? Porque, tomando dois alunos hipotéticos, um aluno de família abastada, que teve um investimento da ordem de 10 mil reais por ano na sua formação durante o ensino médio, que é quanto pode chegar o custo de uma anuidade numa escola particular, que tem pais não só alfabetizados, mas muitas vezes pais Doutores, Professores, pais com curso superior, que têm uma infra-estrutura na sua própria casa que complementa a infra-estrutura da escola, com acesso à Internet, acesso a uma biblioteca pessoal, tem acesso a um conjunto de bens culturais, como viagens, visitas a museus, a parques e um outro jovem, também hipotético, filho de pais analfabetos, que moram na periferia de uma grande cidade, que não tem uma biblioteca sequer pública perto da sua casa, que tem dificuldade de locomoção dentro do território onde ocupa, que estuda em escola pública, onde o investimento por aluno é da ordem de mil reais por ano, portanto, dez vezes menos, em alguns casos, que se nós tirarmos uma fotografia num determinado dia desses dois jovens, aplicando a

eles a mesma prova, nós não estaríamos cumprindo o dispositivo constitucional que determina que o acesso seja universal em igualdade de condições. Esse é o ponto. Quer dizer, o que nós estamos discutindo é se a igualdade de condições está respeitada nos processos tradicionais de seleção.

A partir dessa constatação de que a igualdade de condições não está dada, se inicia um debate na universidade em torno do que fazer para nivelar as condições de oportunidade. É evidente, e isso não resta dúvida, eu penso que é uma unanimidade nacional, que o reforço à educação básica pública é uma necessidade imperiosa do País. Ninguém, em sua consciência pretenderá resolver, no longo prazo, esse problema sem investimentos massivos, permanentes, estáveis, comprometidos, eficazes, efetivos na melhoria da qualidade da escola pública, inclusive no que diz respeito ao acesso ao ensino médio. Razão pela qual programas como o Fundo da Educação Básica, que vocês recém-aprovaram aqui na Casa, por unanimidade, o livro didático do ensino médio, que é um programa novo do Governo Federal, a integração da educação profissional ao ensino médio, que é um programa novo do Governo Federal, recebem o aplauso de toda a sociedade. Nós vamos terminar esse ano tendo instalado laboratórios de informática em todas, em todas as escolas de ensino médio.

Então, também do ponto de vista de infraestrutura, lançamos no ano passado o edital da universidade aberta do Brasil, que é a criação de pólos municipais para qualificar o Professor da educação básica com o apoio da universidade pública federal. Esses projetos vêm ganhando consistência, vêm ganhando visibilidade e vêm recebendo da sociedade o respeito que eles todos merecem. E são programas suprapartidários, que contam com o apoio dos mais variados partidos, tendências, linhas ideológicas, sem nenhuma dificuldade. Aliás, o Ministério da Educação sempre, por meio dos seus dirigentes, sempre expressa muita satisfação pela receptividade do Congresso Nacional aos projetos encaminhados. Recentemente, na criação de novas universidades, na criação de novas escolas técnicas, todos os projetos do Ministério da Educação têm recebido das duas Casas do Congresso Nacional um tratamento diferenciado e suprapartidário. Quanto a isso, portanto, nada a discutir. Todos, pela educação básica, todos apoiando o fortalecimento da educação básica.

Mas, ainda assim, ainda que haja consenso em torno disso, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que o trabalho de melhoria da educação básica é o trabalho de uma geração. E de uma geração comprometida com a educação básica até a medula. Em

segundo lugar, é preciso reconhecer que determinadas experiências que estão em curso, demonstram, e demonstram de maneira objetiva, não é subjetiva, não é simplesmente desejo de que seja assim, mas conseguem demonstrar objetivamente que onde quer que haja políticas afirmativas, desde que seriamente introduzidas, corretamente introduzidas, sopesadas, elas produzem resultados, inclusive do ponto de vista de mérito, dentro das universidades.

Eu não encontrei ainda um único exemplo, e eu digo, são dezenas, eu não encontrei ainda um único relatório demonstrando que a ação afirmativa comprometeu o mérito acadêmico da instituição que tomou a decisão de implementá-la, ao contrário, o que se verifica nesses últimos anos de debate e pesquisa, é de que não só não ocorreu aquilo que se anuncia, que é um conflito entre brancos e negros nessas instituições, como o acesso, que foi ampliado para o aluno da escola pública em geral, e para o afro-descendente em especial, muitas vezes qualificou a instituição, porque o desempenho desses alunos acadêmico é, em média, igual ou superior ao daqueles alunos que têm ingresso pelo sistema tradicional.

Se nós tivéssemos tomado uma decisão apresada em 2004, eu penso que nós não teríamos o subsídio que temos hoje para tomar um posicionamento em relação a esses projetos com a maturidade que o tema exige. Agora, é preciso, à luz do que foi dito, também considerar duas perspectivas que, na minha opinião, são um pouco diferentes e merecem consideração. O Projeto do Executivo tem dois dispositivos que me parecem interessantes e que eventualmente possam ser aprovados, se assim os senhores julgarem conveniente.

O primeiro dispositivo ele reserva vagas, ele comanda a reserva de vagas para alunos da escola pública. Portanto, ele não privilegia a questão étnica. Ele privilegia o reforço do conceito de escola pública. Até para que a classe média retorne à escola pública. Tem inclusive esse objetivo. Subsidiariamente, o projeto entende que brancos e negros da escola pública devem ser contemplados pela reserva de vagas na proporção que esses grupos sociais representam na população global de um determinado Estado. Portanto, o Projeto do Executivo estabelece que brancos da escola pública têm, rigorosamente, os mesmos direitos que os negros da escola pública. É isso que o Projeto do Executivo estabelece. Em segundo lugar, o Projeto do Executivo faz menção a que o programa de implantação gradual, que fixa como meta os 50% por curso, não desconsidere a questão do mérito acadêmico. O que significa dizer que se, porventura, uma instituição viesse a comprovar que num determinado curso a im-

plantação da reserva de vagas está causando algum prejuízo acadêmico, essa instituição poderia, uma vez que há ressalva de que não pode haver prejuízo acadêmico, poderia repactuar. Naquele curso determinado, onde comprovadamente houve o prejuízo, uma modulação do cronograma de implantação e do atingimento da meta.

Contudo, essa cláusula foi introduzida em 2004 porque ainda não havia acúmulo, do ponto de vista de experiências, de avaliação das experiências, sobre o que aconteceria. E hoje, o que essas experiências demonstram, e eu cito o caso da Federal da Bahia, que sequer estabeleceu um cronograma de implantação, implantou de um ano para o outro os 50% de vagas e nos cursos de altíssima demanda inclusive, como Medicina. Mesmo nesse caso, ultra radical, implantação de um ano para o outro, por curso, mesmo nos de alta demanda e num Estado como a Bahia, onde a proporção de afro-descendentes talvez seja a maior do País, mesmo nesse caso o Reitor entrega o relatório para o MEC demonstrando que os alunos de escola pública, incluindo os negros, tiveram desempenho igual ou superior aos que chegaram à universidade pelo processo tradicional. Esse relatório da Federal da Bahia já foi objeto de uma apresentação no exterior. O Projeto foi tão exitoso que a Universidade da Califórnia convidou o Reitor Naomar para apresentar os resultados lá. E submetemos à crítica.

Então, nós estamos hoje numa situação muito diferente da de alguns anos atrás. Eu lembro que o primeiro projeto de ação afirmativa que tramita no Congresso Nacional é de 1998. Há mais de 20 projetos, desde então. O do Executivo é apenas um em mais de 20 projetos, incluindo o Estatuto da Igualdade Racial, que também prevê um dispositivo a respeito desse assunto.

Então, hoje a situação é a de oito anos de debate na Casa, na academia, experiências em curso, avaliações, submissão dessas avaliações aos Conselhos Superiores dessas universidades, que são as mais interessadas em garantir a qualidade da educação. Imaginem vocês se um Conselho Superior de instituição federal de ensino ou estadual de ensino vai descuidar do acompanhamento desses projetos. Eles são os mais interessados no acompanhamento. Até para eventualmente rever seu posicionamento. Porque, para os acadêmicos, e eu me incluo na categoria, a questão do mérito é muito importante. É curioso notar que na pesquisa, a única que saiu sobre o assunto, do Instituto Datafolha, 65% se manifestaram favoráveis a políticas afirmativas voltadas exclusivamente para negros. E quando a pergunta é sobre reforço à educação pública, esse indicador sobe para 87%. Quando a pergun-

ta é feita referenciada exclusivamente à questão dos afro-descendentes, já é de 65 contra 25, mas quando o entrevistado é submetido a uma outra pergunta: E se fosse para todos, brancos de escola pública e negros de escola pública? O percentual de aprovação sobe para 87%. 87%, e acho que são raras as questões que têm uma aprovação tão elevada.

Mais do que isso, o brasileiro, nessa pesquisa, se manifesta favorável à questão do mérito acadêmico, o que demonstra que o que o primeiro espera, em média, é a compatibilização desses dois princípios. O princípio de ampliação do acesso, com seriedade, com cautela, sem demagogia, como as universidades vêm fazendo, e a atenção à questão do mérito. Porque o brasileiro tem orgulho da qualidade da educação ministrada nas nossas instituições de educação superior e quer preservar esse patrimônio. O que nós estamos procurando, portanto, é compatibilizar esses princípios. E a intenção do Projeto do Executivo é essa compatibilização. Em primeiro lugar, não diferenciar brancos e negros da escola pública, respeitando a proporção de cada grupo social na população da Unidade Federativa em consideração. Em segundo lugar, estabelecer uma válvula no Projeto que faça referência ao mérito acadêmico, para que a instituição, numa situação específica de um curso específico, possa se adaptar caso perceba qualquer dificuldade em fazer a progressão estabelecida na lei. Esse é o nosso objetivo.

Eu termino essa primeira fala cumprimentando o Senado por essa iniciativa e fazendo um apelo para que nós não tornemos essa questão uma questão que opõe dois grupos políticos. Porque não é verdade que as pessoas que estão vindo a público se manifestar e trazer preocupações estejam fazendo isso por não reconhecer uma dificuldade da população negra do País e do aluno da escola pública, ou por não reconhecer o passado escravista que tivemos e que impôs a esta comunidade toda uma sorte de dificuldades. Não é disso que se trata. O que se trata de estabelecer é o caminho de resgate da idéia de educação pública, de acesso universal em condições de igualdade, de mérito acadêmico, mas numa configuração, numa formatação nova e que pode trazer benefícios não só para a sociedade, mas também para a universidade, que se torna mais plural, que se torna mais aberta, que se torna mais sensível aos problemas que afligem a maioria do povo brasileiro. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Acabamos de ouvir a explanação do Sr. Ministro de Estado da Educação, do MEC, Sr. Fernando Haddad. Ouviremos agora a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [soa a campanha],



SEPPIR, Sra. Matilde Ribeiro, Exm<sup>a</sup>. Matilde Ribeiro. Com a palavra. Por favor.

**SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO** – Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É de extrema importância essa iniciativa tomada pelo Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os Parlamentares presentes e também agradeço aqui a acolhida do Senador Wellington e também do Senador Augusto Botelho, os dois responsáveis aqui por esta Comissão.

É a segunda vez neste ano que nós nos fazemos presentes aqui no Congresso, eu e o Ministro Haddad, que tem também sido bastante demandado para este debate sobre as ações afirmativas e as perspectivas do MEC neste momento que nós estamos vivendo. O primeiro momento foi no dia 25 de abril, que o debate privilegiou a presença na Câmara dos Deputados, e aqui estamos no Senado, com presença de Deputados, Senadores, militantes do movimento social, gestores, pessoas que estão aí, Cientistas, Pesquisadores, pessoas que estão aí acompanhando este processo de debate que, concordando com o meu colega Haddad, eu considero extremamente importante e significativo. Nunca debatemos de forma institucional, de maneira tão intensa este tema. Portanto, podemos dizer que estamos em processo não apenas de amadurecimento, mas também de intercâmbio de idéias, e entendo que é isso que faz com que as coisas avancem na nossa sociedade, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista institucional.

E os dois Projetos de Lei que encontram-se em trâmite nesta Casa, no Congresso, que dizem respeito a essa matéria que estamos tratando aqui, o seu teor não se trata de temas novos na sociedade. Nós estamos falando de temas que são constituintes e estruturantes da nossa sociedade, a considerar o nosso passado que, uma boa parte dele, não temos motivo para nos agulhar. Nós falamos de uma sociedade que se fez valer por quatro séculos de escravidão. E a escravidão, já fizemos nossos consensos institucionais sobre ela, a própria Conferência de Durban, que foi realizada em 2001, na África do Sul, foi um momento em que se debateu, e muito, o significado da escravidão e da desumanização de seres humanos no mundo, não apenas no Brasil e um dos produtos da declaração daquela conferência foi o entendimento de que a escravidão é um crime contra a humanidade. E o Brasil passou por quatro séculos de aplicação deste crime, portanto, e vivemos há menos de 120 anos, em que foi feita a abolição da escravidão e, eu diria, uma abolição inconclusa, porque nós ainda estamos falando de uma situação numa sociedade em que as pessoas são ainda julgadas pela cor da sua pele, pelo seu pertenci-

mento a grupo social e, reafirmando, concordando com um dos aspectos do debate público, a raça é humana, e nós temos diferenças de grupos raciais e vivemos, sem dúvida, uma situação em que a discriminação racial soma-se à discriminação social e, sem dúvida, no Brasil é difícil separar uma coisa da outra.

Trata-se, portanto, de um debate muito antigo e que quando esta atual gestão do Governo brasileiro assimila as perspectivas construídas historicamente por amplos setores da sociedade civil que colocam a necessidade da aplicação de ações afirmativas, nós consideramos estar em consonância com um desejo, com um anseio de construção de justiça social e racial e de reparação, a partir das políticas públicas, de dívida histórica, considerando o que já foi mencionado aqui, o resultado de uma escravidão que durou por mais de quatro séculos.

Este debate, bastante saudável, ele se dá num momento em que muitas organizações da Administração Pública brasileira se manifestam no sentido de aplicar políticas de ações afirmativas que podemos denominar por tantos outros adjetivos, mas que, no seu intuito, tem não apenas a intenção, mas a proposição de diminuir, de maneira num processo a ser construído, visando à superação das desigualdades raciais no nosso País.

E eu poderia aqui colocar alguns exemplos, de maneira muito rápida, porque eles podem ser importantes para o nosso debate na continuidade desse trabalho durante o dia, quando falo que diversas organizações, diversas instituições e, principalmente, as Administrações Públicas no Brasil têm se voltado ao atendimento a essa questão histórica, estou falando de exemplos concretos, nós temos, vinculado à estrutura da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, um Fórum, criado em 2003, denominado Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. Este Fórum é um espaço de trabalho conjunto a partir de uma articulação de ações entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais e, assim que foi criado, nós passamos a dialogar com as duas outras instâncias da administração pública convidando-as a fazer parte, a aderirem ao Fórum, não é por lei, e sim por opção, a aderirem a este Fórum e dar continuidade, numa relação entre as três instâncias, às políticas de ações afirmativas. Nós iniciamos, em 2003, com 36 administrações, somando estaduais e municipais, este Fórum. E hoje, 2006, nós chegamos a 480 localidades aderindo a este Fórum, sendo elas 23 Governos Estaduais e 460 Governos Municipais e, entre estes, cerca de 200 com criação de estruturas similares à SEPPIR, que é um espaço

criado no Governo Federal, pela primeira vez na história do Brasil, em 2003.

Cito esses números para dizer que tem sido crescente a adesão de Prefeitos, Governadores, gestores, Prefeitas, Governadoras, gestoras a esta proposição, que leva a termos o reconhecimento da estrutura de Governos, começando pelo Governo Federal, com a criação da SEPPIR, de que o racismo existe no nosso País e que é papel dos Governos contribuírem, não exclusivamente, porque não somos as únicas instituições responsáveis pela orquestração do bem-estar social no País, mas eu diria que somos, os Governos são uma das principais instituições, a partir do reconhecimento então do racismo, contribuir para a sua superação.

E, na seqüência, citarei três exemplos que, entendendo, fazem parte deste debate, desta orquestração de idéias e ações que estamos vivendo. O Ministério das Relações Exteriores, antes mesmo desta gestão, em 2002, logo após a Conferência de Durban, lançou um programa, que está ainda em andamento e que consideramos extremamente significativo para a mudança da nossa Diplomacia, da nossa vida no campo internacional, que é o programa de bolsa-prêmio para a inserção de jovens afro-descendentes na carreira diplomática no Brasil. Isso é uma ação que tem sido considerada extremamente importante, uma vez que a diplomacia brasileira deve ser composta por todos os representantes dos diversos grupos raciais que fazem parte do nosso País. E tem sido inclusive, esta ação, comemorada e parabenizada pelo conjunto dos Países que se relacionam com o Brasil, sobretudo, os Países africanos, e isso foi demarcado, mais uma vez, neste mês de julho, em Salvador, na II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, um momento de aprofundamento da relação do Brasil com o Continente africano, considerando a prioridade que está sendo dada à aproximação com o Continente africano nesta nossa gestão.

Na seqüência, um outro exemplo, fazendo coro com o que já foi dito pelo Ministro Haddad, o PROUNI, uma das experiências mais exitosas desta gestão, tem como princípio as ações afirmativas e o reforço às universidades particulares do País a trabalharem numa perspectiva de educação inclusiva, já propiciando a inserção de mais de 200 mil alunos oriundos das escolas públicas, assim como fazemos a relação com as universidades públicas, e, entre eles, o reconhecimento da presença dos afro-descendentes e dos indígenas em cada Unidade da Federação. Nesses tantos, mais de 200, já podemos constatar a inserção de mais de 60 mil afro-descendentes e mais de dois mil indígenas.

Um outro exemplo, em um outro campo, que considero também bastante importante, no campo das relações de trabalho, é um plano denominado Plano Trabalho Doméstico Cidadão, que é uma relação com o Ministério do Trabalho e Emprego, que considera a categoria dos empregados domésticos, sendo esta a maior categoria profissional do Brasil, cerca de oito milhões de pessoas, este plano, prevendo a elevação de escolaridade, o monitoramento da legislação e garantia de direitos, e o acesso à cidadania para os empregados domésticos, que é importante destacar, uma categoria da maior importância para a nossa vida política no Brasil, a mais numérica, e que é composta por 95% de mulheres e, entre estas, 57% de mulheres negras e, justamente por isso, a prioridade para este programa.

Somando a essas ações, coordenando essas ações, é importante também destacar a criação de estruturas dentro da vida do Governo Federal, SEPPIR, que já foi aqui identificada, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, do nosso ponto de vista é importantíssimo para a garantia da democracia no País, uma vez que acreditamos que não existe democracia com racismo e com desigualdades profundas, como as de gênero, as de orientação sexual e tantas outras que poderíamos citar, mas quero ter o foco aqui na desigualdade racial, esta Secretaria coordenando estas ações mencionadas com os diversos órgãos de Governo responsáveis pelas políticas tradicionais.

Dentro do MEC, um exemplo importantíssimo. Aqui inclusive, representado aqui pelo seu Secretário, o Ricardo Henriques, a SECAD, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que é um dos espaços na estrutura do MEC que faz todo esse trabalho de fomentação e monitoramento das ações afirmativas. E um outro exemplo que é quero citar, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro da estrutura do INCRA, a criação da Coordenação para a Regularização Fundiária, enfatizando a importância da política voltada às comunidades remanescentes de quilombos, considerando este grupo social um dos mais carentes de ações do Poder Público brasileiro.

Com estas estruturas, são previstas as coordenações entre as políticas chamadas universalistas e as políticas de ações afirmativas, que são o foco aqui deste debate.

Creio que, desde as ações até a criação de estruturas, nós estamos não apenas sinalizando, mas estamos colocando em prática o conceito de ações afirmativas como sendo um caminho para encurtar as diferenças sócio-raciais do nosso País, tendo estas que

serem encaminhadas pelos Governos, pelo Executivo, em consonância com os projetos e as ações do Legislativo e demais setores da sociedade.

E é com esta introdução, do ponto de vista Legislativo, que chego ao destaque dos dois Projetos de Lei que tramitam aqui nesta Casa de Leis Federal, destacando, mais uma vez, o Estatuto da Igualdade Racial e o Projeto 73/99, que prevê a reserva de vagas nas universidades públicas.

Concordando com o Ministro Haddad, esses dois projetos eles têm nuances, têm diferenças entre si, mas partem do mesmo princípio. E o princípio básico é o princípio da afirmação do papel de Governos e de instituições públicas de promover a igualdade racial, considerando o ponto de partida das desigualdades sociais no nosso País, tendo a questão racial como centro dessas desigualdades, como já foi também anunciado, do ponto de vista teórico, por vários dos nossos respeitadíssimos estudiosos, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e tantos outros.

Esta consideração de que no Brasil as desigualdades sociais têm como centro a nossa história de exclusão racial ela é fundamental para nós tendermos este debate que está em curso e sairmos desta conjunção de "quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha", se a questão é social ou racial, ou se há grandes distâncias entre essas questões.

Nós partimos do princípio de que toda e qualquer desigualdade tem que ser atendida por Governos e superada por Governos, em consonância com a sociedade civil, em consonância com a Nação brasileira e em consonância com a nossa agenda internacional.

Justamente por isso, as ações afirmativas podem não ser o fim de tudo, podem não ser o único caminho para se resolver essas disparidades, essas desigualdades raciais, mas nós entendemos como um caminho possível e que, no seu desenvolvimento, nós podemos encontrar respostas a questões seculares que não nos cabe exatamente ter o cardápio pronto antes das experiências acontecerem. E é justamente por isso que valorizamos como de extrema importância as experiências que estão em curso no campo das universidades públicas, cerca de trinta experiências, cada uma partindo de condições diferentes e de formas diferentes, mantendo os mesmos princípios e algumas com maturidade de mais de quatro anos de debate, como foi a experiência aqui da UnB, da Universidade de Brasília, esta eu tive a oportunidade de acompanhar vários dos momentos decisivos e, principalmente, o momento em que foi aprovada a proposta que passou a vigorar a partir de 2004.

Todos os elementos colocados, seja na experiência da Universidade de Brasília e das outras que

estão em curso pelo Brasil afora, partem do princípio de que as políticas de ações afirmativas e tendo como centro a reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas, considerando o percentual de negros e indígenas em cada Unidade da Federação, tem em si um olhar para a realidade atual, considerando o nosso processo histórico e valorizando a importância da superação das desigualdades sócio-raciais. Como já foi dito, nenhuma das experiências levou o sistema educativo público do Brasil à falência, muito pelo contrário, todas as experiências reafirmam nesse ineditismo a importância do princípio da educação inclusiva e apontam também as necessidades de aprimoramento desse sistema.

Nós viveremos aqui em Brasília, nos próximos dias 20 e 21 de agosto, um debate, estamos programando um seminário em conjunto, o Governo brasileiro, representado pela SEPPPIR e pelo MEC, junto com a UnB, como uma universidade em representação às demais, nós estaremos fazendo um seminário tendo como principais participantes os Reitores e Reitoras, justamente para fazer uma nova rodada de avaliação dos significados dos achados, das descobertas e das necessidades de aprimoramento desse sistema de ações afirmativas que está em curso. Justamente porque nós temos bastante segurança do ponto de partida, que é a educação inclusiva, e sabemos que todo o processo de implementação de novas experiências deve passar por avaliações e por aprimoramentos.

E nesse sentido, quero destacar a importância de que o debate que está em curso e a prática que está em curso não devem ter como ponto de partida o sim e o não como se nós vivêssemos simplesmente uma dicotomia de dois olhares excludentes para essas experiências que estão em curso, e sim a necessidade de nós aprimorarmos a política pública brasileira, considerando a necessária transversalidade dessas políticas públicas e, no que diz respeito à educação brasileira, a inclusão de grupos que não tiveram oportunidade, ao longo da história, de se fazer presente de maneira efetiva, seja nas universidades, seja nos outros níveis de ensino.

E justamente por isso, não consideramos uma dicotomia entre as cotas sociais e as cotas raciais, e sim uma somatória entre elas a considerar o nosso processo de construção da nossa sociedade.

E, por fim, creio que vale a pena nós analisarmos o significado do que estamos vivendo, que é a geração de oportunidades, a geração de caminhos em que nós possamos encurtar as nossas distâncias. O exemplo citado pelo Ministro Haddad, quando pegou, hipoteticamente, dois tipos de alunos, um, vinculado a uma família bem estruturada, do ponto de vista econômico-social,

e um outro, a uma família pobre, que não tem acesso e, dentro desse exemplo nós podemos analisar de que entre os pobres no Brasil, já sabido por nós, através de todos os índices de pesquisa que nós podemos ter, de todos os resultados de pesquisa, desde o IBGE até todos os nossos bancos de dados e pesquisa, está comprovado que entre os pobres, os mais pobres são os negros e os indígenas e, eu poderia dizer também, os ciganos, que é um grupo que tem componente mais cultural do que racial no nosso País, somam 600 mil pessoas, dados ainda imprecisos, mas estamos em contato com este grupo através da ação da SEPPIR e também da sua presença no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Então, há um foco de maior pobreza entre os pobres e poderíamos também considerar a pobreza, somando-se às desigualdades raciais e de gênero, afetando ainda mais as mulheres negras, as mulheres indígenas.

Enfim, dentro deste quadro de extrema pobreza, nós não podemos simplesmente cruzar os braços e dizer que a universidade é democrática. Nós temos, sim, que criar caminhos para a inclusão e, falando um pouquinho mais do Estatuto da Igualdade Racial, que ele avança além de educação e finalizo com ele, porque nós entendemos que o Projeto de Lei que prevê a implementação do Estatuto da Igualdade Racial ele é um potente instrumento que soma-se à nossa Constituição brasileira, se fomos considerar que um dos principais itens da nossa Constituição coloca que todos somos iguais, independente de credo, raça, sexo, idade, orientação sexual e tantas outras formas de ser e estar no mundo, que acaba nos levando à desigualdade, justamente pelo destrato das nossas diferenças. As diferenças, em geral, são transformadas em desigualdades, justamente pela ausência de políticas que façam, que promovam a igualdade entre todos. E o estatuto, entendemos que ele soma-se à Constituição, justamente porque, a partir da afirmação, como está aqui prevista nos vários artigos preliminares que justificam a importância desse estatuto, a partir da consideração que existe desigualdade racial, é preciso ter um instrumento que soma-se à nossa Constituição para promover esta igualdade, encurtando os caminhos e as distâncias. E o Estatuto da Igualdade Racial, já em trâmite aqui nesta Casa por quase 10 anos, já vai completar praticamente uma década, ele prevê as ações afirmativas em todas as áreas da política pública brasileira, sobretudo, essas áreas que são consideradas como urgentes para a implementação de políticas de inclusão social. E justamente, embora sejam duas peças diferentes, o mesmo princípio traz o conteúdo dessas duas peças, que afirma o que já foi dito aqui por mim e pelo Ministro Haddad, eu tem sido dito de

maneira repetida nesta Casa por uma década, que é a necessidade de termos contundência nas ações de Governo para a promoção da justiça e da igualdade, considerando sermos uma Nação democrática.

E nesse sentido, então, como disse que iria terminar ressaltando a importância de construirmos oportunidades e caminhos, eu reafirmo que os exemplos citados aqui, eles são situações emblemáticas num estágio de afirmação de novas conduções para a política pública brasileira, que tem sido tocada não apenas pela SEPPIR, mas por vários órgãos do Governo Federal e também vários órgãos estaduais e municipais, em consonância com a necessidade do debate público e de vinculação entre a ação do Executivo, Legislativo e o pensamento teórico que faz com que a sociedade passe a se repensar e mudar as suas posturas. E uma boa oportunidade de mudança de posturas em nossa sociedade é nós considerarmos que a somatória das nossas responsabilidades podem e devem fazer com que as oportunidades sejam efetivamente geradas para todos e que o serviço público brasileiro possa estar efetivamente contribuindo para ter uma democracia um pouco mais conclusiva, uma vez que, reafirmo, não acreditamos em democracia com racismo e com desigualdades estruturais. Esta é a nossa compreensão, e é com esta compreensão que estamos desenvolvendo os programas de ação afirmativa através da SEPPIR e na relação com os vários órgãos e instrumentos sociais para a mudança no nosso País. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Acabamos de ouvir a explanação da Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR. Exm<sup>a</sup>. Ministra Matilde Ribeiro.

A Comissão gostaria de anunciar a presença do Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, do Deputado Reginaldo Germano, do PP da Bahia, e o Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

Antes de passar a palavra ao autor do Requerimento, para que possa inaugurar as exposições, eu gostaria, Senador Paim, de ler o final de vosso Requerimento, que foi aprovado por esta Comissão, onde os três últimos parágrafos, onde o Senador Paulo Paim coloca: “Temos nesse imenso Brasil realidades distintas que merecem avaliações detalhadas e adaptadas à sua especificidade para que possamos melhor e mais justamente buscar solução e remédio para esta ferida do social que é o racismo velado e silencioso, mas, pujante em nosso meio. Notadamente, existem temas que, não obstante estarem inseridos no contexto geral, merecem ser debatidos com maior ênfase, falamos das ações afirmativas. Em face da envergadura

do assunto e do forte clamor popular para que o Congresso Nacional esgote e defina as questões supra, é que conclamo pela aprovação do presente Requerimento, com vista à efetiva realização da Audiência Pública ora pleiteada”. Foi assim que nós aprovamos. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Desculpe, Senador, só um minuto. Nós teremos, para conduzir melhor, cinco minutos, cinco minutos, três minutos e três minutos. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, ao cumprimentar V.Ex<sup>ª</sup>. eu quero também cumprimentar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque, e também o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, pois as três Comissões é que trabalharam para que esse momento, para mim histórico aqui no Senado, viesse a acontecer e pudéssemos então fazer esse bom debate. Cumprimentar, sem sombra de dúvida, o Ministro Fernando Haddad pela sua disposição, de pronto, quando convidado foi a resposta quase na mesma hora e no mesmo dia da Ministra Matilde Ribeiro, mostrando que ambos têm compromisso efetivamente com este tema. Nós chegamos a levantar a possibilidade de outros Ministros, mas eu disse para a Ministra Matilde e vou repetir aqui que, para mim, o fundamental eram esses dois Ministros. Já que o tema, nós todos sabemos, das ações afirmativas passa muito pelo Ministério da Educação e, naturalmente, no seu conjunto, pelo Ministério coordenado, dirigido pela Ministra Matilde.

Então eu estou satisfeitiíssimo da forma como o Governo, atendendo ao convite, encaminha a esta Casa, de pronto, a presença nesse debate da Ministra e do Ministro. Dizer também que, por questão de justiça, eu quero lembra aqui a figura da Deputada Nice Lobão, que o PL 73, de autoria dela, incorpora a proposta do Executivo, é transformada num substitutivo e é colocado então em votação na Casa. E também por uma questão de justiça, eu quero aqui falar do Deputado Reginaldo Germano. Ele foi o Consultor do primeiro substitutivo. Eu quero dizer que o Estatuto da Igualdade Racial ele está em debate na sociedade e na Casa há cerca de 10 anos. Porque, mesmo antes de você apresentar a primeira proposta, que eu tive, eu diria, a felicidade de apresentar, ele foi fruto de um amplo debate, e uma Comissão da Câmara dos Deputados, e está aqui o Luiz Alberto que participou, nós viajamos praticamente todas as regiões do País para construir o primeiro substitutivo. E esse estatuto eu quero também, por questão de justiça, dizer, Ministro Fernando Haddad, o que está aqui de políticas de cotas,

questão de justiça, eu gosto de buscar a história, é de autoria do ex-Presidente da República e Senador, José Sarney. Ele aprova, por unanimidade, aqui no Senado, eu estava ainda na Câmara dos Deputados, o que ele aprova nós introduzimos na íntegra no estatuto, que já estava em debate lá na Câmara. E por que é que eu digo isso? [soa a campainha] E vou mais além, e já vou concluir essa primeira fala, os Relatores aqui no Senado foram Roseana Sarney, César Borges e, o último substitutivo, Rodolpho Tourinho.

E por que é que falo isso? Para mostrar que esse debate não é ideológico, não é um debate do PFL contra o PSDB, ou do PSDB contra o PT, ou do PT contra vice ou versa. Não tem nada disso. É o debate pela causa da inclusão daqueles, que a Ministra e o Ministro colocaram muito bem, foram marginalizados, e os dados e as pesquisas estão aí. Então o estatuto, na verdade, o que é que ele é? É um conjunto de ações afirmativas, que estão sintetizadas nesse documento que, já está escrito aqui, é o terceiro substitutivo. Não é o primeiro. A versão original ficou lá atrás. Eu me lembro do Estatuto do Idoso, também de nossa autoria, quando eu apresentei, ele tinha 30 artigos e ele termina com 119 artigos.

Então, primeiro, quando eu falo isso, é dizer que isso é uma obra da sociedade. Imperfeita? Claro que é imperfeita. Me digam uma lei perfeita. Nenhuma. Não existe lei perfeita. Para mim, às vezes eu digo, a lei é boa quando é aprovada. Mas não perfeita. Ela pode sempre ser melhorada.

E é nesse sentido que eu quero, concluindo essa minha fala, cumprimentar inclusive os companheiros que estão aqui, que vão falar à tarde, mesmo aqueles que têm uma posição totalmente favorável ao estatuto e aqueles que têm uma visão de discordância com o estatuto, ou mesmo com o PL 73. Ambos, falarão quatro a favor, em tese, porque nós estamos aqui para construir alternativas, quatro a favor e quatro contra. Mas eu acho muito bom. E no momento que eu os convidei, os oito, todos os oito, de pronto, se botaram inteiramente à disposição a participar desse debate. Isto é muito bom. Quem ganha com isso é a sociedade brasileira.

Eu estou convicto, meu Senador, Presidente, Wellington, que no fim desses debates nós haveremos de construir uma peça não perfeita, repito, mas bem melhor do que essa que está aqui. Porque eu entendo que é assim. É fruto de um debate que nós vamos avançando. E em nenhum momento aqueles que construíram esse último substitutivo, e aqui é essa a pergunta que vou deixar, nós achávamos que estava tudo certinho, bonitinho? Não. Claro que aqui nós tratamos da terra dos remanescentes dos quilombos. Por que

não? E uma obra principalmente sua, Luiz Alberto, é o seu projeto, praticamente, que está aqui dentro e foi incorporado. Em nenhum momento a gente precisava dizer isso, mas faço por uma questão de justiça.

Aqui nós tratamos de ouvidoria, enfim, a Ministra colocou muito bem, das ações afirmativas, num instrumento legal. Nós temos hoje no País, sem medo de errar, eu acho que uns dez, doze, treze, quatorze, quinze estatutos. E nenhum é questionado. Mas, quando eu falo de um estatuto, e já transformados em lei, poderia citar aqui uma dúzia, desde o da microempresa ao da cidade, e em debate está aqui inclusive o Estatuto do Índio e tantos outros, do idoso, da pessoa com deficiência, agora recentemente a apresentação do estatuto... O Senador Valadares está apresentando da questão dos produtores rurais, enfim, avançamos muito.

E eu acho que nós, entre o Estatuto da Igualdade Racial e o PL 73, e é essa a pergunta que eu faço e concluo, agradecendo a todos, em primeiro lugar ao Governo que, de pronto, atendeu o chamado das três Comissões e, em segundo lugar, à Ministra e ao Ministro e àqueles que vão falar à tarde, que estão abertos a esse debate para construirmos o que for melhor para o País.

E concluo, Ministra, colocando que fique bem claro a sociedade. Mesmo a visão que foi para a Câmara dos Deputados foi fruto de um amplo acordo entre o Governo e todos os setores do Congresso Nacional. Situação e oposição. Foi unanimidade a votação nesta Casa. E por quê? Porque nós construímos um amplo acordo, claro, sem prejuízo de continuar o debate na Câmara. Todos os Ministérios do Governo foram convocados na oportunidade, a Ministra Matilde acompanhou diretamente, deram a sua opinião sobre esse texto final, que foi encaminhado para a Câmara, e numa reunião conjunta inclusive de Senadores e Deputados. Então, foi unanimidade.

Nós esperamos, porque o debate vai avançar naturalmente na Câmara dos Deputados, que a gente avance o necessário. A posição do Governo, no meu entendimento, eu conheço. Expressado já diversas vezes pela Ministra Matilde, porque participou ativamente do acordo, como participou a Casa Civil, e como participaram representantes de todos os Ministérios, numa reunião que nós aqui estávamos presentes inclusive, na época, no meu Gabinete. Acho que avançamos, quando vejo a disposição do Governo e nossa também, de todos os setores que estão aqui representados, de modificarmos aquilo que for necessário, que for o melhor para o País e para o combate à exclusão e à discriminação e, principalmente, à situação do povo negro, na Câmara dos Deputados.

A pergunta que eu faço, sem sombra de dúvida, eu sou muito objetivo na hora de concluir. Outro dia, eu dizia o seguinte: Mesmo no debate da política de cotas, nós vamos ter que chegar num entendimento. Na verdade, são duas políticas de cotas com o mesmo objetivo. A pergunta que eu faço: Se o estatuto é uma síntese, no meu entendimento, de políticas afirmativas que pode ser melhorado, não seria mais adequado então nós pegarmos o PL 73 e, mediante um amplo acordo, se possível, naturalmente, fazer somente uma redação. Por que é que vamos aprovar uma redação da política de cotas no estatuto e outra redação da política de cotas no PL 73? É aquilo que o meu líder aqui, o Senador Wellington Salgado me dizia: “Paim, o teu PL que fala de um percentual de cota na universidade particular para os pobres, indiretamente, está contemplado, ou diretamente, no PROUNI. Então, vamos ter que fazer uma fusão, que se faça uma Emenda no Projeto do PROUNI, mas não há necessidade de aprovar um outro projeto”. E V.Ex<sup>a</sup>. me sensibiliza com esse argumento de não ter duas leis que tratem do mesmo tema.

Então, a pergunta que eu faço aos dois Ministros é se acham que é possível construirmos um amplo entendimento, porque o que pegou na sociedade, digamos, o amplo debatido é contra ou a favor da política de cotas. Eu acho que o estatuto é muito maior do que isso. O estatuto não é só política de cotas, ele vai muito mais além do que a política de cotas. Mas pegando o tema específico do PL 73 e do Estatuto da Igualdade Racial, se acham que é possível nós caminharmos, como fizemos no projeto, na época aprovado no Senado, por unanimidade, do ex-Presidente Sarney, incluído dentro do estatuto termos somente uma proposta de política de cota. Seja qual for. Mas caminharmos nesse sentido. No mais, é agradecer a todos por esta oportunidade, porque eu acho que é um grande momento, ruim é não discutir, ruim é dar a entender que não existe preconceito e não existe racismo, quando nós sabemos que isso é uma realidade no País e nós, brancos e negros, temos obrigação de combater o preconceito e o racismo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado ao Senador Paulo Paim. Aqui nós temos, como todos falam e depois fala ao final, aí eu queria ver como a Comissão prefere. Porque eu gosto mais do debate da emoção de “toma lá, dá cá”, mas como a Comissão decidir, e nós aqui sempre decidimos por voto, o que achar melhor, se todos falam e ao final do debate respondem. Acho melhor assim, não é, Paim?

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)** – Eu acho que deveríamos consultar os

Ministros se eles se sentem confortáveis em responderem agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito bem colocado, Senador.

Então, vamos, imediatamente, já que estamos na questão das cotas, vamos começar não pelo Fernando Haddad, mas pela Ministra Matilde, para mostrar que cada um primeiro de cada vez.

Desculpe, Ministra. Queria anunciar a presença do Marcos Terena, Coordenador do Comitê Geral Intertribal, e também do ex-Senador Eurípedes Camargo, presentes a esta Comissão. Por favor, Ministra.

**SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO** – Creio que a exposição aqui feita aqui pelo Senador Paim e até a motivação para este debate ela acrescenta em muito ao que foi dito por mim, creio que também pelo Ministro Haddad, e um aspecto central que eu quero destacar é que só é válido efetivamente estarmos aqui pela nossa disposição para o diálogo. Nenhuma das ações que são implementadas como inovadoras por qualquer Governo, por si só, elas podem ser vistas como finalizadas. Porque já sabemos, como falamos popularmente, a teoria na prática é outra. E muitas vezes, quando elaboramos um Projeto, um programa, por mais que façamos a discussão pública sobre, na hora da sua aplicabilidade nós vamos ver aspectos que precisam de ajustes, que precisam de novos diálogos e quero então aqui reafirmar o nosso posicionamento para o diálogo, que não é só meu, mas é também do Presidente Lula, que poucos dias atrás recebeu uma Comissão no período, no momento da abertura da CIAD, da II Conferência, já mencionada aqui por mim, de Intelectuais Africanos e da Diáspora, recebeu um grupo com representação de mais ou menos vinte pessoas de diversos setores da sociedade brasileira, inclusive o Deputado Luiz Alberto era ali um dos articuladores desta Comissão, deste grupo para tratar com o Presidente Lula sobre este tema e, ao ouvir as exposições dos presentes naquele momento, o Presidente Lula reafirmou a importância desse debate e inclusive de estarmos aqui hoje, porque foi mencionado, naquele momento, a existência desta Audiência Pública.

E também, antes de entrar na questão diretamente colocada pelo Senador Paulo Paim, quero ressaltar, mais uma vez, a presença aqui do companheiro Marcos Terena, que eu pessoalmente o procurei para estar aqui, considerando a importância que temos neste momento de um diálogo não apenas entre os afrodescendentes e o debate sobre as cotas sociais sob o olhar da população negra, mas a considerar que o PL 73/99 envolve também os povos indígenas com toda a sua diversidade. São 220 grupos que compõem os

povos indígenas no Brasil e o Marcos Terena participou conosco, na semana passada, de uma conferência, coordenada pela SEPPIR, uma Conferência Regional das Américas, que teve por missão fazer o balanço e levantar os desafios da implementação das políticas públicas e das políticas de ações afirmativas, tendo por base a declaração e o plano de ação de Durban, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que foi um dos instrumentos base para a criação da SEPPIR.

Então, agradeço ao atendimento ao convite por parte do Marcos Terena, e entendo que nós precisamos intensificar esse debate com os povos indígenas, uma vez que o PL faz menção a estes dois grupos raciais.

Senador Paulo Paim [soa a campainha], eu acho que a sua provocação é extremamente importante, não tenho aqui uma posição final, porque eu nunca pensei nesta junção como uma ação definitiva, como uma ação prática, mas, sim, sempre ressaltamos o que tem em comum entre os dois projetos. O princípio das ações afirmativas e o princípio da justiça social e racial. Eu creio que cada momento histórico espelha a possibilidade dos debates e dos acordos. E creio que, sem perder princípio, os dois Projetos de Lei, como tem o mesmo ponto de partida, mas eles também têm configurações diferentes em relação às matérias que tratam. Eu entendo que eles estão em consonância e acho que o debate poderá nos levar a pensar esta proposição feita. Agora, eu não tenho aqui um formato final, até porque, nas duas Casas, ambos estão em estágios diferentes. O PL, que volta-se ao estatuto, ele já foi aprovado nesta Casa e está em debate na Câmara. De maneira diferente, o PL 73/99 já passou pelo acordo de procedimentos na Câmara, está apto, diria assim, a ir a voto e, certamente, será submetido a esta Casa.

Então, os momentos de ambos são diferentes no trâmite, nas duas Casas, e eu creio que este debate aqui poderá nos levar a uma Mesa de negociação em relação aos resultados das possibilidades que ambos apresentam e considero que o que é fundamental é que esse debate seja mais e mais aprofundado e que possamos levá-los a voto e ter a finalização deste momento, porque, após aprovada a lei, inicia-se um outro processo, que é a sua aplicabilidade e a sua dimensão inclusive orçamentária.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra agora o Exm<sup>o</sup>. Ministro Fernando Haddad.

**SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD** – Senador Paim, eu penso que a sua pergunta encerra duas questões. Não apenas uma, como pode parecer. E com todo o respeito que eu lhe devo e toda a considera-

ção, eu penso que, cada vez mais, nós temos que ser mais objetivos e transparentes a respeito das nossas opiniões a respeito, até para que o debate chegue ao seu ponto final.

Do ponto de vista formal, nada impede que o Relator, na Câmara, do Estatuto da Igualdade, incorpore o relatório, por exemplo, do Deputado Abicalil, se houver acordo lá. Não há nenhum impedimento formal. E aí retornaria para o Senado com as alterações, justamente para validar ou não.

Mas eu penso que o mais importante da sua pergunta é aquilo que ela tem de substantivo, e não de formal. Quer dizer, qual a maneira de compatibilizar os dois projetos, uma vez que são diferentes. Um diz respeito exclusivamente à cota racial e o outro fala em reserva de vagas para alunos da escola pública. E eu quero manifestar, em nome do Ministério da Educação, o nosso posicionamento a respeito disso, até para fazer uma defesa do projeto que foi encaminhado pelo Executivo. Nós entendemos que os jovens brancos das escolas públicas têm, rigorosamente, os mesmos direitos dos jovens negros das escolas públicas.

Então, isso não é um detalhe, isso é algo inclusive que dialoga com alguns opositores de políticas de ação afirmativa, que inclusive reiteram a preocupação de assegurar direitos a jovens de escola pública que não se declaram, ou porque não são ou porque não querem se auto-declarar afro-descendentes.

Então, eu penso que essa manifestação é importante nesse momento, porque ela não é demarcatória com o Estatuto da Igualdade Racial, mas é importante levar ao conhecimento da opinião pública que há, digamos, três possibilidades, e não apenas duas, como às vezes se quer fazer entender. Uma possibilidade que é recusar qualquer política afirmativa, a segunda possibilidade de uma política afirmativa exclusivamente voltada para afro-descendentes e indígenas e uma terceira possibilidade que, eu confesso ao senhor, me parece a mais adequada nas condições sociais e históricas do Brasil, que é o reforço da escola pública garantindo direitos iguais para afro-descendentes e indígenas e àqueles que ou não são ou não se declaram afro-descendentes ou indígenas. Ou seja, direitos, se pudéssemos fazer uma frase resumo e até simplificada do problema, de que brancos de escolas públicas tenham os mesmos direitos que negros de escolas públicas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ouvimos a posição do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Comissão queria anunciar a presença do Deputado Estadual Valmir Assunção, do PT da Bahia também.

Pela ordem de inscrição... Desculpe, Senador Paim [risos]. Com a palavra o Senador Paim.

**SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Inclusive eu não vou fazer réplica. Eu só quero dizer que foi muito bom ouvir a opinião clara de ambos, o Plenário entendeu, o Ministro foi muito direto na sua opinião e posição, e isso acho que está aberto ao debate.

Então, eu vou deixar que os outros Senadores... E vou fazer um apelo a V.Ex<sup>a</sup>., Sr. Presidente. Os Deputados que estão aqui presentes, como é que eu diria? Apaixonados por essa causa. E eles estão trabalhando com esse tema lá na Câmara dos Deputados. Como foi dito aqui, nada impede que haja até mesmo uma fusão, se essa for a vontade do conjunto da sociedade, do PL 73 e do Estatuto da Igualdade Racial. Eu acho que seria um contra-senso se nós botássemos como se o PL 73 e o Estatuto da Igualdade Racial fossem, corressem em posição opostas, porque ninguém está dizendo isso, é de encontro, e é esse o nosso objetivo, que, se eles puderem, como já temos feito em algumas Audiências Públicas, pudessem dar a sua opinião num tempo de dois ou três minutos, e eu encerro por aqui. Foi esse o apelo que fiz a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Paulo Paim, V.Ex<sup>a</sup>. me coloca numa situação [risos] de um “Presidente jovem assumindo o final do mandato”, e não tenho como negar uma posição de um homem tão experiente e de um assunto que eu tenho certeza que é o assunto da vida de V.Ex<sup>a</sup>. Então, com certeza, consultando a Assessoria, a Assessoria me falou que, como é um momento de debate, poderíamos abrir uma exceção nesse caso e, como é um pedido de V.Ex<sup>a</sup>., tenho certeza que terei o apoio, porque sem o apoio de demais Senadores eu fico muito desprotegido, então, se os Senadores concordarem, nós abriremos um espaço para que os Deputados, inclusive o Deputado Vicentinho já tinha colocado o interesse, após os Senadores, colocarem durante um pequeno espaço. Claro que se os debatedores concordarem. Então, ouviremos agora... Tem mais alguma coisa a acrescentar? Mais nada, Senador Paim? Exm<sup>o</sup>. Sr. Senador Geraldo Mesquita, a palavra está com V.Ex<sup>a</sup>.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Caro amigo Presidente, Senador Wellington, Sr. Ministro Fernando Haddad, Sr<sup>a</sup>. Ministra Matilde, caros colegas Senadores e Deputados aqui presentes, a todos aqueles que assistem e participam desta audiência, essa última proposta do Senador Paim reforça na minha cabeça a consideração que eu vinha fazendo de que há temas, há assuntos, há causas acerca das quais devemos dar um tratamento diferenciado, sabe Paim? Devemos ter pressa.



Achei interessante, e creio que, se é que entendi bem, o Ministro Fernando Haddad, em certa altura da sua fala, mencionou o fato de que nessa área melhor será fazermos talvez corrigindo, talvez aperfeiçoando, do que nos alongarmos na discussão, na elucubração, e postergarmos ações que devem ser implementadas com a maior urgência.

Essa audiência é de fundamental importância, provocada pela ação do Senador Paulo Paim e, por sinal, a ação do Senador Paulo Paim me lembra muito, me traz à lembrança a imagem das mães da Praça de Maio lá da Argentina. Elas ali, de forma disciplinada, persistente, não deixam que o povo argentino esqueça um fato traumático, grotesco e violento ocorrido naquela Pátria, sabe Paim? E você talvez aqui seja a “mãe-líder da nossa Praça de Maio”, juntamente com companheiros seus, companheiras que militam com você nessa área para que o povo brasileiro não esqueça jamais de que na nossa história houve um momento em que os nossos colonizadores, e aí sim, não se ocuparam em discutir o que fazer, fizeram, dizimaram a nossa população indígena, não dizimaram a nossa população negra, porque os negros tiveram talvez uma capacidade maior de resistência, e estão aí hoje em maior volume, em maior quantidade, presente na sociedade brasileira, o que ocorre em muito menor proporção com a nossa população indígena, que praticamente foi dizimada. Mas eu tive aqui uma...

Essa audiência para mim valeu, sobretudo, por uma informação que a Ministra Matilde nos trouxe, que não tinha conhecimento, confesso, de ações desenvolvidas no âmbito do Itamaraty. Achei fantástico. Porque nós, do ponto de vista da diplomacia, nós freqüentamos e visitamos a África com cara de lorde inglês. E, para mim, o Itamaraty sempre teve como [soa a campainha] modelo de profissional, talvez o lorde inglês. “Olha, vocês têm que ser a exemplo daquilo ali”.

Então, a ação que V.Ex<sup>a</sup>. trouxe ao nosso conhecimento, de que no âmbito do Itamaraty, ou seja, no âmbito do Governo, nessa área, se promove ação no sentido de introduzir, dar oportunidade a que afrodescendentes, como V.Ex<sup>a</sup>. se referiu, tenham oportunidade de compor o nosso Itamaraty, o nosso corpo diplomático, que deve ir para o mundo, deve ir para a África, deve ir para o mundo com a cara de caboclo que nós somos. De caboclo que nós somos, entendeu, Senador Wellington?

Eu, para finalizar, gostaria de reforçar esse ponto, que eu acho fundamental. Esse é o tipo de assunto, é o tipo do tema, é o tipo da causa que nós não podemos perder tempo. Eu estava vendo aqui alguns aspectos aqui do texto do estatuto que propõe o Paim, a orientação de aproveitarmos, respeitada a qualificação, a

capacidade, abriremos espaço... Aqui nos nossos Gabinetes no Senado, Senador Wellington, como é a composição dos nossos Gabinetes. Sabe Paim? Eu aqui dou a mão à palmatória. Afora eu, que sou caboclo, não tem um, uma Assessora, um Assessor, entendeu Paim? Dou minha mão à palmatória e vou rever isso aí. [palmas] Eu acho que esse é um tema que, mais do que discussão, precisa de ação, Sabe, Senador Wellington? Precisa de ação. Nós precisamos a todo tempo, provocados assim pela ação do Paim, pela ação de vocês, da Ministra Matilde, do Ministro Fernando, de todos que estão preocupados com esse assunto, precisamos aos pouquinhos ir provocando ações práticas, para conciliarmos com as nossas discussões, não ficarmos só na discussão, sabe Paim? Eu vou rever, estou dando aqui a mão à palmatória, vou rever esse assunto o meu Gabinete, para que a composição dele passe a contemplar profissionais capacitados, negros e negras, para que a gente possa dar a nossa mínima, mínima, mínima contribuição. Mas fazendo, fazendo e avançando, porque eu acho que esse tema nós não podemos parar muito tempo na discussão. Temos que discutir, sim, sempre. Lembrando inclusive, não esquecemos jamais o que a história nos mostra e nos relata de forma dramática. Agora, precisamos ocupar isso com ação concreta e concito inclusive os companheiros aqui do Senado que tomem a mesma atitude. Porque isso seria, eu acho que seria um fato muito importante. Ajudaria sobremodo a discussão desse assunto tão importante para que a gente avance na superação desse trauma, dessa desigualdade tão terrível que se abate sobre o povo brasileiro, Paim. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Alguma consideração, Ministra? Olha, eu só queria fazer uma colocação, como Presidente. Vamos andar um pouco logo, porque o Ministro Fernando Haddad me comunicou e ele tinha já compromisso assumido, abriu um horário na agenda para vir aqui. Se nós não caminharmos rapidamente teremos problemas até com a excessão aberta para os Deputados falarem.

**SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Meu Presidente, para tentar ajudar, eu sei o compromisso do Ministro e o esforço que ele fez, quem sabe, os Senadores e os Deputados falam e depois eles respondem, fechando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ótimo. Vamos então ao próximo orador inscrito. É a Senadora, guerreira, Ideli Salvatti.

**SENADORA IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Obrigado, Presidente. Eu queria cumprimentar os nossos

Ministros, de forma muito carinhosa, o Ministro Haddad, a Ministra Matilde e ao meu companheiro Paim, que é o autor do Requerimento, um assunto importantíssimo, e que tem apaixonado mentes e corações no último período. Sai manifesto contra, sai manifesto a favor. E temos de todos os tipos de manifestações a respeito deste assunto.

Agora, eu queria iniciar a minha breve fala, porque, em primeiro lugar, elogiando a posição muito clara do Presidente Lula quando “pegou o touro à unha”, “encarou”. Finalmente, nós temos uma posição do Chefe da Nação encarando que este País é um País preconceituoso, discriminatório e que há necessidade de encarar esta questão e de termos políticas para fazer o enfrentamento destas questões preconceituosas e discriminatórias e de injustiça social inclusive.

Então quando, a nível de Ministério encara, pelo menos dois fortes preconceitos que temos, que é o de gênero e de raça, quando estabelece uma Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e estabelece também uma Secretaria Nacional de Políticas destinadas às Mulheres, se encara e se estabelece de forma clara: Este País tem preconceito, tem discriminação e tem injustiça, que acontece sob várias óticas, sob a ótica de gênero, sob a ótica étnica, sob a ótica de várias outras formas como o preconceito se consolida no País.

E eu quero dizer isso de forma muito contundente, porque eu venho de um Estado que, quando se fala “Santa Catarina”, a primeira imagem que vem na cabeça de qualquer pessoa aqui e em qualquer lugar deste País é de pessoas loiras de olhos azuis. Quando se fala de Santa Catarina é esta imagem que vem. Loiros de olhos azuis. E para fazer o registro de que nem tudo é loiro de olho azul lá em Santa Catarina, o primeiro território remanescente de quilombo deste País foi exatamente em Santa Catarina. Invernada dos Negros, reconhecido pelo Presidente Lula, já em 2003. E eu tive muita emoção de estar numa atividade, numa solenidade aonde a liderança daquela comunidade afro-descendente dizia, emocionada, aos prantos de que pela primeira vez estava tendo o reconhecimento, num Estado que é sempre visto como loiro de olho azul.

Eu queria também dar um exemplo muito próximo da minha casa. O meu genro é Professor de Economia numa das universidades particulares de nível econômico elevadíssimo, a Estácio de Sá, e ele me deu o seguinte testemunho: “Ideli, mudou, depois o PROUNI, mudou a cor, mudou o tom e mudou os temas a serem debatidos em sala de aula. Porque os alunos que entraram pelo PROUNI modificaram visivelmente a sala de aula. E os temas que antes, até pelo nível econômico e

social do que era a composição daquela universidade, mudou totalmente. Temas que antes [soa a campainha] não tínhamos como debater hoje são debatidos, pela entrada dos alunos do PROUNI”.

Por último. Para dar a dimensão do que eu estou falando, eu fiz o registro no Plenário de um artigo do Reitor da UNIVALI. Lá em Santa Catarina nós temos o Sistema ACADE, que é um sistema das universidades fundacionais que, na sua grande maioria, não aderiu ao PROUNI. Talvez depois, Ministro, da conversa que o senhor teve lá com os Reitores, no domingo passado, talvez até a gente possa evoluir. Mas a UNIVALI foi uma das poucas que aderiu ao PROUNI. E o Reitor, o Prof. José Roberto Provesi ele fez um artigo aonde ele coloca que o levantamento feito pelo programa de atenção aos discentes egressos e funcionários da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, fizeram um interessante perfil dos alunos beneficiados pelas bolsas do PROUNI. Nesse levantamento, o desempenho de 167 alunos selecionados e matriculados pelo PROUNI na UNIVALI apurou que 91% deles tiveram aproveitamento superior à média exigida pela UNIVALI. Portanto, derrubando terminantemente, por terra, colocando por terra aquele argumento que as cotas poderiam colocar em risco a qualidade do ensino ou que os alunos cotistas não poderiam fazer o acompanhamento e nem ter o benefício. Portanto, eu estou apresentando aqui um testemunho de alguém absolutamente isento neste debate, e que reconhece, de forma pública, que os alunos cotistas do PROUNI têm rendimento compatível, não coloca, como muitos defensores e contrários ao estabelecimento de cotas.

E por último, no domingo, quando o Ministro Haddad acompanhou a atividade do Presidente Lula de campanha lá em Santa Catarina, que nós tratamos do tema educação, nós tivemos o depoimento muito emocionado de uma aluna do PROUNI, negra, afro-descendente, exatamente da universidade onde o meu genro dá aula. Exatamente da Estácio de Sá. E nesta solenidade, um Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, o Prof. Marcelo Tragtenberg, entregou ao Ministro Fernando Haddad um estudo, uma análise exatamente da questão de que a cota exclusivamente para ensino público, ou seja, fazer a reserva exclusivamente para escolas públicas, não resolve de forma adequada o problema da questão racial [palmas]. Portanto, eu queria até disponibilizar depois à Comissão de Educação esse estudo, para que ele possa também ser entregue a todos os Parlamentares que compõem a Comissão, para subsidiar todo o nosso debate e o aprofundamento. Era isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Eu pediria

à Assessoria que depois providenciasse o relatório da Senadora Ideli Salvatti para ser distribuído para os demais membros. Eu queria agora passar, quebrando esse protocolo, por culpa do Senador Paulo Paim, para eu já ficar de fora, como Presidente apóio, três minutos para cada Deputado, na ordem de inscrição, mas vou ser exigente, embora seja fã do Deputado Vicentinho. Por favor. [risos] Três minutos para V.Ex<sup>a</sup>.

**DEPUTADO VICENTINHO (PT – SP) – [risos]** Obrigado, meu Presidente, pela generosidade e pela oportunidade que os senhores nos dão nesse debate aqui no Senado.

Na verdade, a minha palavra é mais para dizer o seguinte. Esse debate que nós estamos fazendo hoje, é uma coisa muito rica para a sociedade. Mesmo aqueles que são contrários. Porque nós já tivemos um debate desse em nível nacional, que apaixonou corações, foi quando da luta contra a escravidão. Tinha gente que era contra, gente que era a favor. Tinham intelectuais que eram contra, outros a favor. Tem gente do meio operário que era contra e outros que eram a favor. Tinha lutadores que eram contra e outros que eram a favor. No final a gente acabou com a escravidão. Ainda falta muita coisa, mas agora...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**DEPUTADO VICENTINHO (PT – SP) – [risos]** Mas com aquela lá. E os argumentos no Congresso, sobretudo, no Plenário da Câmara são muito parecidos, quem lê a história, muito parecidos com aqueles argumentos daquele período. Então vale a pena continuar esse debate. O que eu quero é lembrar que esse debate não é um debate só das pessoas negras. Embora nós aqui acompanhemos o NUPAN, Núcleo de Parlamentares Negros, embora eu seja Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Quilombo do Brasil, embora tenha propostas além do estatuto para a questão da igualdade racial e tudo isso, mas é uma luta de brancos e negros. Como deve ser uma luta de homens e mulheres contra a violência contra as mulheres. E assim por diante. E não é uma política nem do PT, tanto é que estão aí os nossos nobres Deputados, está aí o nosso Deputado Germano e outros, como também não é uma política do Governo Lula. É uma política de Estado que nós queremos introduzir. [palmas]

Por isso que é muito importante esse debate e, claro, parabenizar os nossos Ministros, a nossa Ministra e o Ministro Haddad, que se mantiveram sempre muito firmes em qualquer debate a respeito desse assunto, porque compreenderam a abrangência do gesto do Estado brasileiro, que determinou [soa a campainha] cota zero para quem não tem.

Nesses 57 segundos, meu nobre Presidente, eu quero parabenizar o grande Senador, o nosso querido companheiro Geraldo Mesquita por este gesto. Porque eu acho que o combate ao racismo não é uma luta pelo salário, que você sabe onde está o patrão, negocia, mobiliza. Combate ao racismo não é uma luta contra alguma coisa, contra o Governo, que você sabe onde está. Combate ao racismo a gente tem que lutar contra nós mesmos, em primeiro lugar. E quando a gente luta contra nós mesmos e a gente vence esse lado preconceituoso, a gente toma uma atitude como a do Senador aqui agora. É o combate contra o nosso vizinho, que também é pobre, o nosso colega de escola da faculdade, o preconceito está em todos os lugares. Por isso eu queria terminar dando parabéns. E ainda restou 11 segundos [risos]. Obrigado, Presidente. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Muito obrigado, Deputado Vicentinho. E com a palavra o Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT – BA) –** Sr. Presidente Wellington, Ministra Matilde, Ministro Haddad, quero parabenizar aqui a iniciativa do Senador Paulo Paim, entendendo um momento importante do debate nacional, o Senado, portanto, é chamado a participar dele.

Eu queria só afirmar, Sr. Presidente, que, a rigor, tanto no Senado quanto na Câmara não há, com raríssimas exceções, posições contrárias a esses projetos que estão tramitando. Tanto o Projeto 73/99 quanto o Estatuto da Igualdade Racial. Do ponto de vista da Câmara, todos os debates que nós fizemos, o Relator está aqui presente, acerca do estatuto, nós provamos por unanimidade. Em todas as Comissões. Todas. Do Projeto de Lei 73/99 também, tramitando em todas as Comissões, foram aprovados por unanimidade, o que significa dizer que os partidos, que são todos representados nessas Comissões permanentes, estão de acordo com essas iniciativas. Todos. Portanto, eu acho que é um debate que evidentemente que a sociedade está exigindo, temos que fazer, democratizar essa discussão. No entanto, acho que a Casa está convencida, tanto o Senado quanto a Câmara, da necessidade de aprovarmos imediatamente essas políticas.

Até porque, Sr. Presidente, no que pese esse debate de posições contrárias e a favor na sociedade, as universidades estão avançando nesse aspecto. Ou seja, mais de 20 universidades estão praticando as políticas de ação afirmativa com cotas, em sua imensa maioria, e eu queria registrar aqui inclusive que a Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, aprovou, semana passada, a proposta de reserva de

50% de vagas para estudantes de escola pública, e 80% para estudantes negros, [palmas] com reserva para quilombolas e indígenas. Portanto acho que estamos avançando. [soa a campanha]

Eu acredito, Sr. Presidente, que os dados, por exemplo, que o próprio Ministro Fernando Haddad levanta aqui fortalecem essa necessidade urgente. Quando ele coloca que um estudante de escola privada custa em torno de 10 mil reais por ano e da escola pública em topo de mil reais, lembra uma reunião que eu tive antes com um Embaixador de um País da África, o Senegal, que diz que do orçamento nacional do Senegal é reservado 40% para investir em educação. 40%. Enquanto o nosso País ainda patina, mesmo com os avanços que nós estamos experimentando, ainda em torno de 18%.

Portanto, eu acho que muita coisa teremos que fazer. No entanto, essa questão para combater as desigualdades sócio-raciais no nosso País não tem outro caminho. Não teremos como abrir mão ou promover um retrocesso naquilo que já está em operação no País. O que precisa é que essa Casa vai, na verdade, legitimar através da legislação o que já está em curso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Deputado Luiz Alberto, eu vou ser um pouco rigoroso, desculpe, porque já acabou o tempo, mas vou dar mais um minuto para V.Ex<sup>a</sup>.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – Então para encerrar, Senador, reforçando o que disse o Deputado Vicentinho, nós queremos o estabelecimento de uma política de Estado, porque não queremos carimbar de que esta iniciativa ou a lei que venha a ser aprovada seja uma lei do Governo Lula, porque, o Governo Lula passa, e queremos que o Estado brasileiro e a sociedade reconheçam, portanto, isso que nós estamos aqui debatendo. À tarde, com certeza, nós aprofundaremos com o movimento social a necessidade urgente de implementar esse processo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado ao Deputado Luiz Alberto, que consumiu aquele um minuto do Deputado Vicentinho [risos]. Passaremos agora... Para ficar tudo zero a zero [risos]. Passaremos agora a palavra ao Deputado Reginaldo Germano.

**DEPUTADO REGINALDO GERMANO** (PP – BA) – Não vou desempatar, não. [risos] Vai ficar zero a zero.

Eu gostaria de trazer apenas um pensamento em relação ao Estatuto da Igualdade Racial e em relação a essa questão que envolve cotas. Eu não entendo por que é que a sociedade se posiciona, de uma maneira

geral, contra essa questão de cota e contra a questão do estatuto. Nós gastamos rios de dinheiro em construção de presídios, contratação de Agentes, Policiais, de viaturas e de não sei o que... Simples. Como o Ministro falou. É só dar oportunidade. A oportunidade que os negros neste País, nos registros policiais são a maioria na criminalidade, só precisam de oportunidade. E tendo a oportunidade, como o PROUNI, que não resolve a nossa questão, mas nós entendemos que pobres, negros e brancos mereçam oportunidade, vai fazer com que a gente possa combater esse estado de criminalidade neste País.

Eu entendi o Senador Geraldo Mesquita, e a palavra dele foi muito contra tudo isso que a gente tem visto na mídia contra o estatuto, atacando o Senador Paulo Paim, me atacando, por ser o Relator lá na Câmara dos Deputados. Eu não entendo. Por exemplo, o Senador ele vai rever a posição dele dentro do Gabinete. O que é que ele vai prejudicar os brancos se ele vai fazer uma miscigenação dentro do Gabinete dele colocando negros lá. Qual vai ser o prejuízo que terão a classe branca ou a raça branca com isso? É a questão que eu vejo das oportunidades. Quando nós aprovamos cotas, quando nós lutamos pelas cotas, [soa a campanha] que direito nós estamos tirando de outras pessoas? Nós não estamos tirando direito de outras pessoas. Nós estamos apenas dando o direito àqueles que têm direito e que não estão exercendo esse direito.

Então é o pensamento que eu quero deixar. Eu sei que à tarde vai ter um debate bom e eu vou guardar para que na parte da tarde a gente possa participar desse debate também. É o que eu queria deixar. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado à Bancada da Câmara. Ouviremos agora, queria primeiro o Ministro Fernando Haddad, que tem um compromisso, e vou deixar o tempo para debater e as considerações finais. Sr. Ministro.

**SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD** – Agradecer o convite, me colocar à disposição para novas convocações. Acho importante prosperarmos no diálogo, esclarecermos à opinião pública do que está em jogo. Manifestar o desejo de que nós não restrinjamos o debate a esta questão, quando tratamos de educação. Eu mencionei uma série de iniciativas de reforço da educação básica pública, mas há uma série de providências que podem ser tomadas no que diz respeito à educação superior, que são altamente inclusivas e independentemente deste Projeto de Lei. Cito o exemplo, por exemplo, da ampliação dos cursos noturnos nas universidades, que certamente vão incluir jovens

de mais baixa renda e afro-descendentes. Cito, por exemplo, a interiorização da universidade pública que está sendo promovida por este Governo. São cerca de 70 cidades do interior do Brasil que estão recebendo investimentos da ordem de 700 milhões de reais para abrigar alunos daquelas regiões e que, portanto, vão contemplar, necessariamente, também alunos de uma faixa de renda menor do que das regiões metropolitanas e, seguramente, também afro-descendentes e indígenas.

Então, há um conjunto de iniciativas que está em curso, tanto na educação básica quanto na educação superior, também a educação profissional ganhou um reforço enorme neste Governo. O Governo do Presidente Lula terá autorizado o funcionamento de 50 novas escolas técnicas até o final de dezembro de 2006, contra um estoque de 109 escolas em 2002. Ou seja, nós tínhamos, de 1909, com Nilo Peçanha, a primeira escola técnica, até 2002, 109 escolas, e para os processos seletivos de 2007, 50 novos estabelecimentos de educação profissional. Tanto voltados para a educação básica, porque vocês sabem que uma das características das nossas escolas técnicas é que a oferta tanto para o ensino médio integrado quanto para os cursos tecnológicos, que estão sendo disciplinados agora pelo Ministério da Educação.

Então, é preciso ver o conjunto da obra. É preciso atentar para o Fundo da Educação Básica, para a universidade aberta, para o reforço ao ensino médio, para o livro didático. É preciso atentar para o que está sendo feito na educação básica, para o muito que pode ser feito na educação superior, a reforma universitária prevê a obrigatoriedade de um terço das matrículas em cursos noturnos, o que, por si, vai mudar qualitativamente o desenho das nossas instituições e a composição do corpo discente dessas instituições.

Então, não reduzamos o debate a esta questão, embora essa questão precise de resposta do Congresso Nacional e, para tanto, debates como esse só contribuem. Com o debate. Eu termino concordando com a colocação feita pela Senadora Ideli. Eu penso que o projeto virtuoso é o que combina as duas posições. Aquela que pretende reforçar a escola pública e, subsidiariamente, contempla, respeitando a proporção de cada Estado, a composição do Estado, [soa a campanha] promovendo a inclusão de afro-descendentes e indígenas. Muito obrigado a todos vocês. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ouviremos agora as considerações finais da Exm<sup>a</sup>. Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Exm<sup>a</sup>. Matilde Ribeiro. Com a palavra. Por favor.

**SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO** – Creio que este debate aqui ele traz novas conjunções e oportunidade de pensarmos e ilustrarmos este processo que estamos vivendo. E eu me lembrei de três situações que vou rapidamente partilhar com vocês. Quando conheci Marcos Terena, foi num debate na universidade onde eu dava aula em São Paulo e, perante um público de umas 500 pessoas, o Terena, durante uns cinco minutos, falou na sua língua originária. E as pessoas começaram a ficar incomodadas, porque não entendiam sequer a vírgula da língua ali expressa pelo Terena. E logo após ele expressou na nossa língua nacional, que não considera os elementos da cultura indígena como pertencentes a ela, e explicou dizendo que fez aquilo justamente porque existiam muitos indígenas no Brasil que não nos entendiam. Que não haviam passado por esse processo de aculturação e que nós tínhamos que considerar que o Brasil não era um bloco monolítico. Enfim, aquela situação me marcou muito, não por ser novidade, mas pelo impacto que nos causa quando nós estamos diante do diferente, diante do que não faz parte do nosso cotidiano.

Uma outra situação que eu quero partilhar é uma história que nós conhecemos no Brasil, e essa eu gosto de contar, porque tem a ver com o papel das Casas Legislativas. Nós conhecemos, nos anos 90, a história da dona Maria do Carmo. Foi considerada a mulher mais velha do Brasil e talvez do mundo. Parece que só uma francesa tinha a mesma idade que ela na época. Maria do Carmo morreu com cerca de 130 anos e morava em Itajubá, Minas Gerais. Maria do Carmo foi motivo de um debate político que vários aqui podem se lembrar. Em 94, foi apresentado lá em Itajubá, pelo movimento negro da cidade, uma proposição à Câmara Municipal, que ela recebesse o Título de Cidadã Itajubense. Na época, ela tinha 124 anos. Essa proposição foi a voto e foi negada. Entre onze Vereadores, nove votaram contra. E a argumentação dos que votaram contra ia na linha de que se questionava: quem era Maria do Carmo? Ela tinha escrito algum livro? Ela tinha algum invento? Ela era alguma personalidade na cidade? Ela tinha algo que marcasse a sua existência? Nove votaram contra. E a Maria do Carmo morreu sem receber o Título de Cidadã Itajubense. Recebeu o Título de Cidadã Paulista, logo depois. Maria do Carmo viveu 17 anos em regime de escravidão no nosso País, quando foi abolida a escravidão, ela tinha 17 anos, foi empregada doméstica a vida inteira e ajudou a criar filhos de muitas famílias e nunca teve os seus. Esse era Maria do Carmo, uma “cidadã comum”, remanescente de africanos que foram escravizados no Brasil. “Não merecia ganhar o Título de Cidadã Itajubense”.

E por fim, assim como Ideli, como o próprio Ministro Haddad, quando se pronunciaram, se situaram na história, me lembrei de uma última e, com isso, termino. Quando eu tinha 19 anos, eu fui contratada numa empresa em São Paulo para ser Recepcionista. A Companhia de Engenharia de Tráfego. Eu fui entrevistada por uma Advogada. Essa Advogada, meu currículo era metade desta página, essa Advogada olhou e disse: “Ah, você sempre estudou em escola pública, seus pais são semi-analfabetos, mas você nunca repetiu de ano, não é? Você quer fazer universidade, quer entrar na faculdade?” Eu estava fazendo cursinho na época. Pago. “Você pretende?” Enfim, me fez perguntas dessa natureza. E eu passei por muitos jovens, muitas jovens fazendo a seleção no mesmo momento. E, ao final da entrevista, essa Advogada, me lembro bem o nome, Claudete, olhou bem no meu olho e disse: “Você é uma moça esforçada, vá em frente. Estude. É muito importante que você estude”. E, olhando no meu olho, ela me disse: “Saiba que para nós a vida é muito difícil”. Claudete era uma mulher negra, com idade para ser minha mãe. Não tinha programa de ação afirmativa naquela empresa, mas eu entendo que a Claudete teve a sensibilidade de me dar a oportunidade de deixar de ser filha de empregada doméstica e ter uma carreira apenas de, porque pode ser, é um trabalho digno, mas ela me deu a oportunidade de ingressar no mundo que me levou depois à universidade e depois a tantos outros momentos na vida.

Estou me referindo, ao final, com esses três exemplos apenas para dizer que, concordando com falas anteriores, o debate não é ideológico, uma vez que reúne o conjunto dos partidos das duas Casas. O debate não é acadêmico, estritamente, ele é também, mas não é estritamente, uma vez que nós estamos falando de vidas. Uma vez que estamos falando de processos de construção da História do Brasil. E o debate não é unilateral ou isolado. Não é só o Governo, não é só o Executivo, não é só o Legislativo, não é só movimento social, não é só academia. É tudo junto.

E nesse sentido então, eu entendo que as ações que estão sendo colocadas em prática elas têm um tempo histórico. Nós não pretenderíamos em quatro anos de gestão dar conta de 500 anos de história e nem fazer o contraponto, colocando como antagônicos os processos das políticas universais e das ações afirmativas. Como bem falou o Ministro Haddad, o conjunto de ações na área da educação é grande, não se restringe às ações afirmativas. Assim como, quando falamos de ações afirmativas, não falamos só do PL, cotas ou do estatuto como possibilidades. Eu citei três exemplos no início. Um na área internacional, um na

área educacional e outro na área do trabalho. E são tantos outros que nós poderíamos aqui tratar.

Então eu creio que, além das ações, tem também as nossas posturas. E eu não tenho dúvida que se eu tivesse sido aos 19 anos entrevistada por uma pessoa que não tivesse sensibilidade para me dar a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho, numa função mais qualificada, talvez eu não estivesse aqui.

E justamente por isso é que eu quero valorizar, em todas as falas que foram feitas no sentido da reflexão, mas eu quero valorizar a fala do Senador Geraldo, porque eu acho que é com mudanças de posturas desse tipo que nós podemos contribuir para a mudança da história. Com acertos, ajustes de caminho.

E aí nesse sentido eu considero que o debate da tarde não deve ser visto como os a favor e contra. Mas deve ser visto como debate entre pessoas que estão pensando o processo que estamos vivendo no Brasil e estão contribuindo para nos elucidar, para nos fazer refletir sobre o alcance das nossas ações.

E com isso eu quero também dizer aos três [soa a campanha] que, possivelmente, podem estar sendo vistos aqui como os contra, que eu acho que o nosso debate deve ser mais intenso. Nossa conversa deve ser mais profunda e, já adianto, nós temos uma agenda, eu propus uma conversa na semana que vem no Rio de Janeiro com o Professor Peter Fry e a Professora Ivone Maggi, para falar um pouco mais sobre essas questões, assim como também convido o Miranda para a mesma conversa. Porque eu acho que nós precisamos avançar nos nossos entendimentos e informações, e aí cada um é o dom da sua própria vida e consciência. Mas eu acho que a conversa, o diálogo é fundamental. Muito obrigada. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Eu, antes de encerrar, queria só passar rapidamente, para o fechamento, ao Senador Paim, mas já que foi colocado, eu acho que como Presidente eu queria fazer uma colocação, Senador Geraldo, que eu, ao assumir a minha posição no Senado, e em montar uma parte do meu gabinete, eu requisitei ao Senado um Chefe de Gabinete que o Senado mandar. E incrível, eu nunca pensei em origem, nada, e eu foi indicado para mim um Chefe de Gabinete maravilhoso, Doutor em Direito, a quem eu confio plenamente, a quem eu consulto a todo o momento e, no entanto, seria assim afro-descendente, digamos assim, mas no entanto eu nunca parei para pensar, Senador Paim, como eu digo sempre a V.Ex<sup>a</sup>. que a sua história, às vezes até chego a sentar no Senado e conversar um pouco com V.Ex<sup>a</sup>. para saber a sua história. Porque eu admiro muito V.Ex<sup>a</sup>. E eu acho o seguinte, V.Ex<sup>a</sup>. é um homem que trabalhou

muito, e a vida faz a gente ter que trabalhar muito. Independente de raça, clero, de que religião, nós temos é que sempre trabalhar muito. E quem trabalha muito, claro, como bem colocado, existem algumas questões sociais que tem que ser até do próprio Estatuto da Igualdade Racial, será vencida. Mas o que vejo na vida, Senador Paim, é que a gente tem que trabalhar muito e lutar muito. V.Ex<sup>a</sup>. é um exemplo claro disso. Aonde V.Ex<sup>a</sup>. chegou, o respeito que V.Ex<sup>a</sup>. desfruta hoje no Senado, no Estado de origem de V.Ex<sup>a</sup>., nas colocações, no seu caminho de vida, eu acho que isso é independente de religião, independente de origem. V.Ex<sup>a</sup>. conquistou o seu espaço pelas suas idéias, pela sua determinação, como muitos outros, como estão aqui o Vicentinho, como todos os outros Deputados. Para chegarem nesta Casa, é difícil chegar nesta Casa, tanto na Câmara como no Senado.

Embora o Parlamento tenha sofrido muito nos últimos momentos, mas aqui tem pessoas dignas e que chegaram lutando. Ninguém chegou aqui por um caminho fácil, comprando uma candidatura. Não. Chega pelo voto. E o voto é uma coisa muito difícil. Você conquistar o voto, conseguir que a pessoa acredite em você, independente do Senado, que é a Casa maior do Parlamento, mas os Deputados, você tem que convencer, tem que acreditar. E isso é uma coisa muito difícil, Senador Paim, o voto é muito difícil. Para chegar aqui é muito difícil. E hoje, nesse momento de eleição, estão todos lutando. Vêm aqui, vocês largaram o seu espaço para estar pedindo voto e, com certeza, tem um concorrente pedindo voto no lugar de vocês. Uma casa está sendo visitada neste momento pelo concorrente, no entanto, os Srs. Senadores, que estão também agora, e Deputados, largaram e vieram aqui neste momento, convocados pelo Senador Paim, para discutir idéias e filosofias de vida e questões problemáticas sociais. Eu acho que isso demonstra o que é prioridade da vida dos senhores. E a prioridade é essa aqui, o estatuto racial, igualdade, a luta da raça dos senhores. Tanto da minha, como também de outros. Nós estamos aqui discutindo idéias. Mas, para não filosofar muito [risos], eu queria passar, antes de encerrar a palavra, ao meu ilustre amigo, Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Nem um minuto. Eu só quero lembrar a todos da importância do debate à tarde. Vai iniciar às 14h, quero aqui reafirmar o que foi dito. Falarão quatro pessoas que têm uma visão, digamos, na ótica de um manifesto nº 01, para não ficar aquela história de contra ou a favor, e quatro pessoas que têm a ótica do manifesto nº 02.

Mas quero dizer aqui no encerramento o que eu disse na abertura. Para mim foi muito importante. As pessoas do manifesto nº 01 sabem a minha posição.

Não tem nenhuma dúvida. Mas no momento que eu liguei para os quatro, os quatro, de pronto “Diga a hora e o local, Senador, que nós teremos muito orgulho de estar aí para colaborar com esse bom debate”. Isso é muito bom. O manifesto nº 02, a mesma posição. Com a maior tranquilidade.

E se me permitirem, Vicentinho, vou usar a fala que você usou, que eu acho importante. Esse debate tem que ser na linha do que você colocou. E eu achei bom porque foi você que colocou, que o resultado da aprovação, porque entendeu que vamos aprovar, é de uma política de Estado, e não desse ou daquele Governo. É isso que importa. E o Governo via seus Ministros estão dando sua contribuição. Os Parlamentares estão dando a sua contribuição. O movimento social aqui, que vocês todos estão representando, estão dando a sua parte. Olha, eu estou muito esperançoso. Teremos um belo debate à tarde, o meu Presidente aqui, Wellington Salgado, tem dado uma contribuição fundamental nesta Comissão. E quando eu disse para ele “meu Presidente, é fundamental que o senhor esteja aqui presidindo os trabalhos nesta quinta-feira”. “Olha, Paim, eu tinha alguns compromissos, mas suspendo e estarei aqui o tempo que for necessário para colaborar com esse debate”. Qual é a minha esperança? Que no terminar dessa audiência hoje à tarde, a gente avance na redação final, para que efetivamente as políticas afirmativas sejam aprovadas com a rapidez que a sociedade brasileira exige. Repito aquilo que foi dito aqui também. Essa caminhada é de brancos e negros. Ninguém tenha dúvida. Nós sabemos como ninguém. Eu venho de um Estado, Ministra Matilde, e quero me lembrar aqui da Maria do Carmo Jerônimo, que eu tive a alegria, porque um dos meus defeitos é escrever poesia, eu escrevi uma poesia e remeti para ela ainda em vida. E à tarde eu trarei a poesia aqui. Se vocês deixarem [risos] eu vou ler a poesia aqui. Vocês vão ter que me suportar. Mas mandei uma poesia para ela que eu escrevi, de duas laudas, que eu tenho muito orgulho de ter escrito essa poesia para ela.

Eu quero dizer a vocês que eu estou muito esperançoso para o debate da tarde. No meu Estado 12% somente são negros. E eu fui eleito três vezes nos quatro mandatos de Deputado Federal o mais votado. E agora eu vim com mais de dois milhões e duzentos mil votos como Senador. Isso demonstra o quê? Que o meu Estado entendeu essa luta da inclusão do povo negro. Por isso me trouxe para cá. Porque eu nunca escondi as minhas posições. A Ivonete que está aqui sabe, que é do meu Estado, eu nunca escondi as minhas posições. E disseram: “Vá para lá e lute por aquilo que você acredita”.

Por isso, parabéns. É muito bom estar aqui com vocês. Faremos um bom debate à tarde. As políticas afirmativas serão aprovadas, numa visão coletiva que todos vocês defendem. Obrigado a todos. [palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Só confirmando, antes de encerrar, teremos na segunda parte o Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO, Yvonne Maggi, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da UFRJ; Peter Fry, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da UFRJ; José Jorge de Carvalho, Professor da Universidade de Brasília; José Carlos Miranda, Movimento Negro Socialista, MNS; Roque Ferreira, Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos-CUT, Conselheiro da Comunidade Negra de Bauru-SP; Marcos Alessandro Santos Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU; e Carlos Alberto Medeiros, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nada mais a expor, declaro encerrada a reunião.

*Sessão encerrada às 12h37.*

## 2ª Parte

*Sessão reiniciada às 14h28.*

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a ser realizada em 3 de agosto de 2006, quinta-feira, em duas partes, já fizemos na parte da manhã e agora iniciamos a segunda parte. Audiência Pública. Assunto: Igualdade racial e cotas. Autor do Requerimento: Este Senador. Pela manhã, falaram o Ministro Fernando Haddad, da Educação, e a Ministra Matilde Ribeiro, da SEPPIR.

Então, nesse momento, vamos para a segunda etapa. Eu convidaria o nobre Deputado Luiz Alberto que trouxesse à Mesa os nossos convidados, que é o Frei David, o Marcos Alessandro da Silva e também Peter Fry e José Carlos de Miranda. Nós vamos desenvolver os trabalhos com 15 minutos para cada expositor e depois, vamos estabelecer, os primeiros quatro voltam aqui à primeira fila e os outros quatro assumem aqui o trabalho na Mesa Diretora...

Eu já anunciava ao Plenário que nós vamos dar 15 minutos para cada expositor, os primeiros quatro retornam aqui para a primeira fila e os outros quatro

assumem aqui na Mesa comigo. Eu vou manter, e espero que vocês me ajudem, naturalmente, para que a gente faça um debate, tenho certeza, qualificado, no alto nível, eu vou pedir ao Plenário que não se manifeste, esse é um praxe aqui no nosso Senado, é regimental. Há aqui ao lado uma sala, a sala 19, onde tem um telão, e essa audiência será retransmitida, na íntegra, para todo o País também num segundo momento, pela nossa TV Senado. Farei também da seguinte forma: Na primeira Mesa, aquele que iniciar falando, na segunda Mesa, se na primeira Mesa...

Se me permitirem, eu vou situar manifesto um e manifesto dois, porque não quero entrar naquela de quem é contra e quem é a favor e claro que no debate vai ficar explicitada a posição de cada um. Então, se na primeira Mesa iniciar alguém falando a favor do manifesto um, na segunda Mesa inicia alguém falando do manifesto dois. E assim, a conseqüência que o encerramento se dará na mesma ordem.

Então, de imediato, vamos aos nossos trabalhos. Quero só também informar a todos, e vou dar uma cortesia minha aqui para todos que estiverem na Mesa, o livro que eu falava de manhã, um livro chamado “Cumplicidade”, onde eu faço poesias, principalmente, 80% é relacionado à vida do povo negro e, claro, também relacionado às causas sociais, e na página 57 está a poesia que eu fiz em homenagem à Maria do Carmo Jerônimo, quando ela tinha cento e vinte poucos anos, numa visita que fizemos a ela, e tem a foto dela inclusive aqui.

Bom, vamos agora aos nossos trabalhos. Será 15 minutos para cada orador, para cada debatedor e, quando faltar um minuto, a campainha toca automaticamente, não posição dessa Presidência. Então eu passo a palavra de imediato ao Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Peter Fry. V.Exª. dispõe da palavra por 15 minutos.

**SR. PETER FRY** – Senador Paim, eu agradeço muito o convite para participar de um debate aqui no Senado, um debate sobre um assunto que considero central para o País e para o futuro dele. Hoje de manhã ouvimos falar da necessidade de políticas de Estado no que diz respeito à raça. Também ouvimos pessoas falando livremente de grupos raciais. Ouvi um Parlamentar falar da raça branca.

É sobre esse assunto que eu vou falar. Mas primeiro queria falar um pouco sobre mim mesmo. Nasci na Inglaterra, fiz Antropologia, estudei Antropologia e, depois da minha graduação, fiz uma pesquisa de campo na África, na antiga Rodésia, atualmente Zimbábue. Depois disso, em 1970, vim para o Brasil. Em 82 me tornei, orgulhosamente, brasileiro. O que tenho a dizer, portanto, não tem nada a ver, como alguns



querem dizer, de manutenção de privilégio, de racismo, nada disso. Tem a ver que vem de uma pessoa que tem opiniões sobre seu País adotivo e se sente compelido a externá-las.

Às vezes penso que teria sido muito mais fácil simplesmente ignorar esse assunto, como faz tanta gente. Quando cheguei aqui no Brasil percebi, como qualquer pessoa que aqui chega, um aparente paradoxo, um País com convívio aparentemente muito amistoso entre pessoas de todas as cores, ao mesmo tempo, uma distribuição das cores totalmente inaceitável. Mais rico, mais poder, mais branco. Este tem sido um assunto de indignação e de fascínio e de pesquisa ao longo desses anos todos.

Durante um período de quatro anos, eu tive o privilégio de voltar para a África, de 1989 a 93, e essa volta à África me fez passar por uma espécie de mudança de pensamento, um pouco como São Paulo no caminho para Damasco. Eu passei o tempo em dois Países africanos. Zimbabue, que foi de colonização britânica, e Moçambique, que teria sido de colonização portuguesa, como vocês sabem. Zimbabue já tinha dez anos de independência. Mas logo percebi que, apesar disso, as três categorias raciais do tempo colonial continuavam apartadas. Havia um ressentimento, inclusive. E não tardou para o Presidente do Zimbabue jogar a carta racial para se manter no poder, acusando os poucos brancos que lá restaram de serem os responsáveis pelos males do País. O País quebrou, o ressentimento racial aumentou e talvez seja um dos Países mais tristes da África contemporânea.

Moçambique, após a sua independência, em 75, teve um período de dez anos de Governo socialista e anti-racista radical liderado pelo Samora Machel, que colocou no seu Governo jovens de todas as cores, de acordo com a sua avaliação da competência deles. Foi muito criticado. Uma vez me contaram de um desses jovens que chegaram em Moscou e o Governo de Moscou achava que Moçambique não era mais um País africano, já que havia pessoas de todas as cores na delegação. Hoje em dia Moçambique não é imune ao racismo, evidentemente nenhum lugar é, mas os indivíduos tendem a serem avaliados pelo seu caráter mais que pela sua cor. O País cresce mais de 10% ao ano. É um País dotado de uma elite cosmopolita e policromática.

Quando eu voltei para o Brasil então, eu vi com outros olhos, continuei reconhecendo e tentando combater, da minha maneira, em sala de aula o racismo. Porque o racismo é uma praga de todos os Países modernos. Mas percebi também que a recusa do Governo brasileiro a adotar a segregação racial na virada do século XX, e não faltava quem queria que adotasse essa

política, teria produzido uma República talvez única e um patrimônio raro no mundo contemporâneo. Temos racismo, sim. Mas ainda não temos um País dividido, cindido pelo critério racial.

Quando o Governo do Fernando Henrique apresentou seu primeiro programa de Direitos Humanos, ele apontou uma mudança radical, pela primeira vez o Governo brasileiro reconheceu a existência de racismo e descreveu o País como multirracial e não mais como um País de mistura. E eu comecei a pensar que o Brasil ia talvez seguir um caminho da oficialização das raças, como fizeram os Países de colonização britânica. Esse tumor aumentou em mim com a Conferência de Durban, de 2001, quando o Governo e membros da sociedade civil propuseram, entre outras coisas, cotas para negros nas universidades. Logo em seguida, um Deputado relativamente desconhecido no Rio de Janeiro propôs uma lei que destinava 40% das vagas das universidades do Estado ao que ele chamava de negros e pardos. A lei passou, sem debate, o resto, como vocês sabem, é história. A idéia foi logo encampada pelos ativistas negros, seus aliados e dezenas de universidades estaduais e federais. Muitas pessoas que eram antes contra as cotas raciais, agora nos acusam, nos criticam, nas cotas, de racistas. Os meus amigos a favor das cotas pensam que são uma medida temporária que poderá reverter uma situação de desigualdade entre pessoas de cores distintas nas faculdades. Vai aumentar o número de negros nas universidades? Sim.

Mas quais serão outras conseqüências? Tenho argumentado e continuo argumentando que a implementação das cotas raciais, por lei federal, pode ter um impacto que vai muito além dos poucos jovens que receberão um empurrão nas suas carreiras. Significa abandonar um ideal de uma sociedade que preza o indivíduo sob a sua cor. Significa também abolir qualquer noção de ambigüidade na definição estética das pessoas, por instaurar apenas duas categorias: Negro e branco. Significa, penso, cindir a sociedade, desde as instituições do Estado até as vizinhanças e as famílias, aquelas famílias que todos nós conhecemos, de todas as cores, orgulhosamente. E sabemos que as famílias mais policromáticas são justamente as famílias da classe média baixa para baixo. São os mais pobres. São eles que mais sentirão, sugiro, os efeitos das cotas raciais. Eu estou pensando, vocês sabem, daquelas famílias aonde todo mundo discute quem puxou para quem, um filho que é loiro de olho azul, outro filho que é negro etc e tal.

Bom, vocês podem achar banal isso, mas penso que não é. Mesmo se as cotas fossem temporárias, e sabem que nenhum direito adquirido morre facilmente,

as cotas e outras medidas do Estatuto de Igualdade Racial podem instaurar uma distinção legal definitiva entre duas categorias de pessoas: Negros e brancos.

Eu vou falar do estatuto nos minutos que me restam, fugindo um pouco das cotas, sobre esse assunto já escrevi muito, já falei um pouco, e falar um pouco sobre a saúde. É uma questão vexada. Eu já escrevi algumas coisas sobre essa questão. É como escrever num vazio. Não há reação. E não fosse a carta pública que assinei talvez nem estaríamos aqui hoje. O capítulo I do estatuto é que trata de saúde. Quer dizer que o capítulo I do estatuto é que vai dar o tom de todo o estatuto. E começa encorajando os Governos federais, municipais e estaduais a desenvolver ações e serviços em que sejam focalizadas as, a palavra do estatuto, “peculiaridades” da população afro-brasileira. Em seguida, pela introdução obrigatória quesito raça-cor em todos os documentos em uso no Sistema Único de Saúde. Ou seja, cada cidadão terá sua raça na sua carteira em relação ao SUS.

No art. 13, o estatuto autoriza o Ministério da Saúde a produzir estatísticas vitais etc e tal. Também autoriza o Ministério da Educação a introduzir matérias relativas às especificidades da saúde da população brasileira nos currículos das faculdades. Também autoriza a implementação de um programa de Agentes Comunitários de Saúde em todas as comunidades remanescentes de quilombos e sugere que os quilombolas terão acesso preferencial aos processos seletivos para a constituição das equipes dos programas. Ou seja, os quilombolas cuidarão dos quilombolas, como se cada raça tivesse que cuidar de si mesma.

Bom, vocês que não conhecem a África do Sul, naquela época, vocês não vão talvez perceber o peso dessas palavras. Sem explicitar quais seriam as doenças prevalentes entre os negros, o estatuto autoriza o Ministério da Saúde a defini-las. De fato, fala muito de anemia falciforme, não vou entrar nesse assunto porque é muito complicado.

O que nós sabemos, o que o estatuto produz de fato em quem lê é que há dois tipos de brasileiros, há afro-brasileiros e há outros brasileiros, que não são muito bem definidos, e os afro-brasileiros têm problemas de saúde considerados específicos. Mas nós sabemos que não há doenças raciais, justamente porque na natureza não há raças. As misturas seculares fazem com que haja uma maior distinção genética entre pessoas de uma mesma região, de uma mesma cor, entre as cores e regiões.

E recentemente a genética brasileira, o Geneticista Sérgio Danilo Pena tem escrito sobre isso, escreveu um art. muito importante, que parece que não teve a repercussão que merece. O título é “Razões para banir

o conceito de raça da medicina brasileira”. Pena demonstra que as aparências, e que são as aparências que definem a raça aqui neste País, são péssimos indicadores da ancestralidade genética dos indivíduos. Por exemplo, a proporção de ancestralidade africana nos que se definem como brancos no Sudeste do Brasil é 32% e a proporção de ancestralidade europeia naqueles que se definem como pretos na mesma reunião, categoria do IBGE, é de 49%. E como o genótipo do indivíduo não corresponde à sua aparência, seu estenótipo, fica evidente, para mim, pelo menos, que a noção de doenças sociais simplesmente não tem sentido. Por que então alegar uma especificidade na saúde dos negros? Penso que só pode ser interpretado como uma ação política cuja conseqüência será de refutar a negação científica das raças, introduzindo práticas que terão efeito contrário, o de fortalecer a crença em raças distintas, cada qual com as suas doenças. E já que as doenças são vistas como naturais, naturaliza-se a raça. Associar raça a doença abre o caminho para a associação entre raça e outros estigmas inomináveis. Como se fazia no século IX e no século XX nas campanhas de eugenia.

Nós achávamos da academia que esta página triste tivesse sido virada definitivamente. Eu compreendo que pessoas pobres e negros possam sofrer problemas de saúde [soa a campanha] decorrentes de preconceito e de discriminação no atendimento médico e acesso ao serviço de saúde. E reconheço também que os pobres de todas as cores morrem mais cedo que os ricos. O remédio disso está na melhoria da qualidade do serviço de saúde e campanhas para erradicar os preconceitos e discriminações.

Eu tenho apenas 33 segundos e vou terminar dizendo que eu penso que o mal do racismo é fundado na crença em raças. Este mal pode piorar com o que considero uma pedagogia racial do estatuto, que nos ensina, no seu capítulo que há raças, sim. Obrigado, Senador. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Agradecemos ao Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Peter Fry, e em seguida—

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Orientado pelo Frei David aqui, a pronúncia melhorou um pouco agora aqui, não? Porque o meu inglês... Passamos a palavra ao Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO. Frei David dispõe de 15 minutos.

**FREI DAVID SANTOS** – Boa tarde a todos e todas participantes desse momento. Eu quero iniciar parabenizando a sadia polêmica e postura dos que são contra, porque não estão fugindo do debate, e isso, para nós, enriquece a todos nós e, em especial, eu quero agradecer ao Movimento Negro Socialista pela coragem de terem se colocado, porque vocês estão permitindo um fato novo, o movimento socialista brasileiro ainda não aprofundou suficientemente a questão das etnias no Brasil. Não aprofundou. E com o trabalho de vocês, com a postura de vocês, vão surgir vários trabalhos como esse daqui, esse jornal que aqui me passaram. “Eqüidade e igualitarismo. Por quê os socialistas defendem as cotas?” Ou seja, é importantíssimo a gente rediscutir o socialismo a partir das etnias. E eu vou no final ler quatro pontos desse artigo porque está simplesmente fantástico. Até, se possível, a Assessoria conseguir cópias para o pessoal seria bom. Ótimo.

Então, vamos pular por aí e vamos passar então para o slide porque o tempo é muito curto.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – É o tempo para tirar cópia.

**FREI DAVID SANTOS** – Passar para o slide então. Esta Audiência Pública, portanto, trabalha a questão do estatuto. Pode começar o slide, por favor.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Houve um entendimento aqui na Mesa, enquanto se resolve a questão técnica, o Frei David ficaria para um outro momento e eu passo a palavra de imediato ao Marcos Alessandro Santos da Silva, Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado. Vai se manter a mesma lógica.

Então, o Marcos dispõe também de 15 minutos. Peço que anulem lá o nosso relógio, que está marcando o tempo, para que seja dado 15 minutos para o Marcos. Para começar do zero. Repito, o Marcos Alessandro Santos da Silva é Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU. Pode começar, Marcos, a gente controla.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Senador, é só uma indagação, essa questão técnica que o Frei David está enfrentando aí é um problema de muito tempo.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – No aparelho.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Porque até eu queria sugerir que ele falasse, até porque tem dados, ajudaria tanto o Marcos quanto o outro debatedor. Porque são dados que eles vão apresentar e são importantíssimos para a avaliação da fala das pessoas.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Mas eu não sei se ele não preparou toda a palestra dele baseada nos slides. Daí ele seria prejudicado.

**FREI DAVID SANTOS** – Eu vou depender do aparelho.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Então vamos manter essa lógica.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Não tem como resolver a questão do aparelho?

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Não, porque nós vamos perder, e nós estamos direto na TV. Então, passo a palavra ao Marcos por 15 minutos.

**SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA** – Boa tarde a todas e a todos, a gente inicia pedindo que Exu, que sempre abriu os caminhos do povo negro nessa experiência extremamente violenta que nós enfrentamos em terras brasileiras nos inspire para que tenhamos uma boa rodada de debates. Quero parabenizar o Senado e a Comissão de Educação do Senado pela iniciativa, e até pelo cuidado de chamar para a importância desse debate uma entidade nacional de movimento negro. Nós estávamos sentindo falta da participação dessas entidades nacionais para que o debate, de fato, tivesse uma fala e uma argumentação do lugar do movimento social organizado. Até porque esse debate não se esgota a partir da academia. Nós sabemos disso.

Eu represento o Movimento Negro Unificado, sou o Coordenador Nacional, uma entidade de Movimento Negro de 28 anos, porque desde 1978 nós estamos na luta sistemática, diária, intransigente contra o racismo e de afirmação da necessidade de discussão do poder na sociedade brasileira, para que esse poder esteja a partir da maioria dessa sociedade, a partir da população negra, dialogando com o conjunto da sociedade brasileira.

O MNU sempre entendeu que foi o racismo o definidor, o eixo que definiu, que operou as desigualdades sociais no Brasil. Definindo as minorias ricas e brancas e definindo a grande maioria negra, destituída dos espaços de poder. Portanto, nós enfrentamos, no final da década de 70 e início da década de 80, o mito da democracia racial e tivemos a necessária força política de aniquilarmos esse mito. Nenhum acadêmico de seriedade chega de público para referendar uma idéia de que nós vivemos em uma sociedade racialmente democrática. E esse foi um debate que o Movimento Negro Unificado travou com a sociedade, com a academia e com todo o Brasil. Discutimos também da necessidade das reparações históricas e humanitárias ao povo negro. Porque não podemos fazer o debate das cotas a partir de um importante Projeto de Lei, mas que para a nossa luta ainda é

muito pouco, que trabalhe a idéia das políticas afirmativas. Nós debatemos a partir de um princípio de que: Ponto um: A sociedade brasileira ela é fruto de um ato de violência racial. Não podemos desconsiderar todo o processo, com requintes de crueldade, que foi desenvolvido em terras brasileiras pelos europeus e seus descendentes, e que durante o desenvolvimento desse processo apropriou-se dos espaços de poder e tratou de garantir mecanismos, inclusive legais muitas vezes, de perpetuação de manutenção desses espaços de poder e dos seus privilégios. Portanto, a idéia de reparação é uma idéia que dialoga com a necessidade moral, ética e histórica do Estado brasileiro e da sociedade brasileira repararem uma dívida que, de antemão, já afirmamos que é impagável. Mas é necessário que esta dívida seja paga, é necessário que esse Estado e essa sociedade tenham ações que dialoguem com esse princípio da reparação. Então, primeiro, defendemos isso.

Um segundo ponto é de que precisamos reconhecer que não somos nós do movimento negro, não somos nós povo negro no Brasil que estamos racializando o debate no Brasil, que estamos racializando as ações do Estado no Brasil. É preciso recordarmos e termos a necessária atitude política de reconhecermos que o próprio fato de como se deu a fundação do Estado brasileiro já demonstrava quais as vinculações raciais desse Estado. O Estado brasileiro, historicamente, privilegiou os setores minoritários que, não por acaso, eram brancos, detentores das riquezas. E esse Estado produziu um conjunto de leis e mecanismos que do outro lado da ponta garantisse uma eficiente exclusão da população negra de qualquer tipo de serviço que viesse a dar sentido e significado à palavra cidadania no Brasil.

Nós não precisamos utilizar o resto da tarde para trabalharmos aqui os infinitos dados do IPEA, do IBGE, da ONU, das Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, das Assembleias Legislativas. Os dados já estão aí colocados. E nós precisamos fazer um debate muito tranqüilo e franco acerca dos contrários a esta proposta das cotas raciais. Primeiro, entendemos que as cotas raciais é um sistema que está contido num conjunto de políticas afirmativas. Se propõem, então, ações em relação ao ingresso na universidade, em relação à permanência, em relação ao ingresso ao mercado de trabalho e em relação à pós-graduação. As políticas afirmativas das universidades.

Logo, não podemos restringir, sob pena de estarmos sendo simplistas e irresponsáveis, as políticas afirmativas das universidades às cotas. É um

conjunto mais amplo. Segundo, entendemos que as cotas representam um remédio imediato e necessário para incidirmos sobre uma distorção, uma disparidade identificada no mundo acadêmico brasileiro. Não entendemos que as políticas afirmativas vão resolver o conjunto dos problemas que nós enfrentamos. Acreditamos inclusive, que esta falsa dicotomia entre políticas universalistas e políticas cotistas, políticas específicas, não contribuem em nada. É um debate de quem não quer enfrentar o racismo de frente. Na medida em que a luta pela escola pública de qualidade era uma luta permanente, era uma luta que nos inspira a cada dia. Agora, esta luta não garante que as distorções raciais, largamente identificadas por esses dados que por mim já foram citados dessas instituições, sejam tratadas. Nós iríamos manter os mais excluídos na condição de mais excluídos.

Então a gente precisa entender algumas motivações que se colocam contrárias às políticas afirmativas. E nós não podemos esquecer que no Brasil qual foi e qual é o papel dos colonizadores e dos colonizadores descendentes. Não podemos esquecer que o espaço acadêmico, por vezes ocupados por negrólogos, que sempre se acostumaram a nos ver em um lugar do objeto, aqueles que deveriam ser pesquisados e estudados para, mais tarde, à vasta exposição do nosso *modus operandi*, dos nossos aspectos culturais, estes hoje sentem-se ameaçados, porque sabem que a implementação das políticas afirmativas vai criar nas universidades um novo cenário onde apenas não teremos negrólogos, não teremos os, de sempre, pesquisadores brancos sobre a nossa história, que terão que dividir os Departamentos de História, de Antropologia, de Filosofia, Sociologia, Economia, Direito, Medicina, Comunicação com negros e negras. [palmas] O grande problema é que sairemos da condição de objeto. Seremos sujeitos e sujeitas. Falaremos com a nossa própria boca. Não podemos desconsiderar que ser branco no Brasil é um lugar de poder. Porque vários são os episódios em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, aqui em Brasília, que a fala de um branco diante de um policial acusando um negro de assalto, sem qualquer tipo de evidência ou comprovação cabal, é o bastante para a polícia nos exterminar. [palmas] Não podemos acreditar de que a idéia de que a sociedade brasileira não é racializada é séria. Acreditamos que essa idéia é apresentada porque atendo entendemos que estas minorias precisam manter seus privilégios. E essa situação é insuportável, porque muitos antropólogos brancos, muitas sociólogas vão ter que ficar desempregadas. Porque seus objetos de estudo já não mais estão dispostos a serem os observados e as observadas.

Eu quero recuperar a fala do início do meu pronunciamento. Eu falo do lugar de movimento negro. Eu, como movimento negro, entendo o papel histórico que os capatazes cumpriram, entendo o papel histórico que os feitores cumpriram, entendo o papel histórico que os traidores da luta negra cumpriram. Por que eu teria que perguntar aos meus irmãos, porque, em que pese todo o equívoco dos meus irmãos do Movimento Negro Socialista, e eu estou aqui fraternalmente me colocando na condição de irmão, porque eu acredito que até entre vocês nós vamos vencer o racismo e trazer vocês para o lado de cá, por que é que a Rede Globo, a Folha de São Paulo e O Globo não entrevistaram o Movimento Negro Socialista por ocasião das marchas que ocorreram a Brasília? [palmas]

Por que é que o Movimento Negro Socialista nunca esteve na cena do debate racial no Brasil para contribuir com a nossa luta? Eu não estou falando de um movimento negro brasileiro onde não existem divergências. As divergências são centrais, conceituais inclusive, de método. Divergimos sobre vários aspectos, mas temos uma premissa básica, somos de movimento negro. Não somos e não estamos a serviço de siglas de aluguel para garantir que o branco diga para a gente "Você está vendo que até entre eles tem divisão?" Esse papel não nos cabe. E eu quero submeter os meus irmãos e irmãs do Movimento Negro Socialista a alma reflexão. Por que é que somente agora, diante desta realidade de Rede Globo de Televisão e outros canais, outras redes nacionais dão especial destaque na sua programação às posições de vocês? Por que é que os socialistas desse movimento não foram consultados quando o Governo aprovou a Reforma da Previdência? E vocês, eu acredito que como socialistas, por princípio deveriam ser contrários àquela posição, e não tiveram visibilidade alguma. É a tal da ascensão garantida pelo senhor de engenho. E esta não podemos aceitar.

Então a nossa defesa pelas cotas, eu volto a dizer, as cotas representam uma ação tática e imediata. Porque não podemos esperar a Reforma da Educação. É muito tempo. Vamos garantir o ingresso da comunidade negra nas universidades e durante o processo a gente discute as distorções, durante o processo a gente aprimora o modelo, durante o processo a gente reconhece os problemas. Até porque, durante o processo nós já estamos tendo os dados da UFBA lá na Bahia, que afirmam o excelente desempenho que os estudantes cotistas apresentaram agora no seu primeiro ano de estudantes universitários.

Nós não podemos esquecer, acreditar que essas políticas representam um privilégio, é um equívoco histórico. Porque, privilegiados foram os italianos e ale-

mães quando para cá vieram financiados pelo Império do Brasil. Ali foi privilégio. [palmas] Ali eles tiveram a garantia do transporte, dos insumos, dos instrumentos de trabalho, da terra. O que garante hoje que as redes nacionais de televisão, eu espero inclusive que elas estejam aqui presentes, as redes nacionais de televisão, num momento de copa do mundo, é possível entrevistar colônias de alemães, de poloneses, de eslavos, todos aqui no Sul do Brasil e todo mundo estruturado. O seu núcleo familiar foi mantido, sua estrutura social foi garantida. Nós, fomos dilacerados lá, antes de chegarmos no navio negreiro. [palmas] E isso não invencionismo, e isso não é subjetividade acadêmica. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Faço um apelo à conclusão.

**SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA** – Então, para concluir, Senador, eu gostaria dizer: Nós do Movimento Negro Unificado, que defendemos um novo conceito de Nação, que dê conta das inúmeras identidades nacionais que nós temos aqui nesse território, nós do Movimento Negro Unificado, que defendemos um outro modelo de Estado, estamos dizendo que as cotas representam uma ação imediata necessária para atuarmos sobre um problema que é insuportável, óbvio, insuportável para quem enfrenta no seu dia-a-dia os problemas que o povo negro enfrenta e sabe que não é possível afirmar que as relações raciais no Brasil são cordiais. Perguntem à periferia o que elas acham da polícia armada e o tratamento que a juventude negra vem recebendo diariamente, o que comprova o extermínio da nossa população negra. E eu não conheço um branco pobre que foi exterminado pela PM na periferia de Salvador. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Eu quero me dirigir ao Plenário, todos vocês sabem que eu sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, projeto original, está na terceira versão. Mas, como Presidente aqui desta Sessão, eu não estou aqui como autor do Estatuto da Igualdade Racial. Eu vou manter uma posição de muito equilíbrio, podem todos ter certeza absoluta.

Então, eu vou lembrar ao Plenário, e eu combinei no início, manifestação no fim da fala do nosso convidado. Então, eu peço que a gente mantenha essa linha de conduta. Se quiserem manter o silêncio, é legítimo. Mas nós não vamos, em hipótese nenhuma, permitir uma vaia contra ninguém e palmas somente na fala. E isso é para o bom debate. Quero que todos me entendam, e nós vamos agora passar a palavra ao José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista. Ele disporá exatamente de 16 minutos, como foi as-

segurado para o orador que ora concluiu. José Carlos Miranda com a palavra.

**SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA** – Boa tarde a todos, um agradecimento especial ao Senador Paulo Paim, que teve origem política na CUT, metalúrgico como eu, fundador da CUT, e que eu tenho o maior apreço, como outros Parlamentares que aqui estão e que têm uma história de combate neste País que tem que ser respeitada. E esse, na minha opinião, que eu aprendi na minha vida, é a primeira coisa, respeitar as pessoas que dedicam uma parte de sua vida e que não são remuneradas para isso, que são os militantes. Se temos ou não divergência com eles, a história, o tempo, a discussão, os argumentos vão fazer. Essa é a origem da democracia e é o respeito para cada ser humano e para cada pensamento. E eu gostaria de agradecer a todos, e ao Senador em especial, aos Parlamentares que estão aqui de ter a oportunidade de fazer essa discussão.

Mas depois de ouvir o irmão Marcos, eu tenho que pedir desculpas aqui para o meu amigo Roque, fundador da CUT e do PT, fundador do MLU, ferroviário, que é fundador do MNS. Companheiro Ferreirinha, irmão do saudoso Ferreirinha do Rio de Janeiro, operário de uma fábrica ocupada há quatro anos, fermenteiro, fundador do nosso Movimento Negro de Santa Catarina, que está aqui. Companheiro Almir, Jornalista de Macaé, do Movimento Negro Macaense, respeitado, ex-militante do MNU. Porque aqui vamos começar a discussão.

Eu quero pedir desculpas para vocês que vieram aqui hoje para ajudar a colocar luz na discussão, Senador, pessoal da Mesa, colocar luz na discussão. Eu sei a atitude que eu fiz, porque eu milito num movimento popular e sindical desde 1980, e eu sei a atitude que eu tive quando eu assinei a carta e eu conheço a maioria das pessoas que assinaram aquela carta. Mas os perigos, de fazendo a discussão, que se colocam no Estatuto da Igualdade Racial, eu não podia deixar de me eximir da responsabilidade de fazer essa discussão. Com os meus irmãos, e lá na periferia, onde eu sempre morei e onde eu sempre moro. E pode ter certeza, Marcos, Caetano Veloso, que é signatário da nossa carta já nos ensinou, “aqui no Brasil branco pobre é negro”, e pode ter certeza que nas periferias e nas favelas deste Brasil tem um ponto de irmão nosso branco, pobre, assassinado pela polícia ou pelos esquadrões da morte. Pode ter certeza. E aqueles que estão nos ouvindo na TV, e aqueles que amassam barro na periferia sabem disso. Mas nós negros e afro-descendentes somos a maioria dessa base. Então nós somos reprimidos mais violentamente e eu tenho consciência disso.

Eu tenho que dizer, porque alguns podem estar espantados, infelizmente, por condição da vida, e por a gente, militantes de dezenas de anos do movimento negro, do movimento social, do movimento popular se articular e constituir o movimento. O comitê por um Movimento Negro Socialista. Porque, na nossa opinião de lutadores pela igualdade de todos e contra o racismo, o mundo não é feito de negros, brancos, japoneses, mulheres, crianças. O mundo, para nós, nesse sistema que cria e perpetua a desigualdade, é constituído de explorados e exploradores. [palmas] E a unidade que nós queremos é de todos os oprimidos, para exigir todos os direitos para todos igualmente.

E eu quero dizer aqui, Senador, demais Parlamentares, as cotas não resolvem o problema. Por que é que eu digo que não resolvem? Primeiro, nós começamos a construir, a arrumar pelo telhado. Porque 2% da população, um milhão e trezentos e alguma coisa, porque eu não sou da academia, eu sou um militante do movimento sindical e do movimento popular, mas um número assim é pouquíssima gente, que é o que tem acesso à universidade. E há uma semana atrás, uma pesquisa da Folha de São Paulo, que depois repercutiu em vários órgãos de imprensa, e ninguém... Que 23% dos alunos do ensino médio no Estado de São Paulo são reprovados. E é só ficar na porta de qualquer escola da periferia, ali não tem cota, ali é o povo brasileiro que, cá para nós, é mais misturado do que qualquer outra coisa. O que é que está precisando então? A minha opinião, e é aí que eu quero dizer, no País mais rico e poderoso do mundo, Estados Unidos da América, 30 anos de aplicação de ações afirmativas, qual o resultado concreto, palpável hoje? Alguns negros ascenderam, mas a maioria do povo negro não mudou de vida consideravelmente. Em 2004, que foi quando ouviu o desastre do furacão Catrina, o que as manchetes diziam? “A Tsunami Negra”. Bom, Condoleezza Rice, num posto elevado, importante. Não digo que isso é ruim, porque dá auto-estima você ver um negro vencedor. Bom, mas resolveu o problema da maioria do povo negro do País mais rico do mundo?

A África do Sul, que tem um Governo negro e que aplica ações afirmativas desde 1994, ainda hoje são os negros que ganham menos, ainda hoje são os negros que mais morrem de Aids. Eu quero colocar essas questões, porque eu, o meu bisavô era escravo, o meu pai era branco, a minha mãe é que traz a ascendência de negro e na minha casa são quatro irmãos, e eu tenho uma irmã que é mais branca que um monte de gente aqui, o que é que o pai de família vai dizer? Eu vou escolher entre nós qual vai ser, um é diferente do outro? Não, a minha irmã é menos negra que eu?

Bom, eu quero dizer o seguinte, eu tenho dado um exemplo prático, porque aí o povo da periferia, o trabalhador, o operário sabe. Em São Paulo tem dois bairros. Tem o bairro de Moema, que todos devem saber, é um bairro que tem toda a infra-estrutura, que é onde a maioria dos moradores são brancos, e tem o bairro de Perus. Com cotas, objetivamente, se tudo der certo, o que vai acontecer com Perus e com Moema? Possivelmente, alguns negros, com o sucesso das cotas, poucos, 28 mil em mais de 90 milhões, é a proporção das cotas, poucos vão morar em Moema, e a maioria vai continuar morando em Perus, e o bairro de Perus, que é um bairro carente, vai continuar tendo carência, falta de tudo. Não está resolvido.

Ah, uns ou outros podem dizer “é tudo ou nada”. Não, não é “tudo ou nada”. Existe um Projeto aqui, que já está engavetado faz um tempo, que torna obrigatório o ensino médio. Olha, torna obrigatório o ensino médio. Porque quando tornou obrigatório o ensino fundamental, elevou-se o nível. Agora a gente descobriu que lá na escola na base está ruim. Ninguém sabe direito, está tendo aprovação automática. Aonde está o problema? Aí que eu quero discutir. Porque vocês de cotas, que defendem as cotas, em nenhum debate que fui, propõem que se aumente o investimento no serviço público. Vamos fazer essa discussão. Por que é que a gente não pode fazer um plano ousado? Não é tudo ou nada, mas um plano ousado para equiparar as escolas das periferias com as escolas privadas. Um plano. Um ano pode ser 1%, 2%. Podemos fazer um plano de 10 anos. Eu tenho certeza, porque nós negros não somos retardados, não somos nem menos nem mais, se a gente tiver chance, nós vamos subir.

Me perdoem a paixão, mas eu tenho certeza disso, porque quando o negro foi para a frente, se tornou igual e competiu de igual para igual, e eu ouvi a Ministra falar aqui hoje de manhã, quando ela teve oportunidade, quando ela teve a chance, quando ela conseguiu pagar um cursinho particular. E por que conseguiu isso? Porque tem um monte de famílias de trabalhadores hoje, porque a gente está falando das cotas, porque é uma preocupação, tem um monte de famílias de trabalhadores, três, quatro, que juntam o dinheiro daquela família para escolher um para vingar, um filho, para ele, quem sabe, para dar um cursinho, pagar até uma escola particular, para ele vingar. Nós temos que querer tudo. Mas nós não vamos ter tudo agora. Eu tenho clareza disso. Eu sou socialista, eu quero uma sociedade igualitária, justa para todos, eu luto pela abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção. E por isso eu quero ter o meu irmão branco pobre do meu lado. Junto. Até o fim. E eu tenho que apoiar, Senador, Parlamentares, todos

presentes aqui, medidas que vão nesse sentido. E, ao que me parece, primeiro que cotas elas trocam seis por meia dúzia e ainda faz todo o resto brigar um com os outros. Por quê? Porque é um funil aonde não vão passar todos.

E, meus irmãos, da mesma maneira que eu ouvi com franqueza a crítica do Marcos, eu quero aqui fazer uma reflexão com vocês. Para mim, políticas de ações afirmativas de cotas, elas estão enganando muitos irmãos. Por quê? Porque ela está fazendo alguns negros ascenderem socialmente. Alguns negros conquistarem posições importantes na sociedade. E o que eu tenho visto, é o que diz a Condoleezza Rice, é o que aconteceu muito nos Estados Unidos, que esses negros acabam se integrando a esse sistema desigual, acabam sendo cooptados por esse sistema desigual e abandonando o povo negro pobre da periferia para lutar com igualdade com todos os irmãos brancos. Esse é o resultado nos Estados Unidos. Porque ainda hoje nos Estados Unidos, em cada dez jovens de 16 a 29 anos, um está preso, no País mais poderoso do mundo.

Temos que fazer essas reflexões. E nós não temos medo de fazer essas reflexões como não temos medo de fazer essa discussão de cara a cara com qualquer um. Porque Marcos, em 1998, quando o MNU ainda era contra as cotas, eu, como militante e hoje dirigente do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo fui e continuei sendo contra as cotas. Até hoje eu continuo acreditando que só a unidade de todos os trabalhadores, de todos os oprimidos pode mudar, pode conquistar, pode criar patamares para que a gente avance para uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Eu gostaria de colocar uma outra reflexão. Eu não acho que é uma bobeira, que é uma sandice a igualdade jurídica entre todos. Não acho. Do fundo do coração. Eu acho que é uma conquista para a humanidade, uma conquista da humanidade varrer os resquícios do feudalismo, como a grande revolução francesa, de que uns tinham sangue azul e outros não. Mas ela é formal. Ela é formal, porque nós vivemos num sistema que perpetua a desigualdade. Num sistema que gera o racismo. Porque, aqui no Brasil é o negro, mas o que aconteceu em Ruanda, com a criação de duas raças artificiais de negros pelo imperialismo belga? Ou o que aconteceu na Bósnia? Ou o que aconteceu em um monte de País aonde... Não só a questão do negro, mas religião etc, se ressaltou isso, se legalizou, se institucionalizou, se colocou na lei a diferença entre as pessoas, houve uma tragédia. Isso para não se falar das “Estrelas de David” na Alemanha.

Agora, quem vive na periferia, quem trabalha e luta, os trabalhadores de uma fábrica sabem que, por

exemplo, numa fábrica, e eu trabalhei muito tempo em fábrica, o salário é igual para trabalho igual. Por quê? Porque é uma conquista de todos os trabalhadores. Existe uma bandeira histórica do movimento sindical que é o contrato coletivo nacional de trabalho. Como é que nós vamos fazer com cotas? Vai ter cota? Como é que um pai de família vai escolher qual dos seus filhos, se o pai tem cinco filhos, ele tem que escolher qual o filho que vai entrar na universidade? Ele tem que escolher qual o filho que vai ter um emprego? Porque, no estatuto se propõe incentivo fiscal para as empresas que adotarem cotas. Eu vou dizer o seguinte. Conseguir alguns empregos em lojas do shopping ou em Banco resolve o problema, trocar um empregado branco por um empregado negro? Não resolve. Se o patrão não continuar explorando, não garantindo direitos, porque isso tem que ser uma luta de todos. Por fim, as cotas e as ações afirmativas, tais como estão propostas no seu essencial, apesar de que tem questões que nós podemos discutir, mas elas colocam uma linha de frente. Os trabalhadores brancos, negros, nordestinos, paulistas, cariocas, todos sabem muito bem, “tomam uma” junto, brigam junto, brincam junto, batem bola junto, e agora, na hora de procurar o emprego ou na hora de entrar na universidade vai ter que ser no funil das cotas?

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Peço para concluir nos mesmos 16 minutos.

**SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA** – Isso não vai ajudar o povo desse País a lutar pela igualdade. Por isso eu concluo que eu acho que nós temos que lutar pela igualdade e, lutando pela igualdade, nós vamos lutar contra o racismo e contra o sistema desigual que perpetua o racismo. Obrigada. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Passo a palavra nesse momento para o Frei David, Diretor da Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes, EDUCAFRO. 15 minutos.

**FREI DAVID SANTOS** – Então, retomando a fala inicial, o texto já foi impresso e distribuído com vocês e quero ler apenas duas frases, das várias frases muito boas, que a gente pode se enriquecer a partir do movimento socialista brasileiro. E, volto a dizer, para mim é uma riqueza muito grande o movimento socialista brasileiro começar a discutir a questão do negro. Vou ler duas frases. Os socialistas defendem que, em uma sociedade desigual, para que se diminuam as diferenças sociais, não bastaria a equidade, seria necessário tratar de forma desigual os desiguais. Acho que é de uma lucidez incrível, do movimento socialista. Outra frase que quero destacar, entre várias: “Ignorar

a condição oprimida específica da população negra, em nome de um programa comum de todos os trabalhadores contra o capital não vai construir a unidade da classe trabalhadora, mas sim a sua divisão”. Eu parabeno o movimento socialista por pérolas bonitas como esta, que estão sendo produzidas a partir do debate novo que está surgindo aí.

Entrando no slide direto, então. Missão de qualquer estatuto. Não é a de estabelecer privilégios, como os contrários, erroneamente, estão difundindo. Mas sim, assegurar direitos negados. Fica bem patente isso. Qualquer estatuto tem como missão assegurar direitos negados. O Estatuto da Igualdade Racial, setores da imprensa e da academia precisam explicar à sociedade porque só querem polemizar o Estatuto da Igualdade Racial e não se preocupam com os outros estatutos e reformas, dos Idosos, Criança e Adolescente, Reforma Tributária, Trabalhista, Previdência, ou em tramitação, Estatuto da Mulher, do Indígena. São todos estatutos que definem direitos. Contra um grupo de opressores de uma certa etnia e de uma certa realidade de domínio. Afinal, os eurodescendentes já tiveram seu estatuto, quando estavam em situação de miséria e foram socorridos pelo Brasil. O Brasil doou aos colonos europeus, emigrantes, grandes lotes de terras, já demarcados, além de subsídios em dinheiro, em instrumentos de trabalho e animais domésticos. Os parentes de quase todos os contrários foram beneficiados com aquele estatuto, cujo nome era “Lei dos Imigrantes”. Foi uma política eficiente que determinou a mobilidade social dos eurodescendentes que estão no Brasil é somente isso que nós negros e negras queremos. Mobilidade social.

O que dizem os contrários ao estatuto? Sete erros e muitos equívocos. Primeiro erro: Todos somos iguais perante a lei. Na área tributária, a alíquota para os mais ricos é maior. Todos compreendem como uma atitude justa. Esta mesma compreensão deve prevalecer na relação pluriétnica. O Jurista Fábio Conde Comparato assinala que a igualdade deve ser material, além de formal. É de entendimento comum que as oportunidades são diferentes, inclusive entre o branco pobre e o negro pobre. Ignorar isso aí ou é maldade ou outra coisa. Tratar da mesma forma os desiguais acentua as desigualdades. É importante, gente, com muita sinceridade, entender esse postulado. Tratar da mesma forma os desiguais acentua as desigualdades. É uma lição tão fácil de aprender.

Segundo erro: Ódio racial. As cotas e o estatuto irão justamente combater os desníveis sociais causadores de grandes conflitos. Portanto, citar Ruanda, Moçambique, eu gostaria de discutir melhor isso daí porque, com certeza, tem vários equívocos nessa fala.



Os cotistas convivem em harmonia nas 41 universidades e instituições superiores públicas que já adotaram cotas. E também nas 1380 instituições superiores e universidades particulares que já adotaram cotas. É bom vocês saberem, gente, é bom vocês saberem que os contra não mexeram uma linha contra o fato de que nós conquistamos cotas para negro e indígena em 1380 universidades particulares. Sabem porquê, gente? É fácil saber porquê, o Governo gasta com cada vaga em Medicina três milhões e oitocentos mil por mês. Dinheiro que vai para a classe média. Quando o pobre e o negro vai disputar essa vaga, os contra não querem. Porque é ali que se define o futuro da classe média brasileira. Nós queremos, sim, que um punhado de negros e pobres mudem o perfil da elite brasileira para mudar esse Brasil.

Terceiro erro: Classificação racial oficial dos cidadãos. Gente, a classificação sempre existiu em vários momentos da história do Brasil e já começando com a escravidão e só serviu para excluir um determinado grupo, que somos nós negros. Olhando agora recentemente a realidade do Exército, a composição da cúpula da Marinha, da Aeronáutica, por que os negros não têm vez nesses órgãos públicos? Por que é que não somos promovidos, ou uma parcela? Já tem uma parcela pequena? Já tem. Mas não é o suficiente. É bom vocês saberem que a Lei 73/99 garantia também cotas no Instituto Superior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o movimento contrário arrancou de nós essa vitória. Essa vitória está aqui, atravessada na minha garganta, vamos ter que lutar para reconquistar as cotas no Instituto Superior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Questão de honra para nós negros e negras. A auto-declaração veio justamente fazer o contrário. Incluir. Criará instrumentos dando ao Estado autoridade para exercer sua função de proteger os prejudicados pelo convívio desigual nas universidades, no mercado de trabalho etc.

Quarto erro: Criará o racismo. Não se cria o que já existe. Vide IBGE 2004. Brancos ganham 105% a mais do que negros. E para vocês terem isso com mais firmeza, eu trouxe aqui o jornal Folha, foi a matéria número um do jornal Folha. Está aqui: "Brancos ganham 105% a mais do que negros". E eu tenho certeza que o movimento socialista vai nos ajudar a mudar essa realidade. O estatuto será um instrumento para combater o racismo, que silenciosamente corrói o bom convívio entre os brasileiros. Neste caso, a iniciativa privada está saindo na frente do Estado, vide reunião realizada pelas 500 maiores empresas particulares do Brasil, só para discutir por que a exclusão do negro é grande entre eles. Vide também o BANCO ITAÚ. É bom saberem que o BANCO ITAÚ, em 2003, no Brasil intei-

ro, entre os milhares contratados, só havia contratado 156 negros e negras. Com a pressão da comunidade negra, ocupando inclusive agências do Banco, agora chegou o extrato do BANCO ITAÚ em nossa mão. O BANCO ITAÚ nos comunica que em 2005 contratou no Brasil 2560 afro-brasileiros. Portanto, gente, a iniciativa privada está passando na frente do Estado, que é quem deveria nos dar garantia de qualidade de vida e igualdade. Portanto, o Estado está muito atrasado, quando discute somente agora o estatuto e a lei das cotas.

Quinto erro: O certo seria investir em educação de base ao invés de cotas. Uma coisa, gente, não é contra a outra. Eu não sei porque os contra insistem nessa idéia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. As duas coisas se completam. As cotas são complementares às políticas universais. Elas vêm corrigir os erros causados por essas políticas justamente. Segundo o IPEA, desde 1929 até hoje, todas as políticas universais implantadas no Brasil não mudaram em um dígito o desnível entre brancos e negros. Gente, por favor, ouçam, o pessoal do contra, entenda isso, pelo menos, leiam o IPEA, por favor. E aí, um dos vários momentos de luta da comunidade negra no Brasil é em prol de mudança, de direitos iguais e de igualdade.

Sexto erro: Fere a meritocracia. Diminuição da qualidade acadêmica. Porque eu nunca vi até hoje nenhum debate, os contras apresentar um único resultado das várias universidades que já têm cotas, que já têm pesquisas. Não apresentam. Ou não gostam de ler coisas boas, ou pesquisas das universidades que adotaram cotas provam que os cotistas estão tendo desempenho igual ou melhor aos que entraram pelo sistema tradicional de vestibular, que é injusto, desonesto. Eu teria vergonha de ser Professor em uma universidade que tenha vestibular tradicional. Porque é um dos [inaudível] mais desonesto que há no Brasil, e eu espero ter a oportunidade de provar para vocês em algum momento. Exemplo: A famosa e querida Universidade Federal da Bahia. Dos 57 cursos, os cotistas tiveram médias melhores do que os não cotistas em 32 cursos, isto após um ano, tendo mesmo Professor, mesma sala de aula, acesso à mesma biblioteca, a todos os direitos. O negro está dando show, provando que ele tem capacidade e foi negado pelo sistema excludente. Medicina, por exemplo, não cotistas 84,6% deles atingiram a qualidade acadêmica. Já os cotistas, 93,6. Um outro curso muito disputado lá na Federal da Bahia, Comunicação Social. Não cotistas, 88,9 atingiu qualidade acadêmica. Os cotistas, para quem peço uma salva de palmas, 100%. [palmas]

Sétimo erro: Fere a autonomia das universidades. Nós movimento negro defendemos com garra a

autonomia universitária em todos os campos. Menos autonomia para excluir, como fizeram até agora. Não admitimos isto. [palmas] Deram as costas para os pobres e para os negros, e estavam apenas alimentando, como disse o Governador de São Paulo, uma elite branca e perversa, insensível com os direitos dos negros e indígenas. Outro momento de luta da comunidade negra pelo Brasil afora em prol de momentos melhores. O Brasil quer reparação. A política de cotas só para negros conta com o apoio de 65% da população brasileira, segundo pesquisa do Datafolha, de julho de 2006. E vocês devem ter recebido, todos vocês, um documento que distribuimos com vocês, da nossa pesquisadora Vânia Santana, negra, guerreira, onde ela faz um estudo dessa pesquisa, e mostra para vocês o que os jornais e a TV Globo não quis mostrar.

Então, por favor, não deixem de ler essa pesquisa, principalmente o meu irmão, Senador Cristovam Buarque, Suplicy, essa pesquisa vocês têm que ler, essa leitura da pesquisa, porque revela coisas incríveis, entre elas a grande surpresa: Os eleitores do Alckmin, da Heloísa Helena, de Lula etc, todos eles, em grande maioria, aprovam as cotas para negro. E isto a televisão não falou, os jornais não falaram. “Datafolha revela: 87% do povo brasileiro quer cotas para negros e todos os demais excluídos”. Gente, é importante esse enfoque, porque alguns estão lendo de maneira desonesta, “87 querem cota para pobre e não para negro”, e não é verdade, não é por aí que foi feito o enfoque da pesquisa. O povo entendeu que foi a luta dos negros que conquistou cotas para os demais excluídos, gente, é importante dizer isso aqui, nenhum grupo estava lutando pela inclusão de branco pobre antes. Nenhum grupo estava brigando por isto. Estavam dando as costas para os brancos pobres. Agora, que o negro está colocando com garra os “pingos nos is”, que bom, venham sim, mas nos ajudem em vez de serem contra nós.

Desmistificação das cotas. A Fundação Perseu Abramo, em 95, perguntou à população se aprovava a política de cotas, e o percentual foi de 48%. Agora, o Datafolha mostra 65%. É bom lembrar que nesta mesma sala aqui, nesta mesma Casa, em 21/03/2006, em um seminário realizado por esta Casa, o Senado e as Legislativas(F), falamos aqui, prevíamos que os favoráveis às cotas estariam mais ou menos em 68%. E agora temos a pesquisa provando que nós não estávamos falando nenhuma invenção, como alguém me falou depois do debate.

Sétimo erro: Da proposta de inclusão na...

Um erro que também queremos deixar bem evidenciado, porque eu estou vendo algumas pessoas boas e capazes aplaudindo a UNICAMP e a USP, e eu

falo um apelo a vocês. Revejam e aprofundem, porque tem armadilhas ali montadas. Na proposta de inclusão da UNICAMP e na proposta de inclusão da USP tem armadilhas. Estudem, para vocês não caírem nesse erro também. Há no mínimo cinco redes públicas paralelas de ensino médio no Brasil. Escolas técnicas federais, escolas técnicas estaduais, escolas públicas dos centros das cidades e escolas públicas das cidades do interior. Escolas públicas abandonadas, que é o quinto item, aqui estão cursando as grandes vítimas do ensino do Brasil, os afro-brasileiros. E é bom lembrar, e aqui está uma das armadilhas que a USP e a UNICAMP estão montando contra nós. Em média, 37% dos alunos da rede pública do Brasil são da classe média e brancos. Portanto, os alunos que estão entrando na USP com pontuação não são negros, são brancos de classe média. Atenção, avaliem. Avaliem, porque eu estou vendo alguns, gente boa, defendendo USP e UNICAMP, e isso é um erro grave.

O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento necessário para a saúde e harmonia pluriétnica do Brasil. Gente, saúde e harmonia pluriétnica do Brasil. Não dá para permitirmos que o IBGE continue a pesquisar e divulgar manchetes como a da Folha de São Paulo, que mostrei agora mesmo, “Branços ganham 105 a mais do que os negros”. [soa a campainha]

E nesta linha, fechando, quero mostrar para vocês pesquisa que a Universidade do norte fluminense me enviou, mostrando que os não cotistas, classe média, abandona as vagas da universidade duas vezes mais do que os negros cotistas.

Bom, e concluir também e mostrar para vocês que foram feitas pesquisas em cinco universidades com Professores que dão aula para cotistas. E o resultado foi fantástico. Os Professores que dão aula para cotistas aprovam as cotas e aprovam o desempenho dos alunos. Os Professores que não dão aula, por desconhecimento e preconceito, têm uma postura um pouco ainda reticente. Mas os Professores que dão aula para cotistas, 73,7% aprovam cotas para negros nas universidades. Valeu, obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Frei David ficou exatamente no tempo que dei a ele. Nesse momento, a gente desfaz essa Mesa e já convidamos, para que tenham, as perguntas serão em seguida, nós vamos já, de imediato, desfazer essa Mesa, e convidar a Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Yvonne Maggi, para que venha à Mesa. Essa Mesa é desfeita. Convidamos—

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – [inaudível] que a primeira fila seja liberada para Parlamentares e para convidados da Mesa.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Nós lembramos que a primeira fila é para Senadores, Deputados e painelistas. Convidamos também o Sr. Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho. Convidamos também o Sr. Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos – CUT, Conselheiro da Comunidade Negra Bauru-SP, Roque Ferreira. Vocês podem ir sentando porque daí eles adaptam a... Convidamos também o Sr. Carlos Alberto Medeiros, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF)

– Senador, eu queria falar. Pode ser?

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Eu gostaria de registrar a presença entre nós do Senador Cristovam, candidato à Presidência da República pelo PDT, que veio prestigiar este evento, e aí eu peço para o Senador Cristovam uma salva de palmas, [palmas] que veio prestigiar este evento, ex-Ministro da Educação e está aqui conosco.

Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, que pede, pela ordem, e também o Deputado José Alberto, pela ordem, eu quero só lembrar ao Plenário que nós tínhamos combinado na abertura que falaríamos os quatro painelistas, dois a favor e dois contra, não é nem contra, eu tenho me referido a manifesto um e manifesto dois, e nesse momento haveria o mesmo procedimento e, em seguida, abriríamos a palavra aos Senadores e aos Deputados. Mas, pela ordem, Senador Cristovam.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF)

– Senador Paim, eu, lamentavelmente, por uma quantidade de afazeres não só do esforço concentrado, mas também da campanha em que eu estou envolvido, não vou poder ficar todo o tempo. Mas eu consideraria um absurdo--

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Eu quero consultar a Mesa se eles, entendemos que nós podemos abrir um precedente para que o Senador Cristovam pudesse dar a sua opinião nesse momento, e ele vai ter que se retirar, porque é candidato à Presidência da República. A Mesa concorda? Então, Senador Cristovam dará a sua opinião antes de a Mesa se pronunciar.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF)

– Eu não posso imaginar não participar de um evento como esse, pela sua importância e minha posição clara, desde sempre, em relação ao assunto. Posição que muitas vezes não é compreendida por uma parte considerável da opinião pública, e por muitos eleitores. Mas eu tenho uma posição firme. Posição firme, desde sempre, da necessidade do Brasil instaurar o sistema

de cotas para negros. E quero aqui afirmar isso. E dizer meus argumentos que, às vezes, vão além dos que foram usados aqui em defesa e no resgate da raça negra. Eu vou mais longe. Além disso, eu acho que é o resgate da dignidade adiada do povo brasileiro em geral. Eu não vejo a questão das cotas porque beneficia alguns negros, nem mesmo a raça negra, se fosse ela por inteiro, o que não é. Eu vejo mais. É uma vergonha um País com a cor do Brasil, do povo brasileiro, ter uma elite com a cor da elite européia. Eu creio que o fato de termos cota para negro nas universidades, não vai beneficiar a população pobre, vai beneficiar a população que termina o ensino médio. A população pobre do Brasil ela não termina a quarta série. Raros, a oitava. Quase nenhum, o ensino médio. E desses, os que terminam é sem qualidade e não podem pagar um cursinho. Os jovens negros que vão se beneficiar terminarão o ensino médio e terão feito cursinho, provavelmente. O que se trata é da dignidade da representação do povo brasileiro na sua elite.

O Presidente Mandela, quando assumiu a Presidência, decretou de uma vez “Metade dos Embaixadores serão negros”. Não havia um único, obviamente, Embaixador negro durante o **apartheid**. Imagine, se ele não tivesse feito isso. Ia continuar a África do Sul com todos os seus Embaixadores brancos, o que acontece com o Brasil? Ele decretou: “Metade é negro”. Alguns dizem que caiu a qualidade. Ainda que tenha caído a qualidade do ponto de vista técnico, aumentou a qualidade do ponto de vista da dignidade do povo sul-africano. E a dignidade é mais importante do que a técnica. Mas, no caso do Brasil, está mostrado aqui, não cai a técnica, tecnicamente.

Alguns de vocês já perguntou a um Médico em que lugar ele passou no vestibular? Eu nunca perguntei a um Médico meu em que lugar ele passou no vestibular. Não tem nada que ver em que lugar você passou no vestibular e qual é a sua qualificação técnica ao longo da sua vida profissional. Não tem. É possível que um ou outro primeiro lugar continue para sempre, mas é muito mais provável que não seja assim. Aliás, fala aqui um “Passei nos primeiros lugares da Escola de Engenharia e me formei como um medíocre Engenheiro, porque eu já não queria mais ser Engenheiro, e eu mudei de profissão”. Não tem nada a ver com a qualificação no vestibular. Ninguém vai entrar em cotas sem passar no vestibular. É apenas uma questão de classificação. Que diferença faz? Não faz.

Agora, o fundamental é que a gente deixe patente que não basta cota para negros na universidade. A gente precisa é de uma cota de 100% de todos os brasileiros terminando o ensino médio. Enquanto isso não acontecer, a cota para negro, eu defendo,

sou favorável e sempre fui, mas é absolutamente insuficiente do ponto de vista da justiça social. É uma questão de dignidade do povo brasileiro ter a sua elite com a cor da cara do seu povo, que é de branco, de negros, de indígenas, de mulatos. Hoje não tem. Hoje a elite é branca. Eu sou pernambucano, um lugar de negros. A primeira vez que fui a um Médico eu já tinha 60 anos e estava em Angola. E não vou negar, quando eu vi o Médico na minha frente, eu disse “Caramba, o Médico é negro!” E não foi por preconceito nenhum, é porque não tem Médicos negros. É preciso ter, para mudar a elite.

Então, eu sou francamente favorável, vim aqui manifestar isso, não importa o custo que eu tenha disso do ponto de vista eleitoral, porque aqueles 68% é o pessoal mais pobre, se você pegar a elite brasileira não está a favor das cotas, se você discriminar a porcentagem vai ver que há uma desigualdade muito grande no apoio às cotas entre as massas e a elite. E essas massas a gente sabe que vão votar por outras razões e não exatamente pelas posições que eu tenho em relação às cotas. Mas eu não queria deixar de manifestar isso. Era isso que eu tinha para dizer.

É um tema tão sério que eu não gostaria de fazer uma brincadeira. Mas não posso, Frei Davi, deixar de fazer. É que quando o senhor citou aqui os candidatos, o senhor disse “Heloísa, Lula, Alckmin etc”. Eu vou pedir cota para candidatos. [risos] Por favor, da próxima vez, me inclua entre os candidatos. Mas, para não terminar com uma brincadeira numa coisa tão séria--

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Mas a Presidência resgatou aqui. Quando anunciou V.Ex<sup>a</sup>., anunciou-o como candidato a Presidente pelo PDT e pediu uma salva de palmas ainda. [risos]

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – É verdade. Mas eu quero menos palmas e mais votos, Presidente [risos]. Meu futuro não se mede em decibéis [risos]. Mas eu quero não terminar com brincadeira, porque esse é um assunto sério, da maior seriedade, esse assunto merece toda a concentração, até duvidei, Frei David, em fazer essa brincadeira, eu quero dizer que o Brasil precisa fazer com que a cara da sua elite tenha a cor da cara do seu povo. Hoje não tem. Só vai ter quando fizermos a revolução educacional, que leve todos os meninos e meninas a terminarem o ensino médio com qualidade. Mas isso vai levar uns 20 anos, 25 anos se a gente começar agora. Porque é o tempo deles crescerem. Não vai começar para os que já estão no segundo grau. Essa revolução, de fato, só vai tocar nos que tiverem entrando agora no ensino fundamental. E nesses 20, 25 anos não dá para continuar com essa situação de que lá fora o Brasil é branco, por aqueles

que nos representam em todas as profissões, salvo o futebol, porque é desde pequenininhos que jogam bola, mas não é desde pequenininho que os pobres entram na escola. A bola é igual. Computador, nem existe para outros.

Então, Presidente, que fique aqui minha posição clara e meu apoio a este evento, este encontro, porque eu acho importante o debate, apesar de eu ter muita clareza sobre o assunto, não acredito que isso deva ser imposto sem um grande debate, para evitar problemas futuros, mas que minha posição fique clara hoje, como sempre, nos últimos talvez 10 anos, desde que esse assunto começou. E eu sou orgulhoso de ser da UnB, uma das universidades que tem dado prova de entender esse programa. Por isso, cumprimento meu grande amigo e colega, e digo, Presidente, parabéns por ter organizado esse evento, lamento não ficar aqui, mas eu tenho que sair daqui para lutar por outras coisas, inclusive cotas. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Conforme combinado na abertura desta Audiência Pública, e já acertado aqui na Mesa, com a maior tranqüilidade, vai fazer uso da palavra nesse momento o Dr. Carlos Alberto Medeiros, doutorando em Ciências Sociais pela universidade do Rio de Janeiro. Em seguida, vai falar a Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr<sup>a</sup>. Yvonne Maggi. Após, em terceiro, o Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho. E conclui o Sr. Roque Ferreira, Coordenador Nacional Federação dos Trabalhadores. Carlos Alberto, com a palavra.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – Sr. Presidente, Paulo Paim...

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Pois não, pela ordem, Senador... [risos] Deputado. Quem sabe, Senador, depois.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – No futuro [risos].

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Não podemos continuar com só um negro aqui no Senado.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – Com certeza. Também não pode diminuir na Câmara. [risos]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Então tem que aumentar lá e aqui [risos].

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – [risos] Mas Presidente, só uma questão de solicitar a V.Ex<sup>a</sup>. que, em mantendo o princípio do contraditório, vamos dizer assim, por não achar outra palavra aqui, terminou a última Mesa a falando uma pessoa favorável, ou seja, o manifesto dois, como V.Ex<sup>a</sup>. denomina. Então

eu gostaria de solicitar que mantivesse, ou seja, nessa Mesa então iniciaria por uma posição contrária, ou pelo manifesto um.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Eu estou entendendo, Sr. Carlos Alberto. A gente fez duas Mesas, a gente combinou antes. O último a falar da primeira Mesa, na segunda Mesa seria o do manifesto um o último a falar. Foi isso o combinado. E eu vou ter que manter essa coerência, porque foi combinado. O último a falar na primeira Mesa foi aqueles que têm a posição do manifesto dois. O último a falar na segunda Mesa é aquele que tem a posição do manifesto um. Mas não se preocupe que eu vou abrir um espaço depois para inclusive perguntas entre os debatedores. Nós vamos aproveitar ao máximo aqui. Todos terão direito. Nós queremos fazer um bom debate aqui. Há pergunta e há resposta, no mínimo uma pergunta entre aqueles que se manifestaram aqui. E naturalmente os Deputados e Senadores terão tempo para expor o seu ponto de vista sobre o tema. É que foi combinado na abertura. Mas eu até entendo a posição de V.Ex<sup>a</sup>.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO** (PT – BA) – Foi só uma preocupação, Senador.

**SENADOR EDUARDO SUPLYCY** (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu apenas quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de realizar este debate. Os presentes conhecem que eu votei favoravelmente tanto ao projeto de cotas como ao Estatuto da Igualdade Racial quando das votações aqui nesses últimos anos e mantenho minha posição, mas quero dizer que avalio como extremamente importante a oportunidade de nós estarmos ouvindo aqui os dois pontos de vista, estarmos ouvindo todos os argumentos. Eu infelizmente não terei condição de... Porque eu estou inscrito para falar daqui a instantes na Tribuna, então eu não poderei ouvir toda esta Mesa agora, mas expressei os meus cumprimentos e com certeza estarei estudando com atenção tudo que for dito aqui durante todo este seminário. Meus parabéns.

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Passamos de imediato a palavra ao Dr. Carlos Alberto Medeiros. 15 minutos.

**SR. CARLOS ALBERTO MEDEIROS** – Boa tarde. É um prazer grande estar aqui participando deste evento, cumprimento a Mesa, cumprimento os Senadores, Parlamentares em geral, o público.

Trata-se de um momento ímpar da sociedade brasileira. Um momento em que o Brasil tem a chance, pela primeira vez, depois de muito tempo, depois da abolição da escravidão, o Brasil tem a chance de enfrentar um problema que é fundamental na sociedade

brasileira, que é o problema do racismo e da desigualdade racial. A divulgação dos dois abaixo-assinados produzidos nas últimas semanas, um contra e outro a favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, revelou que existe uma divisão profunda na sociedade brasileira, uma divisão diferente daquela que a imprensa, por meio de uma cobertura enviesada desse tema, tentou passar para a sociedade. Ou seja, de que havia, de um lado, militantes, políticos e funcionários do Governo, portanto, pessoas ideologicamente comprometidas, talvez desonestas, demagogas e, do outro lado, grandes especialistas sobre a questão racial, que esses eram contra. Ora, o que a divulgação dos manifestos mostrou é que existem especialistas de um lado e de outro. Na verdade, essa discussão é algo absolutamente novo para mim, em toda a minha vida eu nunca vi algo que dividisse da maneira que esse debate divide.

Ou seja, existem comunistas, socialistas, social-democratas, liberais, de um e de outro lado do debate, assim como existem Sociólogos, Antropólogos, Historiadores, Juristas, Economistas, Biólogos, para ficar naquelas disciplinas que têm se envolvido nesse debate. E antes então de entrar propriamente na minha fala, eu quero dizer que é quem está falando aqui é um negro. Eu não sou translúcido, eu não sou verde, eu não sou marciano. Eu sou um negro. O que é que significa ser um negro? Significa que eu sou uma pessoa que tem experiência direta da discriminação racial. A discriminação racial pode acontecer comigo, na saída desse evento, num contato com a polícia, ou amanhã, já passa de 4h, daqui a pouco, amanhã, na porta giratória de um Banco, por exemplo. Então, essa minha experiência direta com a discriminação racial tem uma influência profunda sobre a minha posição.

Alguém disse que esse debate não importa se você é negro ou branco. Isso não é verdade. Todas as pesquisas mostram que em todas as faixas, todos os segmentos da sociedade, em todas as faixas de escolaridade, em todas as faixas de renda, sempre existe um apoio maior entre os negros e uma rejeição maior entre os brancos. Mesmo naquelas faixas em que a maioria dos negros é contra, o percentual de brancos contra é maior. Por quê? As Ciências Sociais explicam. O lugar que o observador ocupa na sociedade condiciona fortemente, não determina, mas condiciona fortemente a visão que ele ou ela tem dessa mesma sociedade. Portanto, ser negro ou branco não é um assunto irrelevante para esse debate. Ele também é fundamental. Embora essas posições não sejam amarradas, mas para que se possa olhar a sociedade com os olhos dos outros, é preciso fazer um exercício, “calçar os chinéis do outro”. Eu, como homem, posso tentar enxergar a

sociedade pelos olhos da mulher, mas, para isso, eu tenho que fazer um exercício, eu tenho que me dispor, e isso é muito difícil, e do limite eu jamais conseguirei ter certas percepções que as mulheres têm, porque eu não vivo essa situação.

Bem, o debate então que tem se travado tem sido fundamentalmente entre dois grupos. No grupo contra, esse grupo normalmente se articula em torno de idéias tradicionais da sociedade brasileira, em torno do mito da nacionalidade brasileira, da identidade nacional brasileira, tal como eles foram construídos nas primeiras décadas do século XX, em cima de noções como cordialidade, como democracia racial, mesmo que alguns de nossos adversários que tenham se distanciado um pouco dessas posições, mas eles continuam defendendo que o Brasil é alguma coisa excepcional. E do outro lado temos pessoas que não acreditam que nós tenhamos, de forma alguma, democracia racial. Acreditam que a fórmula da democracia racial é, na verdade, um meio de se continuar discriminando sem culpa e, portanto, propõem medidas que procurem enfrentar, não para resolver o problema da discriminação racial, ação afirmativa não vai resolver o problema da discriminação racial, mas para proporcionar igualdade de oportunidades para os afro-descendentes no Brasil.

Eu costumo dizer que a posição dos nossos adversários é uma posição cheia de inconsistências e incongruências. Eu os dividiria em dois grupos. Um grupo, cuja argumentação é mais simplória, mas, ao mesmo tempo, mais coerente. São as pessoas que dizem que simplesmente não há problema racial no Brasil. Ora, embora essa argumentação não possa se sustentar diante, sobretudo, das pesquisas sobre desigualdade racial, os seus proponentes são absolutamente coerentes. Porque, quando eles dizem que não há problema racial, não há nada a ser enfrentado e, portanto, eles são contra políticas de ação afirmativa. Mas existe um outro segmento dos nossos adversários que é mais sofisticado, porque ele conta inclusive com pessoas que têm estudo a questão racial, pessoas que se dedicam há décadas ao estudo da questão de raça no Brasil. E o que eles dizem? Sim, existe um problema racial, existe desigualdade racial, existe discriminação, mas nós somos contra a adoção dessas medidas porque isso pode provocar mais problemas do que resolver.

Eu digo que essa posição é incoerente e inconsistente, e eu vou mostrar por quê. Os defensores dessa posição normalmente dizem que existe, sim, discriminação racial no Brasil. Então, quando eles dizem que existe discriminação racial no Brasil eles estão dizendo que é possível identificar quem é negro para

poder discriminar, negativamente. Mas quando a gente vem com a proposta de ação afirmativa, eles dizem: “Sim, mas há tanta miscigenação no Brasil. Então, é impossível identificar quem serão os beneficiários da ação afirmativa”.

Então, eles estão nos colocando diante de um paradoxo. É ao mesmo tempo possível e impossível identificar quem é negro. É possível para prejudicar e é impossível para beneficiar. Eu gostaria que eles resolvessem esse paradoxo. [palmas]

Um outro problema importante está ligado a essa idéia de raça. Então, os nossos adversários dizem que o conceito de raça é um conceito que a Biologia demonstrou que não tem validade e, portanto, nós devemos eliminar o conceito de raça desse debate e tentar então procurar soluções que os anglo-saxões chamam de *color blind(F)*, soluções cegas à cor.

Então, raça não existe. É interessante que eles digam que raça não existe, primeiro porque eles estão importando uma noção que é da Biologia, quando não foi a Biologia que construiu as raças. As raças são o produto de uma construção sócio-histórica, a Biologia até ajudou num determinado momento. A partir da década de 50, os ventos começaram a soprar de outra maneira e os Biólogos começaram também a mudar o seu discurso. Agora, essa mudança, que foi inclusive estimulada por organismos internacionais como a Unesco, a noção de que raça não existe é uma noção libertária, é uma noção que visa à promoção da igualdade entre os seres humanos. Mas aqui no Brasil, nesse debate, ela tem sido perversamente utilizada para obter o efeito contrário. Ou seja, usar a noção de que raça não existe para manter os negros no seu lugar.

O curioso, porém, da posição defendida pelos nossos adversários nessa área é que eles se dedicam tanto à condenação do conceito de raça, “raça não existe”, mas defendem a democracia racial. Raça não existe, mas existe democracia racial? Eles também dizem que não existe raça, mas existe miscigenação. Eles defendem a miscigenação. Um deles escreveu num livro publicado recentemente, defendeu a miscigenação biológica e cultural. Do que é que nós estamos falando? Miscigenação é mistura de raças. Não existe raça, mas existe mestiço. Ora, todos somos seres humanos e tão mestiço é o produto do cruzamento de um ser humano com outro ser humano. Isso aí não tem nenhuma validade. É uma contradição muito interessante que eu também gostaria que eles nos ajudassem a resolver.

Mas eu creio que o principal, a inconsistência principal dos argumentos dessa pendência está no campo propositivo. O que é que eles nos propõem? E eu acho muito curioso que pessoas que se dedicam

há três, quatro décadas ao estudo de relações de raça no Brasil, pessoas que, enfim, têm carreiras construídas a partir disso, posições na hierarquia universitária obtidas através do seu valor, do seu mérito no estudo dessas questões, no momento de apresentar propostas, venham com coisas muito vagas, por exemplo, investimento na educação. Ora, como se nós do lado de cá fôssemos contra o investimento na educação. Absolutamente, não. Apenas quando se faz essa proposta de maneira genérica, a Prof<sup>a</sup>. Eliza Reis produziu um texto fantástico intitulado “Dossiê da Desigualdade”. Esse “Dossiê da Desigualdade” foi produzido por meio de uma pesquisa cujo foco era o que ela chamou de elite. Ou seja, as elites acadêmicas, as elites políticas, as elites sindicais. E o que ela aponta, com muita ênfase, nas conclusões do seu trabalho é que todas essas elites, na hora de apresentar uma solução para variadas questões, inclusive a questão de raça, falam de melhorar a educação.

Ora, nesse contexto, melhorar a educação se transforma numa solução conservadora. Uma solução conservadora, e alguém já falou aqui, isso já foi repetido anteriormente, primeiro que a solução pela educação, se hoje, por acaso, hoje se começasse a implementar medidas eficazes para melhorar a educação pública no Brasil, o resultado só se faria sentir daqui a algumas décadas, ou seja, é uma solução muito cômoda, porque essas pessoas não têm que abrir mão de nada. Basta apenas apontar que a educação vai resolver. E o curioso também é que a gente percebe que essas pessoas que apontam como a saída, a saída como sendo a educação, não são pessoas engajadas numa luta pela educação no Brasil. Eu nunca vi essas pessoas defenderem ardentemente essa necessidade, inclusive se articularem nacionalmente numa campanha nacional, como estão fazendo agora contra a Lei de Cotas, contra o Estatuto da Igualdade Racial [palmas], essas pessoas, para demonstrar a sua sinceridade, para mostrar que não estão apenas falando da boca para fora, elas deviam organizar um manifesto, reunindo intelectuais, sindicalistas, gente de todas as áreas, articular uma ação nacional. Em vez de perder tempo e energia brigando contra cotas, lutar por aquilo que eles dizem que acreditam. Mas é a própria falta de atuação deles que me faz duvidar da sinceridade dessa proposta. Se acham que existe um problema racial, que é um problema crucial a ser resolvido no Brasil e que esse problema pode ser resolvido por meio da educação, eu tenho minhas dúvidas a respeito disso, de que a educação apenas fosse resolver, medidas universalistas possam resolver questões que são particulares, mas de qualquer maneira eu respeitaria muito mais a sua posição, se

eles se engajassem, se eu visse esse engajamento, se eu testemunhasse esse engajamento profundo que, absolutamente, não acontece.

A questão que está sendo discutida agora é fundamental. Discutir a questão de raça no Brasil significa revisar séculos, séculos de história do Brasil, séculos de inércia em relação à situação dos afro-descendentes.

Numa entrevista publicada pelo jornal do Brasil, 1978, eu estou citando de cabeça, mas a minha memória é boa, o Sociólogo Gilberto Freyre, que é o ícone desse segmento do debate, dizia o seguinte: “A harmonia racial da sociedade brasileira se deve à generosidade dos negros”. Olha, está aí algo que eu posso concordar com o Gilberto Freyre. Talvez eu trocasse “generosidade” por “submissão induzida”. Mas, com certeza, ele está apontando para o lócus certo desse debate. Ou seja, o que garantiu a situação até agora foi os negros aceitarem a submissão. Num livro publicado em 1968, o Jornalista José Itamar de Freitas, que depois ocuparia um cargo no jornalismo da Globo, mostrou uma visão profética. O livro era “Brasil, ano 2000” e, nesse livro, ele entrevistava uma série de intelectuais, de pensadores sobre questões que poderiam aparecer, como é que estariam essas questões, novas questões, antigas questões na virada do século XX para o século XXI. E tem um capítulo sobre raça, e nesse capítulo sobre raça ele diz o seguinte. Mais ou menos, que haveria uma evolução da população negra, cresceria o número de negros na classe média, e esses negros de classe média começariam a pressionar, porque continuariam encontrando obstáculos e começariam a pressionar pela mudança desse sistema. E é exatamente o que está acontecendo hoje. A novidade nesse debate é a presença dos negros. Como alguém já disse aqui antes, anteriormente, eles estavam acostumados a falar em nosso nome. Eles eram nossos porta-vozes. Eles vocalizavam todas as questões. Gilberto Freyre sabia tudo [soa a campanha] sobre a população negra. Sabia os nossos anseios, ele sabia o que era melhor para nós. Muito bem, ele podia até ser uma boa pessoa, mas hoje nós não aceitamos mais isso. Hoje, nós falamos em nome de nós mesmos.

Apenas para fechar, eu quero ler um texto de um intelectual importante, um intelectual francês importante, Sociólogo, chamado Pierre-André Taguieff, a respeito dessa questão da raça. E é um texto de luta. Esse texto foi escrito, o título é “Pour Combattre Le Front National”, para combater a Frente Nacional, o partido racista Jean Marie Le Pen. E ele dizia o seguinte: “A desconstrução científica da raça biológica não faz desaparecer a evidência da raça simbólica, da

raça percebida e, invariavelmente, interpretada. Acima de tudo, o imaginário racista alimenta-se das semelhanças e das diferenças fenotípicas, da cor da pele, até diversas características morfológicas. A eliminação no vocabulário da palavra raça como prescrição da ação anti-racista remete a uma eugenia lexical negativa, que crê matar o racismo eliminando a palavra. Tal supressão teria conseqüências contrárias ao efeito imaginado, pois reforçaria os mecanismos racistas do querer dizer, favorecendo assim a normalização do racismo simbólico”. Ou seja, como nós, que vivemos o racismo e que sofremos na própria pele sabemos, não é mudando a terminologia que nós vamos acabar com coisa nenhuma. Temos que continuar lutando e temos agora, pela primeira vez, vivemos esse momento alvissareiro em que nós podemos transformar. Obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Passamos de imediato a palavra à Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr<sup>a</sup>. Yvonne Maggi. V.Ex<sup>a</sup>. dispõe de 15 minutos com mais um, como aconteceu com aquele que antecedeu a fala da senhora.

**SRA. YVONNE MAGGI** – Em primeiro lugar, quero agradecer o honroso convite do Senador Paim para estar aqui e dizer que estar aqui hoje é um privilégio e um direito. Sou uma cidadã brasileira que sofrerá as conseqüências das políticas propostas. E como cidadã brasileira, falo em meu nome e no nome daqueles que não estão nesta sala, mas estão lá fora. Estão nas periferias, mas também nos bairros mais afastados dela. Falo em nome meu e falo em nome também dos meus colegas que se posicionaram e amigos, de uma posição muito difícil na nossa sociedade, que foi se posicionar assinando aquela carta pública. Falo isso com uma largueza no coração, no espírito. Porque eu sou amiga de gente que assinou um e outro manifesto. Participo de reuniões políticas e até às vezes esqueço quem assinou o que. Hoje mesmo pedi a uma amiga: “Pense em mim, vou estar lá no Congresso”. E ela disse: “Ah, não, eu vou rezar para você se dar mal”. Porque ela tinha assinado o outro [risos].

Então, eu quero dizer o seguinte, que eu não sou adversária de ninguém aqui nesta Mesa. Eu sou contra, e me posicionei desde o primeiro momento contra a política de cotas. Sou, sim, para aqueles que falaram dos estudiosos, sou, sim, estudiosa desse tema. Iniciei a minha carreira estudando num terreiro de umbanda, e estou terminando ela nessa difícil tarefa de convencer a todos que raça é um conceito e uma idéia que foi fundada e criada pelos racistas para nos dividir. E o que eu senti hoje de manhã até agora foi a expressão clara dessa divisão. Logo que chega-

mos aqui, entraram os companheiros do Movimento Negro Socialista e foram agredidos, por estarem com uma posição diferente da posição que, supostamente, seria uma posição que os negros devem ter. Portanto, eu vou reafirmar aqui a minha posição absolutamente contrária aos dois projetos.

E vou pedir aos Senadores, aos Deputados, que pensem nisso com o coração e com a sua trajetória histórica. Por quê? Todo mundo aqui falou de números, das pesquisas. Eu não vou falar nada disso. Eu duvido muito das minhas certezas. Mas uma eu tenho. Eu vou citar o Galileu, e vou dizer que eu tenho certeza de que a idéia de raça tem que ser abolida. E como Galileu que, no final da sua vida, quando ele negou para a igreja a sua descoberta, ele negou para não ser morto e, no final, ele disse: “Mas que se move, se move”. Portanto, ele tinha certeza que algum dia ficaria provado isso. Eu espero que eu não tenha que viver esse dia, que o Brasil será dividido de uma forma muito violenta entre pessoas que se pensam racialmente diferentes.

De manhã nós vimos aqui milhares de pessoas falando “raça, raça branca”, até as palavras são duvidosas. E eu quero dizer o seguinte, que o Ministro Haddad falou uma frase que me impressionou muito. Ele falou, e eu acho que essa é a questão, “Penso que os meninos de escola pública, tanto brancos quanto negros, têm os mesmos direitos”. Eu concordo com ele e vou tentar justificar aqui brevemente essa posição minha, que é uma posição pública, que é uma posição que desde pelo menos 2001, quando escrevi junto com o meu amigo e orientador Peter Fry, que foi meu orientador de tese e meu amigo de mais de 40 anos, meu irmão, quero dizer o seguinte, que, desde o início escrevemos sobre isso, e ninguém nos ouvia. Nós não fomos chamados para nada nesta Casa quando fizeram os Projetos de Lei. Nós escrevemos muitos artigos. O primeiro deles reclamando da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que votou, por unanimidade, aliás, por aclamação, a Lei de Cotas da UERJ e das outras universidades estaduais sem debate público. E por que é que eu acuso? Eu acuso, por quê? Eu acuso não indivíduos, mas eu acuso um sistema que simplesmente foi fazendo esse debate, como já disseram antes, clandestinamente. Na burocracia. Mesmo que há 10 anos o Senador esteja discutindo isso, quando que isso se tornou um debate tubos público? Quando um outro grupo fez um movimento, e um grupo pequeno, de 114 pessoas, e que se posicionou contrário àquilo. Por quê? Agora o debate está público, apaixonando corações, e com pesquisas para cá e para lá e os números dançam. Que números são esses?

Então, eu quero voltar a alguma coisa também que o Senador Cristovam, candidato à Presidência da



República, e eu espero que ele tenha mais oportunidade de discutir isso, e também, na fala do Ministro hoje de manhã, fiquei muito impressionada, porque o grande problema é que o investimento em educação, sobretudo, em educação básica, não leva 30 anos. O Brasil, nos últimos 15 anos, teve uma mudança radical no seu sistema educacional. Uma mudança, uma revolução silenciosa, que estamos aqui calados, mas foi obra de poucas pessoas, que também tiveram uma boa idéia. E a boa idéia foi de lutar contra uma idéia. A idéia era que no Brasil as crianças abandonavam a escola porque tinham que trabalhar. A direita, a esquerda, brancos, ricos, pobres, todo mundo acreditava nisso. Uma pessoa, por acaso, eu tenho o privilégio de ser irmã desse senhor, Sérgio Costa Ribeiro, lutou durante 10 anos da sua vida para demonstrar isso estava errado. E com isso, ele fez uma revolução na sociedade brasileira. Por quê? Porque hoje nós temos crianças de 7 a 14 anos universalmente na escola, a repetência, que era de 60%, em 10 anos, caiu para 20%. Uma média nacional, 20, 30, lá no Nordeste é 40. Mesmo assim, continua brutal. O investimento que tem que tem que se fazer para botar cada ano mais 20% das crianças na escola, é um investimento brutal.

E é isso que eu acho que o Ministro deveria ter falado. Onde está o dinheiro. Como é que nós vamos fazer? Nós estamos discutindo aqui um assunto que vai, certamente, nos manter afastados, porque somos diferentes, sim. Temos peles diferentes. Somos diferentes, sim. Eu sou mulher, e tem muitos homens nesta sala. Aliás, nestas Mesas. E digo mais, vai nos dividir, porque, de agora em diante os nossos corações e as nossas mentes vão estar divididas pela raça. Como disse o Marcos, não é possível então um negro ser contra uma determinada política. E, pelo fato de sermos contrários a uma política, somos adversários? Por exemplo, eu admiro muito o Deputado Gabeira, que durante muitos anos lutou contra a política de drogas e foi tachado de quê? Drogado. Desqualificaram uma fala, porque ele era maconheiro. Por isso que ele era contra a política de drogas.

Então, eu não aceito nenhuma dessas acusações. Não sou racista e luto contra o racismo. E sou contra esses projetos, porque eles vão, não é instituir o racismo, este já está ali, eu sou contra a forma, a estratégia de luta, e vou falar por que é que eu sou contra essa estratégia de luta. Porque ela já fez um terrível erro, já produziu um terrível erro, que é de você imaginar que as pessoas se dividam porque elas são brancas ou são negras, como se a gente só tivesse uma identidade, como se a gente só tivesse essa identidade de passar na porta do Banco. Eu sou mulher e eu tenho muitas identidades, e não gosto de ser vista como uma

mulher intelectual. Eu sou uma intelectual, eu sou uma Antropóloga, eu sou mais do que aquilo que os meus dominadores, exploradores, quiseram definir como minha identidade. E é isso que eu me propus a lutar, porque foi a Antropologia que me deu isso. Não foi a vida, não foi a minha experiência como mulher, foi a minha experiência como Antropóloga, o meu esforço de ir além daquilo que o senso comum diz sobre as coisas. E eu acho que nós estamos numa discussão fútil, fútil, com conseqüências extremamente graves. Extremamente graves.

Porque, como disse antes de mim alguém, o Miranda falou, que nós vamos resolver alguns problemas, vamos sim, mas nós vamos resolver com que custo? E toda a política pública tem que ser pensado o custo dessa política pública. E mesmo que ela doa a algumas pessoas, a gente tem que pensar nos custos, e eu penso nos custos. Porque eu penso, será que esses brasileiros de todas as cores que sentam lado a lado nas escolas que eu pesquiso, eu ia mostrar números, mas eu não vou mostrar esses números, sabem por quê? Atrapalha. Eu não quero mais mostrar números porque eles dançam para lá e para cá. Dizem que é dois, três, 4%. Eu vou dizer o seguinte. As escolas que eu pesquisei, ao longo dos últimos dois anos no Estado do Rio de Janeiro, são escolas freqüentadas por um conjunto de pessoas que agora estão aprendendo a se definir como negras, como afro-descendentes. E me perguntam: "Professora, mas então? Eu sou amarelinha? O que é que eu sou? Porque eles são obrigados agora a se definir de acordo com uma identidade.

Foi assim que começou em todos os processos, nos quais o Estado se imiscuiu e adotou políticas com base na raça para a distribuição de direitos. Todas as experiências foram experiências desastrosas. E eu vou dizer isso com muita tranqüilidade, porque nessas escolas eles não escolhem pela cor. As crianças estão ali naquelas escolas porque houve uma política universal que nos colocou diante do seguinte dilema. Ou vamos botar todas as crianças na escola ou não vamos ter desenvolvimento neste País. Eu só estou aqui nesta Mesa, aliás, porque houve uma política que me fez estudar igual aos meus irmãos. Porque, as minhas irmãs que são uns dez anos mais velhas do que eu estudavam uma outra matemática, sabia? O currículo desses colégios era diferente. E eu quero dizer mais, eu estou aqui porque, nos anos 60, as mulheres começaram a estudar, por força de uma política universal de nos igualar, em matéria disciplinar. E eu quero dizer que eu me sinto muito feliz de poder estar falando assim, sabe? Sem usar meus números que eu trouxe, porque eu quero dizer o seguinte, eu estou emocionalmente envolvida nesse assunto. Sou, sim, e não porque eu

apenas estudei os negros, é porque eu saí para verificar como é que os brasileiros viviam.

Quando eu estudei os terreiros, eu também brigava assim. Por que é que eu brigava assim? Eu brigava, porque todo mundo dizia “é uma cultura africana, é uma cultura negra”. E eu falei “mas lá tem todas as pessoas”. A umbanda é uma religião universal brasileira. Quando eu dizia isso também, eu chocava.

Então, eu continuo a dizer que as cotas raciais e o estatuto são dois Projetos de Lei que devem ser, primeiro, discutidos, e foi por isso que eu assinei a carta, eu assinei a carta porque eu tinha a certeza do que eu estava falando. E, como Galileu, um dia, vai ficar provado que raça não é a melhor forma de você estabelecer como critérios de distribuição de justiça e de bens sociais. E mais do que isso, eu quero dizer que eu assinei aquilo porque eu tinha certeza que era preciso que o debate saísse dos desvãos da burocracia. Não é possível mais que a gente mantenha o povo brasileiro, e eu como cidadã brasileira, fora do debate. Porque aqui nesta sala tem muita gente que está me odiando, porque é muito difícil ouvir falar isso, é muito difícil ouvir quem tem uma posição contrária. Por isso, a gente chama de adversário. Eu não sou adversário. Eu estou do mesmo lado, eu estou lutando contra o racismo no Brasil desde o início da minha vida profissional, da minha vida pública. Não admito essa acusação.

E vou dizer mais, não admito que uma pessoa que passou a sua vida inteira lutando contra o racismo, hoje se coloque na seguinte posição: “Eu tenho que adotar a idéia de raça”. Porque é isso que está sendo colocado e foi isso que eu li no estatuto e é isso que eu vejo nessa capa. Essa capa não está dizendo que nós estamos numa sociedade de muitas pessoas, [soa a campainha] de várias e diferentes raças. Não. Está dizendo que tem uma raça negra e, portanto, uma branca. Ou seja, está dividindo mesmo racialmente. E não é uma raça social. Como disse o próprio Medeiros, a gente sabe que existe uma vivência pelo racismo. Mas existem muitas outras vivências. E essas outras vivências têm que ser levadas em consideração. E tem que ser levado em consideração que uma política pública, com dinheiro público, não pode ser feita apenas para dividir as pessoas e com base nesse critério racial.

Só para finalizar eu quero dizer o seguinte, eu vou usar uma expressão e uma metáfora, para que as pessoas pensem e reflitam sobre isso, como vem sendo... Eu sou contra esses dois projetos. Acho que não devemos, de maneira alguma, ter raça como critério de distribuição de direitos e nem de privilégios. E acho que usar cotas raciais para combater o racismo e

as desigualdades é como apagar um incêndio usando gasolina. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Passamos a palavra nesse momento ao Professor da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho, por 15 minutos.

**SR. JOSÉ JORGE CARVALHO** – Boa tarde a todos. Senador Paulo Paim, pelo convite, os Senadores, Deputados, todos colegas que estão. Sinto-me extremamente honrado de ter sido convidado para participar desta Audiência Pública. Começo dizendo que a discussão das cotas não se trata de um debate acadêmico, mas de um debate político sobre o poder acadêmico. Discutir as cotas significa abrir uma discussão sobre quem somos nós, os acadêmicos brasileiros. Os Professores, os Pesquisadores do CNPq, os pós-graduando. Nós somos 99% de brancos. E como dizia José Carlos Miranda, que é um funil, que o vestibular é um funil, o mundo acadêmico é o funil dos funis. Ele é o topo do 1% da pirâmide brasileira. É do mundo acadêmico que nós chegamos a essa Esplanada e nos transformamos em Secretários, Diretores, Presidentes do BNDES, Presidentes de todos os órgãos importantes e decidimos o destino da Nação. É desse 0,01% que sai de toda Direção do País.

Então, o debate sobre as cotas, evidentemente ele interessa a toda a comunidade, mas ele diz a respeito a nós. O mundo dos acadêmicos. Então, abrir a discussão sobre as cotas é começar a fazer uma radiografia, colocar em questão a academia brasileira. E geralmente, como esse é um tema muito silenciado, pouco sabemos e pouco aparece na mídia a realidade do mundo acadêmico brasileiro. Até o Supremo Tribunal Federal é questionado. A Polícia Federal é questionada, o Congresso é questionado, o Executivo, o Legislativo. E em geral, o mundo acadêmico continua longe dessa discussão toda. Por quê? Porque esses poderosos, também do STF e de outros lugares também são Professores universitários. Muitas vezes saem de serem Reitores para se transformarem depois em Ministros e pessoas do poder. Então, claro que podem também voltar ao mundo acadêmico. Então, o mundo acadêmico ele é, na verdade, o grande local da proteção. E a impunidade da impunidade... Até no sentido, derivando do termo, ele seria o inalienável, por excelência, um lugar da academia.

Então, claro, não há porque confinar a discussão das cotas ao vestibular. Nós não podemos entender esse assunto como que se tratasse de 20% dos estudantes que vão entrar. E passados cinco anos, vai acontecer o quê? Muitos dos estudantes negros vão querer entrar num Mestrado. Passados, os que conseguirem entrar num Mestrado, eles vão encontrar a

barreira do racismo ao tentar entrar no mestrado. E os que conseguirem ultrapassar a barreira do racismo nas entrevistas do Mestrado vão tentar fazer Doutorado, e vão encontrar a segunda barreira. Na segunda tentativa de entrar no Doutorado. E a carreira docente, como é que ela vai ficar?

Bom, eu pertencço à carreira docente. Então eu começo falando daí. A primeira universidade federal que instituiu cotas no Brasil, que foi a UnB, a energia que pelo menos me motivou, e a Prof<sup>a</sup>. Rita Segatto(F), os dois que formularam um grupo enorme de estudantes e Professores negros e brancos a propor uma proposta de cotas na UnB foi exatamente por isso. Quando fizemos a conta, de quê? De 1500 Professores na UnB, apenas 15 são negros. Isso é 1%. Quando olhamos as outras universidades jamais chegamos, essa barreira, não passa dela. Algumas são o escândalo do escândalo como a USP, que tem 5070 Professores e nós não conseguimos contar mais do que 20 Professores negros. A conta que eu fiz é que a USP passará, provavelmente, um milênio para chegar a ter alguma coisa como 20% de Professores negros, se continuar com o ritmo que ela tem até hoje.

O escândalo da academia brasileira no seu topo, e não na base, é um escândalo de proporções mundiais. Simplesmente, e já disse várias vezes e até agora ninguém conseguiu me provar que eu estou errado, não conheço Nação que tenha praticamente dois grupos raciais mais ou menos com a mesma proporção e que um tenha conseguido encurralar o outro para transformar-se em menos de 1% no lugar onde tudo se decide. Essa é a situação brasileira. Então nós não precisamos nos comparar com Estados Unidos. Nós devemos nos comparar com a Colômbia, que tem mais Professores negros e mais Professores indígenas do que nós. Podemos nos comparar com a Venezuela, que nem é muito mais integrada racialmente do que nós. Não precisamos ir até os Estados Unidos. Com todo o respeito ao colega José Carlos.

Então, significa que essa percepção, porque essa é a palavra, porque também tem um elemento existencial, essa percepção que também está na ordem moral, que surgiu em grande parte dos Professores, ao viverem um mundo totalmente segregado, levou ao quê? Que nos últimos sete anos esse debate cresceu enormemente no País.

Então, a partir de 99, que nós fizemos Universidade de Brasília, no ano 2000, seguindo esse debate, no ano 2001 veio a Conferência de Durban, e isso se transformou evidentemente numa grande discussão nacional, no final do ano a UERJ passou à política de cotas. Não pelos acadêmicos que não tinham discutido, mas foram forçados, e daí a reação inicial inclusive

dos acadêmicos da UERJ serem contra as cotas, em seguida, a UNEB, finalmente, a UnB em 2003 foi a primeira universidade federal a aprovar as cotas. A partir de então, nós temos acumulado uma experiência de discussão sobre como implementar ações afirmativas. Esse debate já é um debate já é um debate pós-cotas, esse debate não é para saber se nós vamos ou não vamos ter cotas. As cotas já existem e continuarão existindo no Brasil. Não vão voltar atrás disso aí [palmas]. No mesmo ano de 2003, a Universidade Federal do Paraná aprovou as cotas, também por uma discussão interna do Conselho Universitário com os estudantes, com o movimento social negro organizado da cidade e do Estado. Então, na verdade foi um novo diálogo que nunca tinha existido, que eu saiba, na história da academia brasileira, que é dialogar com a sociedade através das cotas.

Mesmo Darcy Ribeiro, uma pessoa tão extraordinária, que fundou a Universidade de Brasília pensando que seria uma universidade modelo para a América Latina, na hora de instituir, ele esqueceu dos negros e dos índios. Tivemos a honra então de que finalmente abriram a Universidade de Brasília para os índios. É a primeira vez que os índios entraram numa Universidade Federal brasileira. A Universidade do Paraná fez o mesmo, porque também abriu cotas para negros indígenas. A Federal de Alagoas, logo a Federal da Bahia, a UNIFESP, a Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Espírito Santo, e nesse momento, discussões e comissões nomeadas pelo Reitor para debater um modo específico de implementar cotas, porque os modelos são variados, há muita imaginação, há muito pensamento sendo gerado no Brasil nesse momento para como implementar, justamente para não repetir modelos de outros lugares, apenas se inspirar, mas ver a realidade regional e nacional. As reuniões nesse momento, tem discussões de comissões na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uberlândia, que eu sei, Universidade do Maranhão, Amazonas, sem contar as estaduais, a UEMS, a UNEMAT, pioneira com o terceiro grau indígena, Rondônia, inúmeras.

Então, nós não estamos iniciando agora um debate. Ele já foi instalado há anos e já avançou muito. O que aconteceu é que nos últimos momentos, quando o Congresso ia acatar uma realidade que já está na sociedade e que já está na academia, aparece um manifesto contra as cotas. E eu devo então, com todo respeito aos colegas, que são colegas que eu respeito profissionalmente, fazer uma leitura para vocês muito rápida. Esse documento chamado de manifesto dos intelectuais, na verdade, ele está concentrado no Rio

de Janeiro. Dos 114 assinantes dele, 51 são pessoas do Rio de Janeiro, eles estão concentrados em três instituições do Rio de Janeiro. Na UFRJ, na qual, na minha conta, 11 assinaram, a FIOCRUZ, 12 assinaram, e a UFRJ, 16. Ele está concentrado em 38% no Rio de Janeiro com algumas adesões de São Paulo. Poucas da USP, poucas da UNICAMP, nem sequer da PUC de São Paulo eles conseguiram adesão, que eu saiba.

Agora, em seis dias, dado o escândalo que se divulgou para nós, a mídia que foi gerada em torno desse manifesto, eu com o Alexandre do Nascimento, o Frei David, organizamos então, sob enorme pressão, em seis dias, um manifesto a favor das cotas, que tem mais de setecentos assinantes, mais de 500 Professores, e eu queria dizer que aonde teve Professores assinando contra, nós tivemos muito mais assinando a favor. Na UFRJ, que teve 16, nós temos 44 assinantes. Da UFF, que tinha quatro, nós temos 26. Da UERJ, que eles assinaram 11, nós temos 27. Ou seja, os nossos colegas são especialistas. Nós também, modestamente, devemos ser. Só que nós somos mais. Significa que a massa crítica nacional a favor das cotas é essa, é a do nosso lado. [palmas]

Então eu queria aproveitar esse momento, compartilhar os meus minutos com o colega Alexandre do Nascimento, que somos os três que preparamos, organizamos o manifesto, que não pode falar hoje e pediu então que eu lesse esse texto, em seu nome, eu que vou fazê-lo, descontando nos meus minutos.

“Sras. e Srs. Parlamentares, o debate sobre as cotas ganhou a sociedade e esta Casa tem a responsabilidade de tomar uma decisão, que talvez seja uma das mais importantes desde a Constituição de 1988. Apesar da importância do debate público sobre o tema, as Audiências Públicas não conseguem traduzir a dimensão do debate na sociedade e oferecem poucos elementos para que V.Ex<sup>as</sup>. tomem uma decisão. Este debate é um debate político, um debate de opinião, onde até os chamados especialistas argumentam a partir do seu lugar de classe, de raça ou dos interesses que os mobilizam. V.Ex<sup>as</sup>. estão frente a uma decisão política, em que o importante é a escuta do que vem da sociedade e dos movimentos sociais, em especial dos jovens que estudam nas escolas públicas e dos cursos pré-vestibulares populares em todo o País. Como porta-voz do Movimento Pré-vestibular para Negros e Carentes e integrante do grupo que organizou o manifesto em favor da Lei de Cotas nas universidades e do Estatuto da Igualdade Racial, afirmo que as políticas de cotas são fundamentais não apenas para a população negra, mas para o Brasil. Pois, em face do racismo que estrutura nossas instituições, as cotas representam a igualdade contra o privilégio, a multiplicidade contra

a uniformidade e a participação contra a partilha. E afirmo isso a partir do crescimento da opinião pública favorável às cotas.

Em 2000, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas encomendou uma pesquisa, feita pelo instituto DATA-UFF, que apontou que 51% da população era favorável às cotas. Em 2003, pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou que 59% era favorável. E neste mês de julho, pesquisa do instituto Datafolha, encomendada pela Rede Globo e pela Folha de São Paulo, apontou que 65% é favorável. Além disso, o manifesto em favor das cotas, entregue aos Presidentes da Câmara e do Senado, no dia 4 de julho último, com 582 assinaturas, hoje tem 2350 assinaturas, que são mais que assinaturas individuais, são assinaturas representativas de vários setores. Professores de 72 universidades públicas e privadas deste País, sendo 44 Professores da UFRJ, Universidade em que os Professores Yvonne Maggi e Peter Fry são membros, nomes representativos da mídia, do cinema, da música, do teatro e do campo empresarial, do movimento negro, sindical, estudantil, dos grupos pré-vestibulares para negros e carentes. Este manifesto é muito mais que uma resposta aos novos apologetas da democracia racial. É expressão de um desejo social que o Congresso Nacional não pode ficar alheio. E para aqueles que insistem em se pautar na opinião dos especialistas, é bom que se saibam que a maioria das pessoas que assinam o manifesto em favor das cotas são pesquisadores, ativistas e, portanto, especialistas sobre a questão racial no Brasil.

No manifesto em favor das cotas do Estatuto da Igualdade Racial há muito mais especialistas que qualquer outro manifesto já escrito sobre esse tema até hoje na história do Brasil. Por isso esse manifesto apresenta argumentos e propostas baseados em dados e análises. E não apenas uma defesa da hipócrita declaração formal de que somos todos iguais. A UERJ, neste ano, formará os primeiros alunos cotistas e isso acontecerá sem que tenham ocorrido os conflitos raciais previstos pelos beneficiários do racismo acadêmico. Esses conflitos já existem, e as cotas são medidas que ajudarão a superá-los. Martin Luther King sonhava com uma sociedade em que as pessoas não sejam julgadas pela cor de sua pele, mas, para isso, achava que os negros deveriam ter direitos a tratamentos específicos. As pessoas que, desonestamente, usam Martin Luther King contra as cotas deturpam seu sonho e seu legado. A sociedade concorda com as cotas e aos Parlamentares cabe, muito mais que uma decisão com base e convicção individuais, a tradução desse desejo coletivo em políticas concretas. A democracia é um processo de construção permanente de condições

objetivas de igualdade. E por isso o Brasil precisa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das cotas nas universidades.” Alexandre do Nascimento. Poderia se levantar, Alexandre? [palmas]

Queria então só finalizar muito rapidamente conectando a Lei de Cotas com o Estatuto Racial e dizer muito rapidamente o seguinte. A Lei de Cotas, de alguma forma, é necessária para viabilizar o próprio estatuto. Se o estatuto prevê 20% dos DAS para as pessoas chegarem aos cargos, uma grande parte da possibilidade que a pessoa tem nesse momento de mobilidade social no Brasil passa pelo diploma de curso superior. Então, claro, você tem que ter uma massa de estudantes negros entrando nas universidades para, uma vez formados, vários alcançarem o serviço público. Uma das carências do serviço público é justamente. O gargalo final vem não da presença de estudante negros nas universidades, mas no nosso mundo, que é um mundo segregado.

Então, eu queria dizer o seguinte, menos que um mundo dividido, eu descrevo o mundo no qual eu participo como um mundo confinado. Eu vivo em um mundo confinado racialmente. Eu vou em reuniões de 100 e 50 de meus colegas, todos brancos. Isso já é naturalizado entre nós. E quando subimos, muito mais.

Então, é preciso, ao mesmo tempo que nós estamos fazendo essa discussão, pautar, nós vamos ter uma discussão com a CAPES para discutir a possibilidade de entrada de negros nos Mestrados e Doutorados do Brasil, imediatamente. Porque isso vai demorar muito mais ainda. Pautar uma reunião com o Ministro Haddad, para que, em regime de urgência, a partir de agora, as novas vagas abertas nas universidades federais incluam preferência para os Doutores negros, para que entrem na carreira de Professores. Porque, quem definiu que a discussão das cotas vai ficar só na graduação? Somos nós é que temos que descobrir, porque nós é que estamos na posição dos Professores, na verdade, e ter mais colegas como o meu colega Carlos, que é evidentemente minoritário no meu mundo.

A mesma coisa refere ao CNPq, que é o escândalo do escândalo do escândalo do escândalo. Porque 99,99% dos pesquisadores são brancos. Eu já estive em reunião de 200 da CA, meus colegas devem ter visto, eu não vi um negro. Se nas universidades já é difícil, na pesquisa é muito mais. Então essa pirâmide ela não vai ser desfeita instantaneamente.

Então, nos minutos que me restam eu só queria lembrar o seguinte. O que é que a Lei de Cotas está querendo mostrar? Ela vai reservar para o País uma média mínima de 22,5% de vagas, das vagas que são oferecidas nas universidades federais apenas. Não

entram as estaduais nem as autarquias municipais e nem as privadas. As universidades federais apresentam nesse momento [soa a campainha] 123 mil vagas. Desses, 22,5% dá 28 mil vagas reservadas para estudantes negros. Isso significa que do total de vagas que entram para os estudantes nas universidades, que são um milhão e trezentos e quatro de ingressos no ensino superior, a Lei de Cotas reserva apenas 2% desse contingente para estudantes negros. Como diz uma aluna nossa, a Regina Ferreira, “isso é não solução da lavoura”. Isso não é nacionalização do gás da Bolívia. Isso é um mínimo, isso é uma concessão mínima. É 2% do total de ingresso, porque são um milhão e trezentos mil. Vai reservar 28 mil. Não vai mudar amanhã, não vai virar Ruanda amanhã, nem se quisesse, porque não estarão... [risos]. Porque os rutos(F) [palmas] não estarão nas universidades de todo o modo. Então é preciso ter esse foco, que isso não impede a discussão da escola pública, da importância do ensino básico, do ensino médio, tudo que foi falado pelo meu colega estou completamente de acordo. Isso é uma intervenção em um ponto estratégico onde o sistema se reproduz. Onde a Nação toma decisões. A Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial apenas colocam que no ponto de decisão da Nação necessariamente tem que existir negros. É só isso. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Para aproveitar o máximo o nosso tempo, vamos de imediato passar a palavra ao Coordenador Nacional da Federação dos Trabalhadores Sobre Trilhos– CUT, Conselheiro da Comunidade Negra de Bauru-SP, Roque Ferreira. 15 minutos.

**SR. ROQUE FERREIRA** – Em primeiro lugar fazer uma saudação ao Senador Paim, a todos os integrantes da Mesa e também àqueles que participaram na Mesa no período da manhã e a todos e todas que estão presentes nesse debate.

Eu tenho 51 anos, sou filho de negros, sou negro e, como a maioria dos negros, iniciei minha vida muito cedo. Numa escola que recebia filho de trabalhadores, negros e não negros, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI. Hoje o SENAI está muito diferente. Com 16 anos, me formei como Mecânico-Geral, e fui obrigado a fazer um concurso, porque o SENAI obrigava a se fazer um concurso para fazer o ensino médio. E eu fui adotado então pela Bosch para fazer o curso de ferramenteiro, e concluí meu curso de ferramenteiro, minha especialização em ferramentaria, corte, repuxo, estampa, dobra e instrução de plástico e eletroerosão. E foi em Campinas que meu pai, ferroviário, para quem não conhece, foguista e guarda-freio. Falar em ferrovias é meio complicado porque desde

1996 o País vem adotando uma política permanente de destruição desse modal de transportes. E os serviços públicos, quem se debruçar, e academia, se se debruçar sobre essa questão no Brasil vai ver que uma das portas de entrada para ter um modo de vida civilizado e uma família estruturada foram os serviços públicos. E as ferrovias elas foram as maiores empregadoras de negros neste País. Então, em algumas funções. Em algumas outras funções os negros não trabalhavam. E os foguistas normalmente eram negros. Porque havia um conceito de que por ter mais melanina na pele se suportava mais temperaturas altas na boca de uma locomotiva, a fogo, e depois tinha que sair da locomotiva e fazer a frenagem das composições, porque não havia o sistema a ar, era sistema manual.

Eu considero que esse debate, e já tive a oportunidade de fazer esse debate antes, no Paraná, em várias outras oportunidades, e também fui militante do Movimento Negro Unificado durante muito tempo e esse debate perpassou por dentro do Movimento Negro Unificado. Tanto é que no seu último congresso, um congresso de 20 anos, Marcos, em 1998, esse tema foi um tema polêmico. Se você tiver o cuidado de resgatar o caderno de teses do Movimento Negro Unificado, de seu XX Congresso, você vai ver que está escrito dentro desse caderno de teses vários documentos, inclusive os documentos que apontam necessariamente já naquele momento contra as políticas de cotas e as ações afirmativas. É só um problema de resgate.

Nós estamos aqui, eu também já limpo de imediato a discussão. Eu não admito cordão sanitário nesse debate. Alguns tentam fazer o cordão sanitário estabelecendo uma dicotomia, de quem é favor e quem é contra. Aqui não se coloca quem é a favor e quem é contra e quem luta mais ou quem luta menos para combater o racismo no País. Não é esse o centro do debate, e aqui também nós não estamos num "Big Brother", num show para ver quem consegue com mais alegorias, com mais "palmômetros", fazer esse debate. Nós temos que fazer é uma reflexão muito precisa sobre esse assunto.

E também, preliminarmente, eu gostaria de dizer, respondendo ao meu camarada Marcos que, por conta da Reforma da Previdência, Marcos, nós estamos na rua lutando contra a Reforma da Previdência, que destruiu uma das maiores fontes de distribuição de renda. Que alterou critérios de aposentaria. Eu tenho 51 anos de idade, 41 de contribuição para a Previdência e não posso me aposentar. Porque, quando se aplica lá na Reforma da Previdência a expectativa de vida, minha aposentaria cai em torno de 45%. Eu que trabalhei a vida inteira, criei quatro filhos, trabalhando de oito a doze horas por dia, não posso me aposentar. Vou me

aposentar com 51 e alguém vai dizer que sou privilegiado. Isso é discurso, é "conversa para boi dormir". E a discussão aqui não se faz naquele sentido de quem é mais ou de quem é menos combativo aqui. Em 1995, nós ferroviários combatemos rigorosamente durante 32 dias junto com os petroleiros na greve dos petroleiros. E está um aqui na sua frente que foi demitido, foi preso. Depois eu fui anistiado.

Então, o nosso combate se dá nas ruas, na vida real e no movimento concreto da classe. Então, não tem discurso aqui de mais ou de menos. Quem é mais ou quem é menos. O debate que nós temos que fazer aqui é sobre de que forma nós encaramos o problema. Eu respeito a opinião dos camaradas e das pessoas que entendem que o problema racial aqui no Brasil vai ser feito dentro de uma perspectiva de integração.

Eu tenho uma opinião contrária. Porque eu não considero ser possível integrar e incluir nesse sistema que mundialmente exclui milhões e milhões todos os dias uma pequena parcela. Eu não considero que dentro desse sistema de classes, e esse é um debate que perpassa o movimento negro, historicamente, alguns entendem que o problema tem o viés racial, e resolve esse problema, outros entendem, de maneira sectária, que o problema seria resolvido quando se fizesse o socialismo, mas nós temos que entender que o extrato majoritário da classe operária neste País é composta de negros. E foi esse extrato que levou a primeira vez um negro ser Presidente da maior Central Sindical que existe, chamado Vicentinho.

Então, a população negra, quem não está refém de aparatos, quem não está preso dentro de aparatos, que consegue olhar na realidade das ruas, consegue observar, consegue ver que em todas as greves, em todas as lutas, a frente, a primeira frente de batalha é composta de negros.

Então aqui, para mim e para tantos outros que tenham opinião tática, sobre a tática, para se atingir um objetivo estratégico, discursos de enquadramento não funciona, podem funcionar para outras coisas. Mas aqui não. E aqui o nosso debate é preciso. Aqueles que se reivindicam do conceito de novos negros, têm que combater até à morte para se integrar nessa elite. E o Professor disse que é a dramática a elite da universidade. E a academia representa o quê? Ela representa que Estado? Ela representa que modelo de construção de sociedade? Não poderia ser diferente. Num País de capitalismo tardio, que durante 300 anos explorou os negros e que agora escreve dentro do estatuto, e aí eu queria debater depois com o Senador Paim, que eu acho que está aberto para isso, isenções para empresas privadas, e tem um monte de negro "ongueiro" ganhando dinheiro prestando serviço para

as empresas da iniciativa privada para certificar essas empresas, certificação ISO 9000, 9012, basta ler a carta que o DIEESE soltou ontem, para que essas empresas deixem de recolher impostos. Existe uma campanha contra impostos no Brasil. Cada um assumo os seus compromissos. Eu defendo que se pague imposto. Porque é através dos impostos que o Estado tem que fazer os investimentos necessários.

Ora, eu fui para uma universidade. Com 30 anos. Falta lá entregar o tal do TCC. Não consegui entregar, porque tinha que fazer hora-extra, amigo. Como diz a música do Martinho da Vila, depois de tantos anos dizem que sou um burguês privilegiado. Eu descasco ferro todo dia, meu irmão. Eu vou para um torneio mecânico, vou para uma frissadora. E tive a honra de trabalhar numa empresa que quando se iniciou o processo de privatização dos serviços públicos, muitos que defendem, bravateiam hoje, que defendem igualdade, que defendem a mudança na estrutura do País, estavam na imprensa defendendo privatizações. Estavam defendendo na imprensa destruição do serviço público [palmas]. E todo mundo aqui sabe, negros e não negros que estão dentro desta sala, que a precarização da saúde, a precarização da educação ela atinge brutalmente os negros, porque quando se fala em pobres se fala em negros, e alguns cortes eu não aceito por causa disso.

A ferrovia tinha, no dia primeiro de janeiro, no dia primeiro de julho de 1996, e o Senador Suplicy esteve lá em Bauru quando a gente fazia uma dura greve de resistência contra as privatizações, 62 mil empregados. Desses 62 mil empregados, 45 mil eram negros. Hoje, sobraram 16 mil. Esmagadoramente, os negros perderam seus postos de trabalho. E um homem quando perde o posto de trabalho, seja ele negro ou seja branco, ele perde a honra, ele perde a dignidade, ele tem uma série de problemas, inclusive o problema de ter a carteira profissional assinada, ter que mostrar para a polícia quando a polícia nos arrocha.

Falar de polícia? Camaradas, eu respondi 22 processos de lesões corporais. E vocês olhem para mim. Olhem o meu tamanho. 1,70m e 59 quilos. Porque sempre resisti, sempre levei tapa na cara quando a polícia me enquadrava. É tapa na cara, meu irmão! Mas também dei. Porque é assim que a gente combate o racismo. Nós combatemos o racismo quando nós fomos para a rua em São Paulo enfrentar o aparato repressivo do Estado, assassino à mão armada do Estado que hoje estão clamando para voltar para São Paulo, que era a Rota. Dois negros não andavam na mesma calçada em São Paulo. Um tinha que andar de um lado e outro tinha que andar do outro, porque era execução sumária.

Então, aqui não tem discurso de quem é mais ou de quem é menos. Aqui tem escolhas. Fundamentalmente, escolhas. Eu acredito, sinceramente, e estou entre aqueles que acreditam sinceramente que as políticas compensatórias, dentre elas as vertentes das políticas afirmativas, servem mais à manutenção do *status quo*, de exploração de uma classe pela outra, que expulsa a cada dia milhões e milhões de trabalhadores para o mundo da amargura do que de fato e efetivamente a um processo de distribuição de riqueza, distribuição do conhecimento, acesso à riqueza socialmente produzida.

Essa é uma questão de escolhas. Alguns escolheram como, historicamente, ficar com Ganga Zumba. Ganga Zumba se curvou ao império, aceitava as migalhas do império. E o que é que zumbi foi fazer? Foi combater. Num primeiro momento foi combater. E combateu. Inclusive os aliados de consciência arrependida.

Então companheiros, companheiras, Senador, problemas nós temos em várias interpretações. Inclusive na história da igreja, e nós não vamos fazer essa discussão aqui. O que é que os franciscanos fizeram com os negros e com os índios? Os jesuítas tiveram que discutir, e eu não vou aqui criticar o Frei Davi, dizer que, como ele é franciscano ele tem responsabilidade pelo que eles fizeram historicamente. Não. Você não tem esse papel. Sobre a questão dos socialistas, mas aonde está a visão única do socialismo? O senhor apontou um manifesto escrito pelo companheiro, que eu respeito muito, Valério Acari, e aquilo ali é uma posição meio confusa. Eles não querem ser a favor e não querem ser contra e querem xingar o Governo Lula. Acharam um meio de xingar. Mas, se eles acham que isso resolve o problema, que o façam. São as escolhas. Eu estou entre aqueles que combatem vigorosamente para que todos tenham acesso à riqueza socialmente produzida. Eu não faço discurso dentro de aparato, não. Estou numa categoria que está sendo levada à extinção. E nós continuamos resistindo e demos demonstração aqui. E inclusive com companheiros da Bahia, e o Deputado Luiz Alberto sabe disso, quando derrotamos nesta Casa a Medida Provisória 246, colocando aqui mais de 400 ferroviários. Vejam as fotos, companheiros da Bahia. Vejam quem é quem é que está lá. A maioria esmagadora de homens e mulheres negros com mais de 60 anos defendendo a Rede Ferroviária Federal. E exigiram do Governo Federal que, pelo menos, coloque em folha de pagamento os 7,5% referente ao dissídio de 2004 dado pelo TST, que até agora o Governo não pagou. Minha mãe é uma negra que vive com uma pensão de 341 reais. E nós combatemos isso na prática.

Para concluir, eu tenho um minuto e cinquenta e dois, gostaria de dizer o seguinte. Nós vamos ter que fazer uma assepsia nesse debate. E não existe solução final aqui, não. Solução final serviu para outras coisas que têm exemplo hoje. Qual o papel que está cumprindo a Condoleezza Rice hoje? Sendo porta-voz do sionismo Estado de Israel, onde o Primeiro-Ministro se reivindica trabalhista, de esquerda, e não tenho escrúpulo nenhum de bombardear todo dia o povo árabe e o povo palestino.

O problema aqui não é só de cor de pele. Ele é central no nosso País, porque é um problema de identidade. Quando a polícia me aborda, me aborda é pela questão da pele. Quando eu vou procurar um trabalho, todos nós aqui [soa a campainha] sabemos a dificuldade. Diagnóstico aqui tem para todos os lados. Mas os Médicos também erram. Muitos Médicos confundem dor na vesícula com infarto. Então você sempre precisa de um segundo diagnóstico. Ainda mais agora, de acordo com essa proliferação de Faculdades de Medicina, é sempre bom buscar dois diagnósticos.

Então, eu combato. E estou aberto a ser convencido ao contrário, de que a minha posição está errada. Mas esse debate tem que ser feito sem acusações. De que é os contra, os contra estão em outro lugar. Os contra era uma denominação que se dava lá na Nicarágua. Contra o quê? Eu tenho uma opinião. E se luto contra a intolerância, se luto contra o racismo, eu tenho que aprender a ouvir posições divergentes, sim. Porque senão, por uma outra fonte, eu pratico aquilo que eu exatamente eu combato.

Então, companheiros, companheiras, Senador, eu me situo, enquanto um militante operário, enquanto um negro, que entendo que o Estatuto de Igualdade Racial, as políticas de cotas, aparentemente, para alguns, podem resolver um problema central, mas na minha opinião, elas reforçam a manutenção do *status quo*, vão incentivar a divisão, vão perpetuar a divisão e não vão atacar o problema de centro, o problema central é de poder. Quem detém o poder neste País, sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista cultural, sob o ponto de vista do conhecimento. E aí são as elites, e as elites, historicamente, são brancas. Para o povo negro, está colocada a questão do poder. O poder não será dado, o poder está conquistado. Com organização, com o combate e com uma perspectiva socialista. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Eu vou fazer o seguinte encaminhamento. Eu vou convidar os quatro que estão aqui que sentem na primeira fila, e convidaria os Senadores e Deputados que venham para a Mesa, para que

possam então fazer pergunta aos oito que ficarão aqui na primeira fila.

Senador Suplicy, eu peço que, por favor, V.Ex<sup>a</sup>. venha para Mesa, e será o primeiro a falar. Eu quero ter o orgulho de ter V.Ex<sup>a</sup>. aqui na Mesa com a gente [risos]. O Senador e os Deputados ficarão aqui na Mesa, os oito painelistas ficarão na primeira fila. Deputados e Senadores estão aqui conosco. O Senador Suplicy, o Deputado Luiz Alberto. A primeira fila fica com os oito painelistas. O Senador Mesquita.

Então eu passo a palavra de imediato ao Deputado Luiz Alberto, que está com problema de vôo e, em seguida, ao Senador Suplicy e, após, o Senador Mesquita. Posterior à fala dos três, nós vamos tentar permitir pelo menos as considerações finais para cada um daqueles que fizeram uso da palavra. Porque o tempo não permitiria. Eu até gostaria de levar um debate entre os que usaram da palavra, mas não há tempo. Então eu vou dar, no final, cinco minutos para que cada um possa fazer as suas considerações finais. Deputado Luiz Alberto.

**DEPUTADO LUIZ ALBERTO (PT – BA)** – Senador Paim, eu queria primeiro agradecer a gentileza do Senador Suplicy e dizer que, na verdade, eu não pretendia nem me posicionar aqui nesta Audiência Pública, até porque todos sabem minha posição.

Segundo, esse segundo tempo desta Audiência Pública, que começou pela manhã, é um debate que envolve a sociedade. Eu gostaria que a palavra estivesse mais com os movimentos, com os setores da sociedade para expor suas opiniões. Agora, eu queria rapidamente, Senador, dizer o seguinte. Eu ouvi atentamente aqui as palavras das posições contrárias, posições favoráveis, a posição do companheiro Roque que, na verdade, coloca novos elementos no debate, que eu acho extremamente importantes, do ponto de vista da tática da luta contra o racismo no Brasil.

Agora, eu fico preocupado, Senador, é que eu percebo que no debate de posições contrárias, principalmente de algumas posições, que se coloca contra, mas não apresenta uma proposta, não apresenta uma alternativa. É só contra o que está sendo debatido aqui na Câmara dos Deputados. E mais do que isso, apresentam o que eu chamaria aqui de amnésia seletiva histórica. Não resgatam um processo de escravidão que este povo vivenciou por quase 400 anos. É preciso debater isso. E que legado é esse? Como superar as mazelas desse processo? Portanto, eu acho que essa amnésia precisa ser retirada do debate, para que possamos debater mais profundamente.

Pela segunda vez, a Prof<sup>a</sup>. Yvonne coloca que houve um debate clandestino aqui no Congresso. Eu lembrar, eu lembrei do primeiro debate que houve na



Câmara, que não houve debate clandestino. Ao contrário. O debate do Estatuto da Igualdade Racial ocorreu com diversas Audiências Públicas, aliás, aqui tem várias pessoas que participaram desse debate, ocorreram debates nos Estados, em mais de oito Estados da federação, inclusive no Rio de Janeiro. Portanto, não houve um debate clandestino. Ocorre que os setores que estão se posicionando agora não tinham interesse em promover esse debate. Até porque imperava, historicamente, como imperou, a lei do silêncio para impedir o debate da questão racial no nosso País.

Então, eu me considero vitorioso nesse momento quando eu ouço setores da sociedade brasileira, inclusive da elite brasileira se posicionar numa coisa que o movimento negro sempre chamou para a arena do debate. Porque não pode ser discutida essa questão só com a população negra, só com o movimento negro.

Portanto, eu acho importante que neste momento, como disse o Professor José Jorge, que o nicho da elite brasileira, que eu considero que é a academia, que forma os seus quadros, estejam aqui se submetendo a esse debate conosco. Acho isso muito importante [soa a campanha] nesse momento.

Para encerrar, Senador, uma questão que eu colocaria aí, e chamar a atenção dos companheiros do Movimento Negro Socialista. Quando foi apresentado aqui o manifesto, assinado por 112 ou 114 intelectuais e militantes contra as cotas, eu queria identificar quantos negros assinaram esse manifesto. Curioso. Quando esse debate inicia e se adensa, Professora, não foi um manifesto que jogou ele na rua, não. Foi quando ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara, que o sistema globo de televisão jogou o debate na rua, se posicionou contrário, e aí acendeu o debate. E, curiosamente, é exatamente nesse manifesto de 114 ou 112 intelectuais e militantes que, talvez cinco, quatro negros tenham assinado, desses 112, a Rede Globo de televisão dá uma exposição extraordinária aos poucos negros que assinaram esse manifesto. Como nunca tivemos. Porque tanto a Professora, o Prof. Peter Fry, o José Jorge, cada um desses bravos acadêmicos podem a qualquer momento escrever seus artigos defendendo suas posições nos principais meios de comunicação do Brasil. Mas essa militância negra não tem a mesma facilidade, não tem a mesma abertura, ou seja, há um debate desigual, para a opinião pública. Há um debate desigual.

Mesmo assim, a pesquisa do Datafolha revela que se esse debate fosse mais democrático, teríamos não 65% favoráveis, mas talvez 90% da população brasileira. Não só dos negros, da população brasileira. Se esse debate fosse extremamente democrático.

Fiz um apanhado, rapidamente, para encerrar, Senador, dos artigos nos grandes jornais que publicaram suas opiniões. Seja de articulistas ou do próprio jornal, a posição do jornal, mais de 80% das publicações são posições contrárias. Não se abriu o mesmo espaço para as posições favoráveis. Portanto, encerrando, Ruanda é aqui. Ruanda é aqui. Quando os policiais negros do Rio de Janeiro, quando os policiais negros de Salvador, quando os policiais negros de São Paulo assassinam jovens negros, eu não vejo manifesto na rua contra isso. Eu não vejo manifesto na rua contra o debate aqui [palmas] quando se discute a violência no Brasil, por exemplo, da proposta de diminuir a maioria penal de jovens que, com certeza absoluta, vai alcançar o jovem negro desse País. Portanto, Ruanda é aqui.

E nesse aspecto, acho que é fundamental entender que nesse momento se expõe uma nova, uma reelaboração do discurso da democracia racial brasileira de forma mais sofisticada do que antes. Ou seja, ora, se eu digo que não tem raça, eu falei isso para o Demétrio Magnoli. Quando serviu para afirmar a “brancitude” brasileira, vamos dizer assim, existia raça para escravizar. Aliás, a escravidão, quando se instalou no Brasil, teve uma direção, independente da situação socioeconômica do escravizado. Porque foram trazidos da África Reis, Rainhas, portanto, socialmente, pessoas bem postas. Mas não, foi a identidade dessas pessoas que determinou que povo seria escravizado neste País. Agora, nesse debate se abstrai a idéia de raça. Não existe raça. É a reelaboração de um discurso de democracia racial para manter os privilégios. Essa é a minha interpretação. Portanto, eu acho fundamental que esse debate se amplie mais, mas que, ao final dele, quem é contra apresente alternativa. Nós não podemos viver mais nesse fosso onde a universidade vire um nicho de uma parte, que eu não vou falar de raça, mas de cor branca. Portanto, eu considero extremamente importante esse debate. Muito obrigado, Senador, eu vou ter que pegar meu avião. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Eu sei disso. Passamos ao Senador Suplicy. Os mesmos três minutos assegurados ao Deputado Luiz Alberto.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Querido Paulo Paim, que bom para o Senado é tê-lo aqui entre nós, proporcionando o debate da qualidade que nós tivemos hoje aqui. Eu tinha um avião das cinco, estou arriscando não pegar mais o das seis, 18, ia falar no Plenário, mas não consegui sair, dada a qualidade de cada um dos quatro que eu, eu não pude assistir todos, me desculpem, porque nós temos aqui atribuições múltiplas, mas aqueles que eu assisti, eu quero dizer, foi um debate de tirar o chapéu. E quero

dizer inclusive aos quatro, aí tive a oportunidade de assistir o Frei David, que estava expondo, não pude ver o Peter Fry, o José Carlos e o Marcos, que antes estavam falando, mas sobre o que eu pude observar dos Profs. José Jorge e Carlos Alberto Medeiros, assim como da Prof<sup>a</sup>. Yvonne Maggi e Roque Ferreira, inclusive a defesa com respeito à dignidade com que expõem os seus pontos de vista e a coragem com que cada um aqui expôs, olha, é de tirar o chapéu. Esta Sessão de hoje, felizmente, com tantas pessoas que vieram de longe do Brasil para assistir, mas que, ao vivo agora a TV Senado está mostrando o Plenário, mas certamente acho que hoje à noite será reproduzido, e acredito que diversas vezes, porque o que se passou hoje nesta sala, desde as exposições dos Ministros da Educação e da Igualdade Racial, de manhã cedo, o Fernando Haddad e a Ministra Matilde, foi uma coisa de uma riqueza [soa a campanha] fantástica, sobretudo, para nós que precisamos aprender dos argumentos e, sobretudo, da história incorporada, porque cada um dos que aqui disseram das suas coisas, mostraram também como é que as suas vidas e os seus pontos de vista foram transformados e estão sendo, inclusive aqui dentro nós estamos aprendendo uns com os outros.

E, com a disposição de aprender como, aliás, a Prof<sup>a</sup>. Yvonne aqui lembrou, eu, quando jovem, quando assisti, de Berthold Brecht e li sobre Galileu Galilei, Nicolau Copérnico e depois sobre Albert Einstein, no que eu mais me entusiasmei e procuro transmitir aos meus alunos é justamente a vontade que tinham esses Cientistas de descobrir a verdade e nunca temer descobrir a verdade, por mais difícil que ela pudesse ser, então, a conversa que eu vi num filme do Nicolau Copérnico, a filha dele perguntando: “Pai, o que é que você fica aí querendo dizer que a terra não é o centro do mundo, que a terra não é o centro do universo, que a terra é redonda. Você não vê que está mexendo com o pessoal lá da igreja?” E ele disse: “O que eu quero é saber a verdade”. “Mas porque tanto você quer saber a verdade?” “Porque é uma coisa humana’.

Quer dizer, nós precisamos ter esse espírito. E eu, que sou muito favorável a uma proposta que eu acredito que possa ser abraçada por pessoas, tanto os que são a favor das cotas como dos que não são a favor, de se instituir algo que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente para ser instituído gradualmente, que é o direito de todos partilharem da riqueza da Nação através de uma modesta renda que a ninguém será negada, a negros, brancos, amarelos, vermelhos, mulheres, homens casados, solteiros, desquitados, viúvos, empregados, desempregados, doentes, são, ricos e pobres, do Pelé ao Antônio Ermírio,

do José à Maria, o Paulo Paim e eu também vamos receber, a Renda Básica de Cidadania será um direito para todos e que, graças ao debate que vem sendo colocado, e felizmente é um dos lugares do mundo onde essa proposta está amadurecida, avançada, e acho que é importante que os que se preocupam com a questão da igualdade racial tenham conhecimento e possam até sugerir o XI Congresso da rede na terra da Renda Básica vai se dar justamente em Cape Town, na África do Sul, onde a proposta da Renda Básica de Cidadania passou a ser abraçada por mais de 32, 34 movimentos sociais, como o COSATO, a Conferência Nacional dos Bispos e tudo.

Então, vai haver, de 2 a 4 de novembro, queria até te convidar, se você quiser ir à África do Sul, e todos vocês. Mas eu quero, sobretudo, cumprimentá-los por estar promovendo este debate fantástico. Porque há uma coisa que une todos os que aqui falaram. Todos nós queremos resgatar o direito de todos aqueles que de alguma forma, em mais de 500 anos de história, tiveram direitos cortados, direitos à cidadania cortados e o importante é que nós venhamos a descobrir e aprovar a melhor maneira de promover a igualdade, para que, em breve no Brasil, possamos todos estar juntos na mesa da fraternidade. Me desculpem, porque eu tenho que me ausentar. Parabéns a todos. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Ficou dentro do tempo, cinco minutos. Senador Mesquita Júnior, com o mesmo tempo que foi assegurado aos outros dois, ao Deputado e ao Senador e, em seguida, vamos dar cinco minutos para cada painalista, para cada convidado, para suas considerações finais.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)** – Paim, olha, eu estou excitado. [risos] Você sabe, eu prefiro o barulho do debate do que o silêncio da omissão, sabe? E esse barulho hoje aqui repercutiu e vai repercutir inclusive para fora desse prédio com muita propriedade.

Eu sou um modesto militante da dialética. Creio que o contraditório instalado aqui, o contraditório, para mim, é a correia de transmissão do processo dialético. Um assunto de tal magnitude, um assunto de tal envergadura não poderia ser objeto de discussão, de debate sem que no seu cerne, no seu bojo estivesse o contraditório, Paim. Eu creio que é a partir dele que nós vamos avançar. Em algum momento, talvez encontremos um ponto de foco comum. Não importa. Eu sei que eu não me senti um segundo, um milímetro sequer aqui constrangido com o debate, com as idéias contraditórias entre si. Pelo contrário, como eu disse a vocês, me excitou. Estou aqui excitado. E eu quero, até para não tomar muito tempo, tivemos oportunida-

de de falar pela manhã, mas eu queria, ao lado desse bravo guerreiro aqui, o mandato do Senador Paim, o Gabinete dele é um *front* que vocês têm aqui nesta Casa, de luta. Eu queria, com toda humildade e modestamente também, me colocar à disposição, colocar o meu Gabinete à disposição.

Deixa eu contar para vocês uma experiência que eu estou vivendo na minha terra [soa a campainha]. Eu tenho como foco, aqui a gente tem um mandato relativamente longo, mas, por vezes, não dá para a gente se dedicar com a atenção que os assuntos merecem em vários assuntos. Então, eu tenho uma fixação, uma preocupação muito grande lá na minha terra com os pequenos produtores, com os seringueiros, que estão excluídos completamente do mínimo processo de desenvolvimento que nós operamos ali naquele rincão do País. Para entender melhor o que se passa, para tentar refletir acerca dos caminhos que a gente precisa buscar, eu constituí em torno do meu Gabinete um grupo de consultoria formado por seringueiros, por extrativistas, por pequenos produtores. Alguns estão ligados formalmente ao meu Gabinete, mas a maioria não. Regularmente, nós nos reunimos no Acre, eu estou indo hoje à noite para lá, no domingo eu vou me encontrar com eles numa região lá dentro da mata para discutir assuntos específicos no sentido de contribuir minimamente para a reflexão dos problemas que afligem aquela população. E da mesma forma, eu modestamente coloco o meu mandato, até porque não é meu, é do povo brasileiro, do povo acreano, eu coloco também, como faz o Senador Paim, eu coloco esse mandato à disposição de negros e brancos que estejam envolvidos de corpo e alma nessa discussão, para que possamos dar continuidade aqui dentro desta Casa, para que possamos dar continuidade, não percamos o élan, não percamos o passo, porque aqui tem assuntos que a gente começa a discutir em audiências assim empolgadas como essa e daqui a uma semana ninguém lembra mais do assunto. Impressionante. Esse não pode perder o fio da meada. Esse assunto no pode perder o fio da meada.

Portanto, o que eu tenho a dizer, para finalizar, é tão somente isso. Vou manter o compromisso que eu assumi hoje pela manhã. Não sei se eu estou equivocado. Eu, por hora, coloquei inclusive formalmente, vou fazer isso, vou fazer, posso estar equivocado, quem vai dizer no futuro se estou equivocado ou não, mas eu vou examinar composição do meu Gabinete, a partir dessa audiência de hoje aqui o assunto espocou na minha cabeça, espocou de forma forte mesmo na minha cabeça, não que eu não tivesse preocupação com o assunto anteriormente, mas é porque uma audiência como essa fez com que o assunto espocasse na minha

cabeça de forma terrível, e vou, sim, compor o meu Gabinete e perseguir o máximo possível o equilíbrio, trazendo para minha Assessoria negros e negras que possam dar uma contribuição efetiva a esse mandato. E, independentemente disso, o mandato vai estar à disposição, com toda a sua estrutura para aqueles que quiserem, no Gabinete do Paim e no Gabinete, se reunirem com regularidade, com estrutura, que a gente possa manter esse debate vivo. Portanto, está aí a disponibilidade do Geraldo para que a gente possa manter esse assunto em foco dentro do Congresso Nacional, dentro do Senado Federal, para que ele, a exemplo de outros assuntos também importantes, não desapareça nos desvãos desta Casa. Era o que eu tinha a dizer por hora. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Nós vamos agora conceder cinco minutos para cada um dos nossos convidados, para que façam as suas considerações finais. Eu começo com o Roque Ferreira, porque, já que ele foi o último a falar, agora ele inicia. Roque Ferreira, você tem direito a cinco minutos, para as suas considerações finais.

**SR. ROQUE FERREIRA** – Senador Paim, demais membros, como militante do movimento negro, e quando se fala em movimento negro no Brasil não há que se falar em um movimento negro. Quem se debruça sobre esse debate sabe que existem diferenças de apreciação, diferenças de entendimento sobre vários aspectos. Mas saudar a iniciativa de V.Ex<sup>a.</sup>, que cria a possibilidade de que esse debate seja feito e, com certeza, esse debate não vai morrer dentro da parede desta Comissão, porque ele já ganhou as ruas. E quando nós estamos nas ruas, não dentro só dos aparatos, nós escutamos de tudo. Podemos ouvir aquilo que a gente gostaria de ouvir e podemos ouvir aquilo que a gente não gostaria de ouvir. Mas o importante é ouvir. O importante é ouvir. Eu reafirmo aqui uma concepção, e eu posso estar enganado, eu posso estar errado, mas eu não sou sectário, eu não sou obtuso e eu não olho a vida de maneira linear. E estou aberto a ser convencido ao contrário. Porque esse é o centro da democracia. Na minha concepção da democracia operária. É o debate, é a discussão, é a força do argumento. Não são outros instrumentos de força e de coerção, seja de maneira direta, ou seja, pela pressão sistemática, diária, permanente, dos estereótipos, das classificações. Porque isso transforma o debate num riacho ou num rio. E algumas pessoas enxergam o fim do rio. Mas têm que enxergar para além da curva do rio. Eu procuro fazer isso. Às vezes erro junto com outros, e às vezes acerto.

Mas eu gostaria de encerrar esse debate me apoiando talvez num dos maiores estudiosos da ques-

tão do negro, e militante, e que foi Deputado nesta Casa, Florestan Fernandes. E esse debate, essa apreciação diferenciada sobre conceitos de raça e de classe, que permearam tanto o movimento foi objeto de um vigoroso estudo do Florestan Fernandes. Em parte desse estudo, ele diz o seguinte. Para Florestan Fernandes, a desmistificação dessa idéia de convivência pacífica entre as raças no Brasil deveria ser um dos primeiros passos que o movimento negro deveria dar como forma de fortalecimento. Em seguida, ele deveria construir um movimento de oposição à ideologia dominante, criando assim, suas bases políticas culturais de combate não apenas ao racismo, mas também ao capitalismo. Porque, na nossa opinião, ele é do Steve Biko, o racismo é a outra face da moeda chamada capitalismo. Na verdade, sua luta deve ser canalizada para a conquista de uma segunda abolição, que parta de baixo para cima, ao contrário da primeira. Combatendo, além da elite branca, também a pequena camada privilegiada negra. Esse pequeno grupo de negros, que passou a integrar as camadas médias, que, segundo Florestan, são os novos negros, devem ser combatidos, uma vez que alcançado o conforto da vida burguesa, eles passaram a rejeitar e a satanizar o movimento negro que combate pelo fim da exploração de classe perante a tal sociedade.

Enfim, são posições que estão colocadas. Eu acho que é a grande riqueza desse debate, a grande vitória que nós conquistamos foi colocar a discussão do racismo de maneira clara, de maneira de fácil entendimento para a maioria esmagadora da população.

E se o debate precisa ser feito, que se faça. Eu não defendo uma sociedade plebiscitária [soa a campanha]. Por conceito, eu não aceito plebiscito nem referendo. Mas o debate está colocado. E em nome do Movimento Negro Socialista e de tantos outros, é óbvio que nós não temos a trajetória do MNU, que foi fundado em 1978, pelo assassinato do Robson, em São Paulo. Mas muitos que estão no Movimento Negro Socialista têm história dentro do Movimento Negro Unificado e dentro de outros movimentos.

E além dessa história, tem a história do combate diário e permanente nas ruas na defesa dos interesses da maioria esmagadora da classe trabalhadora brasileira, cujo maior contingente é composto de negros. Se temos equívocos, a história resolverá o problema. A história dirá. E nós continuaremos o nosso combate. Continuaremos o nosso combate, combatendo a violência policial, o genocídio deliberado do Estado da juventude negra deste País. Enfim, é um combate que a gente trava. Como nós não somos donos de nenhuma verdade absoluta, e a dialética ensina isso, nós vamos continuar apresentando as nossas posi-

ções e debatendo com honestidade, com franqueza, com serenidade e, acima de tudo, com ousadia para encontrar uma saída que efetivamente possa garantir aos negros, mesmo a sociedade sendo racista, os direitos materiais iguais. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Eu vou passar a palavra à Prof<sup>a</sup>. Yvonne, mas depois eu vou passar para dois do lado de cá e dois do lado de lá e depois vamos terminar com dois do lado de lá. Prof<sup>a</sup>. Yvonne, com cinco minutos, para as suas considerações finais. Aqui é um equilíbrio que vocês não imaginam [risos].

**SRA. YVONNE MAGGI** – [risos] Eu só quero dizer nessas minhas palavras finais que o combate ao racismo é um combate que é diário, e que deve ser feito por todos os cidadãos brasileiros. E que está escrito na lei. As leis brasileiras punem o racismo como crime inafiançável. Então eu peço aos Senadores e aos Deputados que irão votar essa difícil e muito difícil escolha, que rejeitem os dois projetos. Acho que nós temos que pensar num estatuto da igualdade dos cidadãos brasileiros. Acho que também, no que tange a universidade na qual eu trabalho há 38 anos, que foi fundada, entre outros, pelo meu pai, quero dizer que as vagas dessas universidades federais chegou a hora da gente pensar realmente numa mudança radical. Não são migalhas, nem que os negros, nem que os cidadãos brasileiros precisam. Eles precisam realmente de vagas. A Universidade de Buenos Aires tem, ela sozinha, 300 vagas. As universidades brasileiras federais têm 500. No seu total, 500 mil. Isso significa muito pouco.

Nós chegamos a um momento, e nesse sentido a luta pelas cotas foi muito importante para fazer com que as pessoas pensassem na equidade do acesso ao ensino superior, nós temos que realmente pensar numa abertura radical das vagas do ensino superior público federal. Não podemos mais aceitar essas pequenas migalhas. E os Professores dessas universidades têm que ser conscientizados de que eles têm que dar o seu trabalho e os Governos, conscientizados de que eles têm que abrir mais verbas, conceder mais verbas para que essas aulas, para muitas pessoas, sejam oferecidas. E isso não vai ser... Se não votarmos isso agora, nós vamos votar daqui a cinco, dez anos, porque é inexorável, se nós lutarmos por uma melhoria do sistema fundamental de ensino no Brasil, e básico, nós teremos em poucos anos todos os alunos formados no ensino médio e, portanto, muitos deles desejando o ensino superior. Hoje, nós estamos nessa discussão aqui porque são só 30% da faixa etária que chegam ao final do ensino médio. De modo que tem muito mais coisa por baixo desse pano. Eu peço então uma refle-

xão realmente muito séria sobre os dois projetos antes de colocar a sociedade brasileira diante do seguinte dilema: Existe fogo? Existe. Existe um racismo diário? Existe. Existe desigualdade? Existe. Vamos apagar isso como? E eu quero agradecer ao Senador Paim o convite muito amável, a que eu respondi imediatamente, não só pela amabilidade, mas porque eu confio plenamente de que a nossa carta pública, que foi assinada só por 114 pessoas, ela produziu o debate porque ela mostrou que por trás dessas 114 pessoas havia muito mais do que 114 pessoas. Havia um desconforto de muitos [soa a campainha], os que não falaram, os que não disseram, mas a boca pequena me diziam que eram contra. Porque o povo brasileiro não pensa dividindo as pessoas em brancos e negros.

Então, em nome dessa verdade, que é a verdade que deve vir e deve surgir certamente, porque ela é a verdade da maioria do povo brasileiro, eu peço aos Senadores e aos Deputados que mais do que reflitam, que pensem uma forma de fazer um estatuto da igualdade de todos os cidadãos brasileiros. Obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Passo a palavra agora ao Coordenador Nacional do Movimento Negro Unificado, MNU, Marcos Alessandro, também por cinco minutos.

**SR. MARCOS ALESSANDRO SANTOS DA SILVA** – Eu quero agradecer à Comissão de Educação do Senado, ao esforço pessoal do Senador Paulo Paim para a realização desta audiência. E dizer que para nós do MNU, a postura da imprensa brasileira ela é extremamente sintomática em relação aos interesses que estão em disputa. O ombudsman da Folha, o Marcelo Beraba, em seu artigo, em sua coluna de avaliação de trabalho da Folha chamava a atenção da imensa maioria de artigos que a Folha de São Paulo publicou contrários às cotas e um número bem menor favorável às cotas, ou seja, criticando a não existência de uma postura de equidade entre as partes. Em relação a O Globo, nós tivemos estudos e análise quali-quantitativa dos textos publicados pelo O Globo em relação às cotas, de março de 2002 a junho de 2004, de 141 matérias, oito textos favoráveis, 48 contrárias e 85 neutras, que trabalhavam as duas perspectivas. Eu quero saber a serviço de quem esses setores estão tão bem organizados e praticando essa violência contra o debate nacional.

Quero também dizer que nós entendemos que não podemos resolver uma dor de dente com um remédio de disenteria, por exemplo. A questão das cotas, as políticas afirmativas referem-se a uma ação específica em relação às universidades, porque entendemos que as universidades representam um espaço de poder. E

os negros e negras deverão estar em todos os espaços de poder. Se é verdade que não existe no Brasil um critério racial para o processo de ocupação desses espaços de poder, eu pergunto onde estão os negros nesta galeria de fotos em relação aos Senadores desta Casa. Onde estão os negros? [palmas]

Se é verdade que a sociedade brasileira não se organiza a partir da questão racial, eu pergunto: Como é que nós explicamos que nós os negros e as negras somos sempre a maioria nos espaços de subalternidade e nos espaços instituídos de poder, estamos nas posições de maior precariedade. Não entendemos, por isso que a nossa defesa é em relação a ação imediata, que a formação de uma elite negra, de uma classe média negra dê conta da nossa luta. Eu disse: A nossa luta tem como eixo as reparações históricas e humanitárias ao povo negro da África diáspora. Então nós defendemos a perspectiva panafricanista, que entendo o conjunto das lutas dos negros e das negras à África diáspora pelo processo de libertação. Essa é a idéia com a qual trabalhamos. E dizer que existe dentro do Movimento Negro Unificado correntes diversas, isso é próprio de qualquer organização de caráter nacional e que dialogue internamente as diversas perspectivas.

Mas nós temos congressos nacionais que definem posições e nós temos uma posição em defesa radical das reparações históricas humanitárias ao povo negro.

Quero também dizer que não basta combatermos o capitalismo para combatermos o racismo. O socialismo também não teve condições de operar as desigualdades raciais. Nós sabemos que os estudos que o Prof. Carlos Moo revela sobre a ocupação de negros em cargos de poder em Cuba representa menos de 7%. [palmas]

Então, a implantação do socialismo por si só não dá conta de reparar as dívidas históricas que nós, povo negro, enfrentamos. E uma outra coisa, até mesmo dentro das organizações socialistas, vamos perguntar qual a posição que os negros ocupam. Quem são os “capas” das tendências nacionais de esquerda. Não temos, não me recordo agora de um grande número de negros. Quem é que está na direção nacional? [soa a campainha] Qual o número de negros e negras na Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialismo e Liberdade, da causa operária, da convergência socialista, onde estão os negros nesses partidos? Apenas segurando as bandeiras das posições que os seus “capas e diretores” ideológicos definem como sendo as posições que eles devem trazer para centro do movimento.

Eu não tenho nenhum problema com a divergência ideológica e respeito os irmãos e as irmãs do

Movimento Negro Socialista. O único pedido que eu faço, o único clamor que eu faço é que, de fato, a partir de agora pelo menos, ele se confirme em movimento negro na luta do dia-a-dia, e não apenas nas páginas de O Globo e nas entrevistas da Rede Globo de Televisão. Isso é necessário. [palmas]

E para completar, eu quero, em nome do Movimento Negro Unificado e de outras entidades de movimento negro nacionais, estaduais e locais conchamar toda a militância de movimento negro aqui presente para que no dia 18 de agosto, que foi definido como o Dia Nacional de Mobilização pela Aprovação das Cotas Raciais, convocar toda a militância para construirmos uma atividade de mobilização nas ruas, de ocupação das Reitorias, um grande apito para mostrarmos ao conjunto da opinião pública nacional qual é a posição da população brasileira.

E por último, o Movimento Negro Unificado é radicalmente contrário a qualquer tipo de negociação e acordo que substitua as cotas raciais pelas cotas sociais. Nós sabemos que em momentos cruciais da história do Brasil há quem serviu os acordos para o impedimento de processos de radicalização. Então, nós não podemos aceitar e somos defensores das cotas raciais. E no mais, concluindo, agradecer de novo a esta Casa por este debate e dizer que é sempre necessário e importante que o movimento social esteja presente nos debates, de fato, e não por representantes que são forjados em últimos instantes. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Passamos a palavra ao Dr. Carlos Alberto Medeiros, para fazer uso da palavra com seus cinco minutos. Em seguida, Dr. Peter.

**SR. CARLOS ALBERTO MEDEIROS** – Faço minhas as palavras de vários dos oradores que me precederam, sobre a importância deste debate, me congratulando então com os organizadores, enfim, pela oportunidade de nesta Casa, nesta Casa tão importante nós estarmos discutindo e trazendo diferentes perspectivas.

Mas eu queria apenas lembrar um dois pontos que, enfim, em função do tempo não me foi possível levantar durante a minha fala inicial. Há coisa de três anos, o Supremo Tribunal Federal chegou a uma decisão muito importante e que serve como baliza neste debate, e curiosamente não tem sido lembrado. Foi o caso, foi uma decisão sobre um processo de discriminação racial movido contra o responsável por uma editora do Rio Grande do Sul que publicava livros anti-semitas. E a decisão, o voto do Plenário do Supremo acompanhou o Relator, e eu tenho a honra de o Relator ter utilizado, ter reproduzido toda uma página do meu

livro em parceria com o Jacques D'Adesky e Edson Borges, "O Racismo, Preconceito e Intolerância", para concluir que, contrariamente à tese dos Advogados, os judeus não são raça e, portanto, não sendo raça a discriminação contra os judeus não é uma discriminação racial, o que o Supremo concluiu é que, sim, para fins de discriminação racial os judeus são raça, não importa que biologicamente não o sejam, se existe ou não raça biológica, existe a discriminação racial. É interessante que isso foi amplamente publicado pela imprensa naquele momento e nós não vimos, mais uma vez nós não vimos os paladinos da idéia de que raça não existe se manifestarem contra essa decisão do Supremo. Principalmente, o grande número de judeus que assinou aquilo que o Hélio Gáspari chamou de "Manifesto Burger King", o grande número de judeus que assinou esse manifesto deveria ter se manifestado contra essa racialização do discurso sobre discriminação no Brasil que foi a decisão do supremo.

E eu queria lembrar também aos nossos irmãos do Movimento Negro Socialista, que têm utilizado muito o exemplo de Condoleezza Rice, vocês têm que ver é qual é a posição dela. Condoleezza Rice é contra, terminantemente contra ação afirmativa. Porque Bush é contra. E eu fico imaginando então se vocês vivessem nos Estados Unidos, vocês sairiam de mãos dadas com George Bush, Ronald Reagan [risos] e todos eles, porque... O Partido Republicano é contra. É um ponto partidário. E é contra por quê? Os neoliberais são contra porque ação afirmativa é o que há de mais antiliberal. Porque implica intervenção do Estado numa área que deveria ser dominada pelo mercado, regida pelo mercado, e significa, no caso dos Estados Unidos, em que foi criada uma agência, a *Equal Employment Opportunity Agency*, ou seja, mais Estado e não menos Estado. E todos os ícones do neoliberalismo, do conservadorismo, de Bush até o Filósofo Olavo de Carvalho, que escrevia no O Globo e agora está escrevendo no Jornal do Brasil e que é um dos poucos intelectuais brasileiros que se situam, se colocam claramente como de direita, Olavo de Carvalho, vejam qual é a posição deles a respeito desse debate, vejam qual é a companhia de vocês nesse debate. Era só isso que eu tinha a dizer. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Professor Peter, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

**SR. PETER FRY** – Não sou amigo de nenhum deles. E gostaria também de começar agradecendo de coração esse convite, Senador. Fiquei muito comovido quando recebi seu telefonema no meu celular. Porque era um certo reconhecimento de que existo. Então por isso é que aceitei e vim aqui de bom grado, e concor-

do com todo mundo que esse debate é fundamental, e ainda queria insistir que é um debate que diz respeito ao País e ao mundo. Me entristece um pouco a presença de poucos Senadores. E isso talvez seja o sintoma de que para eles talvez não seja um assunto muito importante. Gostaria de insistir que é muito importante.

E uma coisa que também fiquei pensando, vocês falam muito da universidade, na década 20, 10, 20, 30, todos os intelectuais brasileiros, todos, e todos políticos escreviam sobre essa questão. Todos. Por bem ou mal. Hoje em dia os Cientistas Políticos não escrevem, poucos Economistas. E há uma espécie de inércia, como se fosse uma coisa de menor importância. Eu sinto isso. E talvez esse debate faça com que mais pessoas se interessem pelo assunto.

Eu, para terminar, vocês devem saber que eu sou Professor e Pesquisador e não tenho vergonha disso. Sou péssimo em arenas políticas, não fui feito para isso, jamais poderia me candidatar a nada, e talvez por isso mesmo é que escolhi uma carreira de Professor. Acontece que eu não sou ingênuo o suficiente para perceber que as palavras têm poder. Quer dizer que eu sei perfeitamente, porque eu escrevo sobre coisas que têm a ver com a arena política, porque de vez em quando eu fico puxado para ela. E essa situação é especialmente difícil, eu agradeço às pessoas que fazem insinuações, mas é especialmente difícil, para alguém que se preocupa com esse assunto ter que, ao mesmo tempo que simpatize com todos as reclamações e que simpatize todo as demandas, realmente, se posicionar numa posição crítica. É muito, muito difícil. Porque há no ar a idéia de que sem as cotas os negros não estivessem na universidade, e isso não é verdade. 34% dos nossos alunos da UFRJ são pessoas que se definem, pelas categorias do recenseamento oficial, de pretos e pardos. Quer dizer, que não é verdade. Os números são pequenos ainda, mas há um afluxo cada vez maior. Então, há uma espécie de mágica que fez com que cota é necessária para a mobilidade social das pessoas negras. E é isso que eu acho meio que uma ilusão, uma ilusão, porque eu acredito muito mesmo no poder das pessoas agarrar as oportunidades quando as têm. E o grande problema, todo mundo está concordando, que as oportunidades não existem para, e eu não vou repetir esses argumentos que são absolutamente conhecidos por todos.

E eu reconheço também que é quem está a favor das cotas evidentemente está a favor de investimento maciço nas escolas primárias e secundárias. Eu acho que isso é uma falsa discussão, como também acho uma falsa discussão a questão do sucesso dos cotistas. Nunca duvidei que os cotistas fossem bem-sucedidos. Não faz parte da minha argumentação. É claro,

o vestibular discrimina por pontos decimais pequeninhos. É óbvio que a universidade pública poderá aceitar muitas pessoas, e não vai baixar a qualidade. Eu concordo com a Yvonne, nós teremos uma cooperação que não abre.

Eu fiquei muito feliz quando o Ministro disse da insistência dele em colocar um terço das vagas no curso noturno [soa a campainha]. Fundamental. Vou terminar.

Só para terminar, eu sou apenas um indivíduo, não represento ninguém. Absolutamente ninguém, a não ser eu mesmo. E eu mesmo, formado como sou, Antropólogo, Antropólogo que aprendeu, desde o primeiro ano da sua faculdade que raça é uma invenção social histórica nociva que cria mais problemas, e muito mais problemas, que resolve. Que produz morte, que produz genocídio etc. Isso eu aprendi desde o início.

O Carlos Alberto Medeiros me lembrou que essa idéia é libertária. E é mesmo. Pelo menos foi libertário para mim. É libertário saber que nós somos, de fato, iguais. E eu vou ter que insistir nesse ponto. Me perguntam então por que é que me exponho à ira dos meus colegas. Por que é que me exponho à crítica de vocês? E os meus colegas acadêmicos. É terrível. É a única razão. E me perguntam por que é que eu falo, mas não é melhor ficar quieto? Aí descobri, é uma coisa que vocês talvez nem possam acreditar. Chama-se consciência. Eu não consigo ficar calado quando vejo raça sendo usada para combater raça. É uma questão absolutamente minha, mas fundada numa disciplina.

A metáfora da gasolina e do fogo é interessante. Porque, de fato, quando você quer combater alguma coisa, você tem que combater com algo que não dê força àquilo que está combatendo. Essa sempre foi a minha posição. Não é que sou racista. Creio que é uma posição anti-racista radical, inclusive. E é por isso que eu tenho essa opinião. Agora, quem vai decidir é o Congresso Nacional. Não sou eu que vou decidir. E o Congresso Nacional vai estar em melhores condições de votar ouvindo esse debate, e eu espero que se espalhe, que se discuta mais e espero também que se tire a idéia de que é a única saída, porque não acredito que seja, e podemos, aliás, organizar uma outra Sessão para discutir quais são as várias saídas possíveis. Eu, pessoalmente, penso que é possível, rapidamente, fazer muita coisa sem nomear as raças. Mas as pessoas parecem ter um interesse muito grande em fazer isso. E esse é que é o meu ponto de discórdia. Muito obrigado, Senador. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM (PT – RS)** – Passamos a palavra ao José Carlos de Miranda, do Movimento Negro Socialista, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

**SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA** – Bom, Senador Paim, Senador Geraldo Mesquita, todos presentes, eu não posso deixar de falar, não só me congratular com todos que elogiaram a iniciativa, mas da forma elegante, cortês e democrática que conduziu os trabalhos. Porque nós sabemos que são discussões difíceis, e eu ouvi todas as insinuações feitas a meu respeito aqui. Eu sou, como eu disse, eu milito desde os 15 anos de idade. Eu não fui fundador do PT, porque na época eu não podia se filiar aos 16 anos. Mas não tem nenhum problema. Quando subimos ao palanque das Diretas Já, alguém, eu não vou citar o nome, mas alguém que hoje é mais famoso e seria injusto eu falar, me disse: “Mas vocês vão subir nesse palanque? Tem até torturador aí”.

Bom, eu acho que para uma questão que você acha imprescindível e importante, eu não tenho medo de fazer acordo com Deus, com o diabo, ou com a avó do diabo. Se você acredita, você faz esse combate. Eu acho que, nas Diretas Já, foi correto subir com quem quer que seja para acabar, para fazer aquele movimento, que depois derrubou a ditadura. E fez com que a gente pudesse estar fazendo essa discussão aqui hoje. E fez com que o partido que eu ajudei a construir elegesse o Presidente da República. Mesmo que hoje eu seja um crítico ferrenho, sendo um petista. Não tem problema. Isso é da democracia.

Portanto, eu não posso admitir, Senadores, os presentes aqui, eu tenho que retomar, eu não posso admitir que alguém, que eu estive agora há pouco no Encontro Nacional da Central Única dos Trabalhadores, no Congresso Nacional, que é a principal organização operária e sindical deste País, que eu tive no Encontro Nacional do PT, que eu estive em oito locais na periferia da minha cidade, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato debatendo e discutindo isso há mais de três anos. Essa é a mesma posição que eu tenho. A única diferença é que eu encontrei uns intelectuais que tinham um ponto de acordo comigo. Eu não tenho medo nem vergonha de estar junto com eles. Aliás, eu quero dizer, eu me orgulho. A minha militância política, e eu creio que a de todos, tem que se orgulhar quando a gente defende as nossas idéias com convicção, com clareza, e com importância. Como disse o Roque, pode ser que as coisas mudem. Pode ser que a maioria hoje da cúpula dos movimentos negros mudem. A maioria dos alemães um dia foram a favor do Nazismo. Mudou-se. Nesse País aqui, a maioria votou uma vez no Fernando Henrique, de um partido, depois votou no Lula. Agora nós vamos ter outra eleição. Ser maioria ou ser minoria, é uma expressão da luta social. E nós não podemos impor, quando somos maioria, o esma-

gamento da outra parte para desqualificar a discussão política da idéia.

Eu me senti... Não me senti ofendido, porque outras lideranças foram aí xingadas de qualquer coisa. E a gente sabe que no início do PT nós éramos todos chamados de grevistas baderneiros. E eu fui xingado disso. Não tem problema. Eu vou dizer o seguinte: Eu acredito piamente, Senadores, o público que pode assistir a gente depois, e os que estão aqui presentes, piamente que só a igualdade de todos pode elevar o nível de vida de todos [soa a campainha]. A proposta das cotas é a construção, é começo da reforma pelo teto. Porque o Professor acabou de dizer, José Jorge, aqui que nós vamos lá do 2, do 1, do sei lá quantos por cento, tão pequenininho, que nós vamos mexer, que isso é o poder. Mentira. O poder é o luta do povo desse País que fez o Lula ser Presidente, que fez o Paim se constituir enquanto dirigente de sindicato e estar aqui nesse Senado. A luta classes de organização do povo é que pode fazer mudanças verdadeiras neste País. E não alguma mexida sem discutir o modelo econômico.

Porque ninguém colocou aqui, eu ouvi a explanação e ninguém discutiu o modelo econômico, que é perverso. Que hoje nós estamos com um problema nos serviços públicos. Como nós vamos fazer para melhorar os serviços públicos? Eu acho que tem que mudar a política do superávit primário. Eu acho que tem que mudar o modelo econômico. Como vamos fazer isso? Vamos abrir uma discussão e não é o tudo ou nada. Para concluir, Senadores e presentes, nós podemos ou não fazer um plano para equiparar a escola pública de ensino fundamental e médio desse País às escolas privadas? Sim ou não? Nós não podemos aprovar, discutir, melhorar a proposta de obrigatoriedade do ensino médio, como foi o ensino fundamental. Podemos? Sim ou não? Eu tenho certeza absoluta, porque toda vez que o negro tem condição de igualdade, que o pobre, que o trabalhador, ele não é nem mais nem menos. Ele pode ser vitorioso. E esse é o nosso combate. Por igualdade. E aí sim, quando a gente fala de igualdade, a gente luta contra o racismo. É assim que eu gostaria de terminar, agradecendo ao Senador, a todos, e com a famosa frase célebre de que a gente construiu o nosso Movimento Negro Socialista. Que neste regime que perpetua desigualdade só a luta pela igualdade pode modificar a situação. Portanto, o capitalismo e o racismo são duas faces da mesma moeda. Obrigado, Senador. Obrigado a todos. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Passamos a palavra de imediato ao Prof. José Jorge. V.Ex<sup>a</sup>. também dispõe de cinco minutos para as suas considerações finais.



**SR. JOSÉ JORGE CARVALHO** – Agradeço a oportunidade e o privilégio de ter vindo a esta Casa debater esse tema. Eu queria primeiro colocar que esta Casa deve ser sensível à representação, porque ela é justamente o lugar da representação. Eu queria apenas insistir em um ponto que, neste momento, como é um resultado já de uns sete, seis anos de uma longa discussão que existe no País do Norte ao Sul, nós temos uma grande massa crítica que qualifica cada vez mais de estudantes negros e estudantes brancos envolvidos na discussão de ações afirmativas, nas suas implementações nas universidades federais e estaduais, nas várias regiões, e não tenho...

Queria então deixar o seguinte, que a elite acadêmica branca, que por 70 anos controlou as nossas universidades, que são excludentes, como todos certamente admitirão, lentamente, nos últimos anos começou a mudar, a ouvir os debates, ouvir os argumentos, isso aconteceu na Universidade de Brasília, na Universidade do Paraná, na Universidade de Alagoas, Bahia, isso foi crescendo para todo o País. Então, na verdade, eu queria só deixar, porque eu preciso fazer essa radiografia, que é o seguinte. Neste momento três universidades muito importantes do País são as que resistem às cotas. Essas universidades são Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais e a USP. Até a UNICAMP, mais ou menos, admitiu a desigualdade racial colocando pontos, que são ainda muito pequenos, apenas dez pontos favoráveis para os estudantes negros. Mas se existem dez pontos para os estudantes negros significa que a UNICAMP tem que revisar a sua própria idéia—

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. JOSÉ JORGE CARVALHO** – Claro, evidentemente ela já compreende a necessidade das ações afirmativas. Então, o reduto, as cotas de qualquer forma elas já estão em crescimento. Inclusive seria estranho que se um dia esse Congresso teria que forçar a UFRJ e a UFMG a colocar cotas, se os Professores de lá não aceitarem, porque o resto todo já terá algum dia. Esse será mais ou menos o panorama onde estamos.

Então, a elite acadêmica branca foi aceitando a necessidade de mudar a nossa situação escandalosa. Então, com isso, significa a cultura política do Brasil está mudando. É a idéia de pacto nacional também que está mudando. É a idéia de quem fala por quem. Então, esse é um problema de representação. Então, para mim, não tenho dúvida, eu sou um acadêmico branco. Eu não posso falar no lugar do Carlos Medeiros, que é acadêmico negro. Eu queria então colocar que, por um lado, não há mais a possibilidade de que um grupo de Professores brancos decidam como é o

Brasil, como é o pacto nacional, os brasileiros são assim. Se 45% da população quer essa mudança desse pacto, ela tem que resistir. Então, as cotas são uma demanda de 45%, dos líderes dos 45%.

Aí eu queria, com todo o respeito e o carinho aos colegas Miranda e Roque, não é uma questão pessoal, mas lembrar o seguinte, há uma desproporção nesse grupo. Porque o senhor tem aqui apenas Rio e São Paulo, onde estão justamente a UFRJ, a UFMG e USP, e é preciso lembrar também que a mídia ficou meio que refém dessas universidades poderosas. Quer dizer, de uma certa maneira os jornais de São Paulo são muito ligados à USP e, como a USP é contra, os jornais de São Paulo são contra. E como os jornais também do Rio de Janeiro são muito ligados e a UFRJ tem um grande poder, eles são contra. Mas o Brasil tem 27 Estados.

Então, o que aparece nos jornais do Rio e de São Paulo não reflete o movimento nacional. De forma alguma. Então, há uma distorção de representação que se nota pelo fato de que de quatro pessoas presentes os dois Professores são do mesmo departamento da mesma universidade. E o movimento negro que aparece aqui são dois do mesmo movimento negro de São Paulo. Esse movimento negro também é pequeno relacionado ao movimento que é a favor das cotas.

No dia 24 de julho houve um grande ato a favor das cotas no Rio de Janeiro, que tinha mais de 50 organizações negras, entre as quais a CONEN(F), a PVNC, a EDUCAFRO, a CUT, a COLUTAS(F), o MNU, [soa a campainha] a Federação Israelita, a Loja Maçônica e tantas outras. Significa que esse movimento é enorme. E elas só fazem sentido, a massa crítica nacional vai ter então que mudar a natureza das relações raciais, as ações afirmativas são uma forma de colocar uma série de questões que estão bloqueadas no mundo acadêmico, que estavam bloqueadas também na sociedade.

Então, há uma efervescência em todo o País. Isso é que eu sinto. Então, é em nome dessa efervescência que eu também poderei dizer no final para os meus colegas que as cotas fazem muito mais sentido é no socialismo. Quem é socialista é que deveria ser a favor das cotas. Por quê? Porque você teria um piso mínimo de cidadania para todos. Mas como é que nós vamos reparar uma história passada de desigualdade? [palmas] Nós só faríamos essa história de desigualdade com ações afirmativas. Senão, esse socialismo poderia durar cem anos. Os exemplos de culpa pelos Estados Unidos que estão dando. Por quê? Você não repara em 40 anos, 300 anos de discriminação racial.

Então, a combinação justamente de um grande esforço socialista pela educação para todos, com as

ações afirmativas, por quê? Porque é da elite também que você irradia mudanças. E tomara que tivéssemos mais Ministros negros, mais Senadores negros, mais Professores universitários negros. E isso implicaria refazer esse pacto nacional. Então, o pacto nacional não é mais entre nós que falamos, que quase sempre são brancos. Agora somos nós brancos, nós negros, nós indígenas. E em nome desse pacto, se a maioria quer as cotas, que as cotas existam então. Muito obrigado. [palmas]

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Passamos para o Frei David, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

**FREI DAVID SANTOS** – Bem, eu falo para os Senadores e Deputados que vão votar esses dois projetos que vocês devem, por questão de fidelidade ao voto, estar de lado dos 65% do povo brasileiro que, segundo o Datafolha, são a favor das ações afirmativas. Também lembrar a vocês, Deputados e Senadores, que no Brasil temos mais de 2500 pré-vestibulares organizados para negros, carentes e outros segmentos excluídos. E cada pré-vestibular tem no mínimo 50 alunos lutando para seu ingresso na universidade. Todo esse pessoal estará de olho, vigiando o voto dos Deputados e Senadores no sentido de ver justiça florescer em nossa realidade.

Segundo ponto, é dizer e pedir, conclamar a quem é contra e que falaram que esse projeto não foi bem discutido, que me apresente qualquer outro projeto que passou por esta Casa de janeiro deste ano a julho deste ano que teve mais debate do que o Projeto de Cotas. Então, gente, é falta de com a verdade dizer que não houve debate olhando a realidade desta Casa. Os projetos que aqui passam, o envolvimento dos movimentos sociais depende dos seus interesses, de cada cidadão. O projeto que teve mais envolvimento foi o de cotas para negro. Ora, e dizer que não teve debate é falhar com a honestidade.

Ponto três. Quero deixar bem evidenciado que eu, como padre franciscano, não estou hora nenhuma protegendo a minha igreja católica ou qualquer outra igreja cristã. Quero deixar bem claro que, em 1983, organizamos junto com uma grande equipe o I Encontro de Padres, Religiosos e Seminaristas negros. E por causa desse atrevimento fui punido pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, do Rio de Janeiro.

Ponto quatro. Gosto muito do momento que estamos vivenciando. Eu espero que nossos irmãos negros do movimento socialista mantenham-se firmes no debate. Eu espero que a Yvonne Maggi, que o Peter Fry e os demais mantenham-se firmes, porque vocês provocam e ajudam o debate crescer. E falo isso por quê? Porque se vocês observarem, vamos chamar que

até maio deste ano 70% do produto de ocupação de espaço na imprensa sobre cotas eram radicalmente contra e com afirmações tendendo à mentira. No dia 29, quando saiu o manifesto contra as cotas, aumentou o volume de material na imprensa sobre o assunto e ampliou o índice de matérias contra, beirando quase a 80%. Vocês conseguiram ampliar o grupo dos contra. Parabéns! No entanto, queremos registrar para vocês que a partir do dia 04/07, quando veio o manifesto a favor, e que a imprensa percebeu que o manifesto a favor tinha 355 intelectuais contra 144 dos contras, mudou radicalmente e, se vocês observarem, conseguimos beirar ao equilíbrio de matéria contra e a favor. E ao mesmo tempo ampliou em três vezes mais matérias nos jornais e televisão e rádios sobre o tema do negro. Portanto, agradeço sim o momento que vocês proporcionaram. [palmas]

Eu quero mais uma vez dizer aos meus irmãos socialistas que vocês estão nos ajudando, sim. Porque eu tenho procurado matérias produzidas pelos socialistas [inaudível] negro, e eu que acho que um cristão ele é naturalmente socialista e luta pela igualdade a partir de Jesus Cristo, e eu estou muito feliz e vou voltar e mostrar e ler mais um pedaço desse documento aqui, “Igualdade e Igualitarismo”, por quê os socialistas defendem as cotas. E assim ele fala: “A sociedade burguesa histórica nunca pode realizar sequer a equidade. Em País algum os cidadãos são iguais diante da lei porque os donos do capital podem mais. Ser branco pobre no Brasil nunca foi o mesmo que ser negro pobre. A igualdade de oportunidades não pode corrigir, em prazos breves, essas desigualdades”. Ora, gente, essa é uma preciosidade de reflexão feita por socialistas. Portanto, tenho esperança de ver cada vez mais os socialistas ombreando conosco negros nesse processo.

E encerrando, eu quero registrar e conclamar toda a imprensa do Brasil para ser justa com esse debate, dando espaço para os dois lados e, especialmente, dando cobertura ao encontro que, para mim, vai ser o marco no Brasil, o encontro realizado pela UnB e outros segmentos onde vai reunir mais de 10 universidades públicas brasileiras que já adotaram cotas e já tem pesquisa avaliando, de maneira acadêmica e séria, o desempenho de cada grupo. Esse encontro vai ser agora, 21 e 22 de agosto, na UnB. Conclamo a imprensa para ser justa, fazer um debate, mostrar esse material, trabalhar com material prévio durante e depois do encontro, e assim, ajudar o Brasil a entender que a academia vai melhorar com a presença da comunidade negra. O Brasil vai melhorar com a presença da comunidade negra.

Eu digo com toda a certeza que essa história de que vai aumentar o conflito racial no Brasil é uma pre-

ocupação bastante interessante, mas que carece de fundamentos. Eu proponho aos que são contra para refletir mais essa questão e observar, vocês não podem impor ao Brasil uma visão ultrapassada de outras realidades. Nós brasileiros somos grupos maduros, queremos igualdade, só isto. Nenhum negro, andando pelo Brasil inteiro, não vejo nenhum grupo negro querendo ser superior aos grupos brancos. No entanto, encontramos vários grupos brancos em comunidades de Internet pregando superioridade à comunidade negra, com referência aos negros. Portanto, percam esse medo de nosso povo negro, o que nós queremos aí é unicamente igualdade de direitos. Obrigado. [palmas]

E também propor a quem está vendo pela TV Senado que não deixe de ler o artigo da Mirian Leitão. Está em [www.educafro.org.br](http://www.educafro.org.br).

**SR. PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Eu queria, no encerramento dessa Audiência Pública, agradecer, em primeiro lugar, a todos aqueles que se deslocaram de seus Estados para participar desse momento, agradecer muito aqui ao Senador Mesquita Júnior, que esteve pela manhã e pela tarde, do início ao fim, neste debate, agradecer especialmente à Comissão de Educação e toda a sua equipe, Júlio, pela forma como trabalharam para que o evento acontecesse, agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, o Senador Salgado, agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Valadares, e da de Direitos Humanos, Senador Cristovam. Que, podem saber, para que esse evento acontecesse muita gente teve que trabalhar. Mas é com muito carinho mesmo, mas com muito carinho que eu quero agradecer a todos os nossos convidados, principalmente os painelistas.

Agradecer a você, Roque. Para mim foi bom, Roque, você dizer que você tem o seu ponto de vista. Mas quer fazer o debate. E me convenço. Esta frase é uma frase importante.

Agradecer à Yvonne Maggi pela sua forma transparente e clara das suas posições, e explicitando aqui que, no seu entendimento, o Congresso não deveria aprovar nem o estatuto nem o PL 73, que trata das políticas de cota nas universidades. Por isso é bom, isso suscita o debate para posições diferentes.

Prof. Peter, eu gostei muito de uma frase sua. Olha, veja uma coincidência, que eu já ouvi do Frei David num outro momento. E não foi combinado, não. E a frase é a seguinte: No fim desse debate, independente do resultado, da aprovação ou não, e claro que eu espero que seja aprovado, do estatuto e do PL 73, com certeza, esse País vai ter que ter outro olhar para o ensino público e gratuito com mais investimento nas nossas universidades para que possamos um dia so-

nhar que todo o nosso povo tenha acesso à universidade. Mas enquanto isso não aconteça, na minha visão, que venham as cotas. [palmas]

José Carlos. José Carlos, eu até te digo que à distância, num primeiro momento, eu até disse uma frase que não gostaria de repetir, em relação àquele documento e quero dizer que gostei muito, gostei muito mesmo dessa polemização e a forma de colocar, disposto ao debate, a estar em outros debates e contribuir para que efetivamente a gente construa o melhor para o País. É essa a mensagem que você também passa.

Marcos, do MNU. A história do MNU é refletida nesse momento aqui que você representa. Esse movimento, a nível nacional, tem feito um trabalho belíssimo. E com certeza você aqui foi muito feliz na forma de defender cada uma das suas posições. Teremos outros debates e, com certeza, você será convidado.

Frei David, eu confesso a todos vocês e vou dizer aqui de público que “meu guru” nesse tema se chama Frei David. E vou dizer por quê aqui. Eu era ainda sindicalista, eu estou no Congresso há 20 anos, quatro mandatos como Deputado Federal e agora como Senador, eu era sindicalista, eu presidia a Central Estadual de Trabalhadores. Naquele tempo não tinha a divisão entre as Centrais Sindicais, só havia uma em todo o Rio Grande do Sul. E eu fui convidado no CEPERGS(F) para um debate sobre cotas. E adivinhem qual é a posição do sindicalista Paulo Paim, Presidente do Movimento Sindical gaúcho. Não entendia nada de cotas. Conseqüentemente, contra. E o Frei David, de forma didática, respeitosa, chega para mim e diz: “Meu amigo Paim, como é bom estar aqui neste debate com você. Mas eu vou te dar um exemplo”. E ele foi para o quadro-negro. Lembra, Frei David? Foi para o quadro-negro, no CEPERGS, lá no Rio Grande do Sul, auditório lotado, “a disputa para a universidade do negro com os que não são negros, é como se fosse uma corrida de obstáculo, e eles saem, no mínimo, 200 metros na frente”. E a sua argumentação foi tão sólida, e eu não tenho vergonha de dizer aqui que daquele dia em diante, Frei Davi, eu me incorporei nessa caminhada do movimento negro e passei a defender, com muita convicção, a as suas posições, que aqui eu identifico nesse momento, na política de cota, e não só na política de cota.

Carlos Medeiros. Se eu falhar me ajude. Você foi Assessor aqui do Abdias. E eu quero aqui de público disser para vocês que eu aprendi muito com o Abdias e com o Carlos Medeiros aqui. Os primeiros textos, é Abdias, e aí tem ser dito, dizem que a primeira Senadora negra foi Benedita e que o primeiro Senador negro, alguns dizem hoje, é o Paim. Não é verdade. O

primeiro Senador negro se chama Abdias. O grande líder Abdias. [palmas] E o Carlos Medeiros o assessorava. Quantas vezes na Câmara dos Deputados eu ouvia os pronunciamentos por ele dito.

José Jorge, você me entusiasmou muito. Por cada palavra, pela história que é a UnB, essa caminhada bonita de V.S<sup>a</sup>. e de outros que estão lá dentro, também do Reitor Timothy. Os argumentos aqui usados, claro que mexe com as emoções da gente. E por isso tudo, vocês vão me permitir, porque eu disse que hoje de manhã que um dos meus defeitos é ser metido a ser poeta. E eu escrevi algumas poesias e quem leu, já recebeu, vai ver que muitas falam do negro. Eu ia falar aqui do poema que eu escrevi para a Maria do Carmo Jerônimo, quando ela fez 124 anos, e temos até a foto dela aqui que está na capa inclusive do livro e aqui dentro. Mas não vou fazer. Eu vou, se vocês me permitirem, vou ler só um pedacinho pequeno de uma homenagem de outro cidadão. É aquele que vocês bateram palmas. Essa poesia eu escrevi para o Abdias quando ele fez 92 anos. Então, eu vou ler só um pedacinho e com ela vou terminar. Entreguei, em mãos, a poesia ao Abdias. “Abdias, tua vida, Abdias – e eu sei que ele está assistindo ao programa – foi dedicada a essa causa, à nossa causa, à causa da nação negra. Abdias, meu velho, querido velho, Abdias, o nosso povo há de contar em verso e em prosa a tua história, a história de um guerreiro, a história de um lutador. Os poetas vão lembrar de Abdias. Falando de paz, de rebeldia... E tenho certeza, a emoção será tão forte, como é hoje, quando sentimos e ouvimos a simples batida do tambor. Falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada que, independentemente do seu tempo, nunca parou. Fez da sua guerra a nossa batalha. Como ninguém. Nunca tombou, foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade. Abdias, tu és o exemplo para todos nós, tu és o homem que viveu à frente do seu tempo. Vida longa, a mais de cem anos a você, meu querido, meu velho militante da liberdade, da justiça e da igualdade, Abdias”. Está encerrada a presente Sessão. [palmas]

*Sessão encerrada às 18h24.*

**Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2006 (Audiência Pública Conjunta)**

Às dez horas e cinqüenta e dois minutos do dia cinco de setembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala

15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Geovani Borges, Valdir Raupp, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Luiz Otávio reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 016-CE, de 2006 e nº 002-CECTMCS, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, destinada a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Ismael Cardoso, Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABERT. Após a apresentação dos convidados, o Senador Wellington Salgado de Oliveira, comunica aos presentes que irá se ausentar da Presidência dos trabalhos para participar da reunião, como Líder do PMDB, com o Presidente do Senado Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros e todos os demais Líderes Patidários da Casa. Assume a Presidência o Senhor Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma e Roberto Cavalcanti. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a

tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. 5 de setembro de 2006 na forma da Audiência Pública aprovada por meio de Requerimento de autoria do Senador Roberto Saturnino, destinado a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e sua aprovação. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado.

Essa Audiência Pública tem como objetivo debater o instituto de meia-entrada e foi um Requerimento do Senador Roberto Saturnino, que está presidindo a Comissão de Relações Exteriores neste momento. Temos aqui, no Congresso, três leis em tramitação: Projeto de Lei 92/1996, de autoria da Ministra Marina Silva; Projeto de Lei 264/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti; e um Projeto que está na Câmara do Deputado Eduardo Paes, de 2005. Então, diante desses três Projetos, a Comissão de Educação resolveu através do Requerimento do Roberto Saturnino, pedir essa Audiência Pública para debate.

Temos como convidados: Sr. Lúcio dos Santos de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira Promotora de Eventos – ABRAPE; Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras, Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX, nosso frequentador assíduo aqui já; Tiago Franco, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que não pode estar presente, está sendo representado neste momento pelo Sr. Ismael Cardoso, que é o Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. E temos também o Sr. Ricardo Chantilly, nome bem

doce, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Empresas Artísticas – ABEART.

Diante do que foi apresentado, abriremos a Sessão com os convidados. Primeiramente, fará a explanação, o Sr. Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira Promotora de Eventos – ABRAPE.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Bom dia a todos. [falha no áudio] Trabalhamos com entretenimento no Brasil há 30 anos. Muito prazer em estarmos sendo recebidos nesta Casa e no intuito de uma solução de uma questão que é muito grave para tudo que diz respeito à produção cultural e de entretenimento no Brasil. Antes de iniciar a minha fala, eu vou tentar passar, porque a gente está com problema de tecnologia aqui, mas acho que vai dar certo. É um vídeo que tem alguns depoimentos de alguns artistas sobre esse assunto que nós estamos abordando aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Lúcio, um minuto, por favor. Dispõem de 15 minutos os apresentadores. Se precisar de um pouquinho mais a gente prorroga.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Eu vou precisar justamente por causa do vídeo, mas acho que vale a pena ver.

*[apresentação de vídeo.]*

**Ivete Sangalo:** “Não somos contra a meia-entrada, somos a favor da regulamentação. Queremos uma meia-entrada de verdade, sem essa enrolação”.

**Hebert Viana:** “Pessoal, eu sou Hebert Viana, nós do Paralamas temos essa posição a favor da questão da meia-entrada para regulamentar e dar um panorama mais equilibrado em relação à coisa do preço dos ingressos. Vamos nessa rapaziada: ingressos baratos para todos”.

**Carla Camurati:** “Eu acho que é muito importante nós discutirmos a regulamentação da meia-entrada. Eu acho que o Brasil está vivendo um momento que a gente precisa reafirmar procedimentos. Às vezes eu tenho até a sensação que o país perdeu um pouco a bula, a noção das regras dos procedimentos, isso acaba atrapalhando a sociedade”.

**João Bosco:** “A gente sabe que toda a produção cultural e a bilheteria é uma equação difícil de resolver. Os produtores de cultura e os artistas querem viabilizar o espetáculo a todos, ou pelo menos a maioria daqueles que possam ingressar no teatro. Eu acho que o estudante, ele conquistou essa meia-entrada, mas o que é preciso, de fato, agora, é regulamentar o que é a carteira de estudante para que essa carteira de estudante não seja uma farra, algo que não tenha

controle e que deixa de ser uma espécie de carteira de estudante pirata. Isso é que tem que tomar cuidado, isso é que tem que regulamentar, para que aquilo que já era difícil não fique pior ainda. Essa é a minha opinião”.

**Caco Ciocler:** “A Lei da meia-entrada, na verdade, não existe. Um promotor pensa da seguinte forma: se 80, 90% do público hoje usa, se utiliza desta Lei da meia-entrada, o que o produtor faz é aumentar o preço do ingresso, o preço cheio do ingresso, já prevendo que 80, 90% das pessoas do público vai pagar metade desse ingresso. Isso faz com que a entrada dos espetáculos, dos filmes, das peças, dos concertos sejam exorbitantes, assustadores. Isso afasta o público”.

**Bia Nunes:** “Eu queria fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados, que olhassem com carinho a questão da meia-entrada no teatro, porque a regulamentação é muito importante, que ajam regras para isso. Porque, pelo que a gente sabe, tem carteiras de estudantes sendo sorteadas até em rádios. Então, eu gostaria de fazer esse apelo: “olho vivo” na carteira de estudante, que é muito importante para a gente, para que não haja o estrangulamento”.

**Rosamaria Murtinho:** “Meia-entrada? Tudo bem, até bom e justo. Mas então o Governo, que teve a idéia da meia-entrada, tem que pagar para os produtores o resto da entrada. Vocês não pensaram nisso não? Os artistas estão pensando”.

**Carlos Mielle:** Como é que eu vou pagar minha dívida se o cara de mais de 60, que vai me assistir paga a metade? Eu não pago metade do imposto, não pago metade do aluguel, não pago metade da gasolina, não pago metade do plano de saúde, não pago metade do **whisky**, que é uma coisa caríssima”.

**Irene Ravache:** “Quantas produções minhas eu acabei tendo que elevar o preço, porque eu tenho sempre que calcular pelo meio, porque todo mundo tem carteirinha. Você tira a carteirinha em loja de pizza, você tira a carteirinha por telefone. Então, é esse meio ingresso acaba sendo uma coisa falsa, mentirosa, cínica, que nos atrapalha bastante, atrapalha o público também”.

**Mauro Mendonça Filho:** O problema não é a meia-entrada, a meia-entrada é ótima. O Estatuto do Estudante e do idoso nos obriga a isso. Isso é ótimo para poder levar informação e cultura a quem tem menos condições. O problema é que é notório que existe muita falcatrua nas carteiras de estudantes. Muita gente tem carteira e nunca foi estudante, muita gente que tira carteira em pizzeria. E como não tem legislação, nós vivemos na era um pouco do caos. Não existe a consciência social e política, nós estamos engatinhando ainda”.

**Fernanda Montenegro:** “Com respeito a esse meio ingresso, não existe Lei Federal, os Srs. sabem disso, de meia-entrada, não existe isso. Cada estado e cada Município fazem sua própria Lei. Nesta não-regulamentação geral existe uma discrepância no preço do ingresso. Exemplo: Porto Alegre, não há, não existe meio ingresso em Porto Alegre. Então lá, o cinema custa o ingresso dez reais, um pouco menos, um pouco mais.

Outro exemplo: no Rio, como existe a meia-entrada, somos obrigados a levar uma exibidora a cobrar 18 reais e às vezes até mais. Então, o preço médio fica por nove reais que é igual aquela cidade que não tem preço de estudante. Isso quem perde é aquele que não é estudante, aquele mínimo que não é estudante, porque todo mundo é estudante, eu vou explicar aos Srs. por quê? Dependendo de cada Cidade ou Estado têm direito a meia-entrada, olhem bem, as seguintes categorias: estudantes de qualquer natureza e também quem não é estudante, desde que vá na esquina... Como eu tenho uma amiga minha que tirou uma carteirinha, foi na esquina e depois plastificou, e ia em todos os lugares e não está estudando coisa nenhuma. E quando perguntaram a ela: “o que você estuda?” Ela disse: “arte dramática”. Chancelou com um carimbo e foi adiante. Pela Internet, se consegue pela Internet, se consegue sem nenhuma comprovação.

Outras categorias que têm meio ingresso: acima de 60 anos, funcionários públicos, professores, bibliotecários e deficientes físicos. No Rio são 25 leis de meio ingresso. Diante dessa distorção, como é que fica o produtor? Como fica o artista? Não podemos bancar. Nós não podemos assumir totalmente a política pública. Sozinhos não podemos, porque senão morremos. Nós vivemos do nosso trabalho. Estamos, em princípio, com a Lei, mas não podemos bancar todo o nosso trabalho nessa caridade, na maior parte das vezes, eleitoreira. E os Srs. vão entender o que eu estou falando. Propomos que se faça a regulamentação da Lei lembrando que não podemos dar de graça a única coisa que nós temos para vender, e essa frase é de Cacilda Becker. Vender ela fala no sentido de sobreviver como artista e profissionais que, inclusive, geram empregos. A cultura não é uma coisa abstrata. Talvez nada no mundo empregue mais gente do que a cultura, porque tudo é cultura. Até uma comida que se faça e se venda, aquilo ali é uma forma de cultura. Queremos participar, isso eu quero deixar claro, queremos participar desse projeto de presença de público, mas não podemos sustentar o evento cultural ou esportivo com os espaços totalmente tomados pelo meio ingresso, porque é isso que está acontecendo.

Concluindo, é o seguinte: nós estamos com a meia, nós queremos que haja meio ingresso, nós precisamos do estudante no teatro, nós temos que formar platéias, nós temos que ter uma diversificação de público, também para aquele que talvez não possa pagar, talvez não tenha dinheiro suficiente para pagar o ingresso inteiro. Eu acho que é uma atitude nossa de clarificar, de ajustar e de participar. Era isso que eu queria dizer”.

*[fim da exposição do vídeo.]*

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA:** Bom, esse foi o depoimento de vários artistas, como vocês viram, falando desse assunto. Isso nos ajuda nessa explanação que nós vamos fazer, porque ela de certa forma também já nos dá um horizonte do que deve ser abordado.

Na verdade, em primeiro lugar, a gente quer dizer que a gente não é contra a meia-entrada e nem outro instituto que possa estimular a frequência às casas de espetáculo, que possa fomentar a produção cultural no Brasil. Sem dúvida, é um patrimônio gigantesco que nós temos na produção cultural brasileira. A questão do entretenimento eu acho que tem que ser encarada da mesma maneira. Eu quero lembrar a vocês que todos os países do mundo têm, por norma, valorizar a sua produção. Quero dizer que a produção cultural, ela é muito importante, não só sobre o ponto de vista de qualidade de vida da população, mas também sobre o ponto de vista econômico.

Há cerca de dez anos, começaram a aparecer Leis Regionais, Municipais e Estaduais recolocando o assunto da meia-entrada que na verdade, eu acho que o Gustavo pode falar sobre isso, a questão da meia-entrada antecede a isso. Mas há cerca de dez anos, começaram a aparecer no Brasil algumas Leis Regionais, Estaduais e Municipais que disciplinam o direito a meia-entrada ao estudante. Todas elas têm mais ou menos a mesma linha de base que é assegurar o direito ao estudante regularmente matriculado e etc., etc. Mas, sem uma regulamentação que defina claramente a mecânica deste desconto: como pode funcionar, quais são os pré-requisitos para a emissão do documento que na verdade é o documento que habilita o benefício, e, principalmente, como uma coisa que não tem nenhum precedente em outros setores da economia, sem apontar a fonte de custeio para esse subsídio?

Então, em qualquer outro setor da economia onde o Governo interfere estabelecendo subsídios, ele diz claramente de onde vai sair a fonte pagadora desse subsídio, seja na zona franca de Manaus, seja no subsídio ao taxista que compra o carro mais bara-

to, ao deficiente, inúmeras outras formas. Se a gente pegar o Programa Nacional do Livro, o Estado compra os livros, paga as editoras normalmente e distribuiu o livro a rede de ensino.

Então, é preciso que a gente entenda que a cultura é um bem imaterial enquanto o “fazer” artístico. O artista quando está no palco ou quando está pintando um quadro ou quando ele está exercendo a atividade de criação dele, não há como você ter isso como um bem material. Mas, a partir daí, toda essa cadeia produtiva tem que ser encarada da mesma maneira que qualquer outra cadeia produtiva dentro da economia. É preciso deixar claro que esse assunto tem que ser tratado com o mesmo, digamos assim, respeito que qualquer outra atividade dentro da economia brasileira.

Por isso, nós, a partir da iniciativa, isso é um assunto que nós vimos debatendo desde o início dessas leis, e agora, com a iniciativa do Deputado Eduardo Paes de apresentar um Projeto de Lei regulamentando esse assunto, nos proporcionou um ambiente para que nós pudéssemos discutir de uma forma, eu diria, mais eficiente essa questão, a partir dessa aproximação e desse consenso que nós conseguimos avançar com as próprias Entidades estudantis resultando numa soma de esforços de partes que, até então, teoricamente seriam antagônicas. As próprias Entidades estudantis estão aqui reconhecendo que o processo tem erros que precisam ser corrigidos e eles precisam ser corrigidos justamente para que o direito seja respeitado. [soa a campainha] O meu tempo acabou? Eu tenho que estender um pouquinho por causa do vídeo, é só essa questão que eu queria colocar.

Mas, eu gostaria que vocês lessem com atenção esse manifesto que foi distribuído aí à Assembléia. Esse manifesto é o resultado justamente dessas conversas que a gente tem tido no sentido de uma proposição--

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Nesse momento, por causa da Reunião dos Líderes. Pretendo voltar rapidamente. O Senador Crivella vai me substituir, com certeza, melhor até do que a minha Presidência.

*[troca de presidência.]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB– RJ) – Dr. Lúcio, por favor, prossiga. Dr. Lúcio, o senhor vai continuar?

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Eu vou continuar, é rápido. Então, o que eu queria colocar dentro da minha fala é que a gente se lembrasse sempre que a nossa atividade merece o respeito de ser tratada como qualquer outra atividade dentro da economia. Então, é preciso que se estabeleça uma política cultu-

ral que estimule a frequência às casas de espetáculo pelos estudantes, pelos idosos e outras categorias, como professores, e outras leis que versam sobre isso no Brasil inteiro.

Mas é preciso também que se respeite a atividade do artista, como a Fernanda Montenegro acabou de falar agora: “Não nos peçam para dar a única coisa que a gente tem para vender”. Então, se a gente partir desse pressuposto, a gente tem a certeza que nós vamos ser bem sucedidos. Eu queria apresentar, só como ilustração dessa fala, um pequeno levantamento que a gente fez a partir de um universo – eu sou de Belo Horizonte, a minha sede é de Belo Horizonte – então, a partir de Belo Horizonte a gente fez um estudo que eu queria apresentar para vocês, onde a gente faz um levantamento tentando... A gente precisa falar de quanto, a gente precisa ter alguma referência do que significa a meia-entrada para produção cultural.

Então, o que a gente fez aqui foi um levantamento que é bastante sucinto, na verdade, é só uma referência, eu diria, que não tem um estudo tão aprofundado tecnicamente falando, mas a gente coloca as casas de espetáculos... Está bem assim ou vocês querem que aumente um pouquinho? As casas de espetáculos com capacidade de 500 pessoas, 1.000 pessoas, de 1.500 pessoas, de 5 mil pessoas e 50 mil pessoas que seriam aqueles grandes shows gigantes que acontecem em estádios e coisas desse tipo. A gente pegou o número de casas que tem esse tipo de capacidade, que, naturalmente, por exemplo, 50 mil pessoas só teria uma. A gente pegou a ocupação média dessas casas, a gente colocou em torno de 50%. Então a gente colocou 250 pessoas na casa que cabem 500, e assim por diante. Colocamos o número de funcionamento por mês que uma casa como essa funciona usualmente. Então, uma casa menor, ela funciona 10 vezes por mês, a casa maior vai funcionar quatro vezes por mês. Um preço médio de ingresso que é praticado nessas casas, considerando o preço médio, aí eu não estou diferenciando inteira e meia, não. E a receita que isso proporciona.

Se a gente considerar 30% de pagadores de meia-entrada nesses espetáculos, a gente tem esses valores que estão estimados aqui, trezentos mil, duzentos e vinte e cinco, etc., etc. Durante um ano inteiro, se a gente multiplicar isso por 12 ou por menos, porque tem casas que não funcionam o ano todo, que é o caso desse show, por exemplo, a gente colocou três vezes por ano um show para 50 mil pessoas. Nós estamos chegando num resultado de 12 milhões e 510 mil reais de custo. Isso é custo, custo real que existe para os produtores e para os artistas, considerado 30% de meia-entrada. Nós sabemos que a realidade hoje

é de 60 a 80% de pagadores de meia-entrada. E se a gente fizer a partir da população de cada cidade que o censo divulgou no final da semana passada, uma regra de três simples, a gente vai chegar numa proporcionalidade por população da gente. Só dentro das capitais brasileiras, a gente chegou num número de 231 milhões e 400 mil por ano. Isso, só consideradas as casas de espetáculos, sem considerar cinema, sem considerar futebol, sem considerar os outros setores da atividade de cultura e de entretenimento que são extremamente ativos.

Eu vou repetir de novo, eu estou falando só das capitais: se eu pegar uma cidade como Natal [soa a campanha] que tem 700 mil habitantes, 760, você tem milhares de cidades brasileiras que tem o mesmo porte, milhares mentira, tem dezenas de cidades brasileiras que tem o mesmo porte.

Então, o que eu queria deixar na minha fala, eu acho que todos os outros vão falar: repetir de novo o consenso que existe. Repetir de novo porque nós não queremos acabar com a meia-entrada, pelo contrário, nós queremos que ela exista de fato, porque hoje ela não existe, como foi dito pelos próprios artistas, mas queremos, sobretudo, que a gente pense numa maneira digna que o artista deve ter para exercer o seu trabalho. É isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB– RJ) – Obrigado, Lúcio. O próximo a falar... Tem na relação? Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes. O senhor tem 15 minutos para a sua palestra.

**SR. GUSTAVO PETTA** – Bom dia, Senador Marcelo Crivella. Cumprimentar também o Presidente da Comissão que teve que sair, o Senador Wellington Salgado, pela oportunidade da gente estar podendo discutir esse tema tão importante, não só para os estudantes, mas para a sociedade brasileira que é o tema da meia-entrada estudantil. Cumprimentar também o Senador Roberto Cavalcanti, que está aqui com a gente também. Além de cumprimentar os nossos amigos, Ricardo Chantilly, Presidente da ABEART; Lúcio Oliveira, Presidente da ABRAPE; Valmir Fernandes, Presidente da ABRAPLEX; e o Ismael Cardoso que representa aqui a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Primeiro é importante que a gente possa debater a importância do Senado, e da Comissão de Educação do Senado, estar discutindo esse tema. Esse tema tem diversos Projetos de Lei, inclusive alguns aqui no próprio Senado e outros na Câmara dos Deputados. Mas, pela primeira vez na história, nós conseguimos criar um canal de diálogo e que vem resultando em algo que pode até chegar a um consenso entre as



Entidades que representam os diversos setores envolvidos nesse tema.

A sociedade brasileira precisa reagir ao que está acontecendo em relação a um direito que é o direito à meia-entrada. Nesse sentido, nós podemos até resgatar um pouco da história antes de debater como está a situação e propor algumas medidas para resolver o problema.

O direito a meia-entrada foi concedido aos estudantes brasileiros lá nos anos 50, anos 60, como uma forma de complementar a formação acadêmica e educacional e estimular os estudantes a terem acesso à meia-entrada. Depois disso, com o golpe em 64, as Entidades Nacionais foram interrompidas, as Entidades Nacionais passaram a ser perseguidas, e esse direito deixou de ser exercido através da carteira das Entidades Nacionais Estudantis e passou a ser exercido por carteiras de centros acadêmicos ou de instituições e de escolas. Com essa pulverização, ocorreu um problema de muita dificuldade de fiscalização na emissão dessa carteira que dá o direito à meia-entrada. Em 83, o Governo Figueiredo acabou suspendendo o direito diante da impossibilidade da fiscalização. Nos anos 90, com a luta das Entidades, da UNI, da UBIS, esse direito passa novamente a ser exercido através de Leis Estaduais que passaram a ser aprovadas em várias Assembleias, nos principais Estados. E isso passou a garantir o direito à meia-entrada novamente para os estudantes brasileiros.

Em 2001, através de uma Medida Provisória que ficou naquelas medidas que não precisaram nem ser renovadas, como era a regra anterior, e nem ser aprovada depois de 60 dias, como é atualmente. Ficou exatamente numa fase de transição. E essa Medida Provisória que foi editada em agosto de 2001, passou a ter peso de Lei e foi a primeira medida nacional a tratar sobre a questão.

O grande problema é que ela vinha com um discurso que iria democratizar as possibilidades do estudante ter acesso à meia-entrada, mas ela, na verdade, pulverizou as formas de identificação, o que permitiu um processo muito grande de falsificação dessas carteiras. Ela não falava em meia-entrada, porque era também um grande engano, ela falava em eventuais descontos. Então não garantia a meia-entrada de fato e ela criou um imbróglia jurídico com as Leis Estaduais. Então, existe uma grande confusão hoje, o quê acaba permitindo que o direito, de fato, não seja exercido.

Então, diante disso, é importante primeiro, antes até de propor soluções, identificar o porque da meia-entrada estudantil. Isso é muito importante. Na nossa visão, um fato determinante é que a meia-entrada

proporciona, num período que o ser humano e que a pessoa está mais--

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB– RJ) – Petta, desculpe interromper. Isso aqui está parecendo até Legislação de carteirinha de meia-entrada. Vai mudar de novo a Presidência, mas é que o Senador Geraldo Botelho que é titular da Comissão chegou e vai assumir aqui a Presidência.

*[troca de presidência]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – O Senador Crivella tem todo o mérito para dirigir a Reunião, mas a formalidade exige que eu fique, nem que seja um pouco. Obrigado.

**SR. GUSTAVO PETTA** – Bom dia também, Senador Augusto Botelho. Então, continuando, na nossa visão a fase em que a pessoa está na escola é a fase que ela está mais propícia a assimilação de bens culturais. Então é muito importante estimular o estudante a ter acesso aos bens culturais. E a meia-entrada é determinante nisso, nessa complementação da formação cultural e educacional. Uma outra questão determinante e que faz com que a meia-entrada seja muito importante, é a condição sócio-econômica. É o período em que a pessoa está entrando no mercado de trabalho, os salários são menores, muita gente acaba não tendo condição, inclusive, de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Então, é muito importante nesse sentido também estimular as pessoas que estão com mais dificuldade sócio-econômica, porque estão entrando no mercado de trabalho geralmente. Além de ser um chamamento à escola, você condicionar a meia-entrada ao fato do jovem estar na escola ou estar na universidade. Você pega todos os projetos sociais no Governo Federal, todos condicionam aos filhos estarem dentro da escola para terem a bolsa que acabam recebendo. Acaba sendo um incentivo, é um convite especial à cultura, ao esporte, ao teatro, ao cinema. Por isso que nós defendemos a meia-entrada estudantil e não vemos a meia-entrada como um privilégio de um setor da sociedade. Não! É algo importantíssimo no sentido de complementar a formação educacional e cultural da juventude que está dentro das escolas e das universidades.

Nesse sentido é que nós entendemos que é preciso que tanto o Congresso como o Governo Federal reajam imediatamente à situação que está colocada. Porque esse direito, que é um direito conquistado há tantos anos, está totalmente ameaçado hoje devido à ausência de uma regulamentação. O imbróglia jurídico, como eu disse, que foi causado pela MP com as atuais Leis Estaduais, esse processo de pulverização que estimula a falsificação. Para você ter uma idéia,

em São Paulo são 30 mil cursos de inglês que podem emitir a identificação estudantil, são mais de 16 mil estabelecimentos. Então, isso acaba proporcionando a possibilidade de uma falsificação grande. Isso só no Estado de São Paulo. Então, além da MP falar em eventuais descontos e não garantir isso de certa forma, além da gente saber também que muitos empresários acabam utilizando-se do recurso de, por exemplo, ter que dobrar o preço da inteira para conseguir ceder a meia-entrada para todos, então o direito acaba ficando ameaçado. Então tem muita gente, não são todos os empresários, mas que dobram o preço da inteira e acabam cedendo a meia-entrada para todos os segmentos. Então, isso fica totalmente dissolvido nesses descontos que são cedidos.

Por isso que nós propomos, a UNE, a UBES e todas as Entidades, que a gente precisa de uma regulamentação do direito à meia-entrada. Uma regulamentação que garanta a meia-entrada de fato a todos os estudantes brasileiros, que impeça a falsificação, uniformizando o documento estudantil. Ninguém está dizendo aqui, muita gente pode falar: "Olha, a UNE e a UBES estão defendendo isso porque querem retomar o direito de só elas emitirem a carteira estudantil", não é isso. Nós achamos que mais Entidades podem e devem emitir o documento que garante a meia-entrada, mas é preciso de alguma coisa que dê legitimidade a essas carteiras. Então, nós defendemos, por exemplo, uma espécie de um selo de qualidade que seria cedido por um Conselho formado por diversos representantes do setor para impedir que, por exemplo, empresas possam estar emitindo esse documento, como acontece hoje. Tem várias empresas que estão cedendo o documento que garante o direito à meia-entrada. Impedir que Entidades estudantis cartoriais que são montadas única e exclusivamente para o interesse mercantil, interesse comercial, sejam montadas como estão sendo montadas no Brasil inteiro. Então, nós temos inúmeras Entidades que são montadas, que são registradas em cartório, para ter o objetivo específico de emitir a carteira estudantil, de vender a carteira estudantil, para assim conseguir ter recurso.

Então é muito importante que haja um processo de controle de legitimidade de um selo de qualidade que poderia ser emitido por um Conselho formado por diversos representantes do setor. Terceiro, que sejam Entidades estruturadas, reconhecidas e legítimas de fato que possam emitir essa documentação. Então, são os DCES, que são organizados nas universidades, são as UEES, que são Uniões Estaduais dos Estudantes, são as Uniões Estaduais dos Estudantes Secundaristas, é a UNE, é a UBES, que são as Entidades que têm história, que tem legitimidade e que tem uma função

social importante na sociedade. Garantir uma fiscalização cada vez maior dos órgãos competentes. Então, dos PROCONs, de outras instituições, o próprio Ministério Público, de instituições que possam fiscalizar no sentido de impedir que esse processo de pulverização continue acontecendo e que impeça de fato o direito à meia-entrada. Porque é isso que está acontecendo, a pulverização vem impedindo o exercício de fato da meia-entrada e todo mundo fica se enganando. O estudante acha que tem o direito de uma meia-entrada, mas na verdade está pagando a inteira, porque o preço da inteira acabou dobrando o valor e todo mundo acaba pagando a meia-entrada.

Então é preciso de fato que a gente possa regulamentar isso para os preços, inclusive, caírem, os preços para o resto da população, e a meia-entrada ser exercida de fato. E estamos também discutindo, porque não, contrapartidas do Estado no sentido de garantir que os produtores culturais, os artistas, os músicos, possam ter também os seus direitos garantidos e possam de fato diminuir os preços dos shows, dos espetáculos teatrais, para que a população possa ter cada vez mais acesso aos bens culturais brasileiros.

Então, por isso que nós estamos discutindo hoje, encerrando em cima de uma Lei que eu acho que se aproxima mais da Lei que nós estamos querendo trabalhar, que é a Lei 5205/2005 que está na Câmara dos Deputados. Lógico que ela precisa de ajustes. Nós estamos tendo muita dificuldade na relatoria dessa Lei e era muito importante que o Senado, a Comissão de Educação do Senado, pudesse nos ajudar no sentido de: garantido esse entendimento entre as partes interessadas, nós pudéssemos avançar mais no Congresso Nacional para aprovar uma nova Lei que possa regulamentar esse direito.

E, eu acredito que além do esforço do Congresso Nacional, nós estamos também cobrando uma ação do Executivo, no sentido de entender que esse é um assunto que merece urgência, que merece resposta rápida e que o Governo Federal precisa, de certa forma, acompanhar todo esse processo e intervir o quanto for necessário para garantir que a meia-entrada seja respeitada no país.

Eu, para encerrar de fato, eu penso que nós estamos no melhor momento para resolver essa questão. Existe um entendimento, nós estamos aqui lançando, já lançamos na Câmara, estamos entregando aqui no Senado também um grande manifesto do Fórum Brasileiro em defesa da cultura e do entretenimento, e que defende a regulamentação da meia-entrada, que reúne artistas, músicos, produtores culturais, associação que representa os exibidores de cinema, todas as áreas culturais envolvidas, além disso, os próprios es-

tudantes, DCEs, UEEs. Então, eu acho que existe um grande consenso hoje que precisaria resultar numa ação do Congresso e do Executivo, para que a gente possa resolver essa questão e garantir de fato o direito à meia-entrada para os estudantes brasileiros. Muito obrigado pelo espaço aqui cedido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado Gustavo Petta, Presidente da UNE. Próximo orador inscrito será o Sr. Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras da Multiplex – ABRAPLEX. V.S<sup>a</sup> tem a palavra por 15 minutos.

**SR. VALMIR FERNANDES** – Bom dia a todos. Só para perguntar se a parte técnica está *ok*, porque eu tenho um material para apresentar. Enquanto isso, eu vou começando enquanto vocês colocam no ar.

Bom, eu queria, antes de mais nada, agradecer a Comissão de Educação. Ela tem um papel determinante para o cinema, uma vez que tem aberto essa Casa para a discussão de temas extremamente relevantes, como foi o caso dos direitos autorais, como foi o caso da Lei do Audiovisual. Coisas absolutamente críticas para o setor de cinema e que a Comissão de Educação abriu as portas e nos recebeu muito bem. Eu acho que a gente iniciou discussões extremamente importantes nessa Casa. Eu acho que mais uma vez o convite para que nós possamos discutir a questão da meia-entrada, e fazendo isso nessa Casa, é algo importantíssimo. A gente tem certeza que daí a gente entra no caminho certo.

Antes de começar a minha apresentação, eu queria chamar a atenção para dois pontos que eu acho que são extremamente relevantes. O primeiro é que não é fácil você encontrar do mesmo lado e defendendo basicamente as mesmas coisas os estudantes e os empresários. Historicamente, eu diria que esses são lados antagônicos. Então quando você começa a ver que os estudantes, os empresários, eu gostei muito do depoimento do Gustavo, começam a falar, exatamente a pleitear a mesma coisa do Governo, é porque tem alguma coisa de muito errada acontecendo. Essa coisa de muito errada acontecendo é a Legislação ou a falta de Legislação relativa à meia-entrada, que faz com que estudantes não tenham seus benefícios e empresários tenham seus prejuízos.

Então, o quê está acontecendo? Não tem absolutamente ninguém satisfeito hoje com a situação que o país enfrenta relativa a meia-entrada. O segundo aspecto, que eu acho que a gente tem que chamar a atenção é que o seguinte: a impressão que nós temos, olhando isso, é que os vários Legisladores, porque como foi bem dito aqui, existem inúmeras Leis Estadu-

ais e Municipais, os vários Legisladores no meu ponto de vista, tentaram dar um tiro e atingiu o empresário inescrupuloso. Minha leitura: “Bom, vamos defender os estudantes que não podem pagar eventualmente os preços, vamos dar um tiro no empresário inescrupuloso”. O problema ou o que aconteceu é que ele acabou, e eu vou tentar mostrar aqui um pouco, ele acabou atingindo o trabalhador brasileiro de baixa renda. Ele não acertou o tiro no empresário, acertou no trabalhador de baixa renda, que hoje não pode mais ir a esse tipo de espetáculo, por conta e risco do que acontece hoje com a meia-entrada.

Então, para abrir, e eu acho que já foi colocado aqui por outros empresários, mas eu queria deixar bem claro. A gente não trata da eliminação ou da destruição de um benefício obtido pelos estudantes, mas trata-se pura e simplesmente de uma questão de moralização. Esse país precisa de moralização em uma série de aspectos. O Senador estava me contando que ele está no Conselho de Ética, então é exatamente essa linha. A gente está num trabalho forte de moralização e o que a gente precisa é de moralização nessa questão da meia-entrada.

Eu vou, por sorte e para quem teve aqui e teve condição de assistir o depoimento da Fernanda Montenegro, eu vou trabalhar e desenvolver a minha apresentação muito no que ela disse. Ou seja, para o cinema, hoje, esse trabalhador tem pagado mais. O trabalhador do público de baixa renda tem pagado mais e isso tem feito com que o mercado brasileiro, e eu vou falar especificamente em cinema, eu vou deixar os meus colegas falar sobre as outras vertentes do entretenimento, ele vá menos ao cinema.

Então, alguns aspectos que a gente chama a atenção. A Lei da meia-entrada, por mais que ela já esteja enraizada e seja parte do dia a dia do brasileiro, em termos dos grandes mercados, ela só existe no Brasil. Então é uma conquista? É uma conquista, existe aqui. Você vai procurar a Lei da meia-entrada em outros países, em outros mercados grandes, você não vê. “Ah, por isso nós temos que acabar”. Não. A gente tem que cuidar para uma conquista que foi atingida que ela seja preservada. De quê forma? A gente tem que olhar alguns exemplos, eu procurei usar aí o exemplo que a Fernando Montenegro deu, porque Porto Alegre até maio de 2006 não tinha meia-entrada. Então fica fácil comparar, se não fica aquele blá, blá, blá de empresário, *versus* eventualmente quem está do outro lado defendendo, vamos mostrar o quadro claro. E o que aconteceu é o seguinte: a meia-entrada, ela realmente se tornou um negócio de exploradores do setor organizado de entretenimento. Ou seja, tem um

monte de sanguessuga se aproveitando do setor de entretenimento no Brasil.

E esses sanguessugas não estão dando esse benefício para ninguém, eles estão, de certa forma, mamando nas tetas do setor de entretenimento. Porque existem empresas faturando milhões de reais, a ordem de grandeza é exatamente essa, existem empresas faturando milhões de reais com a emissão de carteiras de estudantes, principalmente as falsificadas. Porque quem é estudante e com base nessa MP que o Gustavo deixou claro que existe, hoje o estudante não precisa de uma identificação estudantil definida, pode ser qualquer uma. Então, espera um pouquinho, se o estudante tem a sua carteira de estudante emitida pela escola e ela vale, por exemplo, no cinema, porque essas empresas estão faturando milhões acima de carteiras de estudante? Óbvio, elas estão dando carteira de estudante para quem não é estudante. E esse é o grande negócio que tem feito com que os cinemas, as casas de **show**, o teatro tenha uma condição cada vez pior.

Então a gente vê que os níveis de meia-entrada no mercado brasileiro saíram dos níveis de 30, 40% para em algumas ocasiões atingirem a mais de 85%. Isso se deve só a estudante? Não, eu estou falando todas as categorias de meia-entrada. Mas, com essa situação... Porque você chega no aposentado, ele tem um documento, ele tem algo que demonstre e que tenha fé pública, porque ele mostra a carteira de identidade dele, mostra a carteira de INSS, você tem isso.

Com relação à carteira de estudante não existe, não existe um documento de fé pública. Existe a carteira da UNE e da UBES que é uma carteira melhor do que as outras, tem uma série de preocupações em evitar a fraude, mas não é suficiente. Porque, infelizmente, tem uma série de outras organizações que estão inescrupulosamente tirando vantagem dessa situação. Então a gente chega numa situação que hoje a meia-entrada pode atingir 85% dos ingressos vendidos em algumas situações. Então, alvo do quê? Como eu disse, falsificação da carteira de estudante, novas leis de concessão de meia-entrada, dando um exemplo até muito peculiar, a gente outro dia se deparou numa grande cidade que a pessoa que vai doar sangue ganha o direito da meia-entrada. O que tem a ver? Aí nós fomos pesquisar e a própria Organização Mundial da Saúde é contra você dar esse tipo de benefício, mas a Legislação Municipal e Estadual concede benefício de meia-entrada.

Então a gente precisa pegar e dar um basta nisso, porque tem algumas coisas que tem a razão de ser ou que são conquistas, mas a gente não pode continuar permitindo a proliferação, porque se não o

eventual benefício que a gente der para o estudante, novamente vai cair num lugar comum. Por quê? Porque todo mundo quer fazer festinha com o dinheiro alheio. Então a gente tem que ter uma convicção de que tipo de benefício o poder público quer dar. Ele quer dar um benefício para o estudante, *ok*, ele quer dar um benefício para o aposentado, *ok*, só que tem que chegar uma hora, tem que parar por aí, senão chega um momento que todo mundo tem o benefício e obviamente as empresas não tem condição de sobreviver.

Aqui, então, é o exemplo de Porto Alegre e aí mostra um pouco aquilo que a Fernando Montenegro estava dizendo, que enquanto Porto Alegre não tinha a meia-entrada de estudante, e para mostrar o que é a realidade. O preço máximo que era pago naquele mercado era doze reais contra dezessete, no mínimo, em praças como Brasília, Rio de Janeiro e Distrito Federal, em complexos de mesma linha. Tem complexos em São Paulo e Rio que cobram dezoito, vinte reais. Então por que Porto Alegre pode viver com doze reais de preço máximo no ingresso, enquanto os outros têm que cobrar dezoito, vinte? Óbvio, porque todo mundo vive do chamado preço médio. Ou seja, o preço que é estampado numa bilheteria, num teatro, num show é um preço virtual. Paga aquele preço quem é honesto, quem não é estudante e é honesto. Aí paga esse preço.

Então a gente não pode ter uma situação de Legislação que vá de encontro e acabe prejudicando o trabalhador de baixa renda e a pessoa que é honesta, porque esse não falsificou a carteirinha. Então a diferença está aí. Você tem 42% de diferença entre o preço máximo, se eu considerar que é 20, então é acima disso, é acima de 50% de diferença no preço que você paga no cinema num sábado à noite, enquanto o preço médio dessas cidades, ele difere em 11%. Por que difere em 11%? Porque algumas coisas são mais caras nessas outras capitais comparando com Porto Alegre. Se eu descontar o fato que o custo de locação é mais caro em São Paulo, às vezes tem as partes trabalhistas também, energia por vezes, você então chega e fala: "Olha, o preço em Porto Alegre médio é igual ao de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal". Então o que acontece? Acontece que o trabalhador de baixa renda em Porto Alegre, quando ele vai ao cinema, o mais alto preço que ele paga é doze, quando ele vai a São Paulo, ele paga dezessete, dezoito, dezenove. Então, a gente precisa chamar a atenção para esse fato para que não fique no discurso. A verdade é, com uma meia-entrada moralizada o trabalhador e o público em geral vai pagar menos. E o estudante vai ter o direito a um benefício real, porque hoje isso não está acontecendo. Hoje todo mundo tem o tal do benefício

do estudante. Então, o estudante está pagando mais caro por conta da desmoralização atual existente no mercado.

Aqui tem muita informação, eu vou tentar chamar a atenção para um ponto mais crítico. Esse é um estudo de preços em vários países que demonstra o seguinte: o trabalhador brasileiro de baixa renda que vive em São Paulo e não tem uma carteirinha de estudante, se ele vai ao cinema, ele pode estar pagando uma coisa como 7.6 dólares. Isso é nível de preço de Estados Unidos. Então, esse preço virtual que é estampado na bilheteria para compensar a proliferação absurda de meia-entrada, faz com que o trabalhador de baixa renda seja submetido a esse tipo de preço. O que acontece? Ele não vai ao cinema mais.

Então, hoje quando você faz uma enquete, e eu sugiro que vocês, Senadores, façam uma enquete com as pessoas de baixa renda que estão dentro do seu círculo de atuação, você vai perceber o seguinte, todos eles vão falar “cinema é caro”. Mas é caro porque ele está enxergando, ele está tendo que pagar o preço virtual, aquele que hoje o pessoal que vai ao cinema não paga. O estudante não paga, o aposentado não paga, as crianças não pagam e todo mundo que falsificou a carteirinha não paga. Então, a gente tem que retomar isso, porque se a gente pega um país, México, como exemplo; porque o México tem uma população de 100 milhões de habitantes e vende 200 milhões de ingressos de cinema. O Brasil tem uma população de quase 200 milhões de habitantes e vende 100 milhões de ingressos de cinema. Está o contrário. Então essa aberração acontece porque no México o preço máximo que é pago pelo trabalhador é R\$ 4,50. Então o que acontece? A gente precisa moralizar, porque se moralizar a gente vai ter condição de praticar o mesmo preço médio, só que o trabalhador não vai ser submetido a um preço virtual absurdo que faz com que o mercado brasileiro de cinema não consiga crescer.

Então, eu queria chamar a atenção que o outro malefício da desmoralização atual da meia-entrada é que ela emperra e impede o crescimento de um setor vital para a cultura nacional. Então, a gente tem que pegar e chamar a atenção para isso, porque não é só a questão de quanto está se perdendo. Nós estamos deixando de crescer, nós estamos deixando de conseguir fazer com que o cinema tenha capilaridade. Hoje a gente continua com aquele número pífilo de que nem 10% das cidades brasileiros dispõem de sala de cinema. E por que acontece isso? É só por causa da desmoralização da meia-entrada? Não, não é, mas a situação da meia-entrada no país, eu diria, a desmoralização existente, hoje é o principal problema limitando o crescimento do cinema no país. Então a gente tem

que acabar com a meia-entrada? Não, a gente tem que moralizar. A gente tem que chegar numa situação em que estudante que é estudante de primeiro, segundo, terceiro grau, tenha. Não é possível que a gente chegue a uma situação como está hoje. Chegar, nós chegamos, infelizmente, eu acho que não pode é permitir que nós continuemos com uma situação dessa.

Então, como o Gustavo falou, a situação é crítica, a situação é urgente. A gente depende de uma atuação forte e o que a gente [soa a campainha] oferece... Eu acho que tem mais um minuto, não é Senador? O que a gente oferece é toda essa possibilidade de ter toda uma classe artística, todas as salas de cinema, os estudantes unidos pedindo para que o Senado e a Câmara trabalhem no sentido de criar a Legislação Federal que moralize essa situação.

Então, aqui eu praticamente já cheguei a essa conclusão, mas só vou bater num ponto que eu acho que é crítico. O cinema brasileiro, o filme brasileiro que recebe do Estado Brasileiro incentivos da ordem de 200 milhões de reais por ano, esse filme brasileiro, essa produção nacional, ela precisa atingir exatamente esse trabalhador de classe média e classe média baixa. É exatamente esse trabalhador que está sendo aliado do cinema por conta da desmoralização que existe hoje na questão da meia-entrada.

Então a gente pede a urgente moralização e uma atitude que faça com que a gente reverta esse quadro. Está muito complicado ser empresário de entretenimento no Brasil. Eu queria que todo mundo se conscientizasse que essa situação que descontenta estudante faz com que os empresários do setor de entretenimento estejam tendo uma carga de trabalho e uma carga em relação à perda de receita que ela está chegando a ponto de não ser mais suportável e com isso ela impacta o crescimento e a abertura de novas salas no país. Era isso que eu tinha para apresentar, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Fernandes, Presidente da ABRAPLEX. Com a palavra agora o Tesoureiro da UBES, União Brasileira de Estudantes Secundários. Ismael Cardoso.

**SR. ISMAEL CARDOSO** – Obrigado. Primeiramente bom dia a todos e a todas, cumprimentar o Senador Augusto Botelho e todos da Mesa.

Bom, eu acho que muitos dados foram dados aqui, ou seja, não precisa repetir, da importância dessa discussão. Mas eu acho que é preciso também fazer uma discussão mais profunda do reflexo que isso tem, ou seja, dessa desregulamentação na cultura brasileira. A gente distribuiu aí um manifesto que, só para dar um exemplo aqui, que no primeiro parágrafo está dito

assim: “A cultura e o entretenimento são fundamentais para a formação de um povo e a sua identidade, que no caso do Brasil é rica e diversa. A música e sua infinidade de ritmos que aqui se formou, o cinema, o teatro e o futebol e as várias modalidades esportivas, são alguns exemplos dessa riqueza de culturas, que forma e é formada pelo povo brasileiro”. Bom, essa formação da cultura do povo brasileiro, ela só pode se dar e só pode se enriquecer cada vez mais quando o mesmo tem acesso à cultura. Quando o povo brasileiro e aqueles que mais têm necessidades, os estudantes e os jovens que estão na formação conseguem ter, de fato, acesso à cultura. E hoje o que a gente vê no Brasil, na verdade é um afastamento, um impedimento desses de terem acesso a essa cultura, essa cultura que é rica no Brasil.

É conhecida a contribuição que o movimento estudantil deu desde o seu nascimento para cultura brasileira. Ou seja, o CPC que nasceu, se não me falha a memória, lá na década de 30, na verdade, foi o teatro popular, o teatro de rua, junto com a UPES, a União Paulista de Estudantes Secundaristas, que na época o Francisco Milane era Presidente. E naquela época, ou seja, se lançou o teatro popular, o teatro de rua, num momento pela falta de incentivo. Ou seja, pela falta de verba naquela época, chegou a quase morrer. E eles montaram uma peça para terminar o teatro de rua, porque não tinha condições de manter o teatro, eles fizeram uma peça de despedida. Ou seja, terminou o teatro, vou fazer a última peça e adeus. Só que essa peça, ninguém imaginava que faria tanto sucesso. Eles fizeram a peça “Eles não usam *black tie*”, que depois virou filme e dali em diante, aquilo fez tanto sucesso, ou seja, o teatro de rua teve incentivo e nasceu o Centro Popular de Cultura, o CPC, que gerou tantos artistas e músicos importantes para a cultura brasileira. Então, ou seja, é sabida a contribuição do movimento estudantil para a cultura brasileira, para a formação dessa cultura.

Então, a discussão que a gente faz aqui, antes de uma discussão de regulamentação, é a discussão do fim, ou seja, não do fim, claro que não, mas do fato do estudante não poder mais ter acesso a essa cultura, ter muita dificuldade a essa cultura. Então, essa discussão que nós temos que fazer aqui primeiro, antes de mais nada. E o chamamento à escola, ou seja, a cultura como o Gustavo falou aqui, eu não sei se é chamamento à escola, eu acho que a palavra é chamamento à educação, de quê forma? Eu gostaria até de dar um exemplo aqui. Eu lembro que na sétima série ou na oitava série o professor de história dava aula sobre a revolução industrial, aquela forma, o “fordismo”, o “taylorismo”, então é difícil de compreender na idade

que eu tinha, de compreender o que era aquilo visualmente, como é que fazia aquilo. Então, o professor de história teve uma sacada genial. Ele levou a gente lá no CCBB no Rio e mostrou o filme para a gente chamado “Revolução Industrial” do Charles Chaplin, que demonstra esse processo de nascimento da revolução industrial. Então aquilo ali foi importante para mim e para todos que estavam lá, que não conseguiam compreender o que era aquilo, e conseguimos ter melhor aprendizado. Então o chamamento à educação é isso. Dar meia-entrada ao estudante é importante por isso, para que ele possa se formar melhor, para que ele possa aprender mais.

Bom, entrando nas Legislações, ou seja, aqui foi dito sobre as Legislações vigentes hoje. O fato da meia-entrada hoje está desregulamentada faz com que muitos desses estudantes, muitas ações dessas não possam acontecer mais. Porque o ingresso é muito caro, ou seja, a desregulamentação casou uma carência do ingresso e mesmo a meia-entrada é algo caro. Porque todos têm acesso a carteira de estudante. Hoje você pode imprimir isso facilmente, você pode fazer e imprimir um boleto, fazer no computador uma matrícula, alguma coisa e o cara apresenta na porta do cinema ou na porta do teatro e ele consegue ter acesso à meia-entrada, ou seja, e aqueles estudantes que querem ter acesso, que precisam ter acesso e que estão se formando, muitas vezes não conseguem, porque mesmo a meia-entrada, por conta dessa desregulamentação, se torna cara.

Então é isso, ou seja, a discussão aqui, ela passa por esse ângulo, precisamos aqui salvar a cultura brasileira. O teatro brasileiro hoje está passando por sérios problemas. O teatro, se a gente for ver hoje, você pega lá o público do teatro, existe uma porcentagem mínima de estudantes que tem acesso ao teatro. Principalmente os estudantes que tem mais acesso ao teatro são aqueles que fazem mesmo o curso ligado à área, curso de artes, curso de cinema, enfim, conseguem ter acesso. Agora, os estudantes que não têm acesso, mas precisam disso, o teatro é algo que forma muito, nós acreditamos na importância do teatro, não conseguimos ter acesso. E mesmo os artistas do teatro, hoje, não conseguem fazer, montar suas peças. O Chantilly, a gente estava conversando ontem, ele estava dando o exemplo da Fernanda Montenegro, que ela não faz teatro há cinco anos. Há cinco anos, por esse motivo ela não consegue custear por conta disso, da desregulamentação, a peça teatral. Então nós precisamos fazer essa discussão.

E as legislações causaram o quê? Primeiro, em 2001 quando foi lançada a MP 2208, não se lançou uma Lei de meia-entrada, e sim uma MP que dizia

que para eventuais descontos e não meia-entrada, eventuais descontos, o estudante poderia apresentar qualquer forma de identificação que ele teria acesso a eventuais descontos. Ou seja, qualquer estudante, qualquer agremiação estudantil, qualquer Entidade. Isso abriu margem para sérios problemas: o problema econômico para o teatro e para o cinema e para a música. Mas o problema também o nascimento de Entidades que nunca tiveram compromisso com a luta do movimento estudantil, nunca lutaram pela reforma universitária, nunca lutaram pelo FUNDEB, nunca lutaram na ditadura militar na democratização do país, ou seja, abriu margem para nascer Entidades que simplesmente existem para emitir carteira e ganhar dinheiro com isso, simplesmente para isso.

Nós temos vários exemplos no Brasil inteiro que existem essas Entidades. Nós temos alguns dados, Senador, que hoje, parece incrível, mas que hoje, inclusive algumas matérias de jornais disseram isso, que o número de carteiras emitidas no ensino superior, por exemplo, ele é maior do que o número total de matrícula existente em todas as universidades brasileiras. Então é um dado concreto dessa desregulamentação e desse aproveitamento de pessoas más intencionadas que não tem compromisso com o movimento estudantil, que não tem compromisso com a cultura brasileira em emitir essas carteiras.

Eu vou dar um exemplo aqui, eu estou aqui, mais uma que nasceu, eu vou dar esse exemplo aqui, ou seja, o cúmulo do absurdo. Nasceu no mês passado uma carteira emitida por uma cervejaria. É uma carteira emitida por uma cervejaria e uma rádio, eu vou entregar aqui para o Senador. Ou seja, a lógica do nascimento da meia-entrada ela acaba aí, ou seja, uma cervejaria emitindo carteira. Primeiro, eu incentivo ao consumo alcoólico para o estudante, que é um sério problema e está aí no panfleto, desconto em eventos, em bares, se eu não me engano, tem até desconto na cerveja mesmo, adquirir a cerveja.

Então veja, a prova do absurdo do que são hoje as legislações da meia-entrada. Ou seja, o estudante compra uma carteira de cervejaria para ter o acesso à meia-entrada. E essa carteira incentiva o estudante ao consumo do álcool, é um absurdo isso. Então, é nesse nível que se encontra o problema da meia-entrada.

Então, para finalizar mesmo, eu acho que é importante a gente ressaltar esse momento. Nunca, nessa história da discussão da meia-entrada, da cultura como um todo, um movimento estudantil esteve em unidade com os artistas, nunca. Primeiro, porque os estudantes, há um tempo atrás, achavam que os artistas e os produtores eram os malandrinhos que não queriam dar a meia-entrada, e os artistas achavam

que os estudantes eram aqueles que queriam obrigar os artistas a pagar o show deles sozinhos, não ter lucro nenhum. Ou seja, por falta de discussão mesmo e a gente foi percebendo que na verdade é o contrário, que é importante essa unidade para salvar a cultura brasileira, ou seja, isso que foi falado aí, o teatro e a música, o Valmir falou, o nascimento e o crescimento da cultura. A gente está até vivendo um momento um pouco melhor do cinema, já vivemos momentos piores. A tendência é ser sempre pior pela falta de recurso. Então, é um momento histórico. Nós nunca na história do movimento estudantil, que eu me lembre, no movimento cultural desde que existem as Entidades, nós tivemos imunidade para discutir a Lei de meia-entrada, para discutir o acesso à cultura e para discutir essa expansão da cultura brasileira.

Então, Senador, eu queria mesmo aqui fazer um apelo a todos os presentes, nós tivemos uma audiência na Câmara, estamos tendo agora uma audiência aqui no Senado, vamos conversar com o Executivo e a gente queria que os Senadores e as Senadoras vissem isso com carinho. Porque aqui não é uma discussão de quem ganha mais e quem ganha menos, é uma discussão que a cultura brasileira ela está sofrendo com isso. A cultura brasileira ela tende a diminuir e a se elitizar cada vez mais e esse é o grande problema. Então aquela frase do manifesto, que a cultura forma e é formada pelo povo brasileiro ela vai sumindo. E essa cultura cada vez mais não vai se formando e o pouco que vai existindo vai ser cada vez mais elitizado e os estudantes de baixa renda e o povo de baixa renda não terá mais acesso à cultura. Bom, é isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Ismael Cardoso, Tesoureiro da UBES. Com a palavra agora o Sr. Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresários Artísticos, ABEARTE.

**SR. RICARDO CHANTILLY** – Boa tarde a todos os presentes. Também só um adendo ao que o Ismael falou, é engraçado que a SKOL, na carteirinha da SKOL, da cervejaria com a RÁDIO MIX, ela dá 50% dos shows, dos espetáculos, do teatro, do cinema, do circo, dos jogos, mas ela não dá 50% na cerveja, ela dá um desconto na cerveja. Então isso é um absurdo total. Bom, eu vou passar aqui rapidamente por alguns pontos que eu acho importante. Nós temos a intervenção do Estado corretamente quando a gente fala do desconto ao taxista. Quando o Governo quis promover a renovação das frotas dos taxistas, ele cede um desconto de 30% aproximadamente, não estou muito certo, 30% ao taxista na compra de um carro novo.

E a pergunta que eu faço é a seguinte, quanto que a VOLKSWAGEN, A FORD, a GM, a FIAT, quanto ela

dá de desconto ao taxista? Ela dá zero, a montadora dá 0%, quem dá o desconto é o Governo tirando o IPI e outros impostos como ICM, o ISS e outros descontos que eu não sei, mas o desconto basicamente é do Governo, não é da iniciativa privada. Nós tivemos várias discussões, até na gratuidade do transporte coletivo, onde no caso do Rio de Janeiro, da minha cidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio, ele determinou que a Lei da gratuidade do transporte público para os estudantes uniformizados e para os idosos, ela teria que ser informada a fonte de custeio. Ela foi suspensa por um tempo até que o Governo do Estado fez um acordo com a FETRANSPOR.

E nós temos aí outras leis equivocadas, uma delas no próprio Rio de Janeiro, que foi a Lei da farmácia, a lei para o desconto para os remédios, onde a nossa Governadora tentou conceder um desconto de 30% para os idosos e isso foi dado como inconstitucional, por quê? Porque não informava a fonte de custeio e na decisão dos Desembargadores, eles determinaram o seguinte: como a farmácia vai arcar com esse custo? A farmácia, os distribuidores, eles não eram responsáveis pela saúde pública. E também, agora essa semana, a gente teve uma decisão do Tribunal de Justiça, onde os idosos tinham gratuidade nos estacionamento. A decisão foi a mesma, a iniciativa privada não é obrigada a custear essa gratuidade e também está suspensa a gratuidade para os idosos nos estacionamento.

Eu aqui vou mostrar um custo de quanto a gente está pagando num show, para a gente ter uma idéia. Eu peguei uma casa de espetáculo com capacidade de mil lugares, isso aqui é um exemplo básico. Imagine que o preço para esse show, para essa peça de teatro, o preço real fosse quarenta reais. Se nós temos mil pessoas, a capacidade total máxima de ingressos a serem vendidos seriam mil lugares. Se tudo fosse vendido, aqui eu estou dizendo no melhor dos mundos, se tudo fosse vendido, quarenta mil reais. Com quarenta mil reais ia pagar o som, a luz, os atores, os técnicos, os impostos que são altíssimos, a mídia, o hotel, a companhia aérea e etc. Com quarenta mil reais pagaria e teria o seu lucro. Como é hoje sem a regulamentação e com uma previsão que a média hoje ela vai de 60 a 80% dos ingressos vendidos, são para meia-entrada, tanto para estudante, quanto para idosos? Então nós temos, uma previsão de 800 pessoas pagantes pagando meia e duzentos pagantes apenas, se a gente conseguir isso, porque cada dia duzentos não aparecem mais, só aparecem os 800, pagando inteira.

Para você chegar, aqui está aproximado, lógico, quarenta mil e oitocentos não é igual a quarenta mil, mas é muito aproximado, para ficar um número redondo, para a gente chegar ao mesmo faturamento,

ou seja, de quarenta mil reais, o ingresso pulou 70%. Ou seja, o ingresso original custaria quarenta reais, a inteira agora está custando sessenta e oito, e o estudante que supostamente estaria pagando a meia, está pagando trinta e quatro. Ou seja, praticamente não há redução nenhuma para o estudante. Então, o que eu digo: hoje, no Brasil, estudante paga inteira, o cidadão comum, o honesto que não falsifica uma carteira e que não é idoso paga dobrado e o produtor cultural e os artistas estão quebrando. Então nós temos um aumento aqui de 70% do preço real do ingresso. Com uma proposta de 30%, isso a gente não está discutindo aqui a contrapartida do Governo, vamos limitar em 30% isso, vamos dizer, uma medida paliativa para estancar esse problema que a gente tem agora. Vamos limitar em 30% da capacidade, então nós teríamos, no máximo, 300 pagantes nesses mil, pagando meia-entrada e 700 pagando inteira. Olha a redução, o preço do ingresso para o estudante cai para vinte e quatro reais e o preço do cidadão comum vai para quarenta e oito. Ou seja, nós temos uma redução imediata, sem contar a contrapartida do Governo. O paciente está morrendo, vamos dar um remédio para ele voltar a respirar, e aí ele volta a respirar e aí a gente vai conversar em contrapartida, em redução de ISS, em inclusão de simples da produção cultural, etc. e etc. Se a gente fizer uma medida, nós já reduzimos amanhã 30% do preço dos ingressos praticados no Brasil, ou seja, todo mundo vai sair ganhando.

Temos ainda para comentar rapidamente, a guerra jurídica. Nós temos um parecer do Deputado Inaldo Leitão, ele é Relator desse Projeto na Comissão de Justiça da Câmara, Constituição e Justiça, e vários outros apensados a esse Projeto de Lei e outros. O parecer dele é justamente esse. Esse Projeto que está aqui vou abrir só para ser mais rápido, esse Projeto de Lei e outros todos que foram apensados, todos eles ele deu a inconstitucionalidade dos projetos. Por quê? Porque não informa a fonte de custeio. E a gente tem também uma decisão do Tribunal de Justiça, lá no Rio de Janeiro, sobre menor de 21 anos, onde ele diz a mesma coisa: não existe almoço gratuito, alguém tem que pagar isso e quem tem que pagar isso não é a iniciativa privada.

Para finalizar, nossa proposta, um reconhecimento. A gente reconhece que a meia-entrada é um mecanismo de acesso à cultura e entretenimento por parte dos estudantes e idosos, desde que regulamentada. Encaminhamento, a gente está pedindo, até o Júlio já conversou comigo, um Projeto de Lei no Senado em caráter de urgência tendo como base a PL 5205 ou base a nossa discussão aqui, considerando que no caso do 5205 lá do Eduardo Paes, ele contemplava as



reivindicações dos artistas e dos estudantes, ou seja, o Deputado Eduardo Paes, ele é candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela legislação aqui a Câmara vai arquivar esse Projeto de Lei. Então, nós precisávamos que o Senado lançasse um Projeto de Lei que entendesse aos estudantes e aos artistas.

E a contrapartida, cobradas as devidas instâncias governamentais, a contrapartida referente à perda de receita causada pelo benefício da meia-entrada, aos agentes promotores da cultura e do entretenimento, pois, como qualquer outra atividade da economia, necessita e tem o direito a contrapartida do Estado, de acordo com a Constituição. Ou seja, aqui a gente passa de falar de meia-entrada e falar de sobrevivência. O teatro no Brasil está morrendo. Os shows, mas aí você fala: "Os shows estão sempre lotados". Sim, a banda que está no momento, ela lota, mas o artista popular, ele não consegue fazer turnê, ele não consegue fazer show. Então, isso é uma coisa que a gente tem que pensar.

Quando a gente pensa em música, os grandes shows, eu vou falar um nome aqui que também participou, a Ivete Sangalo. O momento da Ivete Sangalo é maravilhoso, mas daqui a três anos, daqui a quatro anos, espero que isso nunca aconteça com ela, mas ela pode estar em baixa e ela não vai conseguir viabilizar o evento dela e os fãs não vão conseguir ver o show. A cota, a gente lança essa idéia de uma cota de 30% como limite para que se possa fazer planilha realistas, inclusive para o cálculo do subsídio. 30% pode ser discutido em 20, 40, 100, 200, não sei. A gente tem que discutir. 30% é o que acontece na cidade de São Paulo, no Município de São Paulo, e às vezes a gente consegue acertar a mão. E o controle, a validação apenas das carteiras emitidas pelas Entidades estruturadas e reconhecidas nacionalmente, mediante a apresentação de documentos que comprovem a situação legal e legítima. E a criação de um fórum formado por representantes das Entidades representativas dos estudantes e do fazer cultural e de entretenimento no país, para gerenciamento e mecanismo. Isso é importantíssimo, porque a gente tem que realmente moralizar as carteiras. Quando a gente consegue esse diálogo com a UNE e com a UBES, e até num primeiro momento algumas outras Entidades vão falar "a UNE e a UBES se venderam aos artistas, aos empresários", não. É porque nós estamos falando de números, nós estamos falando de fatos, nós não estamos falando de "ah, eu quero me dar bem, eu quero ganhar mais", não é nada disso. A gente quer ter o preço justo para todo mundo. É só isso que eu queria falar e abrir a discussão para todo mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da ABEARTE, Associação Brasileira de Empresários Artísticos. Bom, normalmente a palavra agora ficaria franqueada para os Senadores que quisessem fazer pergunta. O Senador Roberto Cavalcanti quer fazer uma pergunta. Vou dar prioridade ao Senador Tuma que é o mais antigo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas antigüidade em tempo de serviço. Mas eu peço desculpas por não ter acompanhado a Audiência hoje na sua totalidade, apenas o final... Hoje está uma loucura aqui, inclusive a CPMI e também o Conselho de Ética que é o que nos prende mais em razão do próprio interesse da sociedade em ver os membros participando dessa atividade. E vem a discussão, uma coisa tão importante que é para a cultura brasileira, discussão sobre a freqüência que se deve oferecer ao cidadão menos favorecido.

Então, quando se fala em meia-entrada, aqui a gente discutiu muito benefício de passagem gratuita para o idoso, de repente ônibus sem pagar. Há uma reação natural, dos empresários, porque o prejuízo é claro, então o Governo que pague. Então fica uma dúvida se isto... Eu estava conversando com o nosso Senador sobre o financiamento direto sobre o ingresso. Agora, sobre as atividades culturais tem os financiadores. Nós temos que aumentar os benefícios daqueles que ofereçam possibilidade da criação de eventos culturais. Alguns estados, São Paulo, por exemplo, o Prefeito fez um dia inteiro de recuperação da cultura através de vários eventos em vários bairros da cidade de São Paulo, durante 24 horas, com sucesso absoluto e gratuito. A Prefeitura custeou essa presença, provavelmente pode ter tido a colaboração de alguma empresa. No cinema está conseguindo isto, que os projetos que são discutidos no Ministério da Cultura e uns recebem ou não, dependendo do que for analisado.

Eu acho que está havendo uma evolução de assistência à área da cultura. Nós temos que, realmente, ter aqui um apoio, buscar projetos que colaborem com a área de cultura brasileira, porque nós falamos muito sobre o problema de educação. Discute-se muito, haja vista o nosso colega, o Cristovam Buarque, pegou como mote de campanha a educação, e sabemos que o teatro é um aspecto importante para a cultura. Se a gente vir historicamente, século XV, século XVI, e passarmos a vista sobre o que se passou, como os países evoluíram na cultura através do teatro. Aqueles que percorriam em carroças e faziam o teatro em lugares inacessíveis para a sociedade saber que tem alguma coisa diferente do mundo.

Então, eu não vou dar o palpite sobre a meia-entrada que o senhor fez ali a explicação econômica clara da discussão. Mas vamos tentar encontrar um caminho. Eu acho que há oportunidade em se encontrar caminhos, por quê? Porque é uma necessidade nacional. Nós não podemos deixar de pegar essa oportunidade de evoluirmos para que a cultura chegue à população mais carente. Por que o estudante? Porque o estudante faz o seu grupo de teatro também, algumas empresas têm feito grupos de teatro e clubes esportivos hoje tem, uma grande maioria dos clubes esportivos tem o seu grupo de teatro. Mas tem uma população muito carente que vive nas periferias e não tem acesso ao teatro, não tem dinheiro para pegar uma condução, como é que vai pagar uma entrada.

Então, os grandes produtores podem levar isto, desde que eles tenham meios de sobrevivência, não é ter lucro, é meios de sobrevivência. Então, a gente tem que ter a oportunidade de legislar para se buscar realmente qualidade e melhorar a cultura. Quando o senhor fala que a criança brasileira não sabe interpretar um texto quando faz a leitura, não sabe interpretar o texto e o teatro interpreta o texto [soa a campainha]. Desculpa, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Disparou automaticamente, Senador. Desculpa.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu sei que eu estou abusando aqui, mas é uma coisa que me entusiasma muito. Saber que se tira história das literaturas que estão escritas a centenas de anos e o artista, o ator, ele apresenta isto à sociedade, a interpretação clara dos textos literários, isso é feito através do teatro.

Então, eu acho que isso é importante, nós temos visto aí que a televisão conseguiu através de propagandas que ela tem, as novelas. As novelas têm uma diferença do teatro, o teatro é uma realidade mais forte. Por quê? Porque sente a presença física daquele que está trazendo a cultura ao seu conhecimento. Então, ela fala mais ao coração, claro que a gente tem sensibilidade sobre o que as novelas... Não estou criticando as novelas não, porque eu sou novelista. A única oportunidade que a gente tem de ter uma distração é poder ver uma novela. Mas quando se vai ao teatro, você participa ativamente do que está o espetáculo no palco, porque você ouve, você ri, você participa com o artista de tudo aquilo que realmente ocorre. Então nós não podemos cercear pelo valor do ingresso. Não se pode dobrar o preço, porque na medida em que o senhor para dobrar o preço, para dar o benefício da meia-entrada, provavelmente está cerceando outros que tenham a oportunidade de ir ao teatro.

Então eu queria cumprimentar os senhores, a gente tem que ler as notas taquigráficas para ver e se buscar, através da Comissão, uma Legislação que seja apropriada, conveniente e que estimule esse tipo de atividade para o bem da nossa sociedade. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu vou passar a palavra para o Senador Roberto Cavalcanti e depois o senhor vai responder ao Senador Tuma também. Ele vai responder ao senhor, o Valmir Fernandes, Senador.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Presidência dos trabalhos, Senador Augusto Botelho, todos os palestrantes aí, que foram enriquecedores os dados, muitas coisas que eu desconhecia e eu venho... Inicialmente, fazer uma afirmativa no sentido de que acho que há um consenso no tocante à regulamentação. Não há dúvida de que nós todos somos unânimes em entender a necessidade da regulamentação.

Um fato que eu gostaria que fosse visto é o problema de nós compararmos com os outros países. Foi citado aí que nos 40 países pesquisados não existia uma Lei que regulamentasse efetivamente, mas existe na prática um procedimento. Você vai ao mercado americano e se verifica que a Lei do mercado, a Lei da oferta e da procura, a liberdade do mercado americano, o americano cultua muito esse estilo de atuação de mercado. Então você vai a um teatro e se você comprar no hotel, o ingresso é um preço, se você for em um outro centro de venda de ingresso, é um outro preço, menor. Mas se você for na hora na porta do teatro, você compra com menos de 30% do valor e ainda tem as opções, como todos, de localização, se você quer na orquestra, se você quer lá atrás. Então, há uma flexibilidade que inexistente nessa prática no Brasil.

Eu cito o caso da VARIG, por exemplo. A VARIG foi uma empresa que viveu às custas de subsídios, era uma semi-estatal e deu no que deu. Hoje as empresas modernas da aviação no mundo são empresas que estão voltadas para também a Lei do mercado. O ingresso de um voo Brasília-Nordeste, por exemplo, pode custar um preço que significa 20, 30, 10%, dependendo do dia que se compra, do momento que se compra. Isso no mercado americano também. Se você vai tomar um avião e o avião não foi preenchido todos os locais, na hora do embarque aquela tarifa é praticada. Então, acredito que também tenha que nessa análise nossa desse projeto se pensar um pouco em se modernizar a atuação das casas de cinema. Não pode ter o ingresso fixo, 20 reais, 40 reais, o preço médio é X, porque a média entre os estudantes e os

não estudantes, os beneficiados com incentivos, com a carteirinha verdadeira ou falsa é merecedora do valor X ou Y. Eu acho que o mercado brasileiro precisa evoluir um pouco nesse sentido, não esquecendo e dando toda a prioridade ao histórico e aos ganhos dos estudantes ou de outras classes que são supostamente beneficiadas com essa carteira.

Feita essa “explanaçãozinha” nossa, eu gostaria de fazer assim basicamente duas perguntas. Uma, como é que encarado, principalmente pela iniciativa privada e pelos artistas, essa parte dessa não regulamentação nos outros países? Por que será que só o Brasil é o país que exige uma regulamentação? Partindo da premissa que eu sou favorável da regulamentação. E se existe alguma estimativa do percentual das supostas carteiras entre as verdadeiras e as falsas? Pela experiência de mercado que vocês têm, vamos dizer, existem não sei quantos cursos de inglês que dão essa carteirinha sem passar... O lado da regulamentação, a normatização da emissão da carteira, como foi muito bem exposta aí pelo Gustavo, se existe uma estimativa [soa a campanha] de quanto cairia. Porque foi apresentado um gráfico no qual havendo uma queda, uma redução simples de 30% do valor da melhoria da qualidade dessa carteira, o quê isso implicaria? Essa seria a minha pergunta básica e no tocante se existe uma estimativa de só regulamentando e evitando a fraude, supostas fraudes na emissão dessa carteira, como o mercado se comportaria?

E particularmente, eu tenho muitas dúvidas sobre o subsídio. Não é uma posição definitiva, mas eu não gosto de trabalhar com subsídio. Eu prefiro que as Leis de mercado atuem de uma forma mais livre, mais de mercado. Porque acho que se existe hoje fraude com carteirinha, mais fraude vai haver com o subsídio em função de se buscar do Governo algum valor que talvez supostamente não se mereça. Era isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, V.Ex<sup>a</sup> como empresário bem sucedido, está mostrando que, outros caminhos nós podemos abrir em relação ao cinema.

Eu entendi bem que o Valmir gostaria responder ao Senador Tuma e talvez o Ricardo Chantilly ao Senador Roberto. Com a palavra o Valmir Fernandes para responder o Senador Tuma.

**SR. VALMIR FERNANDES:** Na verdade não é bem uma resposta, porque o Senador fez mais um comentário, eu só vou comentar em cima um pouco do que Senador colocou.

E o Senador colocou muito bem, eu acho que quando se fala em cinema, o Governo, ele investe na produção de cinema nacional e investe um recurso

bastante significativo. Se não houvesse o Governo por trás da produção nacional de cinema, eu chegaria a dizer que ela quase seria inexistente. Então o fato do Estado investir no setor é muito importante e a gente defende que esse investimento da forma como ele está sendo conduzido, que ele seja mantido. O ponto todo é que, o que a gente chama a atenção é que tem duas coisas muito distintas. Uma coisa é: nós continuarmos recebendo no que diz respeito à produção de cinema esses incentivos. O outro lado é que, se nós não resolvermos esse imbróglio jurídico e legislativo da meia-entrada, a gente não consegue fazer com que existam salas de cinema para passar o filme. Porque quem está no caso do cinema... Eu não estou falando, depois os meus colegas vão falar sobre questão de teatro e shows, mas na questão do cinema, o que está acontecendo é o seguinte: você tem o filme, entre aspas, subsidiado, ou incentivado pelo Governo, ótimo, só que esse filme, daqui um pouco, se continuar essa situação, você passa a não ter salas ou então esse filme passa a não ter condição de ser visto em várias cidades do Brasil, por conta que não tem a condição econômica financeira razoável para se fazer a sala ou se ter retorno.

Então eu acho que esse é um aspecto, eu só queria esclarecer, porque eu acho que tem uma atuação muito significativa do Estado no que diz respeito a cinema, mas, do outro lado, a parte de construção e desenvolvimento de infra-estrutura de salas, essa parte é uma atividade puramente privada. Então a gente precisa resolver esse nó para tentar fazer com que a coisa cresça.

E só para elucidar, até porque o Senador também colocou um aspecto relativo à questão de preço, e preço no mercado americano, uma das coisas que impedem que hoje seja feita no Brasil uma política de preço mais flexível, alguma flexibilidade já existe, mas o problema hoje em se formar preço, meus colegas já afirmaram isso, o problema hoje é que você faz o preço para um determinado filme, você não sabe se vão aparecer 50% de pessoas com carteirinha, ou se vão aparecer 100. Então você tem uma incerteza muito grande. Para piorar, a minha empresa faz um dia por ano, um dia dedicado ao cinema nacional, nós cobramos dois reais nesse dia. Quando eu cobro dois reais para fazer um evento e 2 reais é um preço que a grande maioria das pessoas pode pagar, quando eu cobro dois reais, a gente chega na seguinte situação: o estudante bate na porta e fala “eu quero pagar um”. É uma situação que faz com que a capacidade de flexibilizar em preço, ela praticamente está atrelada a essa falta de regulamentação.

Eu acredito, fortemente, Senador, que quando resolvido esse problema com relação à talvez estabelecer uma cota ou moralizar de uma outra forma, pelo menos os cinemas, não posso falar em relação às outras atividades, pelo menos os cinemas passam a ter muito mais flexibilidade, porque eles passam a saber o número de pessoas que podem efetivamente contar com o benefício, conseqüentemente você pode ter flexibilidade em desconto para todo o resto e fazer o que a gente quer, encher as casas. Esse é o ponto mais importante. A gente quer ter mais público no final e é aí que realmente o preço abaixa. Era isso, obrigado.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Pois não, Senador.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpa, eu acho o seguinte: fala-se em falsificação de carteira, pelo menos é o que eu entendi aqui, é crime. Então, há necessidade de se regulamentar, até para evitar que o crime seja continuado. E a responsabilidade é de quem obtém a carteira fraudulentamente e de quem expede também. Então essa regulamentação ela tem uma importância no Código Penal, já não foge ao aspecto econômico e cultural. Porque é uma má cultura você usar o documento falso para entrar no teatro, ou no cinema ou em qualquer lugar. Então eu acho que essa regulamentação, ela tem que ser efetivamente feita independente daquilo que se busca de melhorar o teatro, a frequência e tudo isso. É claro que pode ter um mecanismo, os dias que pode ter meia-entrada, oferecer teatro popular na sexta-feira, na quinta ou na quarta, na terça. Então isto é um mecanismo natural da economia de mercado. Agora, a falsificação é crime. Não dá para se discutir se prejudica ou não. Ela prejudica a cultura de quem a usa. Porque ninguém pode usar um documento falso e achar que está com a consciência tranquila, que está vendo um espetáculo. Então eu acho que essa premissa que a gente tem, tem que analisar prioritariamente aqui. Como inibir a falsificação documental de qualquer origem? Então é isso que a gente tem discutir, melhorar e meter no Código Penal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Tuma.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Pedindo permissão ao Presidente. Só ilustrando a abordagem brilhante do Senador Romeu Tuma no sentido de que foi dito que o empresário precisa saber, ter um universo de quantos por cento ele vai ter de estudantes ou de portadores de carteira merecedora do benefício e quanto vai ter do preço normal. [Soa a

campainha] Isso vai depender também do tipo de espetáculo. Na verdade, se colocar uma lanchonete vai vender mais sanduíche junto a uma escola do que vai vender junto a um abrigo de velhos. Mas eu reforço o argumento do Senador Romeu Tuma de que se há um consenso da regulamentação da atividade como um todo. Eu acho que é consenso. E se está identificando que existe uma fraude na emissão das carteiras, o passo fundamental é na verdade regulamentar a emissão das carteiras. Partindo da regulamentação das carteiras, o problema da Lei de mercado vai reger todo o resto.

O subsídio é um problema... Como vai ocorrer... O mundo, se você for ao mundo lá fora, o cinema americano, o teatro americano – eu estou citando o americano como qualquer outro lugar do mundo – é a Lei do mercado. Se está vazio, está um cara com a bandeirinha na porta, vendo ingresso por tanto. No Brasil, isso não existe. Então eu acho que o caminho passaria por duas estradas, uma é a estrada da regulamentação e [soa a campainha] da estruturação da emissão da carteira, e outra é da própria Lei; sabendo-se que no Brasil existe todas as leis de benefícios, *Rouanet*, para dar ao artista, à produção artística, os incentivos da produção artística.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA:** Senador, um comentário. Eu acho importantíssimo esse comentário que nos permite abrir alguns aspectos. Justamente a forma desordenada em se que encontram hoje as leis Regionais, nos impedem de fazer exatamente o que o senhor está falando que é a política de preço. Porque eu não consigo estabelecer uma política de preço se eu não posso pressupor qual o percentual que eu vou ter de uma modalidade e de outra modalidade. Então, a partir dos entendimentos que nós estamos tendo com os grupos das Entidades estudantis, nós elaboramos alguns caminhos. O primeiro deles que resolveria essa questão, é a questão da cota. Se a gente conseguisse estabelecer uma cota, significa o seguinte: não quer dizer com isso que seria o máximo de 30% que é o que está sendo colocado, seria o mínimo de 30%. Se eu quiser estabelecer como política de preço que na quarta-feira a meia-entrada é ilimitada, eu vou estabelecer isso como uma política de preço. Na maneira como está hoje, eu tenho que fazer isso compulsoriamente. Se chegar lá, 100% dos meus pagadores chegarem lá dentro da modalidade da meia-entrada, eu tenho que acatar. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que é a questão da moralização do documento, que é igualmente importante, que

envolve até aspecto criminal como o Senador lembrou aqui, para isso nós estamos propondo a formação de uma Comissão Paritária integrada por artistas, estudantes e outras Entidades da sociedade civil organizada, que vão legitimar a emissão dessa carteira. Então, não haveria mais as centenas de carteiras que existem. As Entidades continuam emitindo as carteiras, mas através de um selo de autenticação que seria fornecido pelo Conselho. Então eu acho que aí conseguiríamos fechar as duas coisas.

O que nós temos que deixar claro é que você não pode amarrar uma ponta sem amarrar a outra. A questão do subsídio, eu acho que merece também um estudo mais detalhado no aspecto do seguinte: existe hoje uma subvenção chamada Lei Federal de Incentivo a Cultura, as Leis Estaduais e Municipais de incentivo a cultura, só que não existe uma vinculação dessas leis à questão da meia-entrada. Então esse é um aspecto que pode e deve ser estudado.

Eu acho legítimo se um espetáculo tem um subsídio de um dinheiro público, que ele tenha um tratamento diferente de um outro espetáculo que venha por iniciativa privada. A gente tem que lembrar de outra coisa também, gente, da vastidão desse país que é continental e das produções e produções que nós temos. Nós não podemos comparar a produção estável de uma Ivete Sangalo, como foi definido aqui, e da pessoa que está iniciando um grupo de teatro lá em Belém do Pará que mal e mal consegue pagar o local de ensaio dele. E que as Leis são iguais para as duas coisas. Então, esse tipo de coisa é que nós temos tido a lucidez de estudar junto as Entidades estudantis para apontar os caminhos. Eu acho fundamental se o Senado puder entrar conosco nessa discussão, porque eu acho que o Senado seria talvez o grande caminho para agilizar esse processo.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)**

– Senador mais uma vez me permita, eu concordo plenamente desde que o subsídio não seja no ingresso. O subsídio sendo ao artista tudo bem, agora via ingresso é que eu acho que há uma possibilidade de fraude, uma possibilidade de problemas, e foge a Lei do mercado.

Eu acho que o Brasil deva se modernizar em tudo, na política está se modernizando, na sua Legislação, e deva se modernizar no sentido de obedecer às leis do mercado. Se nós não formos em direção às leis do mercado... Faz o show, vai ter mais estudante no show de jovem, música jovem, e vai ter menos estudante... Então o empresário vai ter que adequar o seu show ao mercado. Sem isso, nós vamos estar na contra mão da modernidade do mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PDT – RO)** – Com a palavra o Senador... O Sr. Ricardo Chantilly.

**SR. RICARDO CHANTILLY** – Ainda não. [Risos] Bom, Senador, só respondendo também, é uma comparação. Eu também sou contra qualquer tipo de subsídio, mas eu também sou muito contra que qualquer instância governamental mande no meu salário, certo, no meu ganho. O senhor é um empresário, não sei de que área, mas vamos imaginar que o senhor venda camiseta – é um exemplo até do Lúcio – o senhor venda camiseta. O senhor comprou 100 camisetas a cinco reais para o senhor vender na sua loja. Num dia, a partir de agora, a Lei da meia-entrada vira também a Lei da meia camiseta e a partir de amanhã todo o estudante que chegar na sua loja vai comprar a camiseta a 50%. O senhor comprou a cinco reais, o senhor vai vender a sete, que é a sua política de preço, a livre iniciativa, a senhor tem um lucro de dois reais para pagar aluguel, funcionários e tudo. Amanhã, o senhor abre a sua loja e tem 98 estudantes que vão comprar camiseta branca para estudar no dia seguinte e o senhor vai ter que vender a camiseta a três e cinquenta. Como eu posso fazer uma política de preços assim?

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)**

– Eu concordo com a filosofia, mas não com o caso. Eu acho que o histórico da carteira do estudante e do benefício do estudante é no sentido de fomentar o desenvolvimento do mercado. Então significa que eu vou vender a camiseta para estudante por um preço menor, fazendo com que haja o hábito de usar camiseta. Na história do cinema, na história do teatro, a origem do fator da meia-entrada, de isentar a criança, é fazer com que haja a cultura, o desenvolvimento da cultura. A comunidade, a população cria o hábito de ir e só se cria o hábito... É feito o pai dar um livro à criança. O pai dá o livro à criança para quando ela se tornar adulta ela continuar lendo. Eu acho que os movimentos de mercado, partilhando a atividade privada com a regulamentação de leis brasileiras, eles devam ser feitos visando criar, vamos dizer, evitar que haja uma bagunça.

Agora, quanto mais no Brasil se legislar... A Constituição Brasileira é uma Constituição fantástica, mas ela é extremamente complexa. Ela é tão complexa que a dificuldade que tem de se cumpri-la é exatamente porque muitas vezes tem tanto item, que não está regulamentada, e então ficam os vazios. Não estando regulamentada não pode ser cumprida.

Então eu espero que o que nós possamos aqui, no final desses debates, parabenizo demais o entendimento de uma Audiência Pública é fantástico, há um enriquecimento mútuo, mas eu acho que o que nós

pudermos sintetizar, fazemos com que haja, vamos dizer, minimizar a interferência do Estado, agora desde que o Estado venha a interferir no sentido de regulamentar o certo e o errado. Não pode fazer isso porque é crime. Uma Entidade que não está autorizada, não pode emitir. E as punições, que muitas vezes se criam as leis e não se criam as punições. Fazer isso não é permitido, mas e quem fizer? O que vai acontecer com quem fizer? Então dou a sugestão que ao ser criada toda essa regulamentação, também sejam criadas as punições e especificadas as punições. Porque senão não dá em nada, o que acontece no Brasil hoje, muitas vezes, como não está especificada a punição, a pessoa faz a contravenção, mas não tem a resposta imediata da Lei.

**SR. RICARDO CHANTILLY:** Senador só para completar o raciocínio, desculpa Presidente, mas só para completar que é importante. O senhor tocou num ponto fundamental, o livro. Livro é cultura. Existe meio livro para estudante ou para idoso? Por quê? Porque senão o editor não vai conseguir vender o livro dele, o livro vai ter que dobrar o preço. É isso que nós estamos colocando. O ingresso é um papelzinho muito pequeno, ele não representa, só que ele representa todo aquele custo que está ali trás.

Então, quando a gente fala do ingresso, e a gente não quer subsídio, a gente não veio aqui pedir subsídio, a gente não quer. Nós todos somos empresários, nós trabalhamos honestamente. O que nós queremos apenas [soa a campainha] é o seguinte: que o ingresso seja visto como livro, o livro é cultura também e nem por isso as editoras são obrigadas a vender meio livro.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)** – Aí eu não concordo porque são legislações completamente distintas, benefícios completamente distintos e não é a mesma coisa. Não se tem livros vendidos a meio ingresso, porque também não tem promoção. Em qualquer lugar do mundo se tem espetáculos vendidos a meio ingresso. [tumulto] Sim, promoção. Perfeito. Mas veja, a regulamentação, o espetáculo tem uma formatação completamente diferente. A edição do livro você edita uma quantidade específica, o seu espetáculo não. Mas não é. Você faz mais, você faz menos. [tumulto] A parte econômica deve ser da livre iniciativa. O que eu estou tentando transmitir é somente que nós, como Legisladores, temos a simplicidade de legislar as coisas mais específicas, porque todas às vezes que nós legislarmos da forma mais complexa, nós vamos ter mais espaço para ter dúvidas sobre o cumprimento da Lei.

Então que se saia daqui com o raciocínio de que quanto mais cirúrgica for a decisão, quanto mais simples for a regulamentação, quanto mais fácil seja ela

de ser praticada é melhor. Senão nós vamos ter que fazer emendas, voltarmos aqui para rediscutir o assunto. Então saiamos daqui com uma coisa extremamente fácil de ser cumprida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RO)** – Com licença, muito obrigado, Senador. Um minutinho, Senador. Realmente, eu só queria deixar um esclarecimento aqui, justamente essas discussões estão acontecendo aqui é para a gente chegar num consenso. Então, todas as idéias têm que surgir e serem debatidas. Eu concordo com o Senador quando ele fala que o cliente de meio ingresso, por exemplo, eu tenho hábito de ir ao cinema, porque quando eu era estudante eu ia ao cinema, e ao teatro também. Só dava para ir porque era meia, se fosse inteira eu não conseguia pagar. Então vocês estão cativando o cliente, vocês não têm um prejuízo total quando vendem meio ingresso, vocês estão cultivando o futuro cliente. Então, nós precisamos ver isso. Agora falar ao lado do consumidor aqui um pouquinho.

**SR. GUSTAVO PETTA** – É rápido. A gente já está encerrando também a audiência. Eu acho que a gente tem que partir da idéia do seguinte: a meia-entrada aos estudantes foi uma conquista, inclusive recentemente foi discutida no Supremo Tribunal Federal, porque a Federação do Comércio de São Paulo, através da Confederação Nacional do Comércio entrou com uma ADIN pedindo a inconstitucionalidade e não foi cedida. O Supremo Tribunal Federal reconheceu e reafirmou a constitucionalidade do direito a meia-entrada aos estudantes.

Então, o que a gente precisa é se esforçar, a partir do momento que a meia-entrada existe, é constitucional, tem Leis Estaduais, tem uma Medida Provisória que casou uma confusão, é se esforçar para regulamentar a meia-entrada. Esse que tem que ser o nosso esforço. A partir daí que a gente tem que discutir, porque se a gente voltar a discutir a constitucionalidade ou o fato de ser necessário ou não a meia-entrada, ser justo ou não a meia-entrada, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Então a partir disso que eu acho que seria importante discutir. Eu acho que existe já, a partir desse debate, um consenso muito grande e que a gente vai ter que discutir.

As cotas, por exemplo, existe dúvida de como vai haver a fiscalização disso. Então precisamos discutir bem isso para que não existam também empresários de má fé que através da cota passam a não permitir o acesso à meia-entrada, como que fiscaliza, 30, 50, 60% vai ser dado realmente aos estudantes. Tudo isso precisa ser discutido e a gente está num bom caminho e o Senado vai ser determinante para que essa regulamentação seja aprovada através de um Projeto de

Lei. Eu acho que a gente deveria aqui nos próximos dias encaminhar para a Comissão de Educação o que haja de consenso entre os setores envolvidos para que isso possa virar um Projeto de Lei e de maneira mais rápida possível, tramitar na Casa e ser aprovado, além dos nossos esforços junto ao Executivo. Então eu gostaria, já que a gente está encerrando, agradecer esse espaço aqui que foi cedido pela Comissão de Educação aqui dessa Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Gustavo Petta. Realmente as nossas comissões de teatro e cinema e a Comissão de Educação estão empenhadas em achar um consenso. Essa discussão foi aberta para isso. Já acho que já há um entendimento de que o direito adquirido de meia-entrada os produtores não são contra. A discussão vai girar em torno da cota, do percentual que deve ser feito. É lógico que essa discussão tem que ser aprimorada, ser bem analisada para ver como é que vai. E eles também vão ter que discutir com os colegas deles que não vão querer a cota de cara de início.

Mas, se entenderem que realmente com um estabelecimento de uma cota, a entrada baixe para todos terem acesso ao cinema, aos de baixa-renda também terem acesso, é lógico que os estudantes vão concordar com os produtores. O que nós queremos é que a nossa cultura, o nosso cinema cresça e que nós tenhamos mais oportunidade de criar mais empregos e trabalhos no cinema e que todos possam ter acesso ao cinema.

Tudo passa pela distribuição de renda que é injusta no nosso país, poucos ganham muito e a maioria ganha muito pouco.

Eu acho que nós podemos encerrar a nossa Reunião e agradecer a todos a presença do Ricardo Chantilly da ABEARTE, do Lúcio Santos da ABRAP, do Valmir Fernandes da ABRAPLEX, do Gustavo Petta da UNE e do Ismael, Tesoureiro da UBES. Muito obrigado a todos e um bom dia.

*Sessão encerrada às 12h42.*

**Ata da 31ª Reunião Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de setembro de 2006**

Às dez horas e cinquenta minutos do dia seis de setembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcos Guerra, Geovani Borges, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro,

César Borges, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Moza-rildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI-UFSCAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quator-

ze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto**

**Legislativo nº 364, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação E Publicidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguaia – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Geovani Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Wellington Salgado passa a Presidência ao Senador Valdir Raupp para relatar os seguintes itens: **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência mo-



dulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Reassume a Presidência o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Nesse momento, os Senhores Senadores Aelton Freitas e Sérgio Zambiasi requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Projetos de Decretos Legislativos nºs 349, 365, 375, 387 e 388 de 2006 e 379, 380 e 404 de 2006, o que é aprovado. Logo após, os Senhores Senadores Flávio Arns, Marcos Guerra e Eduardo Azeredo igualmente, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 355, 382 e 405 de 2006, 372, 389 e 396 de 2006 e 366, 373 e 384 de 2006, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais”. O

relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 355 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 382 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 405 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umarama, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 372 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 389 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 396 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 366 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que

outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 373 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 384 de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACR-BL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e dezenove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. \_ Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 06 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h30. Submeto a esse Plenário, para que não precise ser lida a Ata da Reunião passada. Aprovado.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pois não.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Com a aquiescência de V.Exª e dos nobres pares, eu queria pedir inversão de Pauta, porque eu tenho uma agenda

no nosso Estado logo mais e eu não queria ir embora sem ter relatado essas rádios.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor está pedindo inclusão extra-pauta, Senador?

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Colocar antes da Pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto ao Plenário, aprovado. Vamos, então. Vamos limpar a Pauta.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Eu também requeiro de V.Ex<sup>a</sup> não a inversão de Pauta, mas a inclusão na Pauta de relatórios referentes a três rádios, que se encontram sobre a Mesa também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto a esse Plenário. Aprovado.

**SENADOR SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Presidente, eu só pediria que as votações nominais se fizessem agora, porque eu tenho o Conselho de Ética e preciso ir para lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu também Senador, estamos junto.

**SENADOR SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Mas, porque da Bancada do PT só sou eu e se eu não for é problema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Claro, vamos fazer o quê? Vamos rapidinho. Extra-pauta... PDS nº 387 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais. Relator Senador Aelton Freitas, com a palavra.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, submeteremos a votação ao final. PDS nº 349 de 2006, que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Radiodifusão da cidade de Engenheiro Navarro – Minas Gerais,

a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Relator Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Da mesma forma, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão, não havendo quem queira discutir ao final faremos a votação. PDS nº 388 de 2006, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Deixe-me... Relator Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mais uma vez em discussão. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação ao final. PDS nº 365 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais. Com a palavra grande Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação, em bloco ao final. PDS nº 375 de 2006, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais. Mais uma vez, Senador Aelton Freitas, com a palavra.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Opinamos pela aprovação. Muito obrigado pela compreensão e pela oportunidade, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação em bloco ao final. Parabéns Senador Aelton Freitas pela aprovação dessas rádios no seu Estado.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – No nosso Estado, eu que agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado. Vamos lá. A Pauta, 30ª...

Como é que é?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Os relatores estão presentes aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quem são os relatores?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** O Senador Flávio Arns...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vamos, então, à Pauta dessa Reunião, passando os Projetos de Decretos Legislativos aos Senadores presentes. Começaremos, como foi pedido, pelo Senador Flávio Arns, que aprova o ato que autoriza... Desculpe, Projeto de Decreto Legislativo nº 347 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná. Com a palavra Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – O Parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, faremos votação em bloco ao final. Agora o Item nº 06 da Pauta: Projeto Decreto Legislativo nº 348 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná. Autoria do Poder Executivo. Relator Senador Flávio Arns, com a palavra.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – O Parecer também é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação em bloco ao final. Continuando com os Senadores presentes, votaremos o Item nº 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 351 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso. Autoria do Poder Executivo. Relator Senador Jonas Pinheiro, a quem passo a palavra.

**SENADOR JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, lendo todo Processo, nada contra a aprovação dessa emissora, portanto pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutimos, faremos a votação em bloco ao final. Item nº 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 345 de 2006, aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão das Cascalheiras, Estado de Mato Grosso. Autoria do Poder Executivo. Relator Senador Jonas Pinheiro, a quem passo a palavra.

**SENADOR JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Da mesma forma, como da anterior, pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Eu solicito inclusão extra-pauta dos PDSs 379, 380 e 404/06.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto o Requerimento, aprovado.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Presidente, pela ordem aqui. Desculpe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, com a maior honra.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Primeiro cumprimentá-lo e segundo, como eu estou com a CCJ e Comissão de Ética, pediria se eu poderia ler o Item nº 03, que é... Aliás, 01, 02 e 03, desculpe. Sem ferir a cronologia que V.Exª fixou.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O senhor, com todo respeito, será o próximo. Agora teremos o Senador Geovani Borges, o Item nº 15.

**SENADOR GEOVANI BORGES** (PMDB-AP): Pela aprovação do ato--

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Calma, Senador. Projeto Decreto Legislativo nº 406 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguaia, Araguaia também é o nome de uma cidade de Minas, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá. Autoria do Poder Executivo. Relator Senador Geovani Borges, a quem passo a palavra.

**SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP):**

Opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari, Amapá, para não confundir com Minas.

[risos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Perfeito. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, votaremos em bloco ao final.

**SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB – ES)**

– Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Com a palavra Senador Marcos Guerra.

**SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB – ES)**

– Eu peço a inclusão, ou melhor, que conste em Pauta extra, o Projeto 372, que concede rádio à Fundação Quilombo do Estado de Alagoas. O Projeto 389, que concede rádio à Fundação Universitária de Pesquisa Econômicas e Sociais de Vila Velha do Estado de Espírito Santo e o PDL 396, que também concede rádio ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão LTDA no Estado de Alagoas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Submeto à votação do Requerimento extra-pauta, onde bateremos o recorde de inclusão extra-pauta nessa Reunião.

**SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB – ES)**

– Estamos trabalhando, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Sem parar. Aprovado, Senador Marcos Guerra. Vamos agora, por respeito ao Item nº 01, Projeto de Decreto Legislativo nº 340 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A autoria do Poder Executivo. Relator Senador Romeu Tuma, a quem, com muita honra, passo a palavra neste momento.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) –** Lida a ementa por V.Ex<sup>a</sup>, juntado todos os documentos exigidos por lei, somos favoráveis a sua aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Em discussão o Parecer do Relator. Não havendo quem queira discutir, submeteremos ao Plenário ao final a votação em grupo. Item nº 02. Projeto de Decreto Legislativo nº 341 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati... Cajati, Senador?

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) –** Ca-

jati.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** A executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo. A autoria do Poder Executivo. Relator Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) –** O mesmo Parecer do anterior, favorável a sua aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Item nº 03. Projeto de Decreto Legislativo nº 362 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI-UFSCAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. Grande cidade, Senador. A autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP) –** Sr. Presidente, aqui tem um caso especial, que é a Universidade Federal de São Carlos. Uma das mais importantes do país, principalmente no setor de engenharia, e é para o desenvolvimento científico e tecnológico, que V.Ex<sup>a</sup> como professor, como reitor de Universidade, sabe da importância, hoje, de se investir no projeto da pesquisa. Então, nós somos favoráveis à sua aprovação, com louvor, neste caso para Universidade Federal de São Carlos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Passaremos ao Item nº 07. Projeto de Decreto Legislativo nº 399 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro. Relatoria do Senador Roberto Saturnino, que não está presente, se encontra ausente. Designamos o Senador Valdir Raupp como Relator *ad hoc*.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) –** O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON**

**SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) –** Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Item nº 08. Projeto de Decreto Legislativo nº 342 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti, Maranhão, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Buriti, Estado do Maranhão. A autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Edison Lobão, que não está presente. Nomeamos o Senador Jonas Pinheiro como Relator *ad hoc*. Para o Estado do Maranhão do ilustre Senador.

**SENADOR JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti, corajosamente, entendeu que deveria ter a sua emissora comunitária, nessa cidade, no Estado do Maranhão. Relatou essa matéria, o Senador Edison Lobão, pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o relatório do relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Item nº 09 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 350 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal. A autoria do Poder Executivo. Relator Senador Cristovam Buarque, não se encontra presente. Nomeamos, como Relator *ad hoc*, Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Wellington SALGADO DE OLIVEIRA, Sras. e Srs. Senadores, de acordo com o relatório do nobre Senador Cristovam Buarque, opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Item nº 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 358 de 2006, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. A autoria do Poder Executivo. Relatora Senadora Lúcia Vânia, que não se encontra presente. Nomeamos, como Relator *ad hoc*, o ilustre Senador Geovani Borges. Em discussão.

**SENADOR GEOVANI BORGES** (PMDB-AP):  
Opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Item nº 11. Decreto Legislativo nº 364 de 2006, aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás. A autoria do Poder Executivo. Relatoria Senadora Lúcia Vânia, que não se encontra presente. Mais uma vez, pedimos ao Senador Geovani Borges que seja o Relator *ad hoc* da matéria.

**SENADOR GEOVANI BORGES** (PMDB-AP):

Opinamos pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. O Presidente pede para beber um pouquinho de água, porque realmente é muita inclusão, porque eu não fui radialista. Estamos aqui com o campeão de audiência. Item nº 14 da Pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 336 de 2006, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí. A autoria do Poder Executivo. Relatoria do ilustre Senador Mão Santa, que não se encontra presente, que nos traz muita saudade da sua... “Atentai bem”! Nomeamos, como Relator *ad hoc*, o Senador Marcos Guerra, ilustre representante do Estado do Espírito Santo.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES)  
– Caro Presidente, segundo a relatoria do Senador Mão Santa, é pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos ao final a aprovação em bloco. Passaremos, agora, a Presidência ao Senador Valdir Raupp. Onde eu vou... Tem dois de minha relatoria. Posso relatar aqui mesmo, não é? Item nº 16, desculpe.

[troca de presidência.]

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Item nº 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 385 de 2006, aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais. A autoria do Poder Executivo. Relatoria Senador Wellington SALGADO DE OLIVEIRA de Oliveira, que profere o seu Parecer.

**SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O meu Parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será aprovado ao final da Reunião em bloco. Item nº 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 403 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. A autoria do Poder Executivo. Relatoria

Senador Wellington SALGADO DE OLIVEIRA, com V.Exª a palavra.

**SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O meu relatório é pela aprovação da rádio, Sr. Presidente, e com um pouco de ciúme, porque o Senador Aelton Freitas relatou três rádios do nosso Estado e eu somente duas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será, ao final da Sessão, aprovado em bloco. Devolvo a Presidência ao Senador Wellington SALGADO DE OLIVEIRA.

*[troca de presidência.]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Passaremos ao último Item da Pauta. Agradecendo ao Senador Valdir Raupp.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** (PSDB– MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pois não, Ilustre Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** (PSDB– MG) – Eu estou pedindo que... São três Pareceres, que inclua, extra-pauta, três pareceres também de rádio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Submeto à aprovação, aprovado. Submeteremos, também extra-pauta, mais uma vez, a inclusão dos três Projetos do Senador Eduardo Azeredo. Passaremos, agora, ao Item nº 04 da Pauta, que aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. Poder Executivo. Relatoria do ilustre Senador, vice-Presidente dessa Casa, Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto Legislativo nº 353 de 2006, 2.201 de 2006 da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. Tendo em vista que a documentação, que acompanha o PDS nº 353 de 2006, não evidenciou violação às formalidades estabelecidas na Resolução 39 de 92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto os aspectos da constitucionalidade, jurisdição e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima. Na forma de Projeto de Decreto Legislativo originado da Câmara dos Deputados. Este é o meu Parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Agora entraremos em todas as inclusões extra-pauta pedidas pelos ilustres Senadores. Começamos pelo Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nº 405 de 2006, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, Uma grande cidade. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco no final. Vamos agora ao PDS nº 382 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná. Com a palavra o ilustre Senador, como Relator, Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – O Parecer também é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação em bloco ao final. Acredito que essa Reunião de hoje está sendo uma homenagem aos radialistas, porque realmente... Uma velocidade que estou até suando aqui! Em homenagem... Hoje é o Dia do Radialista ou não? Qual é o Dia do Radialista? Então é homenagem, eu sabia que estava perto! Porque esse espírito baixou aqui.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Setembro é o mês do radialista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – O mês do radialista, então estamos em homenagem realmente. Nº 355 de 2006, PDS que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Com a palavra, Senador Flávio Arns, Relator.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – O Parecer também é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. PDS nº 380 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi, Relator, a quem passo a palavra.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, o Parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. PDS nº 379 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra o ilustre Senador Relator Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Igualmente, Sr. Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, o relatório é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Parecer 404, ilustre secretário. Desculpe, PDS nº 404 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaraçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaraçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra o ilustre Relator Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado, Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer igualmente favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Em discussão o parecer do ilustre Senador, radialista, um bom radialista, a maior audiência, talvez, do Rio Grande do Sul, que eu soube, tomei informações, Senador. Diz que o senhor fez um encontro, uma vez, maravilhoso lá.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Com a generosidade dos ouvintes gaúchos, durante 22 anos tive o privilégio de ser a maior audiência em AM no Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Hoje a sua audiência é aqui no Senado. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em

bloco ao final. Pedirei, agora, ao ilustre Senador para assumir a Presidência. Para quem eu passo?

*[troca de presidência.]*

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente, apenas para confirmar, dia 21 de setembro é o Dia do Radialista. O mês de setembro é o mês do rádio, do radialista, e o dia 21 de setembro é o Dia do Radialista.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal, aprova ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Espírito Santo. Com a palavra o Relator Senador Marcos Guerra, Pauta extra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 389 de 2006 não evidenciou violação de legislação pertinente, o Parecer é pela aprovação, Senador.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, será votado em bloco no final. Projeto de Decreto Legislativo do Senador Federal, aprova ato que outorga, nº 396 de 2006, aprova ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas. Relator... Designo, *ad hoc*, o Senador Marcos Guerra, pronto, é o Relator.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, da mesma forma, o nosso Parecer é pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Nós não temos Senador de Alagoas na Comissão, por isso que V.Ex.<sup>a</sup> relatou. Projeto de Decreto Legislativo... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votado em bloco no fim da Sessão. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 372 de 2006, aprova ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas. Senador Marcos Guerra com a palavra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, da mesma forma a minha relatoria é pela aprovação do Projeto.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votado em bloco



no final. Passamos agora para o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 384 de 2006, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia, ACRBL, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Com palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** (PSDB– MG)  
– Parecer é favorável. Beneficiará essa região de Belo Horizonte, do Bairro Letícia.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir o Parecer, será votado no final da Sessão. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 366 de 2006, aprova ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Relator Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** (PSDB– MG)  
– Agora se trata da cidade de Poços de Caldas, Sul de Minas. O Parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. O último Projeto a ser relatado nessa Sessão. O Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 373 de 2006, aprova o ato que autoriza... Não coloquei em discussão. Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo. Será votado no final da Sessão. Ato que aprova e autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, é o Projeto de Lei nº 373 de 2006, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, no Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Relator S.Ex<sup>a</sup> Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO** (PSDB– MG)  
– Coronel Murta é a cidade do Vale do Jequitinhonha mineiro. O Parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Em discussão o Parecer do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação em bloco de todos os Projetos que foram relatados nessa Sessão, os que estavam na Pauta e os Extrapauta. Os Senadores, eu pediria, que aguardassem um minutinho para votar em votação é nominal. Senador Marcos Guerra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES)  
– Pela aprovação, Senador.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Geovani Borges.

**SENADOR GEOVANI BORGES** (PMDB – AP)  
– Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Aelton Freitas.

**SENADOR AELTON FREITAS** (PL – MG) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Favorável.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Jonas Pinheiro.

**SENADOR JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador César Borges. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo. Senador Geraldo Mesquita. Senador Sibá Machado.

**SENADOR SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Senador Wellington Salgado de Oliveira.

**SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Foram todos aprovados, os Projetos. Sendo assim, declaro encerrada essa Sessão e convoco para próxima... Convoco para Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, a seguir.

*Sessão encerrada às 11h19.*

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de agosto de 2006 (Audiência Pública Conjunta)**

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia dois de agosto de dois mil e seis, na sala de

reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Geraldo Mesquita Júnior reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Roberto Saturnino. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Paulo Thiago F. Paes Oliveira, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual – SICAV-RJ; Senhor Jorge Peregrino, Vice-Presidente da United International Pictures, Senhores Manoel Rangel Neto e Nilson Rodrigues da Fonseca, Diretores da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhor Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Multiplex e do Grupo Cinemark e do Senhor José Carlos R. de Oliveira, Diretor Geral de Cinema da Warner Bros. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 003-CECTMCS, de 2006 e nº 022-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei nº 7193, de 2006, que “Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências”. Comparecem à Audiência Pública os Senhores

Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Diretor Executivo da Globo Filmes; Bruno Wainer; Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes – ABRADI; Roberto Farias, Diretor e Produtor de Cinema e André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador-Geral do Fórum Audiovisual do Cinema – FAC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Marcos Guerra e Marco Maciel. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A realizar-se hoje, 2 de agosto de 2006, quarta-feira às 10 horas.

Audiência Pública, assunto: Instruir o Projeto de Lei 7.193/2006, que altera a destinação de receitas decorrentes para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e que altera a Lei 8.685/1993, prorrogando e instituindo mecanismo de fomento a atividade audiovisual. Autoria do Requerimento: Senador Roberto Saturnino, que não está presente porque está presidindo a Comissão de Relações Internacionais, que assim que der ele virá para cá.

Temos na Mesa presente os seguintes convidados: Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, Diretor Executivo da Globo

Filmes, Sr. Bruno Wainer, Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidoras Independentes, ABRADI. Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de Cinema. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual de Cinema, FAC.

Hoje, só para deixar registrado, às 19h30, como complemento dessa audiência será realizada a pré-estréia do filme “Zuzu Angel”, com a presença do Diretor, Produtor e elenco do filme no Auditório Petrônio Portela. Estão todos convidados, eu acho que é um grande programa para nós Senadores e demais políticos aqui na Casa, hoje.

Estão presentes também nessa audiência, Sr. Paulo Thiago, Presidente da SICAV, Sindicato Nacional da Indústria do Audiovisual. Sr. Jorge Peregrino, Vice-Presidente da United International Pictures, Manoel Rangel e Nilson Rodrigues, Diretores da ANCINE, Sr. José Carlos R. de Oliveira, Diretor Geral de Cinema da Warner Bros.

Podemos dar início e qual o tempo que nós teremos? Pela ordem, daremos 15 minutos para que cada expositor, cada convidado possa fazer uso da palavra.

Primeiramente, obedecendo a ordem Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema.

**SR. GUSTAVO DAHL** – Como é de praxe agradecer o convite eu posso dizer que cada vez que eu venho aqui na Subcomissão de Cinema, eu sinto que há a articulação e a presença da atividade dentro do Senado Federal a coloca dentro de uma perspectiva política institucional que se refere ao futuro dela. Então a sensação que eu tenho é que aqui trabalhamos o futuro.

Queria agradecer o convite, cumprimentar os Srs. Senadores presente a Mesa, os colegas na audiência e dizer que do ponto de vista da Agência Nacional de Cinema, este é um Projeto que realiza algumas intenções que estavam presentes na sua criação e que também outras que foram se tornando impositivas a partir do processo político que trouxe a agência até agora e, sobretudo, da política cinematográfica e audiovisual do Governo.

Quando eu falo da realização de intenções que estavam contidas, eu me refiro, em primeiro lugar, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, da qual a principal fonte é a contribuição ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, a CONDECINE. Como todos sabem o modelo das agência reguladoras, eles se criam com uma receita que lhes permita atuar, que lhes permita intervir na economia numa função reguladora. Esta receita de ANCINE era a CONDECINE.

Dentro do modelo econômico que o Brasil vive a mais de 20 anos, essa perspectiva foi mudada e esta

receita foi alocada ao Tesouro Nacional para depois voltar para a ANCINE sobre a forma de orçamento.

Então, a criação do Fundo permite dar esta autonomia, dá um mínimo de autonomia indispensável. Autonomia porque o Modelo da Renúncia Fiscal, ele que foi fecundo, deu dez anos aí de produção abundante e meritória para o cinema brasileiro, mas ele não dá conta de todas as ações possíveis. Eu vou dar, necessárias.

Quando se criou a política, quando se fala de Política Cinematográfica, onde ações coisas se espera imediatamente é a integração em que fazia parte já do Projeto da ANCINE e desde então paira no ar é a integração da produção com a distribuição. A idéia de uma potencialização das duas áreas que é assim que funciona a indústria cinematográfica mundial. Isso no Brasil não aconteceu. A ANCINE... Esta potencialização se deu na área das distribuidoras estrangeiras, no qual foi o benefício fiscal foi induzido ao investimento e se criaram grandes filmes. Mas do lado dos distribuidores nacional ficou uma diferença de tratamento. O Bruno Wainer seguramente vai falar disso. Há outras questões como a questão da co-produção que é um campo no qual, cada vez mais, o Brasil é necessário que o Brasil se envolva para dar uma idéia, a Argentina aqui do lado faz 40 co-produções por ano, dentro do mecanismo de renúncia fiscal. É necessário que o filme tenha nacionalidade brasileira, é complicado de fazer produções.

O Fundo, ele introduz uma flexibilidade dentro desses mecanismos, ele prevê investimentos retornáveis, ele prevê empréstimos reembolsáveis, ele prevê investimentos a Fundo perdido também, tanto para o cinema, quanto para o audiovisual, quanto para a infra-estrutura. Ele prevê também a possibilidade de subsidiamento de juros, investimentos em empresas e projetos com associação ao risco, e em números orçamentários, o Fundo representa, a nível de 2005, uma injeção de trinta e cinco milhões de recursos na área. Sobretudo, a vantagem no Fundo é um mecanismo de pesos e contrapesos, ou seja, ele permite um direcionamento. Enquanto o mecanismo de renúncia fiscal, ele é extremamente aberto, o Fundo permite que o Estado conduza algumas ações do que nós chamamos de fomento regulador.

Ele também trata, ele cria um novo mecanismo que é o art. 3º A da Lei do Audiovisual no qual é possibilitado que eles empresas de radiodifusão e programadoras nacionais de televisão por assinatura, venham a dispor de parte do imposto de renda devido, sobre a remessa de recursos enviados ao exterior derivados da exploração de conteúdos audiovisuais estrangeiros

na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de co-produção independente.

Há muito se fala na necessidade de integrar, de criar uma parceria entre cinema e televisão. Um dos grandes problemas do mecanismo de renúncia fiscal é atingir um público compatível com o investimento que é feito. Seguramente a associação da televisão amplia essa perspectiva de difusão extrema de uma forma muito grande. O tempo passa mais rápido do que a gente acha, então eu vou acelerar aqui a minha exposição citando também a criação do art. 1º A, que ele substitui o mecanismo estabelecido no art. 25 da Lei Rouanet, que termina no dia 1 de janeiro de 2007. Isto significa, a nível de 2005, uma retirada de trinta e seis milhões de recursos alocados na produção cinematográfica.

É preciso dar uma idéia. Por exemplo, a PETROBRAS, que é um grande agente financeiro do setor, trabalha exclusivamente com a Lei Rouanet um longamragem sai da Lei Rouanet e esse se espera que esses trinta e seis milhões atualmente investidos voltem para a atividade dentro desse art. A.

Há uma prolongação do mecanismo dos FUNCINES que também começava dos Fundos Nacionais que são Fundos de Investimentos Privados que começava a perder, digamos, perder importância como renúncia fiscal, perder atratividade a partir desse ano. Eles foram regulamentados em 2003, passaram a funcionar efetivamente em 2005, e o Projeto de Lei torna o investimento em FUNCINES atrativo frente a outros mecanismos de incentivo fiscal, buscando a consolidação desses Fundos enquanto fonte de financiamento para o desenvolvimento da indústria cinematográfica.

Avançando, eu estou tratando do Projeto, digamos, em grandes temas. O outro contém a prorrogação do art. 1º da Lei 8.685, mas isso já foi prorrogado pela Lei 11.309 de iniciativa do Deputado Francisco Dornelles que foi sancionada agora em 35 de julho.

O que eu gostaria de colocar também é que este Projeto de Lei, eu sei, tenho notícia, ele é agido no nível do Executivo e já há negociações sendo feitas sobre o ponto de vista, sobre sugestões, aportes das áreas envolvidas que já estão trazendo, essas contribuições já estão sendo incorporadas, deverão ser incorporadas no Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados que está com urgência constitucional, porque é absolutamente importante que o Projeto seja votado esse ano, por tudo isso que eu acabo de dizer, e é preciso chamar a atenção que o fato de ser um Projeto de Lei, ele permitiu, digamos, esse acesso a sociedade. Ele transita dentro dos mecanismos democráticos desejáveis que é chegar na Câmara dos Deputados aberto a Emendas, aberto a sugestões. É

evidente aperfeiçoamentos, é evidente que nós temos a expectativa de que ele chegue redondo ao Senado negociado, de forma que ele possa ser aprovado. Aí falando praticamente, os senhores conhecem o rito Parlamentar melhor do que eu. É evidente que não se diz ao Senado da República que ele deve ou não, aprovado um Projeto ou emendado um Projeto. Mas é de que se ele chegar consensuado e com uma certa unanimidade é possível que isso se dê. E do ponto de vista da agência e da atividade, eu acho que seria extremamente conveniente.

Eu posso dizer que também esse Projeto, ele resulta de uma longa discussão tida no Conselho Superior de Cinema no ano de 2004 e ele corporifica também a experiência [soa a campanha] destes anos do presente Governo.

O tempo está acabando, eu agradeço mais uma vez a oportunidade, e digo que a ANCINE se coloca à disposição, não só à disposição da Subcomissão de Cinema do Senado como dos agentes econômicos para colaborar no desenvolvimento do Projeto. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Bom, antes de passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Rodrigues, eu queria dizer ao Presidente Gustavo Dahl que já foi prorrogada inclusive, através da iniciativa do Deputado Francisco Dornelles a Lei do Financiamento do art. 1º que realmente era um problema sério, que vocês não conseguiriam um financiamento para o cinema se nós não tivéssemos prorrogado, e acabou também do Presidente dessa Subcomissão, o Senador Sérgio Cabral, que entrou com uma lei que está indo para a Câmara que é do Deputado Francisco Dornelles que prorroga por cinco anos e do Senador Sérgio Cabral por dez anos.

Então, mais uma vez, você vê Sr. Gustavo, que nós no Senado e na Câmara, quando temos que aprovar algo para não dar prejuízo, nós aprovamos numa velocidade que é necessária. Não é isso?

Passamos a palavra agora ao Sr. Carlos Eduardo Rodrigues, Representante da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT, e Diretor Executivo da Globo Filmes.

**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – Bom dia. Queria agradecer ao Senador Wellington pelo convite e por mencionar o início da minha fala que seria um agradecimento ao trabalho que foi feito por essa Comissão na aprovação no transmite todo em toda a condução do processo de aprovação da prorrogação do art. 1º da Lei do Audiovisual do Deputado Francisco Dornelles cujo o Relator foi o Senador Sérgio Cabral e

na CAE o Senador Valdir Raupp. E o trabalho também conduzido pelo Secretário Executivo, Júlio Linhares.

Em meados, aliás, no início desse ano, houve uma série de manifestações trazendo a preocupação, a emergência a urgência da prorrogação do art. 1º e isso, sim, tinha um caráter de urgência, e eu acho que o bom senso levou a aprovação desse mecanismo que é muito importante para o audiovisual brasileiro, para a produção do audiovisual.

Eu vou fazer a minha explanação, procurando analisar o Projeto nos seus três blocos, vamos dizer assim, de conteúdo. Existe um bloco no Projeto que é o bloco que cuida ou cria mecanismos de fomento. Existe um bloco no Projeto que estabelece algumas novas normas, alguns mecanismos de regulação e controle, existe um outro bloco no Projeto que trata das sanções e penalidades.

No bloco de fomento, no que diz respeito ao art. 1º, ele já foi prorrogado, isso tira o caráter emergencial, no que diz respeito a essa forma de mecanismo. Foi criado o art. 1º A que substituiria a Lei Rouanet. A sugestão que nós estamos trazendo para a Mesa é que se aumente porque a soma dos mecanismos, da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet você tem um limite de seis milhões de reais de captação da Lei do Audiovisual e um outro valor na Lei Rouanet. Na medida em que deixa de ter a possibilidade de captação pela Lei Rouanet para a produção de audiovisual e cria-se um item chamado 1A dentro do escopo da Lei do Audiovisual, você passa a limitar a captação a seis milhões. Esses limites já vigoram desde 2001. Então não se pretende aqui fazer uma sugestão que se aumente muito esses limites, mas que se considere um aumento no art. 1º para um valor aproximadamente de quatro milhões que tem um pequeno reajuste já que as coisas, desde 2001 não ficaram exatamente nas mesmas condições de preço. Na medida que você limita isso os filmes passam a ter um valor de produção menor ano a ano em função dos salários e de todos os serviços que tenham alguma forma de reajuste.

O ponto polêmico para a ABERT, do Projeto nesse bloco de fomento é a questão da criação do art. 3º A, o chamado o incentivo às TVs. Existe um complicador... O que está sendo proposto, ele conflita com o regulamento da Receita Federal. Enquanto você não tem uma clareza de como utilizar isso que não coloque em risco essa utilização, uma contingência fiscal mais à frente pelas empresas beneficiárias desse incentivo, a possibilidade de uso fica muito reduzida. Não se encontrou ainda, talvez, uma redação ideal para que dê a tranquilidade. É um mecanismo importante, é uma oportunidade de ouro, gradativamente a produção independente tem entrado nas TVs, na TV Globo,

na Record, recentemente, nos canais de TV fechada, quer dizer, tem havido esse crescimento, mas sem uma clareza no mecanismo de uso, sem uma possibilidade ou impedindo que mais à frente se discuta se esse imposto deveria ou não ter sido pago. Vai ser muito difícil que as TVs entrem e utilizem esse benefício.

O que nós sugerimos aqui é que se faça uma revisão deste mecanismo. Ele tem que ser tratado com menos urgência do que está sendo pedido para que não se jogue fora uma oportunidade que há anos o setor tem pleiteado esse tipo de mecanismo.

Com relação aos outros itens de fomento, nada a comentar. Eu acho que são boas iniciativas que se aprovadas, devem ser mantidas.

Na parte de Normas e Regulação tem um outro item bastante polêmico no art. 7º do PL no que diz respeito a nova redação do art. 18. Eu vou rapidamente lê-la. Nessa redação que está sendo formulada no PL, obriga de uma forma muito ampla os exploradores de audiovisual. Primeiro comentar aqui é a palavra “explorador”. É um termo ruim. Até como educativo de uma atividade tão importante que é uma atividade cultural, usar a palavra “explorador”. Mas, os exploradores de atividades audiovisuais são obrigados a fornecer relatórios quantitativos e qualitativos sem especificar o que é que significa isso para a ANCINE, e obviamente, no final do Projeto, exige uma série de sanções e penalidades.

Do jeito que está formulado, você tem uma clara interferência no direito privado. O Estado, pela Constituição, ele tem um caráter regulador nas atividades públicas e indicativo na atividade privada. Existem informações confidenciais, informações de negócios, informações estratégicas que não deveriam ser circuladas pelo mercado. Isso é um direito das empresas, de qualquer empresa, das empresas privadas. Esse artigo contraria esses princípios. Voltando aqui a... Também rapidamente um comentário, baseado no livro “A Ordem Econômica na Constituição de 1988”, de Eros Roberto Grau, especificando o que ao analisar a livre iniciativa no Estado Liberal e Democrático de Direito é que o que temos no Brasil. Equaciona o sentido dessa liberdade como sendo liberdade de comércio e indústria pela não-ingerência do Estado no domínio econômico. Faculdade de criar e explorar uma atividade econômica a título privado. É a liberdade pública. Não sujeição a qualquer restrição estatal se não em virtude de lei. Liberdade Pública. Liberdade de Concorrência: Faculdade de conquistar clientela; Liberdade Privada: Proibição de forma de atuação que deteriam a concorrência, Liberdade Privada. E neutralidade do Estado diante do fenômeno concorrencial, Liberdade Pública.

Este artigo fere diretamente essas definições. Então a sugestão é que ele seja retirado na íntegra.

Finalmente, na parte de sanções e penalidades, já existem alguns balizadores na legislação atual. Não compreendemos o porquê de aumentar o nível de punição para uma atividade que se pauta pela criação, pela livre iniciativa, pela liberdade e tem algumas dessas penalidades, por exemplo, do art. 13, elas deveriam ser eliminadas. A idoneidade, você ter cassada a sua idoneidade, deveria ser eliminado do Projeto. Isso está no art. 14 no Parágrafo Único. O art. 15, também deveriam ser completamente eliminado por acharmos que tem um volume de sanções, penalidades, responsabilização dos administradores, das produtoras culturais, dos distribuidores de audiovisual, completamente incompatível com a atividade que a gente vem exercendo dentro do nosso dia-a-dia.

Então, finalmente para encerrar a minha apresentação, eu gostaria também de repetir aqui uma frase do Darcy Ribeiro que política cultural não pode ser mais que o estimo generoso do Estado para que a criatividade popular e erudita floresça, sem nela jamais interferir. A mão do Estado é sempre uma mão possessa onde quer que ela queira editar normas ou impor diretrizes. É isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Antes de passarmos a palavra ao Sr. Bruno Wainer, eu queria anunciar a presença do Senador Raupp que foi o autor da CAE. O Relator, desculpe, do Projeto que prorrogou a Lei dos Incentivos, art. 1º por mais cinco anos da lei. Então, Senador, o senhor não estava presente. Presidente aqui da ABERT agradeceu a V.Exª. Passamos agora a palavra ao Sr. Bruno Wainer.

**SR. BRUNO WAINER** – Bom dia a todos. Eu sou Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Independentes. Na verdade, quando o cinema brasileiro retomou as suas atividades com força total, eu tive a oportunidade de participar como co-produtor ou como distribuidor de alguns dos grandes sucessos do cinema brasileiro recente, como “Central do Brasil”, “Cidade de Deus”, “Olga” e “Os Normais”. E ao longo do processo, eu verifiquei que as leis de incentivo estavam todas muito concentradas, sobretudo, no que se referia à distribuição dos filmes brasileiros, estava muito concentrada na lei do art. 3º que é a lei que permite que as distribuidoras, elas possam investir uma parte do seu imposto, quando ela remete os seus *royalties* para a sua matriz na co-produção e na aquisição de direitos e distribuições desses filmes.

Diante desse quadro que, na verdade, tirava praticamente do jogo os distribuidores nacionais, a gente começou, nós, os distribuidores nacionais, nós come-

çamos a nos articular. Nós trouxemos a discussão, a tese de que tão importante quanto a nacionalidade do filme era a nacionalidade do dono do filme. Por quê? Porque o que acontece é o seguinte, é que existe uma briga no mercado pela sua ocupação. Isto é, a produção nacional ela briga contra a invasão da produção estrangeira no seu País. Isso acontece em qualquer País do mundo. Se o dono do filme nacional é o mesmo dono do filme estrangeiro, não há briga. Na verdade, ou você está entregando toda a produção, tanto ao local quanto a estrangeira a um mesmo agente. E sentimos necessidade, então, de fazer política para abrir os olhos da comunidade cinematográfica dos agentes da sociedade e do Governo e do Estado, da necessidade de reforçar esse setor fundamental nesse jogo que é o setor da distribuição. Claro, porque o que acontece é o seguinte: É o distribuidor que vai brigar para que o seu filme, o seu produto seja colocado no mercado e ele vai brigar contra a hegemonia do produto que vem de fora. Hoje em dia, inclusive, a nacionalidade desse produto também. A nacionalidade pouco importa. Porque os filmes podem ser majoritariamente americanos, mas os donos das companhias já nem são mais americanos. Na verdade, a SONY é japonesa...

Enfim, você não tem mais a origem. São companhias transnacionais. Passado os quatro, cinco anos da nossa militância, eu fico muito feliz em ver esse Projeto aqui. Porque finalmente eu vejo que esse Projeto ele contempla várias teses que a gente vem defendendo ao longo desse tempo, que era, por exemplo: Quando você lê aqui nesse inciso I que os recursos a que se referem o Fundo serão destinados ao fomento de empresas brasileiras, conforme definidas no inciso I do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228, ela define a empresa brasileira do jeito que nós sempre defendemos. Que a empresa brasileira constituída, está aqui ela. Entende-se por empresa brasileira aquela constituída sobre as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

Isso muda, traz uma nova visão para a questão de quem é o dono do filme, de quem é o dono do produto audiovisual, reforça, indica claramente uma compreensão dos agentes todos, inclusive até mesmo das companhias, enfim, não brasileiras, da necessidade de reforçar esse segmento. Isso para mim é uma vitória, isso aqui, está reconhecido no Projeto de Lei.

Eu, enfim, me sinto recompensado porque muitas vezes esse Projeto é árduo, essa militância, você estar aqui, fazer política, você tentar convencer, você fundar uma associação, você manter a associação,

você argumentar... Tem muitos interesses nessa atividade. Esse aqui é um ponto fundamental. Outro ponto fundamental também e que a gente tinha localizado na lei anterior era com respeito aos FUNCINES. Os FUNCINES, como vocês devem saber, é um mecanismo que cria Fundos, que podem investir na atividade audiovisual.

Na verdade, eu sempre vi esse mecanismo do FUNCINE como uma evolução do art. 1º. Isto é, em vez das companhias investirem diretamente nos filmes, o que na verdade deixar as companhias sujeitas a todo o tipo de pressão, na verdade, não profissional, os FUNCINES é que concentrariam os recursos das companhias que podem renunciar, que podem investir uma parte do seu imposto e tratariam dessa investimento de maneira mais profissional. E existia lá um artigo que definia que os FUNCINES poderiam adquirir ações de empresas brasileiras, mas que elas tinham que ser de capital aberto, coisa que é impossível nessa atividade. Não existe empresa brasileira de audiovisual de capital aberto, independente, nem produtoras, nem distribuidoras. E é fundamental a possibilidade do investimento nas empresas distribuidoras. Porque, como sempre, vários esclarecimentos, um pouco reforçando o que o Gustavo Dahl falou, no mundo, a produção ela vem financiada pela distribuição. Na verdade, são os distribuidores que financiam os produtores, e em troca desse financiamento as distribuidoras adquirem o direito de distribuição além de uma parte patrimonial.

Então, é fundamental que esses Fundos, que esses FUNCINES possam investir, capitalizar as empresas distribuidoras nacionais. Para que essas empresas distribuidoras possam ser capitalizadas através dos Fundos é preciso corrigir esse artigo, essa falha, essa definição nesse artigo. E essa definição foi reescrita, houve um entendimento. Claro, porque se não era um artigo totalmente inócuo. Ninguém tem capital aberto, todo mundo sabe as dificuldades de ter uma companhia de capital aberto no Brasil. Então esse foi um grande ganho aqui dessa nova lei. Eu concordo, também observando alguns aspectos dessa lei aqui. Claro que existem alguns pontos que tem que ser melhorados. Porém, eu só lamento que esse Projeto tenha sido apresentado quase no apagar das luzes dessa Legislativa aqui. Porque, na verdade, faltam seis meses para a renovação do Congresso, a gente espera que isso aqui não caia num limbo, não se perca, porque eu vou me sentir praticamente morrendo na praia. Porque aqui realmente criam-se condições de reforço ao setor local, nacional de distribuição.

Existem, claro, pontos que a gente gostaria de melhorar, de contribuir, mas eu fico dividido entre saber se é melhor discutir esses pontos antes de apresentar

o Projeto ou se é melhor apresentar o Projeto e discutir os pontos adiante. Porque o que acontece é o seguinte: Quem quer tudo, também não leva nada. A gente tem que ir avançando passo a passo, e aqui esse Projeto é um grande avanço. Claro que eu me sinto não muito confortável com a questão de um Comitê Gestor para a criação desse Fundo. Comitê Gestor dá margens a paranóias de encaminhamentos, de direcionismo para esse Fundo. Mas eu acho que a gente tem que ser positivo nessa hora. Para mim o mais importante, mesmo, é você trazer dinheiro novo no mercado, dinheiro novo para a atividade, você indicar claramente a necessidade de reforçar o setor de distribuição nacional que é fundamental. Basta ver, por exemplo, as duas cinematografias que conseguem ocupar o seu mercado de maneira muito mais agressiva no mundo contra o produto internacional que é a cinematografia francesa e a cinematografia coreana e o que é que a gente vê o seguinte: Quem distribui cinema francês são distribuidoras francesas.

Engraçado, tem um dado curioso, a França é um dos poucos países do mundo aonde não se consegue coordenar os lançamentos mundiais. Você já devem ter responsabilizado que os grandes filmes americanos hoje em dia são lançamentos planetários, quer dizer, a gente lança os filmes todos ao mesmo tempo, no mesmo momento. Na França não se consegue fazer isso. Por quê? Porque os cinemas locais estão ocupados com produção local. A cinematografia francesa consegue ocupar de 40 a 50% do seu mercado. Na Coreia agora mesmo, saiu uma notícia no informe Filme B, o cinema coreano ocupa 50, 60% do seu mercado. Por quê? Porque existe uma política para reforçar o setor local, sobretudo, através da distribuição e também obviamente através de outros mecanismos como cota de tela e etc. E prova que dá resultado.

Então, na verdade, a minha divisão é chamar a atenção para esses pontos antes da aprovação da lei ou aprová-la. Porque ela traz muitos avanços. Traz dinheiro novo para a atividade, define uma política... Está claro nesse documento da compreensão de todos os agentes para a necessidade do reforço do setor de distribuição nacional. Corrige esse artigo que era fundamental do FUNCINE para que o FUNCINE possa investir e adquirir cotas de distribuidoras nacionais. E eu só tenho aqui, na verdade, a parabenizar os autores do Projeto. Eu acho que aqui dentro, na verdade, eu nunca vi, apesar das observações. Claro, cada setor tem as suas observações para melhorar o Projeto, mas na verdade existe aqui um consenso. Estamos aqui todos. Produtores, televisão, distribuidores, sabendo que com esse Projeto aqui a gente vai estar realmente avançando, a gente vai estar permitindo que o cinema

brasileiro possa florescer, possa crescer, possa ocupar mais o seu mercado e possa, quem sabe um dia, chegar naquele estágio que nós todos queremos é que ele seja auto-sustentável, que ele dependa menos de recursos públicos e possa se instalar e prosperar primeiramente no seu próprio mercado. Porque não existe cinematografia forte no mundo que não seja forte no seu próprio mercado. É isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu queria, como Presidente da Comissão, corrigir, me lembrando pela minha Assessoria da Comissão, o Bruno Wainer, eu quando o anunciei eu não disse Presidente da Associação Brasileira Distribuidora Independentes, ABRADI. Então, desculpe o não complemento.

**SR. BRUNO WAINER** – Imagina... Eu nem notei.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – [risos] Passamos agora a palavra ao Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de cinema. Esse ícone do cinema brasileiro.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa Senador Wellington de Oliveira, Srs. Senadores, colegas e senhores presentes. Já se falou nessa Mesa aqui, já se elogiou, já se criticou. Eu vou passar, vou considerar que a análise do Projeto em questão está mais ou menos equacionada. E vou me permitir falar sobre alguns outros aspectos da Política Nacional do Cinema hoje vigente no Brasil.

Eu comecei em cinema em 1950, portanto, tenho já 56 anos de atividade, já vi muita luta, tudo que a gente vem já travando para poder conquistar a nossa fatia de mercado.

Como Presidente da EMBRAFILME, tendo como Assessor e grande colaborador o Gustavo, nós conseguimos chegar a ocupar 42% do mercado brasileiro. Mas as condições existentes eram diferentes. Antes da EMBRAFILME, o cinema brasileiro investia o seu próprio recurso para fazer cinema. Havia mais sala de cinema e havia mais possibilidade de retorno. A luta era para que na exibição se abrisse um espaço para a produção nacional, que esse filme nacional não saísse de cartaz enquanto ele tivesse dando lucro para o exibidor. Essa era a nossa principal reivindicação. A gente sabe que quando um foguete é lançado para a lua, se ele errar um grau aqui embaixo, ele vai passar milhares de quilômetros da lua, do objetivo do seu lançamento. É mais ou menos assim que eu vejo a criação da Lei do Audiovisual que foi agora reformada. Que foi prorrogada. Eu mesmo trabalhei, lutei, vim aqui, pedi aos Senadores que agissem com rapidez para que a gente pudesse prorrogar essa lei.

No entanto, a partir da instituição dessa lei, que foi o primeiro incentivo fiscal dado ao cinema brasileiro, ao cineasta, ao produtor foi dado um pires. Esse recurso não foi oferecido diretamente ao produtor brasileiro, ele foi oferecido a empresas que nada tem a ver com a nossa profissão. Então o cineasta deixou de ter uma coisa fundamental na criação da cultura que é a sua liberdade de escolha. Ele passou a ter que fazer o seu filme, pedindo e explicando a outras pessoas, que nada tem a ver com a nossa atividade, que elas devem aplicar os seus recursos no filme de cada produtor.

Por outro lado, a política de fomento que... Isso gerou naturalmente uma quantidade enorme de pessoas preparadas, não preparadas, algumas mais articuladas, outras menos, algumas incapazes de se articular com o tráfico de influência, criou corrupção, criou dinheiro por baixo do pano, criou uma série de distorções que as pessoas estão cansadas de saber.

Por outro lado, a política de fomento necessária, direta, a renovação cinematográfica passou praticamente a ser essa exclusivamente. Hoje o Ministério da Cultura faz diretamente, e a ANCINE, também, alguns editais no sentido de oferecer esses recursos. Mais uma vez o cineasta fica impedido de ser, de escolher o filme que ele quer fazer. Assim como no teatro, o que está acontecendo são as pessoas procurarem fazer projetos para agradar as Comissões que são nomeadas para escolher o filme ou a peça de teatro que vai ser feita.

Então, quer dizer, e isso vai se propagando. Quer dizer, a PETROBRAS faz agora faz a mesma coisa, as empresas estatais criam suas próprias Comissões. E normalmente essas Comissões são criadas segundo, quer dizer, são escolhidas segundo uma determinada orientação que nem sempre é aquela da conquista do mercado. Então eu acho, eu chamo a atenção, eu gostaria de lembrar aos dirigentes da área cultural, ao Congresso Nacional, aos Senadores, aos Deputados, que a maior virtude daqueles que dirigem à cultura, que dirigem os instrumentos culturais é justamente buscar formas de estímulo que não interfiram na criação, que não roubem do criador a liberdade de fazer o filme, a peça de teatro, o livro, enfim, aquilo que é do seu coração.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente, peço licença para interromper, porque eu não sei se entendi bem, cheguei um pouco atrasado peço desculpas. Mas acho o que o Roberto está falando é extremamente sério, é de uma gravidade. Tem que ser repetido. Ou eu entendi muito mal ou o senhor está dizendo que para produzir uma peça tem que agradar o patrocinador.



**SR. ROBERTO FARIAS** – O patrocinador, a Comissão. Primeiro tem que decidir se aquela peça merece entrar ou não entrar na lista daquelas que têm direito. Enfim...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, eu também entendi a mesma coisa. Dependendo do perfil da Comissão, você vai ter que fazer sempre os filmes iguais. Os filmes todos iguais para poder ser aprovados, senão não é aprovado. Dá mais ou menos a entender isso.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Eu devo dizer, por exemplo, o seguinte: Eu não quero fazer uma queixa. Eu não estou me queixando pessoalmente, mas eu tenho 56 anos de cinema. Fiz muito mais filmes com os meus próprios recursos, buscando dinheiro em Banco, me dividindo para poder construir a minha profissão, e nesse Governo e no passado, eu não consegui ganhar uma única vez. Passar por nenhuma dessas Comissões.

Enfim, sou Diretor premiado, sou Diretor de filme de mercado... Enfim, eu não vim falar disso aqui. O que eu quer dizer é o seguinte: A liberdade de escolha é fundamental e é preciso não perder de vista. Porque cada incentivo novo que surge, ele surge trazendo uma parafernália de controle, de Comissões e não sei o que. Por exemplo, existem, eu não estou falando de uma utopia, isso já aconteceu no passado. O movimento do cinema novo, por exemplo, foi feito com recursos tirados em Banco, pedindo dinheiro emprestado a tia, ao pai. Mas havia o seguinte, mais mercado e havia uma coisa fundamental que agora foi recém-criada, recém-recriada, pela ANCINE, mas ainda em níveis muito tímidos, o adicional de renda. O adicional de renda é um tipo de estímulo que vem depois do investimento privado, depois do investimento.

Então, conforme a performance na bilheteria dos cinemas que os filmes vão fazer, eles vão ser premiados pela sua eficiência. Então, eu, por exemplo, eu acho o seguinte, nós temos hoje... Aqui, o Gustavo acabou de colocar na Mesa aqui os recursos em 2005 empregados no cinema, eu não sei em 2006 quanto foi. São cento e trinta e nove milhões, quinhentos e sessenta e quatro. Isso aqui fora o BNDES, fora os Governos Estaduais e Municipais, fora outras formas, fora incentivos dados espontaneamente pelas empresas sem o imposto de renda.

Então, calculando, por exemplo, em números de 2004, a renda dos produtores nacionais, todos eles, durante um ano, foi de vinte e dois milhões de reais. Foi o que sobrou para os produtores. A gente diz que o mercado brasileiro hoje é pequeno. Ele não é como na década de 60 onde se implantou, onde

se fez a revolução do cinema novo. Muito bem, se se oferecesse hoje o dobro da receita de bilheteria que cabe ao produtor em 2004, por exemplo, seriam vinte e dois milhões de reais. Nós estamos gastando cento e trinta e nove, quinhentos e sessenta e quatro em 2005 de uma maneira completamente pulverizada. Ou seja, na minha opinião é importante que... O cinema brasileiro precisa da compreensão e da ajuda do Estado. Mas, esse dinheiro, desculpem meus amigos, colegas, etc. Eu estou sempre quebrando a cara porque falo aquilo que as pessoas talvez não queiram ouvir, mas ficaria muito mais barato dobrar o mercado brasileiro hoje com menos de 20% desse dinheiro que foi empregado no ano passado, e menos ainda no que será empregado esse ano. Eu acho o seguinte, quando a EMBRAFILME trabalhava, ela era isso que o Bruno Wainer falou. Ela era uma distribuidora que adiantava dinheiro sobre a receita, tinha que receber de volta esse dinheiro. Hoje não, o incentivo fiscal é a fundo perdido. Todo esse dinheiro aqui é a fundo perdido. Naquela época o dinheiro que era adiantado por conta da receita de distribuição, ele era [soa a campainha], ele tinha que ser devolvido, e havia muito mais liberdade porque ninguém interferia na criação do cineasta. Eu acho, e a EMBRAFILME foi muito combatida. Por quê? Porque era na época da ditadura militar. Ninguém entendeu que os produtores, os realizadores, os cineastas tomaram a EMBRAFILME apesar do Governo militar. Lutaram e conquistaram quase metade do mercado brasileiro por sua própria competência. Eu acho que na hora que fizerem a conta, que o Gustavo Dahl já fez, quanto custa cada ingresso do público brasileiro que tem visto os filmes nacionais, esse negócio vai explodir. A imprensa não vai deixar barato. É preciso, eu sei que as pessoas que estão no Ministério da Cultura, os meus colegas, todo mundo está a busca de formas de melhorar a situação do cinema brasileiro. Mas acontece o seguinte: Existe um desvio, e nós todos estamos seguindo porque não temos condições de consertar esse foguete que foi lançado. Estão tirando do cineasta o direito de escolher seus filmes. Isso é grave, e vai explodir, e não sou eu que vou explodir isso, e nem quero. Eu acho que é importante a participação do Estado, mas é preciso atenção para a gente não continuar. É preciso ir, por exemplo, vale-cultura, o Luiz Carlos Barreto tem um Projeto que provavelmente vai ser aprovado, eu espero, que é oferecer ao público os recursos para ir ao cinema. O público do cinema brasileiro vai ao cinema uma vez por ano, porque não tem dinheiro para ir ao cinema. Então o que é que acontece? Essa quantidade de filmes que tem

sido feita, não tem público. O público não vai. Quer dizer, nós estamos gastando esse dinheiro todo aqui para fazer raros filmes que conseguem atrair o público para ir ao cinema.

Então, o custo de cada espectador está muito alto. Agora o vale-cultura é o tipo de incentivo que não interfere na criação, que continua dando liberdade.

Então, eu não tenho muito mais o que falar, e se me deixasse, eu falaria o dia inteiro. Mas eu acho que eu já deu o meu recado, muito obrigado pela oportunidade e pelo convite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado Sr. Roberto Farias. Só para colocar, Sr. Senador Sérgio Zambiasi que fez o colocação e pescou a importância da observação. O filme brasileiro, “Cidade de Deus”, que eu conversava aqui, a informação que eu tenho é que foi o mais visto? Não é isso? Rapidamente para...

**SR. BRUNO WAINER** – “Cidade de Deus”, na época, foi o primeiro da retomada com três milhões e trezentos mil espectadores em 2002.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Quanto custou?

**SR. BRUNO WAINER** – Foi um filme que custou na época aproximadamente dez milhões de reais, e no Brasil ele conseguiu captar 15% do valor, porque se achava, isso na época, se se pegar matérias do jornal no início de 2003 quando o filme não foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro, teve gente falando que esse filme nunca deveria ter sido feito porque ele é uma vergonha para o Brasil. No ano seguinte ele teve quatro indicações para o Oscar. É o filme mais indicado na história do cinema brasileiro. E considerado pela mesma pessoa como um dos melhores filmes já feitos.

O chato dessa historia, eu estou falando até por uma produtora, é que o filme pertence hoje a uma empresa estrangeira chamada MIRAMAX, que colocou a grande maioria do dinheiro. “Carandiru” que depois veio e bateu o recorde do “Cidade de Deus” pertence a uma empresa estrangeira também, porque teve 80% do dinheiro vindo de fora.

Então, o perigo dessas Comissões é que é muito subjetivo a análise de um roteiro, a análise de um Projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – E me parece também que não conseguiram financiamento, Senador, porque o elenco era muito novo, era desconhecido.

**SR. BRUNO WAINER** – Era um elenco desconhecido. Vocês se lembram do filme. Era um elenco

desconhecido que dava medo. Hoje são todos artistas famosos e fazem várias coisas aí pela TV, teatro e cinema.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Eu faço do papel de quem está do lado de cá e conhece muito pouco do processo. E quando se fala em Comissões, onde elas estão? Quem são essas Comissões que tem tanta interferência, tanto poder? A ANCINE pode hoje ser parceira no sentido de limitar um pouco, digamos assim, a importância da opinião dessas Comissões, na liberação dessas parcerias? Como é que funciona?

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vamos fugir um pouco do nosso ritual porque eu acho que o assunto, desculpe a Assessoria, mas o assunto é tão bom, é tão gostoso. Eu vou tentar dar a palavra para o Sr. Gustavo Dahl, rapidamente, e voltaremos para o último orador e nós vamos debater, porque eu também estou louco para debater.

[risos]

**SR. GUSTAVO DAHL** – Existem dois tipos de fomento. Fundamentalmente existe o fomento seletivo, que é aquele no qual se seleciona o Projeto, e existe o fomento automático feito a partir de resultados de mercado ou de reconhecimento.

No caso da ANCINE, ela direciona, digamos, a sua atividade de fomento, além de gerir o mecanismo de incentivo fiscal para esse tipo de fomento automático digamos que despesoaliza a escolha. Agora, a Secretaria do Audiovisual ou Ministério da Agricultura, ele realiza uma série de editais, ou seja, de concursos, nos quais com o investimento da ordem de vinte, vinte e cinco milhões por ano em produção, ou seja, bem inferior a este mecanismo de captação de renúncia fiscal no qual não há Comissão nenhuma que interfira. Mas em relação aos filmes, digamos, fomentados pela Secretaria do Audiovisual o que acontece é o fomento seletivo. Ou seja, não há outra maneira de escolher que filme deve ser apoiado, se não criando uma Comissão. Porque senão fica, digamos, a descrição do gestor, o que não é conveniente. O fato de escolher uma Comissão já é uma descentralização. E isso não acontece só no Brasil. Isso acontece na França, que é um modelo de intervenção do Estado. O que eu posso dizer é que essas Comissões se tenta exatamente não criar vícios. Se tenta regionalizá-las, se tenta diversificá-las, ou seja, não é uma mesma Comissão que decide um ano ou que decide outro. É evidente, que quando há uma Comissão, ela sempre exclui ou escolhe muito mais filmes, muito mais filmes são rejeitados por uma Comissão do que são os filmes escolhidos. Os critérios são variáveis, eles têm uma dose de subjetivismo, mas

no caso da escolha do filme é preciso levar em conta tanto o retrospecto quanto o interesse do Projeto. Eu estou dizendo, este é o funcionamento atual.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vamos tentar voltar que o assunto é maravilhoso, Gustavo. E eu senti que o Senador Sérgio Zambiasi, como eu também, é uma a questão que é muito séria. Não é isso, Senador? Eu senti no seu olhar...

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Eu fico me questionando, a formatação, os critérios, as tendências. Eu percebi, por exemplo, na colocação do Dr. Carlos que eventualmente pode ter uma opção até ideológica...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador, deixa eu voltar ao último debatedor, senão nós não vamos terminar. Depois, com certeza, nós vamos voltar, e vai ser muito interessante, tenho certeza disso.

Eu queria também anunciar também a presença do Sr. Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira de MULTIPLEX e do CINEMARK. Passamos agora a palavra ao Sr. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual do Cinema, FAC. Quinze minutos.

**SR. ANDRÉ LUIZ POM BÉIA STURM** – Obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui. É a primeira vez que eu venho aqui numa Audiência da Comissão de Educação, mas que tem sido um fórum constante do debate do cinema e do audiovisual nos últimos anos e que a gente respeita muito e considera por perceber que a Comissão tem dado essa importância para a nossa atividade.

Eu acho que esse Projeto tem uma grande qualidade. Ele organiza e amplia a estrutura de fomento para o audiovisual brasileiro. Nos último treze anos, desde que a Lei do Audiovisual foi implementada, e essa Lei do Audiovisual foi fundamental para a atividade do cinema, foi ela que permitiu que a gente alcançasse o estágio que a gente hoje está no nosso cinema com vários filmes de sucesso, vários filmes de público, de 14, chegamos a 20% de ocupação do mercado. Isso com certeza foi resultado da Lei do Audiovisual. O problema é que a Lei do Audiovisual se transformou no único mecanismo de fomento a atividade cinematográfica no Brasil. E aí acontece, o que vários dos meus colegas antecessores aqui da Mesa colocaram, a dificuldade e você criar uma competição e uma disputa de diferentes pelo mesmo que nunca é saudável. Ou seja, todos os cineastas desde o estrepante até o mais veterano, do mais profissional a um experimental, do que busca o mercado e do que busca a renovação da linguagem, todos eles disputando

recursos nos mesmos lugares, nos mesmos editais, o que claro provoca injustiça e distorções. Eu acho que o Projeto apresenta, então, primeiro a criação de um Fundo que vai ser gerido por um Comitê, baseado em diretrizes aprovadas pelo Conselho Superior do Cinema, pelo que a gente entende, o que já dá uma outra perspectiva de fomento a atividade. Que, inclusive, pode atender alguma das coisas que o Roberto coloca que eu acho fundamentais, que seriam alguns mecanismos automáticos de produção.

Ou seja, hoje, se um cineasta quer fazer um filme, a única maneira é ele se inscrever na ANCINE e sair com o pires para usar a figura do Roberto, procurando recursos e empresas que a princípio não tem a ver com o cinema. Na SHELL, na PETROBRAS e assim por diante. Não existe como um cineasta levantar um recurso para fazer um filme, mesmo que seja um dinheiro de risco. Eu acho que esse Fundo pode possibilitar que o cineasta que quer fazer parte dos recursos desse Fundo, possam ser utilizados para o cineasta que quer fazer um filme com risco. Claro que esse risco vai ser amenizado, esse recursos pode ser com juros subsidiado, pode ser parcialmente investido. Mas, enfim, eu acho que é um grande avanço você criar um segundo guichê numa outra lógica de aplicação. Acho também que tem uma coisa muito importante que é a criação desse art. 3º A, que possibilita que as emissoras de televisão invistam na produção cinematográfica. É muito importante deixar claro que esse artigo para quem ouve assim: “Ah, esse artigo dá dinheiro para as televisões fazerem cinema”. Não é bem assim. Essa artigo não dá dinheiro para que as emissoras produzam suas novelas ou que as emissoras produzam seus próprios programas. Ele permitirá que elas se utilizem de um benefício sobre a remessa do imposto de renda da remessa, possibilitará que esse recurso seja investido na produção independente. O que também é fundamental para o que vai aproximar ainda mais a produção cinematográfica das emissoras de televisão que são mídia fundamental para o desempenho dos filmes, tanto no lançamento dos cinemas, quanto depois na exploração comercial.

Eu acho que o Projeto tem um outro lado que é o lado da regulamentação. De um lado ele apresenta sugestões e fomento, de outro lado ele apresenta sugestões de regulamentação e de... Poderíamos chamar, intervenção na atividade. O Cadu já citou um artigo que a gente considera um pouco excessivo, ao ampliar de maneira, excessiva, perdão, o alcance da exigência de documentos e informações que as empresas têm que fornecer para a ANCINE. Existe também a questão das multas, que a gente considera que pode se tornar algo delicado para as empresas, porque você está sujeito...

As empresas do audiovisual, a gente tem que lembrar que muitas delas são empresas pequenas. Muito dos negócios do audiovisual são negócios pequenos. A gente fala desde as emissoras de televisão até pequenas produtoras, exibidores, e assim por diante.

Esses pontos, porém, eu gostaria também de ressaltar, tem sido negociado com o Governo. Eu acho que nesse momento, ao contrário de outros, a gente está tendo uma preocupação em efetivamente buscar o que o Projeto tem de positivo, corrigir as arestas do que a gente não está de acordo. Já tivemos algumas reuniões com representantes do Governo. Quando eu digo nós, eu digo parte expressiva da categoria do audiovisual. Eu entendo que nós estamos muito próximos de um entendimento, alguns artigos foram redigidos melhor.

Enfim, a discussão sobre esses pontos está avançando. Porque eu acho que é fundamental que a gente consiga chegar num texto que efetivamente atenda os interesses da classe e do Governo para que esse Projeto possa ser aprovado na Câmara e de maneira rápida, um consenso possa caminhar com mais brevidade dentro das Casas. É claro que é fundamental a participação dos congressistas. Mas acho que essa iniciativa do Senado de já nesse momento propor o debate dessa lei que ainda está na Câmara mostra o interesse do Senado de participar disso. E eu acho que seria fundamental que os Senadores interessados no assunto já estivessem participando e contribuindo, para que essa discussão que acontece formalmente na Câmara possa ser uma discussão ampliada, para que o Projeto já venha efetivamente aprovado e possa rapidamente ser implementado. Essa questão... É claro que qualquer lei que beneficia uma categoria é do interesse da categoria que seja aprovado o mais rapidamente possível. Mas eu acho que nesta, em particular, nós temos uma necessidade premente que é o fim da Lei Rouanet. Como já disse um dos colegas aqui, a Lei Rouanet termina no final do ano, e ela significa por volta de trinta e cinco, quarenta milhões de reais por ano para a atividade. Se essa lei, se esse Projeto não virá lei até dezembro, em 2007, nós teremos trinta e cinco, quarenta milhões de reais menos para a atividade cinematográfica, o que é trágico naturalmente.

Então, é claro e visível o apoio que essa Casa tem dado para a nossa atividade. Acho que esse debate vem em ótima hora. Sinto que os agentes da atividade estão maduros e discutindo para se buscar um entendimento. Acho que as diferenças são pequenas, e acho mais uma vez que é fundamental que os Senadores interessados estejam participando desse debate, o quanto antes, para a gente ter um Projeto consensual e rapidamente aprovado. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Sr. André Luiz Pompéia. Eu queria fazer a seguinte colocação. Eu acho que o tema e essa Audiência Pública, ela é tão importante que embora estejamos vivendo esse momento de eleição, que o Senado, 2/3 continuarão, não serão reeleitos agora, ou seja, uma parte do que está aqui continuará. Eu queria ver com interesse grande, que o Senador Zambiasi tem, se nós poderíamos refazer, após as eleições, esse novo debate, que eu acho muito importante. Depois da Comissão, viu Júlio? Vamos aprovar, já está aprovado o Requerimento, vamos ver se nós fazemos uma segunda etapa com todos os Senadores, que já foram levantados pontos polêmicos, pontos até que levam a um fechamento em torno da liberdade de criação, liberdade de comercialização. Então vamos ver se a gente conduz essa... Eu queria passar agora a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Obrigado Presidente Wellington. Eu agradeço a oportunidade e esse é um tema de interesse comum, coletivo, eu acho importante. Fala a cultura, muitas vezes se pensa que é uma elite que interessa.

Aliás, eu acho que essa ação, ela pode fazer com que a cultura possa permear e chegar lá na periferia onde a mensagem deve ser transmitida. Então, é muito importante.

A reunião aqui, independente da presença dos Senadores, nós temos três Comissões andando. Eu estive na... oito? Eu pertenço a três Comissões. Estive na Agricultura, estive agora nas Relações Exteriores onde está o Ministro Celso Amorim, debatendo a questão Líbano/israelense, seriíssimo, porque existem brasileiros. Aí, independentemente da circunstância, tem que debater essa questão, ela é séria. E lá está o proponente do nosso... O Senador Saturnino está lá, como Presidente da Comissão, mas a simples possibilidade de reunir esta representatividade aqui, talvez nem sempre acontece, inclusive. Eu acho que não é comum ter todos os senhores reunidos numa Assembléia. E mais a platéia presente aqui. Desculpe, os que estão às minhas costas. Mas eu, por exemplo, fiquei sabendo agora uma questão, que comentei com o Júlio, esse aspecto do final do prazo do vencimento da Lei Rouanet e a urgência constitucional da votação desse Projeto, que talvez nós não consigamos vencer e, portanto, acho que a ANCINE deveria já está trabalhando com o Governo para a edição de uma Medida Provisória, se for o caso. Já deve ter um Plano "B" pronto, para que em janeiro, todos os segmentos que se amparam da lei não sejam prejudicados.

Eu acho isso absolutamente fundamental. Eu acho que essa informação já é suficiente para alertar, não digo alarmar, já daria para alarmar, porque eu não sei se o Congresso conseguirá votar até dezembro. Porque nós, por um acordo dos líderes em função das eleições, e não há como negar que é transparente e é evidente, o Congresso, o mundo político está voltado para as eleições.

Então, esse esforço, dito concentrado de fazer três Sessões agora em agosto, três Sessões em setembro, dificilmente terá capacidade de vencer... E se houver segundo turno, obviamente, pode não haver presidencial, mas haverá nos Estados e, portanto, as exigências serão praticamente iguais. Eu, sinceramente, não vejo com otimismo, a possibilidade de ultrapassar, com a velocidade necessária a análise pela Câmara para chegar aqui. E mesmo chegando aqui, Presidente, haverá dificuldades.

Então, eu imagino que talvez a Comissão, a AN-CINE, enfim, os interessados possam trabalhar junto ao Governo à edição de uma Medida Provisória que possa proteger os Projetos em andamento e os futuros Projetos. Pelo que eu pude entender, pegando rapidamente a questão.

**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – Senador, posso dar uma contribuição? O Plano “B”, na Lei do Audiovisual do art. 1º que foi o Projeto do Deputado Francisco Dornelles, foi muito bem conduzido. A questão da Lei Rouanet está no art. 55 do MP 2228. O Plano “B” seria fazer um Projeto de Lei simples, prorrogando esse prazo. Tirando a pressão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Desculpe, Carlos Rodrigues, representante. Vamos ouvir os Senadores agora. Todos já falaram. Agora Senador Zambiasi, também temos o Senador do Espírito Santo.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Esse Projeto específico--

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Depois, se nós... Vamos deixar o Senador falar. Eu sei que vocês também estão ansiosos, eu também estou, é um debate maravilhoso. Já programo para ter uma segunda etapa... E o que o Senador Zambiasi colocou é o seguinte: Para nós não importa se é Projeto de Lei ou se é... A dificuldade é justamente juntar todo mundo para votar. [soa a campanha]

Vamos agora ao Senador, desculpe, Senador Zambiasi continua.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – É um comentário final. Aqui a minha preocupação... Eu sei que o Projeto está urgência constitucional lá na Câmara, mas existem inúmeras Medida Provisória que

estão a frente, elas trancam automaticamente a pauta. Os períodos são muito curtos. Agora, aqui, possível nós teríamos condições de dar a velocidade necessária para até dezembro aprovar. Mas acho que nós temos que estar preparados para alternativas. O que nós não podemos é sermos surpreendidos no último momento e não haver uma alternativa possível e deixar ao desamparo tantos Projetos em andamento e outros tantos que serão analisados pelas Comissões e aprovados com seus critérios. Até, então, seguramente o debate público abre e corrige, eu acho que aperfeiçoa as questões, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, muito obrigado pela sua colocação. Eu queria dizer que para mim aqui na presidência está sendo difícil, porque, os debatedores estão ansiosos achando que a presidência está dando proteção para outros. Então, vamos tentar organizar, entendeu Carlos Rodrigues? Eu sei que o senhor está ansioso, o Gustavo Dahl já me falou, “também quero falar”. É um debate maravilhoso. Acho que por isso é que essa Comissão é maravilhosa. Mas vamos tentar, não é isso Júlio? Vamos nos organizar, vamos passar a palavra ao Senador Marcos Guerra. Vamos ver um pouco... Os Senadores também querem falar um pouco, se vocês deixarem. Com a palavra o Senador Marcos Guerra.

**SENADOR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu peço desculpa, eu tive que me retirar por alguns instantes, e tive a oportunidade de ouvir três debatedores, três expositores, e também li esse anteprojeto, esse Projeto de Lei. Eu tenho certeza que nessa Casa, aqui nessa Comissão, com a presidência de V.Exª. ela vai continuar realmente, aprovando os Projetos com muita rapidez, como tem sido até hoje. Concordo com o Senador Sérgio Zambiasi que até o final do ano realmente, Senador, é complicado. Mas vejo esse Plano “B” como muito importante. Foi colocado aqui da participação dos filmes nacionais da França, praticamente 40%, pelo Bruno. Foi colocado aqui a participação na Coreia que também é elevada. E acredito, Bruno, que no Brasil deve ser muito pequena a participação. Nós produzimos novelas de alto padrão aqui no Brasil que são exportadas, que são disputadas lá fora e acredito que nós temos que trabalhar também em prol do cinema. Quero aqui empenhar a minha palavra, a minha participação nesse Projeto para que ele realmente venha atender a expectativas de vocês que julgo importante realmente. O Governo ele também começar a se preocupar com essa categoria que ela é tão importante e que ela possa, amanhã e depois, passar a vender o Brasil como também um grande produtor de cinema a nível internacional. Era isso que

eu queria falar, Sr. Presidente. E parabéns pela condução do trabalho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marcos Guerra. Passamos agora, sem proteção, não é isso Gustavo? [risos] Democraticamente, passaremos para cinco minutos para as considerações finais de cada presente na Mesa aqui. Começando primeiramente pelo senhor, obedecendo a ordem aqui, para não ter proteção, Gustavo Dahl, o primeiro. Cinco minutos. [risos]

**SR. GUSTAVO DAHL** – Eu não estava dizendo que estava havendo proteção, porque eu sou respeitoso. Eu simplesmente disse que poderia parecer. Eu fico satisfeito, porque na verdade a proposta que o representante da ABERT e da Globo Filmes estava fazendo aqui, simplesmente, da prorrogação do artigo da Lei Rouanet é uma perspectiva que diminuiu o problema e diminuiu o Projeto.

Na verdade, prorrogando o art. 1º e prorrogando a Lei Rouanet, caímos exatamente em cheio dentro dos vícios daquele mecanismo aos quais o Roberto Farias estava se referindo aqui com a experiência que tem.

O que está sendo proposto aqui é um Projeto inovador, é um conjunto de medidas que cria uma Fundo, que possibilitam várias... As manifestações dos distribuidores, as manifestações do representante do sindicato das indústrias de São Paulo deram uma idéia da amplidão desse Projeto. Reduzir o Projeto a prorrogação do art. 1º ou resolve o problema da lei Rouanet, é realmente manter o *status quo* que há um consenso que precisa ser reformulado. É muito difícil fazer com que as coisas avancem na área. É uma área na qual a questão da bipolaridade, ou seja, da existência de um cinema industrial, dirigido ao público e de um cinema autoral comprometido com a inovação de linguagem, é alguma coisa difícil de consolidar. Eu sou da opinião que uma coisa não exclui a outra. Cinema é tudo. E há uma dinâmica entre eles. Mas não é possível reduzir todo um Projeto a simples prorrogação de um artigo ou outro sequinho que resolve o problema.

A proposta que está sendo feita de uma Medida Provisória, e olha que uma Medida Provisória sendo proposta dentro do Senado Federal, é uma assunção da importância que o problema tem. E, na verdade, eu entendo a intervenção do Senador Zambiasi como uma proposição de consenso, uma proposição de consenso da área, do Senado e do Governo que criam as condições, digamos, de uma Medida Provisória que não seja evasiva, que não tenha as características das quais o próprio Parlamento Brasileiro se queixa. Esta

é uma proposta que avança e que eu queria apoiar. Muito obrigado pelo uso da palavra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Na realidade, apenas para colocar. A preocupação nº 1 é não interromper os Projetos. Eu vejo que há uma preocupação enorme aqui, há uma tensão, inclusive, junto ao setor, uma preocupação com os prazos que são exíguos para a apreciação do Projeto na Câmara. Mas, como tem urgência constitucional e tem um prazo previsto, nós acreditamos que se se trabalhar um consenso lá, a gente aqui, eu tenho impressão que o nosso Presidente terá todas as condições [soa a campanha] de alguns dias de um Projeto aprovado aqui já ir para o Plenário. Em alguns dias. Em novembro, talvez na segunda audiência proposta, se encaminhe para o Plenário.

Agora, eu acho que nós temos que estar preparados, sim, para alternativas. O que nós não podemos é nos surpreender. Eu estou dizendo o seguinte, é que se a gente perceber que pelas próprias circunstâncias do ano atípico de eleições ocorrer algum tipo de trancamento de pauta, o setor não pode ficar prejudicado. Então a preocupação é essa. O setor não pode ser vítima dessa circunstância. Razão pela qual talvez o consenso indique para uma proposta emergencial.

Eu deixo registrado aqui. Eu mantenho a proposta com a cautela necessária e nesse sentido. Vamos continuar acreditando. Nós temos todas as condições, mas a cautela exige que a gente esteja atentos, organizados. A própria Comissão vai acompanhar todo o processo lá na Câmara com o respeito que merece, de modo que a gente consiga alcançar os seus objetivos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Obrigado, Exmº. Senador Sérgio Zambiasi. Eu entendi muito bem a colocação de V.Exª. V.Exª. ficou preocupada com a tramitação do processo em função do momento que nós estamos vivendo e está criando um Plano “B” que não é comum nessa Casa. Essa Casa sempre debate e quando tem prioridade, caminha rapidamente. O Presidente da Casa que é o Senador Renan, tem sensibilidade para questões culturais, as questões do cinema, inclusive, então tenho certeza, Senador Zambiasi, o último Plano “B” será em última instância. É muito bem lembrado para ficar registrado, mas a Casa vai ter um carinho todo especial com isso.

Agora, realmente, é bem colocado pelo Senador, é muito difícil nesse momento se nós tivermos segundo turno também vai ser difícil, porque em dezembro

nós entramos em recesso dia 15. Então são 15 dias, e todo mundo festejando, e todo mundo triste, quem perdeu.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Mudou o processo. O recesso agora ele fica menor. É dia 20, nós vamos até o final do mês, praticamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sem problema. Então agora eu vou passar a palavra para as considerações finais, por cinco minutos, cinco minutos, Sr. Carlos Rodrigues.

**SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES** – É que eu tive dois de créditos quando terminei a minha mais cedo, por isso que eu usei depois. Eu não esperava uma reação tão acalorada assim do Gustavo, foi mais no sentido de dar uma proposta que pudesse resolver um problema que está aí emergencial. Mas eu vou voltar ao Projeto.

Desde que eu entrei no cinema eu aprendi uma coisa. Não há consenso na atividade cinematográfica e no audiovisual como um todo. Eu não vi, não estou há tanto tempo quanto o Roberto Farias, mas eu acho que eu já estou a um tempinho, e eu sinto discordar, sinto mesmo, discordar do meu parceiro de alguns filmes, Bruno Wainer, de que nós temos consenso com relação a esse Projeto.

Se o Projeto se concentrasse nas medidas de fomento teríamos esse consenso. O Projeto, se vocês pegarem as explicações do Projeto, tem 28 itens. Desse 28 itens, apenas um de nº 28 diz o seguinte: “Por fim, o presente texto cuida de atualizar procedimento de monitoramento das atividades e disciplinamento de condutas das empresas pertinentes ao escopo de atuação da Agência Nacional do Cinema”. Existem vários artigos no Projeto que claramente intervêm na atividade econômica das empresas privadas e essa é a posição da ABERT.

Sei, portanto, que está havendo uma negociação, sei, portanto, que pode ser feito um trabalho perante as Relatorias, perante a própria Comissão, perante o Senado, que possa deixar esse Projeto aqui digno, 100% de elogios. Mas na medida que ele saiu, somente do escopo do fomento e entrou em outras coisas que não estão nem plenamente justificadas aqui. É um item, um detalhe, não há consenso realmente em relação ao Projeto.

Agora, dando uma pequena brecha, voltando aquela conversa das Comissões. Renato Aragão é o nosso Chaplin. Renato Aragão fez 50 milhões de ingressos antes da chamada Retomada do Cinema Brasileiro. O Renato Aragão demorou dez anos para voltar a fazer cinema e só conseguiu voltar fazer cine-

ma graças a parte do dinheiro incentivado que vem das distribuidoras.

Os filmes do Renato Aragão raramente conseguem ou não tem nenhum tipo, não passam em Comissão nenhuma. Se as nossas crianças estão aprendendo, se aculturando no audiovisual, vendo conteúdo estrangeiro e nós não dermos conta que os nossos produtos infantis audiovisuais têm que ser estimulados, eu dei esse exemplo do Renato, porque é uma história de sucesso. Mas a parte de desenhos animados, projetos infantis, isso está sendo sempre preterido por Comissões que têm uma composição muito variadas, críticos de cinemas, pessoas que não estão diretamente ligados à atividade, então é um ponto crítico, sim.

Terceiro ponto e último, que ainda tenho um tempinho, a parceria cinema e TV, quando o Gustavo começou a falar, eu falei: “Você está falando pela ABERT...”, aí eu lembrei aqui que eu também estou pela Globo Filmes, dos vinte filmes de maior bilheteria da retomada, nós tivemos a felicidade de estar em praticamente em todos. Estamos em dezoito. O que comprova, e isso vem sendo recomprovado ano a ano, que a parceria, cinema e TV é importante. E pelo menos, das contas que eu fiz, os dez primeiros filmes de bilheteria retornaram em impostos diversos os subsídios que eles pegaram.

Eu acredito, uma opinião pessoal minha, uma opinião de mercado, que a gente vai democratizar a cultura não só dando acesso a ela, [soa a campainha], mas fazendo conteúdo audiovisual que seja de interesse da sociedade. Eu prefiro um filme de cinco milhões de expectadores. Isso eu acho que é democratizar a cultura, do que a gente de repente estar fazendo vários produtos, de várias naturezas que são importantes, que tem que ter o seu guichê próprio para isso, mas que não estão realmente disseminando a cultura pelo País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Agradecendo a colocação do Sr. Carlos Eduardo Rodrigues. Passaremos agora, por cinco minutos, as considerações finais do Sr. Bruno Wainer, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras Independentes, ABRADI.

**SR. BRUNO WAINER** – Eu só queria, enfim, esclarecer alguns pontos: Eu acho que esse Projeto aqui, ele não trata, ele não está tratando das Comissões, das empresas que investem em cinemas, estatais. Isso não está colocado aqui nesse Projeto. Eu concordo inteiramente, eu acho que com todo mundo aqui dessa Mesa, eu acabei de participar de uma dessas Comissões de um edital agora, e não participo

mais. Eu quero distância disso. Eu acho que isso aqui é uma deformação tremenda ali. Essas Comissões não estão vinculadas à indústrias, elas não têm um pensamento definido.

Enfim, eu quero distância disso. Não se trata disso nesse Projeto aqui. Eu acho que esse Projeto aqui, ele trata de trazer dinheiro novo para a atividade e ele trata de trazer dinheiro novo para a atividade, através de mecanismos ligados à indústria. Quando você simplifica a possibilidade do FUNCINE atuar, você está trazendo facilidades para que um dinheiro novo seja aplicado na atividade. Quando você cria um Fundo que vai ser... No qual a sua linha de atuação for regula pelo Conselho Superior de Cinema que obviamente é um Conselho que reflete o pensamento da atividade, você está trazendo um dinheiro com o compromisso para o estímulo da atividade.

Eu acho que as questões, eu também queria falar com o Cadu, desculpa o informalismo, o Carlos Eduardo Rodrigues, eu realmente não parei para examinar as questões de controle, etc. e tal, e eu farei isso. Mas tirando essas questões do controle que eu acho que podem ser melhoradas, o texto podem melhorar, eu acho que a gente não pode perder oportunidade de trazer dinheiro novo para a atividade. Por quê? Porque acontece o seguinte, desde que o cinema brasileiro retomou as suas atividades com força, na verdade, que foi a partir do ano de 2000, sempre todo o ano é o mesmo número de filmes que responde por 90% dos ingressos vendidos. Isto é, um ano o cinema brasileira começou com oito milhões, chegou a vinte, diminuiu para doze, fez quinze. Mas que o importa é o seguinte, é que sempre foi o mesmo número de filmes que respondeu por 90% desses ingressos. São só seis filmes por ano. É muito pouco. O cinema brasileiro pode produzir doze filmes por ano. E se ele produzir doze filmes por ano para ir brigar pelo mercado, você vai estar dando a chance do cinema brasileiro dobrar a sua participação. Esses seis filmes por ano são produzidos, por quê? Porque as únicas fontes de financiamentos desses filmes é a Lei do Audiovisual. Ela é pouco. Ela já chegou ao seu teto de ocupação. Todo ano é a mesma coisa. Nós vendemos entre a 12 a 15 milhões de expectadores, mas com o número reduzido de filmes. Enquanto a indústria internacional invade aqui o nosso País com duzentos filmes, nós vamos brigar contra esses duzentos filmes com seis filmes por ano. É muito pouco.

Esse ano, por exemplo, até agora só foi lançado dois filmes brasileiros que foram lá brigar pelo mercado. É muito pouco. Por isso que eu acho que a gente tem que buscar aqui o consenso mais rapidamente.

Concordo também plenamente com o Gustavo, a gente não pode reduzir essa questão, porque senão a gente vai simplesmente manter o *status quo* atual. A gente tem que eliminar o que não for possível de ser aceito, mas a gente tem que se focar em aprovar esse Projeto, trazer [soa a campainha] dinheiro novo para a atividade.

Por fim, eu queria só prestar um esclarecimento, só para não ficar nenhum mal-entendido. Como eu me referi as empresas distribuidoras estrangeiras, eu não são contra a participação das empresas distribuidoras estrangeiras no processo de co-produção e com isso de aquisição dos direitos de distribuição desses filmes. Eu só sou contra que elas sejam praticamente as únicas agentes nesse departamento.

É preciso trazer a indústria, o setor de distribuição nacional para esse jogo também. Eu posso falar... Eu só citei os filmes que eu participei para falar o seguinte: É preciso deixar claro que o grande filme brasileiro pode ser distribuído por empresas nacionais. Eu já os distribuí e eu já vivi essa experiência de grandes sucessos com filmes bem relevantes, um deles já citado aqui que foi o "Cidade de Deus", ou como "Olga", ou como "Central do Brasil".

Então a atividade de distribuir filmes brasileiros no seu País podem ser feitas por distribuidoras nacionais, somadas as distribuidoras estrangeiras que já têm o seu mecanismo, que é um mecanismo maravilhoso, do art. 3º para elas, é maravilhoso, é preciso criar alternativas para o setor da distribuição nacional e com isso aumentar, não só a participação do cinema brasileiro no mercado, mas o número de filmes produzidos para ir brigar por mais fatia no mercado. É isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Sr. Bruno Wainer. Passaremos agora a palavra e que controle a sua paixão, a sua emoção, porque senão... [risos] Passaremos a palavra ao Sr. Roberto Farias, Diretor e Produtor de cinema.

**SR. ROBERTO FARIAS** – Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que o cinema é sacerdócio. Na verdade, o esforço que todos nós de cinema fazemos para sobreviver nessa área, se fossem empregadas em outras, talvez a gente tivesse muito mais êxito, muito mais alegrias. De qualquer modo, não estão arrependido, não. Sei que o Gustavo, por exemplo, que é bem mais novo do que eu também pensa dessa maneira, e a dedicação dele, por exemplo, ao cinema, a administração do cinema é uma coisa realmente admirável. De deixar a sua própria atividade de fazer para ajudar a fazer.



De qualquer forma, eu espero que nos próximos quatro anos... Que de alguma maneira, nós todos, talvez eu que estou mais velho, pode ser que não, mas a maior parte das pessoas que está aqui, certamente de uma maneira ou de outra, vai continuar nessa luta, vai continuar nessa discussões. E eu espero que essas correções sejam feitas. Eu espero que se garanta, que procure cada vez que se pensar numa medida que se pense primeiro que liberdade não se compra. Não é pelo fato de existir dinheiro, recurso à disposição para fazer cinema que o cineasta deve vender a sua individualidade, a sua liberdade.

Então eu sei que as pessoas que estão aqui são democratas, eu sei que as pessoas pensam nisso, mas às vezes a gente vai no foguete errado, e é preciso corrigir essa rota. É preciso corrigir. É preciso dar incentivos aqueles que querem fazer cinema de uma forma livre. E o incentivo dado após é muito importante. Ele pode ser condicionado. Não pode dar incentivo antes e depois. Agora, é preciso que o mercado seja compensado por isso.

Hoje, não adianta você pensar... Ninguém no Brasil botar dinheiro em cinema, por quê? Porque o mercado é pequeno.

Então, o que acontece? É preciso corrigir o mercado. Como? Estimulando novas salas de exibição, estimulando os exibidores a não ter que pagar IPTU alto, não ter que pagar o ISS, a luz tem que ser mais barata. Não pode custar... O preço de residência, tem que ter o preço da energia industrial. Tem uma série de coisas que podem estimular e tornar a exibição, também, melhor negócio do que ele é. Porque todo mundo sabe que para bom negócio não falta dinheiro. Só é preciso dinheiro para mal negócio. Então esse estímulo, essa meta não pode escapar do legislador, não pode escapar daqueles que dirigem os organismos de cinema. É o que eu tinha aqui a dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Sr. Roberto Farias, queríamos anunciar também a presença na Comissão, nesse momento, do Senador Marco Maciel que todos conhecem. Homem que fez a história desse País, com certeza. Passamos agora as considerações finais do Sr. André Luiz Pompéia Sturm, Coordenador Geral do Fórum Audiovisual do Cinema, FAC.

**SR. ANDRÉ LUIZ POPÉIA STURM** – Queria ressaltar, mais uma vez, a importância aqui desse encontro. Eu acho que esse Projeto tem uma grande qualidade que é a inovação num sistema organizado e ampliado para o fomento no audiovisual no Brasil. Eu acho que isso é fundamental, ter claro que não é

simplesmente mais dinheiro para a atividade. Todas as atividades querem mais dinheiro. Eu acho que o que esse Projeto tem de positivo e que é resultado, inclusive, de muitas sugestões feitas pela primeira classe, é ampliar e estruturar melhor isso. Criar um Fundo que pode ter diversas aplicações, como as que o Roberto coloca aqui do lado, reforço isso. Que pode ter recurso para os distribuidores brasileiros poderem ter condições de isonomia como as companhias estrangeiras nas disputas pelos filmes brasileiros e participar da produção desses filmes.

Enfim, fazer com que a Lei do Audiovisual sirva para os filmes que tem perfil da Lei do Audiovisual, e que filmes que tenham outros perfis possam ter outros caminhos para se financiar.

É fundamental porque cria possibilidade, embora o Projeto não esteja, do meu ponto de vista e do ponto de vista de várias pessoas, perfeitamente redigido, mas espiritualmente cria possibilidade que as emissoras de televisão possam utilizar recursos de incentivo fiscal para investir na produção independente. Isso também é fundamental, porque naturalmente esse filmes serão filmes com uma perspectiva de mercado maior, terão a aliança da televisão e será fundamental para a gente está ampliando o nosso cinema a participação do mercado.

De outro, lado o Projeto tem alguns pontos que merecem crítica, que são pontos que avançam na minha maneira de ver de uma maneira um pouco excessiva na intervenção sobre as empresas. Mas como eu já disse a gente tem conversado com o Governo, tem buscado um entendimento, acho que a palavra consenso não é a melhor palavra, porque consenso nem sempre é a melhor opção, eu acho que o fundamental é o entendimento. E esse entendimento tem sido buscado.

Eu acho que esse entendimento feito, alcançado tem que ser trazido com urgência e presteza ao Congresso, na Câmara em primeiro lugar, e depois aqui no Senado. A gente sabe que essa Comissão é uma Comissão aliada do cinema e do audiovisual. Um exemplo recente que a gente teve da celeridade com que foi aprovada a Lei do Deputado Dornelles aqui nessa Comissão demonstra isso e a gente sabe. A lei demorou muito mais tempo para ser aprovada na Câmara onde ela se originou do que no Senado. Houve, inclusive, a generosidade do Senador Sérgio Cabral que tinha um Projeto semelhante em ser Relator do Projeto para demonstrar o apoio ao Projeto que podia ser aprovado primeiramente, que foi fundamental para o cinema.

Então, eu acho que o fundamental nesse momento é a gente conversar e buscar a melhora do Projeto,

a melhoria do Projeto, que é um Projeto com excelentes pontos, com alguns defeitos e que necessita ser aprovado com brevidade.

Espero que o Plano “B” do Senador Sérgio Zambiasi não seja necessário, e que a gente possa, quem sabe, celebrar a aprovação dessa lei em entendimento ainda esse ano. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado pela considerações finais, Sr. André Luiz Pompéia. Com a chegada do Senador Marco Maciel, queria saber se ele tem algumas considerações a fazer, alguma coisa. Eu sei que você estava cumprindo as suas tarefas junto ao PFL.

**SENADOR MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Wellington de Oliveira, Sr. Senador Sérgio Zambiasi, ilustres integrantes desta Audiência Pública, eu quero, antes de mais nada, de fato apresentar as minhas escusas por somente agora ter podido comparecer a Comissão, vez que na Comissão Nacional do PFL estava reunido extraordinariamente para se manifestar sobre essa CPI dos SANGUES-SUGAS e etc.

Então, eu não podia dela me afastar, foi uma Sessão em caráter Extraordinário, daí porque somente agora que eu consegui me liberar. Mas eu quero, antes de mais nada, elogiar o trabalho da Comissão de Educação que através dessas Audiências Públicas tem contribuído para que nós possamos agilizar a tramitação de proposições.

Eu vi aqui, quando cheguei a Comissão, estava ouvindo manifestação do Dr. Roberto Farias a que tanto aprecio e logo a seguir eu vi a manifestação do Dr. André Sturm, que disse uma coisa que eu considero que é muito procedente. Essa idéia de se buscar o consenso nem sempre é a melhor solução.

Aliás, quando se fala em consenso geral, além de não ser a melhor solução, é também é um pleonismo. [risos] Mas eu acho que o que se busca é sempre um entendimento, porque uma lei que é resultado de um entendimento, ela certamente abriga a solução para diferentes questões e é capaz de ter mais longa duração, de também se descer no tecido social da comunidade.

Então, fazendo com que ela seja assimilada pela própria sociedade. Então eu diria aqui que esse trabalho é muito importante e de alguma forma, como aqui se disse, essa Audiência Pública está ajudando a criar as precondições para que a Câmara vote a matéria tempestivamente. E aí eu não tenho dúvida em afirmar porque temos precedentes, se a Câmara concluir por um bom substitutivo ou mecanismo semelhante, mecanismo regimental semelhante, certamente nós teremos condições de aprová-la ainda este ano. É pouco

provável que a Câmara faça Sessão deliberativa no mês de setembro. Mesmo porque, praticamente, todos os atuais Parlamentares são candidatos a reeleição. Quando não é candidato a reeleição é candidato a outro posto que é no Executivo ou no Senado. E são muito poucos, portanto, que não disputarão eleição e conseqüentemente não estou comprometidos com o processo eleitoral. E nós sabemos que estamos a menos de 60 dias das eleições.

Então eu não acredito que em setembro haja Sessões deliberativas, nem sequer estão programadas na Câmara, no Senado pode ser que ocorra uma ou outra, mas na Câmara é pouco provável, mas acredito que vindo em outubro dá muitas condições de votar ainda este ano. Mesmo porque a praxe aqui no Congresso é nunca parar no dia 15 de dezembro. Sempre se vai um pouco mais, até 23 do referido mês. No mais, também eu gostaria de dizer que acho que há uma sensibilidade muito grande nesta Comissão para os temas que aqui estão sendo aqui discutidos, e eu quero felicitar, embora eu não tenha podido ouvir, não somente do Dr. Bruno Wainer, mas também eu queria cumprimentar o Gustavo Dahl que também é um velho companheiro, assim como Roberto Farias, de lutas em defesa do cinema, e por fim, também, fazer uma referência ao representante da ABERT, o Carlos Eduardo Rodrigues. E lamentar que não podido ouvi-los. Mas eu estou levando para Casa uma pastinha que já me dá condições para aprender, pelo menos em linhas gerais aquilo que foi dito e debatido aqui nessa Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Marco Maciel, nós também lamentamos não ter tido V.Ex<sup>a</sup>. presente, que com certeza, com o pouco que V.Ex<sup>a</sup>. fala, já cria essa sensação de dever cumprido maravilhosamente. De qualquer maneira eu acho que foi sensacional, poderíamos ter enriquecido um pouco mais o debate. Eu senti que... Eu adoro quando tem polêmica, o confronto. Eu queria até uma hora trocar que eu queria... [risos] trocar a presidência, porque realmente eu estava sentindo o clima aqui.

Mas de qualquer maneira vamos ter uma segunda, em outubro. O Senador Zambiasi também ficou muito interessado, e com certeza vai assinar o novo Requerimento. Já está aprovado.

Então eu queria, para encerrar a Sessão, falar que foi um prazer tê-los aqui para nós debatermos, para já preparar para uma aprovação de projeto, e espero encontrá-los da próxima vez.

Diante do exposto, declaro encerrada essa Sessão.

*Sessão encerrada às 12h48.*

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de setembro de 2006 (Audiência Pública Conjunta)**

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia cinco de setembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Geovani Borges, Valdir Raupp, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Luiz Otávio reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 016-CE, de 2006 e nº 002-CECTMCS, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, destinada a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Ismael Cardoso, Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABERT. Após a apresentação dos convidados, o Senador Wellington Salgado de Oliveira, comunica aos presentes que irá se ausentar da Presidência dos trabalhos para participar da reunião, como Líder do

PMDB, com o Presidente do Senado Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros e todos os demais Líderes Patidários da Casa. Assume a Presidência o Senhor Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma e Roberto Cavalcanti. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. - Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. 5 de setembro de 2006 na forma da Audiência Pública aprovada por meio de Requerimento de autoria do Senador Roberto Saturnino, destinado a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e sua aprovação. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado.

Essa Audiência Pública tem como objetivo debater o instituto de meia-entrada e foi um Requerimento do Senador Roberto Saturnino, que está presidindo a Comissão de Relações Exteriores neste momento. Temos aqui, no Congresso, três leis em tramitação: Projeto de Lei 92/1996, de autoria da Ministra Marina Silva; Projeto de Lei 264/2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti; e um Projeto que está na Câmara do Deputado Eduardo Paes, de 2005. Então, diante desses três Projetos, a Comissão de Educação resolveu através do Requerimento do Roberto Saturnino, pedir essa Audiência Pública para debate.

Temos como convidados: Sr. Lúcio dos Santos de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira Promotora de Eventos – ABRAPE; Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras, Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX, nosso freqüentador assíduo aqui já; Tiago Franco, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que não pode estar presente, está sendo representado neste momento pelo Sr. Ismael Cardoso, que é o Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. E temos também o Sr. Ricardo Chantilly, nome bem doce, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Empresas Artísticas – ABEART.

Diante do que foi apresentado, abriremos a Sessão com os convidados. Primeiramente, fará a explanação, o Sr. Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira Promotora de Eventos – ABRAPE.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Bom dia a todos. [falha no áudio] Trabalhamos com entretenimento no Brasil há 30 anos. Muito prazer em estarmos sendo recebidos nesta Casa e no intuito de uma solução de uma questão que é muito grave para tudo que diz respeito à produção cultural e de entretenimento no Brasil. Antes de iniciar a minha fala, eu vou tentar passar, porque a gente está com problema de tecnologia aqui, mas acho que vai dar certo. É um vídeo que tem alguns depoimentos de alguns artistas sobre esse assunto que nós estamos abordando aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Lúcio, um minuto, por favor. Dispõem de 15 minutos os apresentadores. Se precisar de um pouquinho mais a gente prorroga.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Eu vou precisar justamente por causa do vídeo, mas acho que vale a pena ver.

*[apresentação de vídeo.]*

**Ivete Sangalo:** “Não somos contra a meia-entrada, somos a favor da regulamentação. Queremos uma meia-entrada de verdade, sem essa enrolação”.

**Hebert Viana:** “Pessoal, eu sou Hebert Viana, nós do Paralamas temos essa posição a favor da questão da meia-entrada para regulamentar e dar um panorama mais equilibrado em relação à coisa do preço dos ingressos. Vamos nessa rapaziada: ingressos baratos para todos”.

**Carla Camurati:** “Eu acho que é muito importante nós discutirmos a regulamentação da meia-entrada. Eu acho que o Brasil está vivendo um momento que

a gente precisa reafirmar procedimentos. Às vezes eu tenho até a sensação que o país perdeu um pouco a bula, a noção das regras dos procedimentos, isso acaba atrapalhando a sociedade”.

**João Bosco:** “A gente sabe que toda a produção cultural e a bilheteria é uma equação difícil de resolver. Os produtores de cultura e os artistas querem viabilizar o espetáculo a todos, ou pelo menos a maioria daqueles que possam ingressar no teatro. Eu acho que o estudante, ele conquistou essa meia-entrada, mas o que é preciso, de fato, agora, é regulamentar o que é a carteira de estudante para que essa carteira de estudante não seja uma farra, algo que não tenha controle e que deixa de ser uma espécie de carteira de estudante pirata. Isso é que tem que tomar cuidado, isso é que tem que regulamentar, para que aquilo que já era difícil não fique pior ainda. Essa é a minha opinião”.

**Caco Ciocler:** “A Lei da meia-entrada, na verdade, não existe. Um promotor pensa da seguinte forma: se 80, 90% do público hoje usa, se utiliza desta Lei da meia-entrada, o que o produtor faz é aumentar o preço do ingresso, o preço cheio do ingresso, já prevendo que 80, 90% das pessoas do público vai pagar metade desse ingresso. Isso faz com que a entrada dos espetáculos, dos filmes, das peças, dos concertos sejam exorbitantes, assustadores. Isso afasta o público”.

**Bia Nunes:** “Eu queria fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados, que olhassem com carinho a questão da meia-entrada no teatro, porque a regulamentação é muito importante, que ajam regras para isso. Porque, pelo que a gente sabe, tem carteiras de estudantes sendo sorteadas até em rádios. Então, eu gostaria de fazer esse apelo: “olho vivo” na carteira de estudante, que é muito importante para a gente, para que não haja o estrangulamento”.

**Rosamaria Murtinho:** “Meia-entrada? Tudo bem, até bom e justo. Mas então o Governo, que teve a idéia da meia-entrada, tem que pagar para os produtores o resto da entrada. Vocês não pensaram nisso não? Os artistas estão pensando”.

**Carlos Mielle:** Como é que eu vou pagar minha dívida se o cara de mais de 60, que vai me assistir paga a metade? Eu não pago metade do imposto, não pago metade do aluguel, não pago metade da gasolina, não pago metade do plano de saúde, não pago metade do *whisky*, que é uma coisa caríssima”.

**Irene Ravache:** “Quantas produções minhas eu acabei tendo que elevar o preço, porque eu tenho sempre que calcular pelo meio, porque todo mundo tem carteirinha. Você tira a carteirinha em loja de pizza, você tira a carteirinha por telefone. Então, é esse meio ingresso acaba sendo uma coisa falsa, menti-

rosa, cínica, que nos atrapalha bastante, atrapalha o público também”.

**Mauro Mendonça Filho:** O problema não é a meia-entrada, a meia-entrada é ótima. O Estatuto do Estudante e do idoso nos obriga a isso. Isso é ótimo para poder levar informação e cultura a quem tem menos condições. O problema é que é notório que existe muita falcatrua nas carteiras de estudantes. Muita gente tem carteira e nunca foi estudante, muita gente que tira carteira em pizzaria. E como não tem legislação, nós vivemos na era um pouco do caos. Não existe a consciência social e política, nós estamos engatinhando ainda”.

**Fernanda Montenegro:** “Com respeito a esse meio ingresso, não existe Lei Federal, os Srs. sabem disso, de meia-entrada, não existe isso. Cada estado e cada Município fazem sua própria Lei. Nesta não-regulamentação geral existe uma discrepância no preço do ingresso. Exemplo: Porto Alegre, não há, não existe meio ingresso em Porto Alegre. Então lá, o cinema custa o ingresso dez reais, um pouco menos, um pouco mais.

Outro exemplo: no Rio, como existe a meia-entrada, somos obrigados a levar uma exibidora a cobrar 18 reais e às vezes até mais. Então, o preço médio fica por nove reais que é igual aquela cidade que não tem preço de estudante. Isso quem perde é aquele que não é estudante, aquele mínimo que não é estudante, porque todo mundo é estudante, eu vou explicar aos Srs. por quê? Dependendo de cada Cidade ou Estado têm direito a meia-entrada, olhem bem, as seguintes categorias: estudantes de qualquer natureza e também quem não é estudante, desde que vá na esquina... Como eu tenho uma amiga minha que tirou uma carteirinha, foi na esquina e depois plastificou, e ia em todos os lugares e não está estudando coisa nenhuma. E quando perguntaram a ela: “o que você estuda?” Ela disse: “arte dramática”. Chancelou com um carimbo e foi adiante. Pela Internet, se consegue pela Internet, se consegue sem nenhuma comprovação.

Outras categorias que têm meio ingresso: acima de 60 anos, funcionários públicos, professores, bibliotecários e deficientes físicos. No Rio são 25 leis de meio ingresso. Diante dessa distorção, como é que fica o produtor? Como fica o artista? Não podemos bancar. Nós não podemos assumir totalmente a política pública. Sozinhos não podemos, porque senão morreremos. Nós vivemos do nosso trabalho. Estamos, em princípio, com a Lei, mas não podemos bancar todo o nosso trabalho nessa caridade, na maior parte das vezes, eleitoreira. E os Srs. vão entender o que eu estou falando. Propomos que se faça a regulamentação da Lei lembrando que não podemos dar de graça a única coisa que nós

temos para vender, e essa frase é de Cacilda Becker. Vender ela fala no sentido de sobreviver como artista e profissionais que, inclusive, geram empregos. A cultura não é uma coisa abstrata. Talvez nada no mundo empregue mais gente do que a cultura, porque tudo é cultura. Até uma comida que se faça e se venda, aquilo ali é uma forma de cultura. Queremos participar, isso eu quero deixar claro, queremos participar desse projeto de presença de público, mas não podemos sustentar o evento cultural ou esportivo com os espaços totalmente tomados pelo meio ingresso, porque é isso que está acontecendo.

Concluindo, é o seguinte: nós estamos com a meia, nós queremos que haja meio ingresso, nós precisamos do estudante no teatro, nós temos que formar platéias, nós temos que ter uma diversificação de público, também para aquele que talvez não possa pagar, talvez não tenha dinheiro suficiente para pagar o ingresso inteiro. Eu acho que é uma atitude nossa de clarificar, de ajustar e de participar. Era isso que eu queria dizer”.

*[fim da exposição do vídeo.]*

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Bom, esse foi o depoimento de vários artistas, como vocês viram, falando desse assunto. Isso nos ajuda nessa explanação que nós vamos fazer, porque ela de certa forma também já nos dá um horizonte do que deve ser abordado.

Na verdade, em primeiro lugar, a gente quer dizer que a gente não é contra a meia-entrada e nem outro instituto que possa estimular a frequência às casas de espetáculo, que possa fomentar a produção cultural no Brasil. Sem dúvida, é um patrimônio gigantesco que nós temos na produção cultural brasileira. A questão do entretenimento eu acho que tem que ser encarada da mesma maneira. Eu quero lembrar a vocês que todos os países do mundo têm, por norma, valorizar a sua produção. Quero dizer que a produção cultural, ela é muito importante, não só sobre o ponto de vista de qualidade de vida da população, mas também sobre o ponto de vista econômico.

Há cerca de dez anos, começaram a aparecer Leis Regionais, Municipais e Estaduais recolocando o assunto da meia-entrada que na verdade, eu acho que o Gustavo pode falar sobre isso, a questão da meia-entrada antecede a isso. Mas há cerca de dez anos, começaram a aparecer no Brasil algumas Leis Regionais, Estaduais e Municipais que disciplinam o direito a meia-entrada ao estudante. Todas elas têm mais ou menos a mesma linha de base que é assegurar o direito ao estudante regularmente matriculado e etc., etc. Mas, sem uma regulamentação que defina

claramente a mecânica deste desconto: como pode funcionar, quais são os pré-requisitos para a emissão do documento que na verdade é o documento que habilita o benefício, e, principalmente, como uma coisa que não tem nenhum precedente em outros setores da economia, sem apontar a fonte de custeio para esse subsídio?

Então, em qualquer outro setor da economia onde o Governo interfere estabelecendo subsídios, ele diz claramente de onde vai sair a fonte pagadora desse subsídio, seja na zona franca de Manaus, seja no subsídio ao taxista que compra o carro mais barato, ao deficiente, inúmeras outras formas. Se a gente pegar o Programa Nacional do Livro, o Estado compra os livros, paga as editoras normalmente e distribuiu o livro a rede de ensino.

Então, é preciso que a gente entenda que a cultura é um bem imaterial enquanto o “fazer” artístico. O artista quando está no palco ou quando está pintando um quadro ou quando ele está exercendo a atividade de criação dele, não há como você ter isso como um bem material. Mas, a partir daí, toda essa cadeia produtiva tem que ser encarada da mesma maneira que qualquer outra cadeia produtiva dentro da economia. É preciso deixar claro que esse assunto tem que ser tratado com o mesmo, digamos assim, respeito que qualquer outra atividade dentro da economia brasileira.

Por isso, nós, a partir da iniciativa, isso é um assunto que nós vimos debatendo desde o início dessas leis, e agora, com a iniciativa do Deputado Eduardo Paes de apresentar um Projeto de Lei regulamentando esse assunto, nos proporcionou um ambiente para que nós pudéssemos discutir de uma forma, eu diria, mais eficiente essa questão, a partir dessa aproximação e desse consenso que nós conseguimos avançar com as próprias Entidades estudantis resultando numa soma de esforços de partes que, até então, teoricamente seriam antagônicas. As próprias Entidades estudantis estão aqui reconhecendo que o processo tem erros que precisam ser corrigidos e eles precisam ser corrigidos justamente para que o direito seja respeitado. [soa a campainha] O meu tempo acabou? Eu tenho que estender um pouquinho por causa do vídeo, é só essa questão que eu queria colocar.

Mas, eu gostaria que vocês lessem com atenção esse manifesto que foi distribuído aí à Assembléia. Esse manifesto é o resultado justamente dessas conversas que a gente tem tido no sentido de uma proposição--

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Nesse momento, por causa da Reunião dos líderes. Pretendo voltar rapidamente. O Senador Crivella vai me

substituir, com certeza, melhor até do que a minha Presidência.

*[troca de presidência.]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB– RJ) – Dr. Lúcio, por favor, prossiga. Dr. Lúcio, o senhor vai continuar?

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA** – Eu vou continuar, é rápido. Então, o que eu queria colocar dentro da minha fala é que a gente se lembrasse sempre que a nossa atividade merece o respeito de ser tratada como qualquer outra atividade dentro da economia. Então, é preciso que se estabeleça uma política cultural que estimule a frequência às casas de espetáculo pelos estudantes, pelos idosos e outras categorias, como professores, e outras leis que versam sobre isso no Brasil inteiro.

Mas é preciso também que se respeite a atividade do artista, como a Fernanda Montenegro acabou de falar agora: “Não nos peçam para dar a única coisa que a gente tem para vender”. Então, se a gente partir desse pressuposto, a gente tem a certeza que nós vamos ser bem sucedidos. Eu queria apresentar, só como ilustração dessa fala, um pequeno levantamento que a gente fez a partir de um universo – eu sou de Belo Horizonte, a minha sede é de Belo Horizonte – então, a partir de Belo Horizonte a gente fez um estudo que eu queria apresentar para vocês, onde a gente faz um levantamento tentando... A gente precisa falar de quanto, a gente precisa ter alguma referência do que significa a meia-entrada para produção cultural.

Então, o que a gente fez aqui foi um levantamento que é bastante sucinto, na verdade, é só uma referência, eu diria, que não tem um estudo tão aprofundado tecnicamente falando, mas a gente coloca as casas de espetáculos... Está bem assim ou vocês querem que aumente um pouquinho? As casas de espetáculos com capacidade de 500 pessoas, 1.000 pessoas, de 1.500 pessoas, de 5 mil pessoas e 50 mil pessoas que seriam aqueles grandes shows gigantes que acontecem em estádios e coisas desse tipo. A gente pegou o número de casas que tem esse tipo de capacidade, que, naturalmente, por exemplo, 50 mil pessoas só teria uma. A gente pegou a ocupação média dessas casas, a gente colocou em torno de 50%. Então a gente colocou 250 pessoas na casa que cabem 500, e assim por diante. Colocamos o número de funcionamento por mês que uma casa como essa funciona usualmente. Então, uma casa menor, ela funciona 10 vezes por mês, a casa maior vai funcionar quatro vezes por mês. Um preço médio de ingresso que é praticado nessas casas, considerando o preço médio, aí eu não

estou diferenciando inteira e meia, não. E a receita que isso proporciona.

Se a gente considerar 30% de pagadores de meia-entrada nesses espetáculos, a gente tem esses valores que estão estimados aqui, trezentos mil, duzentos e vinte e cinco, etc., etc. Durante um ano inteiro, se a gente multiplicar isso por 12 ou por menos, porque tem casas que não funcionam o ano todo, que é o caso desse show, por exemplo, a gente colocou três vezes por ano um show para 50 mil pessoas. Nós estamos chegando num resultado de 12 milhões e 510 mil reais de custo. Isso é custo, custo real que existe para os produtores e para os artistas, considerado 30% de meia-entrada. Nós sabemos que a realidade hoje é de 60 a 80% de pagadores de meia-entrada. E se a gente fizer a partir da população de cada cidade que o censo divulgou no final da semana passada, uma regra de três simples, a gente vai chegar numa proporcionalidade por população da gente. Só dentro das capitais brasileiras, a gente chegou num número de 231 milhões e 400 mil por ano. Isso, só consideradas as casas de espetáculos, sem considerar cinema, sem considerar futebol, sem considerar os outros setores da atividade de cultura e de entretenimento que são extremamente ativos.

Eu vou repetir de novo, eu estou falando só das capitais: se eu pegar uma cidade como Natal [soa a campanha] que tem 700 mil habitantes, 760, você tem milhares de cidades brasileiras que tem o mesmo porte, milhares mentira, tem dezenas de cidades brasileiras que tem o mesmo porte.

Então, o que eu queria deixar na minha fala, eu acho que todos os outros vão falar: repetir de novo o consenso que existe. Repetir de novo porque nós não queremos acabar com a meia-entrada, pelo contrário, nós queremos que ela exista de fato, porque hoje ela não existe, como foi dito pelos próprios artistas, mas queremos, sobretudo, que a gente pense numa maneira digna que o artista deve ter para exercer o seu trabalho. É isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Obrigado, Lúcio. O próximo a falar... Tem na relação? Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes. O senhor tem 15 minutos para a sua palestra.

**SR. GUSTAVO PETTA** – Bom dia, Senador Marcelo Crivella. Cumprimentar também o Presidente da Comissão que teve que sair, o Senador Wellington Salgado, pela oportunidade da gente estar podendo discutir esse tema tão importante, não só para os estudantes, mas para a sociedade brasileira que é o tema da meia-entrada estudantil. Cumprimentar também o Senador Roberto Cavalcanti, que está aqui com a

gente também. Além de cumprimentar os nossos amigos, Ricardo Chantilly, Presidente da ABEART; Lúcio Oliveira, Presidente da ABRAPE; Valmir Fernandes, Presidente da ABRAPLEX; e o Ismael Cardoso que representa aqui a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Primeiro é importante que a gente possa debater a importância do Senado, e da Comissão de Educação do Senado, estar discutindo esse tema. Esse tema tem diversos Projetos de Lei, inclusive alguns aqui no próprio Senado e outros na Câmara dos Deputados. Mas, pela primeira vez na história, nós conseguimos criar um canal de diálogo e que vem resultando em algo que pode até chegar a um consenso entre as Entidades que representam os diversos setores envolvidos nesse tema.

A sociedade brasileira precisa reagir ao que está acontecendo em relação a um direito que é o direito à meia-entrada. Nesse sentido, nós podemos até resgatar um pouco da história antes de debater como está a situação e propor algumas medidas para resolver o problema.

O direito a meia-entrada foi concedido aos estudantes brasileiros lá nos anos 50, anos 60, como uma forma de complementar a formação acadêmica e educacional e estimular os estudantes a terem acesso à meia-entrada. Depois disso, com o golpe em 64, as Entidades Nacionais foram interrompidas, as Entidades Nacionais passaram a ser perseguidas, e esse direito deixou de ser exercido através da carteira das Entidades Nacionais Estudantis e passou a ser exercido por carteiras de centros acadêmicos ou de instituições e de escolas. Com essa pulverização, ocorreu um problema de muita dificuldade de fiscalização na emissão dessa carteira que dá o direito à meia-entrada. Em 83, o Governo Figueiredo acabou suspendendo o direito diante da impossibilidade da fiscalização. Nos anos 90, com a luta das Entidades, da UNI, da UBIS, esse direito passa novamente a ser exercido através de Leis Estaduais que passaram a ser aprovadas em várias Assembléias, nos principais Estados. E isso passou a garantir o direito à meia-entrada novamente para os estudantes brasileiros.

Em 2001, através de uma Medida Provisória que ficou naquelas medidas que não precisaram nem ser renovadas, como era a regra anterior, e nem ser aprovada depois de 60 dias, como é atualmente. Ficou exatamente numa fase de transição. E essa Medida Provisória que foi editada em agosto de 2001, passou a ter peso de Lei e foi a primeira medida nacional a tratar sobre a questão.

O grande problema é que ela vinha com um discurso que iria democratizar as possibilidades do estu-

dante ter acesso à meia-entrada, mas ela, na verdade, pulverizou as formas de identificação, o que permitiu um processo muito grande de falsificação dessas carteiras. Ela não falava em meia-entrada, porque era também um grande engano, ela falava em eventuais descontos. Então não garantia a meia-entrada de fato e ela criou um imbróglio jurídico com as Leis Estaduais. Então, existe uma grande confusão hoje, o quê acaba permitindo que o direito, de fato, não seja exercido.

Então, diante disso, é importante primeiro, antes até de propor soluções, identificar o porque da meia-entrada estudantil. Isso é muito importante. Na nossa visão, um fato determinante é que a meia-entrada proporciona, num período que o ser humano e que a pessoa está mais--

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Petta, desculpe interromper. Isso aqui está parecendo até Legislação de carteirinha de meia-entrada. Vai mudar de novo a Presidência, mas é que o Senador Geraldo Botelho que é titular da Comissão chegou e vai assumir aqui a Presidência.

*[troca de presidência.]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – O Senador Crivella tem todo o mérito para dirigir a Reunião, mas a formalidade exige que eu fique, nem que seja um pouco. Obrigado.

**SR. GUSTAVO PETTA** – Bom dia também, Senador Augusto Botelho. Então, continuando, na nossa visão a fase em que a pessoa está na escola é a fase que ela está mais propícia a assimilação de bens culturais. Então é muito importante estimular o estudante a ter acesso aos bens culturais. E a meia-entrada é determinante nisso, nessa complementação da formação cultural e educacional. Uma outra questão determinante e que faz com que a meia-entrada seja muito importante, é a condição sócio-econômica. É o período em que a pessoa está entrando no mercado de trabalho, os salários são menores, muita gente acaba não tendo condição, inclusive, de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Então, é muito importante nesse sentido também estimular as pessoas que estão com mais dificuldade sócio-econômica, porque estão entrando no mercado de trabalho geralmente. Além de ser um chamamento à escola, você condicionar a meia-entrada ao fato do jovem estar na escola ou estar na universidade. Você pega todos os projetos sociais no Governo Federal, todos condicionam aos filhos estarem dentro da escola para terem a bolsa que acabam recebendo. Acaba sendo um incentivo, é um convite especial à cultura, ao esporte, ao teatro, ao cinema. Por isso que nós defendemos a meia-entrada estudantil e não vemos a meia-entrada

como um privilégio de um setor da sociedade. Não! É algo importantíssimo no sentido de complementar a formação educacional e cultural da juventude que está dentro das escolas e das universidades.

Nesse sentido é que nós entendemos que é preciso que tanto o Congresso como o Governo Federal reajam imediatamente à situação que está colocada. Porque esse direito, que é um direito conquistado há tantos anos, está totalmente ameaçado hoje devido à ausência de uma regulamentação. O imbróglio jurídico, como eu disse, que foi causado pela MP com as atuais Leis Estaduais, esse processo de pulverização que estimula a falsificação. Para você ter uma idéia, em São Paulo são 30 mil cursos de inglês que podem emitir a identificação estudantil, são mais de 16 mil estabelecimentos. Então, isso acaba proporcionando a possibilidade de uma falsificação grande. Isso só no Estado de São Paulo. Então, além da MP falar em eventuais descontos e não garantir isso de certa forma, além da gente saber também que muitos empresários acabam utilizando-se do recurso de, por exemplo, ter que dobrar o preço da inteira para conseguir ceder a meia-entrada para todos, então o direito acaba ficando ameaçado. Então tem muita gente, não são todos os empresários, mas que dobram o preço da inteira e acabam cedendo a meia-entrada para todos os segmentos. Então, isso fica totalmente dissolvido nesses descontos que são cedidos.

Por isso que nós propomos, a UNE, a UBES e todas as Entidades, que a gente precisa de uma regulamentação do direito à meia-entrada. Uma regulamentação que garanta a meia-entrada de fato a todos os estudantes brasileiros, que impeça a falsificação, uniformizando o documento estudantil. Ninguém está dizendo aqui, muita gente pode falar: “Olha, a UNE e a UBES estão defendendo isso porque querem retomar o direito de só elas emitirem a carteira estudantil”, não é isso. Nós achamos que mais Entidades podem e devem emitir o documento que garante a meia-entrada, mas é preciso de alguma coisa que dê legitimidade a essas carteiras. Então, nós defendemos, por exemplo, uma espécie de um selo de qualidade que seria cedido por um Conselho formado por diversos representantes do setor para impedir que, por exemplo, empresas possam estar emitindo esse documento, como acontece hoje. Tem várias empresas que estão cedendo o documento que garante o direito à meia-entrada. Impedir que Entidades estudantis cartoriais que são montadas única e exclusivamente para o interesse mercantil, interesse comercial, sejam montadas como estão sendo montadas no Brasil inteiro. Então, nós temos inúmeras Entidades que são montadas, que são registradas em cartório, para ter o objetivo específico de emitir a car-



teira estudantil, de vender a carteira estudantil, para assim conseguir ter recurso.

Então é muito importante que haja um processo de controle de legitimidade de um selo de qualidade que poderia ser emitido por um Conselho formado por diversos representantes do setor. Terceiro, que sejam Entidades estruturadas, reconhecidas e legítimas de fato que possam emitir essa documentação. Então, são os DCEs, que são organizados nas universidades, são as UEES, que são Uniões Estaduais dos Estudantes, são as Uniões Estaduais dos Estudantes Secundaristas, é a UNE, é a UBES, que são as Entidades que têm história, que tem legitimidade e que tem uma função social importante na sociedade. Garantir uma fiscalização cada vez maior dos órgãos competentes. Então, dos PROCONs, de outras instituições, o próprio Ministério Público, de instituições que possam fiscalizar no sentido de impedir que esse processo de pulverização continue acontecendo e que impeça de fato o direito à meia-entrada. Porque é isso que está acontecendo, a pulverização vem impedindo o exercício de fato da meia-entrada e todo mundo fica se enganando. O estudante acha que tem o direito de uma meia-entrada, mas na verdade está pagando a inteira, porque o preço da inteira acabou dobrando o valor e todo mundo acaba pagando a meia-entrada.

Então é preciso de fato que a gente possa regulamentar isso para os preços, inclusive, caírem, os preços para o resto da população, e a meia-entrada ser exercida de fato. E estamos também discutindo, porque não, contrapartidas do Estado no sentido de garantir que os produtores culturais, os artistas, os músicos, possam ter também os seus direitos garantidos e possam de fato diminuir os preços dos shows, dos espetáculos teatrais, para que a população possa ter cada vez mais acesso aos bens culturais brasileiros.

Então, por isso que nós estamos discutindo hoje, encerrando em cima de uma Lei que eu acho que se aproxima mais da Lei que nós estamos querendo trabalhar, que é a Lei 5205/2005 que está na Câmara dos Deputados. Lógico que ela precisa de ajustes. Nós estamos tendo muita dificuldade na relatoria dessa Lei e era muito importante que o Senado, a Comissão de Educação do Senado, pudesse nos ajudar no sentido de: garantido esse entendimento entre as partes interessadas, nós pudéssemos avançar mais no Congresso Nacional para aprovar uma nova Lei que possa regulamentar esse direito.

E, eu acredito que além do esforço do Congresso Nacional, nós estamos também cobrando uma ação do Executivo, no sentido de entender que esse é um assunto que merece urgência, que merece resposta rápida e que o Governo Federal precisa, de certa for-

ma, acompanhar todo esse processo e intervir o quanto for necessário para garantir que a meia-entrada seja respeitada no país.

Eu, para encerrar de fato, eu penso que nós estamos no melhor momento para resolver essa questão. Existe um entendimento, nós estamos aqui lançando, já lançamos na Câmara, estamos entregando aqui no Senado também um grande manifesto do Fórum Brasileiro em defesa da cultura e do entretenimento, e que defende a regulamentação da meia-entrada, que reúne artistas, músicos, produtores culturais, associação que representa os exibidores de cinema, todas as áreas culturais envolvidas, além disso, os próprios estudantes, DCEs, UEEs. Então, eu acho que existe um grande consenso hoje que precisaria resultar numa ação do Congresso e do Executivo, para que a gente possa resolver essa questão e garantir de fato o direito à meia-entrada para os estudantes brasileiros. Muito obrigado pelo espaço aqui cedido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado Gustavo Petta, Presidente da UNE. Próximo orador inscrito será o Sr. Valmir Fernandes, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras da Multiplex – ABRAPLEX. V.S<sup>a</sup> tem a palavra por 15 minutos.

**SR. VALMIR FERNANDES** – Bom dia a todos. Só para perguntar se a parte técnica está *ok*, porque eu tenho um material para apresentar. Enquanto isso, eu vou começando enquanto vocês colocam no ar.

Bom, eu queria, antes de mais nada, agradecer a Comissão de Educação. Ela tem um papel determinante para o cinema, uma vez que tem aberto essa Casa para a discussão de temas extremamente relevantes, como foi o caso dos direitos autorais, como foi o caso da Lei do Audiovisual. Coisas absolutamente críticas para o setor de cinema e que a Comissão de Educação abriu as portas e nos recebeu muito bem. Eu acho que a gente iniciou discussões extremamente importantes nessa Casa. Eu acho que mais uma vez o convite para que nós possamos discutir a questão da meia-entrada, e fazendo isso nessa Casa, é algo importantíssimo. A gente tem certeza que daí a gente entra no caminho certo.

Antes de começar a minha apresentação, eu queria chamar a atenção para dois pontos que eu acho que são extremamente relevantes. O primeiro é que não é fácil você encontrar do mesmo lado e defendendo basicamente as mesmas coisas os estudantes e os empresários. Historicamente, eu diria que esses são lados antagônicos. Então quando você começa a ver que os estudantes, os empresários, eu gostei muito do depoimento do Gustavo, começam a falar, exata-

mente a pleitear a mesma coisa do Governo, é porque tem alguma coisa de muito errada acontecendo. Essa coisa de muito errada acontecendo é a Legislação ou a falta de Legislação relativa à meia-entrada, que faz com que estudantes não tenham seus benefícios e empresários tenham seus prejuízos.

Então, o quê está acontecendo? Não tem absolutamente ninguém satisfeito hoje com a situação que o país enfrenta relativa a meia-entrada. O segundo aspecto, que eu acho que a gente tem que chamar a atenção é que o seguinte: a impressão que nós temos, olhando isso, é que os vários Legisladores, porque como foi bem dito aqui, existem inúmeras Leis Estaduais e Municipais, os vários Legisladores no meu ponto de vista, tentaram dar um tiro e atingiu o empresário inescrupuloso. Minha leitura: “Bom, vamos defender os estudantes que não podem pagar eventualmente os preços, vamos dar um tiro no empresário inescrupuloso”. O problema ou o que aconteceu é que ele acabou, e eu vou tentar mostrar aqui um pouco, ele acabou atingindo o trabalhador brasileiro de baixa renda. Ele não acertou o tiro no empresário, acertou no trabalhador de baixa renda, que hoje não pode mais ir a esse tipo de espetáculo, por conta e risco do que acontece hoje com a meia-entrada.

Então, para abrir, e eu acho que já foi colocado aqui por outros empresários, mas eu queria deixar bem claro. A gente não trata da eliminação ou da destruição de um benefício obtido pelos estudantes, mas trata-se pura e simplesmente de uma questão de moralização. Esse país precisa de moralização em uma série de aspectos. O Senador estava me contando que ele está no Conselho de Ética, então é exatamente essa linha. A gente está num trabalho forte de moralização e o que a gente precisa é de moralização nessa questão da meia-entrada.

Eu vou, por sorte e para quem teve aqui e teve condição de assistir o depoimento da Fernanda Montenegro, eu vou trabalhar e desenvolver a minha apresentação muito no que ela disse. Ou seja, para o cinema, hoje, esse trabalhador tem pagado mais. O trabalhador do público de baixa renda tem pagado mais e isso tem feito com que o mercado brasileiro, e eu vou falar especificamente em cinema, eu vou deixar os meus colegas falar sobre as outras vertentes do entretenimento, ele vá menos ao cinema.

Então, alguns aspectos que a gente chama a atenção. A Lei da meia-entrada, por mais que ela já esteja enraizada e seja parte do dia a dia do brasileiro, em termos dos grandes mercados, ela só existe no Brasil. Então é uma conquista? É uma conquista, existe aqui. Você vai procurar a Lei da meia-entrada em outros países, em outros mercados grandes, você

não vê. “Ah, por isso nós temos que acabar”. Não. A gente tem que cuidar para uma conquista que foi atingida que ela seja preservada. De quê forma? A gente tem que olhar alguns exemplos, eu procurei usar aí o exemplo que a Fernando Montenegro deu, porque Porto Alegre até maio de 2006 não tinha meia-entrada. Então fica fácil comparar, se não fica aquele blá, blá, blá de empresário, *versus* eventualmente quem está do outro lado defendendo, vamos mostrar o quadro claro. E o que aconteceu é o seguinte: a meia-entrada, ela realmente se tornou um negócio de exploradores do setor organizado de entretenimento. Ou seja, tem um monte de sanguessuga se aproveitando do setor de entretenimento no Brasil.

E esses sanguessugas não estão dando esse benefício para ninguém, eles estão, de certa forma, mamando nas tetas do setor de entretenimento. Porque existem empresas faturando milhões de reais, a ordem de grandeza é exatamente essa, existem empresas faturando milhões de reais com a emissão de carteiras de estudantes, principalmente as falsificadas. Porque quem é estudante e com base nessa MP que o Gustavo deixou claro que existe, hoje o estudante não precisa de uma identificação estudantil definida, pode ser qualquer uma. Então, espera um pouquinho, se o estudante tem a sua carteira de estudante emitida pela escola e ela vale, por exemplo, no cinema, porque essas empresas estão faturando milhões acima de carteiras de estudante? Óbvio, elas estão dando carteira de estudante para quem não é estudante. E esse é o grande negócio que tem feito com que os cinemas, as casas de **show**, o teatro tenha uma condição cada vez pior.

Então a gente vê que os níveis de meia-entrada no mercado brasileiro saíram dos níveis de 30, 40% para em algumas ocasiões atingirem a mais de 85%. Isso se deve só a estudante? Não, eu estou falando todas as categorias de meia-entrada. Mas, com essa situação... Porque você chega no aposentado, ele tem um documento, ele tem algo que demonstre e que tenha fé pública, porque ele mostra a carteira de identidade dele, mostra a carteira de INSS, você tem isso.

Com relação à carteira de estudante não existe, não existe um documento de fé pública. Existe a carteira da UNE e da UBES que é uma carteira melhor do que as outras, tem uma série de preocupações em evitar a fraude, mas não é suficiente. Porque, infelizmente, tem uma série de outras organizações que estão inescrupulosamente tirando vantagem dessa situação. Então a gente chega numa situação que hoje a meia-entrada pode atingir 85% dos ingressos vendidos em algumas situações. Então, alvo do quê? Como eu disse, falsificação da carteira de estudante,

novas leis de concessão de meia-entrada, dando um exemplo até muito peculiar, a gente outro dia se deparou numa grande cidade que a pessoa que vai doar sangue ganha o direito da meia-entrada. O que tem a ver? Aí nós fomos pesquisar e a própria Organização Mundial da Saúde é contra você dar esse tipo de benefício, mas a Legislação Municipal e Estadual concede benefício de meia-entrada.

Então a gente precisa pegar e dar um basta nisso, porque tem algumas coisas que tem a razão de ser ou que são conquistas, mas a gente não pode continuar permitindo a proliferação, porque se não o eventual benefício que a gente der para o estudante, novamente vai cair num lugar comum. Por quê? Porque todo mundo quer fazer festinha com o dinheiro alheio. Então a gente tem que ter uma convicção de que tipo de benefício o poder público quer dar. Ele quer dar um benefício para o estudante, *ok*, ele quer dar um benefício para o aposentado, *ok*, só que tem que chegar uma hora, tem que parar por aí, senão chega um momento que todo mundo tem o benefício e obviamente as empresas não tem condição de sobreviver.

Aqui, então, é o exemplo de Porto Alegre e aí mostra um pouco aquilo que a Fernando Montenegro estava dizendo, que enquanto Porto Alegre não tinha a meia-entrada de estudante, e para mostrar o que é a realidade. O preço máximo que era pago naquele mercado era doze reais contra dezessete, no mínimo, em praças como Brasília, Rio de Janeiro e Distrito Federal, em complexos de mesma linha. Tem complexos em São Paulo e Rio que cobram dezoito, vinte reais. Então por que Porto Alegre pode viver com doze reais de preço máximo no ingresso, enquanto os outros têm que cobrar dezoito, vinte? Óbvio, porque todo mundo vive do chamado preço médio. Ou seja, o preço que é estampado numa bilheteria, num teatro, num show é um preço virtual. Paga aquele preço quem é honesto, quem não é estudante e é honesto. Aí paga esse preço.

Então a gente não pode ter uma situação de Legislação que vá de encontro e acabe prejudicando o trabalhador de baixa renda e a pessoa que é honesta, porque esse não falsificou a carteirinha. Então a diferença está aí. Você tem 42% de diferença entre o preço máximo, se eu considerar que é 20, então é acima disso, é acima de 50% de diferença no preço que você paga no cinema num sábado à noite, enquanto o preço médio dessas cidades, ele difere em 11%. Por que difere em 11%? Porque algumas coisas são mais caras nessas outras capitais comparando com Porto Alegre. Se eu descontar o fato que o custo de locação é mais caro em São Paulo, às vezes tem as partes trabalhistas também, energia por vezes, você então chega e fala:

“Olha, o preço em Porto Alegre médio é igual ao de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal”. Então o que acontece? Acontece que o trabalhador de baixa renda em Porto Alegre, quando ele vai ao cinema, o mais alto preço que ele paga é doze, quando ele vai a São Paulo, ele paga dezessete, dezoito, dezenove. Então, a gente precisa chamar a atenção para esse fato para que não fique no discurso. A verdade é, com uma meia-entrada moralizada o trabalhador e o público em geral vai pagar menos. E o estudante vai ter o direito a um benefício real, porque hoje isso não está acontecendo. Hoje todo mundo tem o tal do benefício do estudante. Então, o estudante está pagando mais caro por conta da desmoralização atual existente no mercado.

Aqui tem muita informação, eu vou tentar chamar a atenção para um ponto mais crítico. Esse é um estudo de preços em vários países que demonstra o seguinte: o trabalhador brasileiro de baixa renda que vive em São Paulo e não tem uma carteirinha de estudante, se ele vai ao cinema, ele pode estar pagando uma coisa como 7.6 dólares. Isso é nível de preço de Estados Unidos. Então, esse preço virtual que é estampado na bilheteria para compensar a proliferação absurda de meia-entrada, faz com que o trabalhador de baixa renda seja submetido a esse tipo de preço. O que acontece? Ele não vai ao cinema mais.

Então, hoje quando você faz uma enquete, e eu sugiro que vocês, Senadores, façam uma enquete com as pessoas de baixa renda que estão dentro do seu círculo de atuação, você vai perceber o seguinte, todos eles vão falar “cinema é caro”. Mas é caro porque ele está enxergando, ele está tendo que pagar o preço virtual, aquele que hoje o pessoal que vai ao cinema não paga. O estudante não paga, o aposentado não paga, as crianças não pagam e todo mundo que falsificou a carteirinha não paga. Então, a gente tem que retomar isso, porque se a gente pega um país, México, como exemplo; porque o México tem uma população de 100 milhões de habitantes e vende 200 milhões de ingressos de cinema. O Brasil tem uma população de quase 200 milhões de habitantes e vende 100 milhões de ingressos de cinema. Está o contrário. Então essa aberração acontece porque no México o preço máximo que é pago pelo trabalhador é R\$ 4,50. Então o que acontece? A gente precisa moralizar, porque se moralizar a gente vai ter condição de praticar o mesmo preço médio, só que o trabalhador não vai ser submetido a um preço virtual absurdo que faz com que o mercado brasileiro de cinema não consiga crescer.

Então, eu queria chamar a atenção que o outro malefício da desmoralização atual da meia-entrada é que ela emperra e impede o crescimento de um setor

vital para a cultura nacional. Então, a gente tem que pegar e chamar a atenção para isso, porque não é só a questão de quanto está se perdendo. Nós estamos deixando de crescer, nós estamos deixando de conseguir fazer com que o cinema tenha capilaridade. Hoje a gente continua com aquele número pífilo de que nem 10% das cidades brasileiros dispõem de sala de cinema. E por que acontece isso? É só por causa da desmoralização da meia-entrada? Não, não é, mas a situação da meia-entrada no país, eu diria, a desmoralização existente, hoje é o principal problema limitando o crescimento do cinema no país. Então a gente tem que acabar com a meia-entrada? Não, a gente tem que moralizar. A gente tem que chegar numa situação em que estudante que é estudante de primeiro, segundo, terceiro grau, tenha. Não é possível que a gente chegue a uma situação como está hoje. Chegar, nós chegamos, infelizmente, eu acho que não pode é permitir que nós continuemos com uma situação dessa.

Então, como o Gustavo falou, a situação é crítica, a situação é urgente. A gente depende de uma atuação forte e o que a gente [soa a campainha] oferece... Eu acho que tem mais um minuto, não é Senador? O que a gente oferece é toda essa possibilidade de ter toda uma classe artística, todas as salas de cinema, os estudantes unidos pedindo para que o Senado e a Câmara trabalhem no sentido de criar a Legislação Federal que moralize essa situação.

Então, aqui eu praticamente já cheguei a essa conclusão, mas só vou bater num ponto que eu acho que é crítico. O cinema brasileiro, o filme brasileiro que recebe do Estado Brasileiro incentivos da ordem de 200 milhões de reais por ano, esse filme brasileiro, essa produção nacional, ela precisa atingir exatamente esse trabalhador de classe média e classe média baixa. É exatamente esse trabalhador que está sendo aliado do cinema por conta da desmoralização que existe hoje na questão da meia-entrada.

Então a gente pede a urgente moralização e uma atitude que faça com que a gente reverta esse quadro. Está muito complicado ser empresário de entretenimento no Brasil. Eu queria que todo mundo se conscientizasse que essa situação que descontenta estudante faz com que os empresários do setor de entretenimento estejam tendo uma carga de trabalho e uma carga em relação à perda de receita que ela está chegando a ponto de não ser mais suportável e com isso ela impacta o crescimento e a abertura de novas salas no país. Era isso que eu tinha para apresentar, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Fernandes, Presidente da ABRAPLEX. Com a palavra agora o

Tesoureiro da UBES, União Brasileira de Estudantes Secundários. Ismael Cardoso.

**SR. ISMAEL CARDOSO** – Obrigado. Primeiramente bom dia a todos e a todas, cumprimentar o Senador Augusto Botelho e todos da Mesa.

Bom, eu acho que muitos dados foram dados aqui, ou seja, não precisa repetir, da importância dessa discussão. Mas eu acho que é preciso também fazer uma discussão mais profunda do reflexo que isso tem, ou seja, dessa desregulamentação na cultura brasileira. A gente distribuiu aí um manifesto que, só para dar um exemplo aqui, que no primeiro parágrafo está dito assim: “A cultura e o entretenimento são fundamentais para a formação de um povo e a sua identidade, que no caso do Brasil é rica e diversa. A música e sua infinidade de ritmos que aqui se formou, o cinema, o teatro e o futebol e as várias modalidades esportivas, são alguns exemplos dessa riqueza de culturas, que forma e é formada pelo povo brasileiro”. Bom, essa formação da cultura do povo brasileiro, ela só pode se dar e só pode se enriquecer cada vez mais quando o mesmo tem acesso à cultura. Quando o povo brasileiro e aqueles que mais têm necessidades, os estudantes e os jovens que estão na formação conseguem ter, de fato, acesso à cultura. E hoje o que a gente vê no Brasil, na verdade é um afastamento, um impedimento desses de terem acesso a essa cultura, essa cultura que é rica no Brasil.

É conhecida a contribuição que o movimento estudantil deu desde o seu nascimento para cultura brasileira. Ou seja, o CPC que nasceu, se não me falha a memória, lá na década de 30, na verdade, foi o teatro popular, o teatro de rua, junto com a UPES, a União Paulista de Estudantes Secundaristas, que na época o Francisco Milane era Presidente. E naquela época, ou seja, se lançou o teatro popular, o teatro de rua, num momento pela falta de incentivo. Ou seja, pela falta de verba naquela época, chegou a quase morrer. E eles montaram uma peça para terminar o teatro de rua, porque não tinha condições de manter o teatro, eles fizeram uma peça de despedida. Ou seja, terminou o teatro, vou fazer a última peça e adeus. Só que essa peça, ninguém imaginava que faria tanto sucesso. Eles fizeram a peça “Eles não usam *black tie*”, que depois virou filme e dali em diante, aquilo fez tanto sucesso, ou seja, o teatro de rua teve incentivo e nasceu o Centro Popular de Cultura, o CPC, que gerou tantos artistas e músicos importantes para a cultura brasileira. Então, ou seja, é sabida a contribuição do movimento estudantil para a cultura brasileira, para a formação dessa cultura.

Então, a discussão que a gente faz aqui, antes de uma discussão de regulamentação, é a discussão

do fim, ou seja, não do fim, claro que não, mas do fato do estudante não poder mais ter acesso a essa cultura, ter muita dificuldade a essa cultura. Então, essa discussão que nós temos que fazer aqui primeiro, antes de mais nada. E o chamamento à escola, ou seja, a cultura como o Gustavo falou aqui, eu não sei se é chamamento à escola, eu acho que a palavra é chamamento à educação, de quê forma? Eu gostaria até de dar um exemplo aqui. Eu lembro que na sétima série ou na oitava série o professor de história dava aula sobre a revolução industrial, aquela forma, o "fordismo", o "taylorismo", então é difícil de compreender na idade que eu tinha, de compreender o que era aquilo visualmente, como é que fazia aquilo. Então, o professor de história teve uma sacada genial. Ele levou a gente lá no CCBB no Rio e mostrou o filme para a gente chamado "Revolução Industrial" do Charles Chaplin, que demonstra esse processo de nascimento da revolução industrial. Então aquilo ali foi importante para mim e para todos que estavam lá, que não conseguiam compreender o que era aquilo, e conseguimos ter melhor aprendizado. Então o chamamento à educação é isso. Dar meia-entrada ao estudante é importante por isso, para que ele possa se formar melhor, para que ele possa aprender mais.

Bom, entrando nas Legislações, ou seja, aqui foi dito sobre as Legislações vigentes hoje. O fato da meia-entrada hoje está desregulamentada faz com que muitos desses estudantes, muitas ações dessas não possam acontecer mais. Porque o ingresso é muito caro, ou seja, a desregulamentação casou uma carência do ingresso e mesmo a meia-entrada é algo caro. Porque todos têm acesso a carteira de estudante. Hoje você pode imprimir isso facilmente, você pode fazer e imprimir um boleto, fazer no computador uma matrícula, alguma coisa e o cara apresenta na porta do cinema ou na porta do teatro e ele consegue ter acesso à meia-entrada, ou seja, e aqueles estudantes que querem ter acesso, que precisam ter acesso e que estão se formando, muitas vezes não conseguem, porque mesmo a meia-entrada, por conta dessa desregulamentação, se torna cara.

Então é isso, ou seja, a discussão aqui, ela passa por esse ângulo, precisamos aqui salvar a cultura brasileira. O teatro brasileiro hoje está passando por sérios problemas. O teatro, se a gente for ver hoje, você pega lá o público do teatro, existe uma porcentagem mínima de estudantes que tem acesso ao teatro. Principalmente os estudantes que tem mais acesso ao teatro são aqueles que fazem mesmo o curso ligado à área, curso de artes, curso de cinema, enfim, conseguem ter acesso. Agora, os estudantes que não têm acesso, mas precisam disso, o teatro é algo que forma muito,

nós acreditamos na importância do teatro, não conseguimos ter acesso. E mesmo os artistas do teatro, hoje, não conseguem fazer, montar suas peças. O Chantilly, a gente estava conversando ontem, ele estava dando o exemplo da Fernanda Montenegro, que ela não faz teatro há cinco anos. Há cinco anos, por esse motivo ela não consegue custear por conta disso, da desregulamentação, a peça teatral. Então nós precisamos fazer essa discussão.

E as legislações causaram o quê? Primeiro, em 2001 quando foi lançada a MP 2208, não se lançou uma Lei de meia-entrada, e sim uma MP que dizia que para eventuais descontos e não meia-entrada, eventuais descontos, o estudante poderia apresentar qualquer forma de identificação que ele teria acesso a eventuais descontos. Ou seja, qualquer estudante, qualquer agremiação estudantil, qualquer Entidade. Isso abriu margem para sérios problemas: o problema econômico para o teatro e para o cinema e para a música. Mas o problema também o nascimento de Entidades que nunca tiveram compromisso com a luta do movimento estudantil, nunca lutaram pela reforma universitária, nunca lutaram pelo FUNDEB, nunca lutaram na ditadura militar na democratização do país, ou seja, abriu margem para nascer Entidades que simplesmente existem para emitir carteira e ganhar dinheiro com isso, simplesmente para isso.

Nós temos vários exemplos no Brasil inteiro que existem essas Entidades. Nós temos alguns dados, Senador, que hoje, parece incrível, mas que hoje, inclusive algumas matérias de jornais disseram isso, que o número de carteiras emitidas no ensino superior, por exemplo, ele é maior do que o número total de matrícula existente em todas as universidades brasileiras. Então é um dado concreto dessa desregulamentação e desse aproveitamento de pessoas más intencionadas que não tem compromisso com o movimento estudantil, que não tem compromisso com a cultura brasileira em emitir essas carteiras.

Eu vou dar um exemplo aqui, eu estou aqui, mais uma que nasceu, eu vou dar esse exemplo aqui, ou seja, o cúmulo do absurdo. Nasceu no mês passado uma carteira emitida por uma cervejaria. É uma carteira emitida por uma cervejaria e uma rádio, eu vou entregar aqui para o Senador. Ou seja, a lógica do nascimento da meia-entrada ela acaba aí, ou seja, uma cervejaria emitindo carteira. Primeiro, eu incentivo ao consumo alcoólico para o estudante, que é um sério problema e está aí no panfleto, desconto em eventos, em bares, se eu não me engano, tem até desconto na cerveja mesmo, adquirir a cerveja.

Então veja, a prova do absurdo do que são hoje as legislações da meia-entrada. Ou seja, o estudante

compra uma carteira de cervejaria para ter o acesso à meia-entrada. E essa carteira incentiva o estudante ao consumo do álcool, é um absurdo isso. Então, é nesse nível que se encontra o problema da meia-entrada.

Então, para finalizar mesmo, eu acho que é importante a gente ressaltar esse momento. Nunca, nessa história da discussão da meia-entrada, da cultura como um todo, um movimento estudantil esteve em unidade com os artistas, nunca. Primeiro, porque os estudantes, há um tempo atrás, achavam que os artistas e os produtores eram os malandrinhos que não queriam dar a meia-entrada, e os artistas achavam que os estudantes eram aqueles que queriam obrigar os artistas a pagar o show deles sozinhos, não ter lucro nenhum. Ou seja, por falta de discussão mesmo e a gente foi percebendo que na verdade é o contrário, que é importante essa unidade para salvar a cultura brasileira, ou seja, isso que foi falado aí, o teatro e a música, o Valmir falou, o nascimento e o crescimento da cultura. A gente está até vivendo um momento um pouco melhor do cinema, já vivemos momentos piores. A tendência é ser sempre pior pela falta de recurso. Então, é um momento histórico. Nós nunca na história do movimento estudantil, que eu me lembre, no movimento cultural desde que existem as Entidades, nós tivemos imunidade para discutir a Lei de meia-entrada, para discutir o acesso à cultura e para discutir essa expansão da cultura brasileira.

Então, Senador, eu queria mesmo aqui fazer um apelo a todos os presentes, nós tivemos uma audiência na Câmara, estamos tendo agora uma audiência aqui no Senado, vamos conversar com o Executivo e a gente queria que os Senadores e as Senadoras vissem isso com carinho. Porque aqui não é uma discussão de quem ganha mais e quem ganha menos, é uma discussão que a cultura brasileira ela está sofrendo com isso. A cultura brasileira ela tende a diminuir e a se elitizar cada vez mais e esse é o grande problema. Então aquela frase do manifesto, que a cultura forma e é formada pelo povo brasileiro ela vai sumindo. E essa cultura cada vez mais não vai se formando e o pouco que vai existindo vai ser cada vez mais elitizado e os estudantes de baixa renda e o povo de baixa renda não terá mais acesso à cultura. Bom, é isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Ismael Cardoso, Tesoureiro da UBES. Com a palavra agora o Sr. Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresários Artísticos, ABEARTE.

**SR. RICARDO CHANTILLY** – Boa tarde a todos os presentes. Também só um adendo ao que o Ismael falou, é engraçado que a SKOL, na carteirinha da SKOL, da cervejaria com a RÁDIO MIX, ela dá 50%

dos shows, dos espetáculos, do teatro, do cinema, do circo, dos jogos, mas ela não dá 50% na cerveja, ela dá um desconto na cerveja. Então isso é um absurdo total. Bom, eu vou passar aqui rapidamente por alguns pontos que eu acho importante. Nós temos a intervenção do Estado corretamente quando a gente fala do desconto ao taxista. Quando o Governo quis promover a renovação das frotas dos taxistas, ele cede um desconto de 30% aproximadamente, não estou muito certo, 30% ao taxista na compra de um carro novo.

E a pergunta que eu faço é a seguinte, quanto que a VOLKSWAGEN, A FORD, a GM, a FIAT, quanto ela dá de desconto ao taxista? Ela dá zero, a montadora dá 0%, quem dá o desconto é o Governo tirando o IPI e outros impostos como ICM, o ISS e outros descontos que eu não sei, mas o desconto basicamente é do Governo, não é da iniciativa privada. Nós tivemos várias discussões, até na gratuidade do transporte coletivo, onde no caso do Rio de Janeiro, da minha cidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio, ele determinou que a Lei da gratuidade do transporte público para os estudantes uniformizados e para os idosos, ela teria que ser informada a fonte de custeio. Ela foi suspensa por um tempo até que o Governo do Estado fez um acordo com a FETRAPOR.

E nós temos aí outras leis equivocadas, uma delas no próprio Rio de Janeiro, que foi a Lei da farmácia, a lei para o desconto para os remédios, onde a nossa Governadora tentou conceder um desconto de 30% para os idosos e isso foi dado como inconstitucional, por quê? Porque não informava a fonte de custeio e na decisão dos Desembargadores, eles determinaram o seguinte: como a farmácia vai arcar com esse custo? A farmácia, os distribuidores, eles não eram responsáveis pela saúde pública. E também, agora essa semana, a gente teve uma decisão do Tribunal de Justiça, onde os idosos tinham gratuidade nos estacionamento. A decisão foi a mesma, a iniciativa privada não é obrigada a custear essa gratuidade e também está suspensa a gratuidade para os idosos nos estacionamento.

Eu aqui vou mostrar um custo de quanto a gente está pagando num show, para a gente ter uma idéia. Eu peguei uma casa de espetáculo com capacidade de mil lugares, isso aqui é um exemplo básico. Imagine que o preço para esse show, para essa peça de teatro, o preço real fosse quarenta reais. Se nós temos mil pessoas, a capacidade total máxima de ingressos a serem vendidos seriam mil lugares. Se tudo fosse vendido, aqui eu estou dizendo no melhor dos mundos, se tudo fosse vendido, quarenta mil reais. Com quarenta mil reais ia pagar o som, a luz, os atores, os técnicos, os impostos que são altíssimos, a mídia, o hotel, a companhia aérea e etc. Com quarenta mil reais pagaria e

teria o seu lucro. Como é hoje sem a regulamentação e com uma previsão que a média hoje ela vai de 60 a 80% dos ingressos vendidos, são para meia-entrada, tanto para estudante, quanto para idosos? Então nós temos, uma previsão de 800 pessoas pagantes pagando meia e duzentos pagantes apenas, se a gente conseguir isso, porque cada dia duzentos não aparecem mais, só aparecem os 800, pagando inteira.

Para você chegar, aqui está aproximado, lógico, quarenta mil e oitocentos não é igual a quarenta mil, mas é muito aproximado, para ficar um número redondo, para a gente chegar ao mesmo faturamento, ou seja, de quarenta mil reais, o ingresso pulou 70%. Ou seja, o ingresso original custaria quarenta reais, a inteira agora está custando sessenta e oito, e o estudante que supostamente estaria pagando a meia, está pagando trinta e quatro. Ou seja, praticamente não há redução nenhuma para o estudante. Então, o que eu digo: hoje, no Brasil, estudante paga inteira, o cidadão comum, o honesto que não falsifica uma carteira e que não é idoso paga dobrado e o produtor cultural e os artistas estão quebrando. Então nós temos um aumento aqui de 70% do preço real do ingresso. Com uma proposta de 30%, isso a gente não está discutindo aqui a contrapartida do Governo, vamos limitar em 30% isso, vamos dizer, uma medida paliativa para estancar esse problema que a gente tem agora. Vamos limitar em 30% da capacidade, então nós teríamos, no máximo, 300 pagantes nesses mil, pagando meia-entrada e 700 pagando inteira. Olha a redução, o preço do ingresso para o estudante cai para vinte e quatro reais e o preço do cidadão comum vai para quarenta e oito. Ou seja, nós temos uma redução imediata, sem contar a contrapartida do Governo. O paciente está morrendo, vamos dar um remédio para ele voltar a respirar, e aí ele volta a respirar e aí a gente vai conversar em contrapartida, em redução de ISS, em inclusão de simples da produção cultural, etc. e etc. Se a gente fizer uma medida, nós já reduzimos amanhã 30% do preço dos ingressos praticados no Brasil, ou seja, todo mundo vai sair ganhando.

Temos ainda para comentar rapidamente, a guerra jurídica. Nós temos um parecer do Deputado Inaldo Leitão, ele é Relator desse Projeto na Comissão de Justiça da Câmara, Constituição e Justiça, e vários outros apensados a esse Projeto de Lei e outros. O parecer dele é justamente esse. Esse Projeto que está aqui vou abrir só para ser mais rápido, esse Projeto de Lei e outros todos que foram apensados, todos eles ele deu a inconstitucionalidade dos projetos. Por quê? Porque não informa a fonte de custeio. E a gente tem também uma decisão do Tribunal de Justiça, lá no Rio de Janeiro, sobre menor de 21 anos, onde ele diz a

mesma coisa: não existe almoço gratuito, alguém tem que pagar isso e quem tem que pagar isso não é a iniciativa privada.

Para finalizar, nossa proposta, um reconhecimento. A gente reconhece que a meia-entrada é um mecanismo de acesso à cultura e entretenimento por parte dos estudantes e idosos, desde que regulamentada. Encaminhamento, a gente está pedindo, até o Júlio já conversou comigo, um Projeto de Lei no Senado em caráter de urgência tendo como base a PL 5205 ou base a nossa discussão aqui, considerando que no caso do 5205 lá do Eduardo Paes, ele contemplava as reivindicações dos artistas e dos estudantes, ou seja, o Deputado Eduardo Paes, ele é candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela legislação aqui a Câmara vai arquivar esse Projeto de Lei. Então, nós precisávamos que o Senado lançasse um Projeto de Lei que entendesse aos estudantes e aos artistas.

E a contrapartida, cobradas as devidas instâncias governamentais, a contrapartida referente à perda de receita causada pelo benefício da meia-entrada, aos agentes promotores da cultura e do entretenimento, pois, como qualquer outra atividade da economia, necessita e tem o direito a contrapartida do Estado, de acordo com a Constituição. Ou seja, aqui a gente passa de falar de meia-entrada e falar de sobrevivência. O teatro no Brasil está morrendo. Os shows, mas aí você fala: "Os shows estão sempre lotados". Sim, a banda que está no momento, ela lota, mas o artista popular, ele não consegue fazer turnê, ele não consegue fazer show. Então, isso é uma coisa que a gente tem que pensar.

Quando a gente pensa em música, os grandes shows, eu vou falar um nome aqui que também participou, a Ivete Sangalo. O momento da Ivete Sangalo é maravilhoso, mas daqui a três anos, daqui a quatro anos, espero que isso nunca aconteça com ela, mas ela pode estar em baixa e ela não vai conseguir viabilizar o evento dela e os fãs não vão conseguir ver o show. A cota, a gente lança essa idéia de uma cota de 30% como limite para que se possa fazer planilha realistas, inclusive para o cálculo do subsídio. 30% pode ser discutido em 20, 40, 100, 200, não sei. A gente tem que discutir. 30% é o que acontece na cidade de São Paulo, no Município de São Paulo, e às vezes a gente consegue acertar a mão. E o controle, a validação apenas das carteiras emitidas pelas Entidades estruturadas e reconhecidas nacionalmente, mediante a apresentação de documentos que comprovem a situação legal e legítima. E a criação de um fórum formado por representantes das Entidades representativas dos estudantes e do fazer cultural e de entretenimento no país, para gerenciamento e mecanismo. Isso é impor-

tantíssimo, porque a gente tem que realmente moralizar as carteiras. Quando a gente consegue esse diálogo com a UNE e com a UBES, e até num primeiro momento algumas outras Entidades vão falar “a UNE e a UBES se venderam aos artistas, aos empresários”, não. É porque nós estamos falando de números, nós estamos falando de fatos, nós não estamos falando de “ah, eu quero me dar bem, eu quero ganhar mais”, não é nada disso. A gente quer ter o preço justo para todo mundo. É só isso que eu queria falar e abrir a discussão para todo mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da ABEARTE, Associação Brasileira de Empresários Artísticos. Bom, normalmente a palavra agora ficaria franqueada para os Senadores que quisessem fazer pergunta. O Senador Roberto Cavalcanti quer fazer uma pergunta. Vou dar prioridade ao Senador Tuma que é o mais antigo.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Mas antigüidade em tempo de serviço. Mas eu peço desculpas por não ter acompanhado a Audiência hoje na sua totalidade, apenas o final... Hoje está uma loucura aqui, inclusive a CPMI e também o Conselho de Ética que é o que nos prende mais em razão do próprio interesse da sociedade em ver os membros participando dessa atividade. E vem a discussão, uma coisa tão importante que é para a cultura brasileira, discussão sobre a freqüência que se deve oferecer ao cidadão menos favorecido.

Então, quando se fala em meia-entrada, aqui a gente discutiu muito benefício de passagem gratuita para o idoso, de repente ônibus sem pagar. Há uma reação natural, dos empresários, porque o prejuízo é claro, então o Governo que pague. Então fica uma dúvida se isto... Eu estava conversando com o nosso Senador sobre o financiamento direto sobre o ingresso. Agora, sobre as atividades culturais tem os financiadores. Nós temos que aumentar os benefícios daqueles que ofereçam possibilidade da criação de eventos culturais. Alguns estados, São Paulo, por exemplo, o Prefeito fez um dia inteiro de recuperação da cultura através de vários eventos em vários bairros da cidade de São Paulo, durante 24 horas, com sucesso absoluto e gratuito. A Prefeitura custeou essa presença, provavelmente pode ter tido a colaboração de alguma empresa. No cinema está conseguindo isto, que os projetos que são discutidos no Ministério da Cultura e uns recebem ou não, dependendo do que for analisado.

Eu acho que está havendo uma evolução de assistência à área da cultura. Nós temos que, realmente, ter aqui um apoio, buscar projetos que colaborem com a área de cultura brasileira, porque nós falamos mui-

to sobre o problema de educação. Discute-se muito, haja vista o nosso colega, o Cristovam Buarque, pegou como mote de campanha a educação, e sabemos que o teatro é um aspecto importante para a cultura. Se a gente vir historicamente, século XV, século XVI, e passarmos a vista sobre o que se passou, como os países evoluíram na cultura através do teatro. Aqueles que percorriam em carroças e faziam o teatro em lugares inacessíveis para a sociedade saber que tem alguma coisa diferente do mundo.

Então, eu não vou dar o palpite sobre a meia-entrada que o senhor fez ali a explicação econômica clara da discussão. Mas vamos tentar encontrar um caminho. Eu acho que há oportunidade em se encontrar caminhos, por quê? Porque é uma necessidade nacional. Nós não podemos deixar de pegar essa oportunidade de evoluirmos para que a cultura chegue à população mais carente. Por que o estudante? Porque o estudante faz o seu grupo de teatro também, algumas empresas têm feito grupos de teatro e clubes esportivos hoje tem, uma grande maioria dos clubes esportivos tem o seu grupo de teatro. Mas tem uma população muito carente que vive nas periferias e não tem acesso ao teatro, não tem dinheiro para pegar uma condução, como é que vai pagar uma entrada.

Então, os grandes produtores podem levar isto, desde que eles tenham meios de sobrevivência, não é ter lucro, é meios de sobrevivência. Então, a gente tem que ter a oportunidade de legislar para se buscar realmente qualidade e melhorar a cultura. Quando o senhor fala que a criança brasileira não sabe interpretar um texto quando faz a leitura, não sabe interpretar o texto e o teatro interpreta o texto [soa a campainha]. Desculpa, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Disparou automaticamente, Senador. Desculpa.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu sei que eu estou abusando aqui, mas é uma coisa que me entusiasma muito. Saber que se tira história das literaturas que estão escritas a centenas de anos e o artista, o ator, ele apresenta isto à sociedade, a interpretação clara dos textos literários, isso é feito através do teatro.

Então, eu acho que isso é importante, nós temos visto aí que a televisão conseguiu através de propagandas que ela tem, as novelas. As novelas têm uma diferença do teatro, o teatro é uma realidade mais forte. Por quê? Porque sente a presença física daquele que está trazendo a cultura ao seu conhecimento. Então, ela fala mais ao coração, claro que a gente tem sensibilidade sobre o que as novelas... Não estou criticando as novelas não, porque eu sou novelista. A única



oportunidade que a gente tem de ter uma distração é poder ver uma novela. Mas quando se vai ao teatro, você participa ativamente do que está o espetáculo no palco, porque você ouve, você ri, você participa com o artista de tudo aquilo que realmente ocorre. Então nós não podemos cercear pelo valor do ingresso. Não se pode dobrar o preço, porque na medida em que o senhor para dobrar o preço, para dar o benefício da meia-entrada, provavelmente está cerceando outros que tenham a oportunidade de ir ao teatro.

Então eu queria cumprimentar os senhores, a gente tem que ler as notas taquigráficas para ver e se buscar, através da Comissão, uma Legislação que seja apropriada, conveniente e que estimule esse tipo de atividade para o bem da nossa sociedade. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu vou passar a palavra para o Senador Roberto Cavalcanti e depois o senhor vai responder ao Senador Tuma também. Ele vai responder ao senhor, o Valmir Fernandes, Senador.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)** – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Presidência dos trabalhos, Senador Augusto Botelho, todos os palestrantes aí, que foram enriquecedores os dados, muitas coisas que eu desconhecia e eu venho... Inicialmente, fazer uma afirmativa no sentido de que acho que há um consenso no tocante à regulamentação. Não há dúvida de que nós todos somos unânimes em entender a necessidade da regulamentação.

Um fato que eu gostaria que fosse visto é o problema de nós compararmos com os outros países. Foi citado aí que nos 40 países pesquisados não existia uma Lei que regulamentasse efetivamente, mas existe na prática um procedimento. Você vai ao mercado americano e se verifica que a Lei do mercado, a Lei da oferta e da procura, a liberdade do mercado americano, o americano cultua muito esse estilo de atuação de mercado. Então você vai a um teatro e se você comprar no hotel, o ingresso é um preço, se você for em um outro centro de venda de ingresso, é um outro preço, menor. Mas se você for na hora na porta do teatro, você compra com menos de 30% do valor e ainda tem as opções, como todos, de localização, se você quer na orquestra, se você quer lá atrás. Então, há uma flexibilidade que inexistente nessa prática no Brasil.

Eu cito o caso da VARIG, por exemplo. A VARIG foi uma empresa que viveu às custas de subsídios, era uma semi-estatal e deu no que deu. Hoje as empresas modernas da aviação no mundo são empresas que estão voltadas para também a Lei do mercado. O ingresso de um vôo Brasília-Nordeste, por exemplo,

pode custar um preço que significa 20, 30, 10%, dependendo do dia que se compra, do momento que se compra. Isso no mercado americano também. Se você vai tomar um avião e o avião não foi preenchido todos os locais, na hora do embarque aquela tarifa é praticada. Então, acredito que também tenha que nessa análise nossa desse projeto se pensar um pouco em se modernizar a atuação das casas de cinema. Não pode ter o ingresso fixo, 20 reais, 40 reais, o preço médio é X, porque a média entre os estudantes e os não estudantes, os beneficiados com incentivos, com a carteirinha verdadeira ou falsa é merecedora do valor X ou Y. Eu acho que o mercado brasileiro precisa evoluir um pouco nesse sentido, não esquecendo e dando toda a prioridade ao histórico e aos ganhos dos estudantes ou de outras classes que são supostamente beneficiadas com essa carteira.

Feita essa “explanãozinha” nossa, eu gostaria de fazer assim basicamente duas perguntas. Uma, como é que encarado, principalmente pela iniciativa privada e pelos artistas, essa parte dessa não regulamentação nos outros países? Por que será que só o Brasil é o país que exige uma regulamentação? Partindo da premissa que eu sou favorável da regulamentação. E se existe alguma estimativa do percentual das supostas carteiras entre as verdadeiras e as falsas? Pela experiência de mercado que vocês têm, vamos dizer, existem não sei quantos cursos de inglês que dão essa carteirinha sem passar... O lado da regulamentação, a normatização da emissão da carteira, como foi muito bem exposta aí pelo Gustavo, se existe uma estimativa [soa a campainha] de quanto cairia. Porque foi apresentado um gráfico no qual havendo uma queda, uma redução simples de 30% do valor da melhoria da qualidade dessa carteira, o quê isso implicaria? Essa seria a minha pergunta básica e no tocante se existe uma estimativa de só regulamentando e evitando a fraude, supostas fraudes na emissão dessa carteira, como o mercado se comportaria?

E particularmente, eu tenho muitas dúvidas sobre o subsídio. Não é uma posição definitiva, mas eu não gosto de trabalhar com subsídio. Eu prefiro que as Leis de mercado atuem de uma forma mais livre, mais de mercado. Porque acho que se existe hoje fraude com carteirinha, mais fraude vai haver com o subsídio em função de se buscar do Governo algum valor que talvez supostamente não se mereça. Era isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, V.Ex<sup>a</sup> como empresário bem sucedido, está mostrando que, outros caminhos nós podemos abrir em relação ao cinema.

Eu entendi bem que o Valmir gostaria responder ao Senador Tuma e talvez o Ricardo Chantilly ao Senador Roberto. Com a palavra o Valmir Fernandes para responder o Senador Tuma.

**SR. VALMIR FERNANDES** – Na verdade não é bem uma resposta, porque o Senador fez mais um comentário, eu só vou comentar em cima um pouco do que Senador colocou.

E o Senador colocou muito bem, eu acho que quando se fala em cinema, o Governo, ele investe na produção de cinema nacional e investe um recurso bastante significativo. Se não houvesse o Governo por trás da produção nacional de cinema, eu chegaria a dizer que ela quase seria inexistente. Então o fato do Estado investir no setor é muito importante e a gente defende que esse investimento da forma como ele está sendo conduzido, que ele seja mantido. O ponto todo é que, o que a gente chama a atenção é que tem duas coisas muito distintas. Uma coisa é: nós continuarmos recebendo no que diz respeito à produção de cinema esses incentivos. O outro lado é que, se nós não resolvermos esse imbróglio jurídico e legislativo da meia-entrada, a gente não consegue fazer com que existam salas de cinema para passar o filme. Porque quem está no caso do cinema... Eu não estou falando, depois os meus colegas vão falar sobre questão de teatro e shows, mas na questão do cinema, o que está acontecendo é o seguinte: você tem o filme, entre aspas, subsidiado, ou incentivado pelo Governo, ótimo, só que esse filme, daqui um pouco, se continuar essa situação, você passa a não ter salas ou então esse filme passa a não ter condição de ser visto em várias cidades do Brasil, por conta que não tem a condição econômica financeira razoável para se fazer a sala ou se ter retorno.

Então eu acho que esse é um aspecto, eu só queria esclarecer, porque eu acho que tem uma atuação muito significativa do Estado no que diz respeito a cinema, mas, do outro lado, a parte de construção e desenvolvimento de infra-estrutura de salas, essa parte é uma atividade puramente privada. Então a gente precisa resolver esse nó para tentar fazer com que a coisa cresça.

E só para elucidar, até porque o Senador também colocou um aspecto relativo à questão de preço, e preço no mercado americano, uma das coisas que impedem que hoje seja feita no Brasil uma política de preço mais flexível, alguma flexibilidade já existe, mas o problema hoje em se formar preço, meus colegas já afirmaram isso, o problema hoje é que você faz o preço para um determinado filme, você não sabe se vão aparecer 50% de pessoas com carteirinha, ou se vão aparecer 100. Então você tem uma incerteza muito

grande. Para piorar, a minha empresa faz um dia por ano, um dia dedicado ao cinema nacional, nós cobramos dois reais nesse dia. Quando eu cobro dois reais para fazer um evento e 2 reais é um preço que a grande maioria das pessoas pode pagar, quando eu cobro dois reais, a gente chega na seguinte situação: o estudante bate na porta e fala “eu quero pagar um”. É uma situação que faz com que a capacidade de flexibilizar em preço, ela praticamente está atrelada a essa falta de regulamentação.

Eu acredito, fortemente, Senador, que quando resolvido esse problema com relação à talvez estabelecer uma cota ou moralizar de uma outra forma, pelo menos os cinemas, não posso falar em relação às outras atividades, pelo menos os cinemas passam a ter muito mais flexibilidade, porque eles passam a saber o número de pessoas que podem efetivamente contar com o benefício, conseqüentemente você pode ter flexibilidade em desconto para todo o resto e fazer o que a gente quer, encher as casas. Esse é o ponto mais importante. A gente quer ter mais público no final e é aí que realmente o preço abaixa. Era isso, obrigado.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Pois não, Senador.

**SENADOR ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Desculpa, eu acho o seguinte: fala-se em falsificação de carteira, pelo menos é o que eu entendi aqui, é crime. Então, há necessidade de se regulamentar, até para evitar que o crime seja continuado. E a responsabilidade é de quem obtém a carteira fraudulentamente e de quem expede também. Então essa regulamentação ela tem uma importância no Código Penal, já não foge ao aspecto econômico e cultural. Porque é uma má cultura você usar o documento falso para entrar no teatro, ou no cinema ou em qualquer lugar. Então eu acho que essa regulamentação, ela tem que ser efetivamente feita independente daquilo que se busca de melhorar o teatro, a frequência e tudo isso. É claro que pode ter um mecanismo, os dias que pode ter meia-entrada, oferecer teatro popular na sexta-feira, na quinta ou na quarta, na terça. Então isto é um mecanismo natural da economia de mercado. Agora, a falsificação é crime. Não dá para se discutir se prejudica ou não. Ela prejudica a cultura de quem a usa. Porque ninguém pode usar um documento falso e achar que está com a consciência tranquila, que está vendo um espetáculo. Então eu acho que essa premissa que a gente tem, tem que analisar prioritariamente aqui. Como inibir a falsificação documental de qualquer origem? Então

é isso que a gente tem discutir, melhorar e meter no Código Penal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Tuma.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Pedindo permissão ao Presidente. Só ilustrando a abordagem brilhante do Senador Romeu Tuma no sentido de que foi dito que o empresário precisa saber, ter um universo de quantos por cento ele vai ter de estudantes ou de portadores de carteira merecedora do benefício e quanto vai ter do preço normal. [Soa a campainha] Isso vai depender também do tipo de espetáculo. Na verdade, se colocar uma lanchonete vai vender mais sanduíche junto a uma escola do que vai vender junto a um abrigo de velhos. Mas eu reforço o argumento do Senador Romeu Tuma de que se há um consenso da regulamentação da atividade como um todo. Eu acho que é consenso. E se está identificando que existe uma fraude na emissão das carteiras, o passo fundamental é na verdade regulamentar a emissão das carteiras. Partindo da regulamentação das carteiras, o problema da Lei de mercado vai reger todo o resto.

O subsídio é um problema... Como vai ocorrer... O mundo, se você for ao mundo lá fora, o cinema americano, o teatro americano – eu estou citando o americano como qualquer outro lugar do mundo – é a Lei do mercado. Se está vazio, está um cara com a bandeirinha na porta, vendo ingresso por tanto. No Brasil, isso não existe. Então eu acho que o caminho passaria por duas estradas, uma é a estrada da regulamentação e [soa a campainha] da estruturação da emissão da carteira, e outra é da própria Lei; sabendo-se que no Brasil existe todas as leis de benefícios, *Rouanet*, para dar ao artista, à produção artística, os incentivos da produção artística.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

**SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA:** Senador, um comentário. Eu acho importantíssimo esse comentário que nos permite abrir alguns aspectos. Justamente a forma desordenada em se que encontram hoje as leis Regionais, nos impedem de fazer exatamente o que o senhor está falando que é a política de preço. Porque eu não consigo estabelecer uma política de preço se eu não posso pressupor qual o percentual que eu vou ter de uma modalidade e de outra modalidade. Então, a partir dos entendimentos que nós estamos tendo com os grupos das Entidades estudantis, nós elaboramos alguns caminhos. O primeiro deles que resolveria essa questão, é a questão da cota. Se a gente conseguisse estabelecer uma cota, significa o seguinte: não quer

dizer com isso que seria o máximo de 30% que é o que está sendo colocado, seria o mínimo de 30%. Se eu quiser estabelecer como política de preço que na quarta-feira a meia-entrada é ilimitada, eu vou estabelecer isso como uma política de preço. Na maneira como está hoje, eu tenho que fazer isso compulsoriamente. Se chegar lá, 100% dos meus pagadores chegarem lá dentro da modalidade da meia-entrada, eu tenho que acatar. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que é a questão da moralização do documento, que é igualmente importante, que envolve até aspecto criminal como o Senador lembrou aqui, para isso nós estamos propondo a formação de uma Comissão Paritária integrada por artistas, estudantes e outras Entidades da sociedade civil organizada, que vão legitimar a emissão dessa carteira. Então, não haveria mais as centenas de carteiras que existem. As Entidades continuam emitindo as carteiras, mas através de um selo de autenticação que seria fornecido pelo Conselho. Então eu acho que aí conseguiríamos fechar as duas coisas.

O que nós temos que deixar claro é que você não pode amarrar uma ponta sem amarrar a outra. A questão do subsídio, eu acho que merece também um estudo mais detalhado no aspecto do seguinte: existe hoje uma subvenção chamada Lei Federal de Incentivo a Cultura, as Leis Estaduais e Municipais de incentivo a cultura, só que não existe uma vinculação dessas leis à questão da meia-entrada. Então esse é um aspecto que pode e deve ser estudado.

Eu acho legítimo se um espetáculo tem um subsídio de um dinheiro público, que ele tenha um tratamento diferente de um outro espetáculo que venha por iniciativa privada. A gente tem que lembrar de outra coisa também, gente, da vastidão desse país que é continental e das produções e produções que nós temos. Nós não podemos comparar a produção estável de uma Ivete Sangalo, como foi definido aqui, e da pessoa que está iniciando um grupo de teatro lá em Belém do Pará que mal e mal consegue pagar o local de ensaio dele. E que as Leis são iguais para as duas coisas. Então, esse tipo de coisa é que nós temos tido a lucidez de estudar junto as Entidades estudantis para apontar os caminhos. Eu acho fundamental se o Senado puder entrar conosco nessa discussão, porque eu acho que o Senado seria talvez o grande caminho para agilizar esse processo.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Senador mais uma vez me permita, eu concordo plenamente desde que o subsídio não seja no ingresso. O subsídio sendo ao artista tudo bem, agora via ingresso é que eu acho que há uma possibilidade de

fraude, uma possibilidade de problemas, e foge a Lei do mercado.

Eu acho que o Brasil deva se modernizar em tudo, na política está se modernizando, na sua Legislação, e deva se modernizar no sentido de obedecer às leis do mercado. Se nós não formos em direção às leis do mercado... Faz o show, vai ter mais estudante no show de jovem, música jovem, e vai ter menos estudante... Então o empresário vai ter que adequar o seu show ao mercado. Sem isso, nós vamos estar na contra mão da modernidade do mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RO) – Com a palavra o Senador... O Sr. Ricardo Chantilly.

**SR. RICARDO CHANTILLY** – Ainda não. [Risos] Bom, Senador, só respondendo também, é uma comparação. Eu também sou contra qualquer tipo de subsídio, mas eu também sou muito contra que qualquer instância governamental mande no meu salário, certo, no meu ganho. O senhor é um empresário, não sei de que área, mas vamos imaginar que o senhor venda camiseta – é um exemplo até do Lúcio – o senhor venda camiseta. O senhor comprou 100 camisetas a cinco reais para o senhor vender na sua loja. Num dia, a partir de agora, a Lei da meia-entrada vira também a Lei da meia camiseta e a partir de amanhã todo o estudante que chegar na sua loja vai comprar a camiseta a 50%. O senhor comprou a cinco reais, o senhor vai vender a sete, que é a sua política de preço, a livre iniciativa, a senhor tem um lucro de dois reais para pagar aluguel, funcionários e tudo. Amanhã, o senhor abre a sua loja e tem 98 estudantes que vão comprar camiseta branca para estudar no dia seguinte e o senhor vai ter que vender a camiseta a três e cinquenta. Como eu posso fazer uma política de preços assim?

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Eu concordo com a filosofia, mas não com o caso. Eu acho que o histórico da carteira do estudante e do benefício do estudante é no sentido de fomentar o desenvolvimento do mercado. Então significa que eu vou vender a camiseta para estudante por um preço menor, fazendo com que haja o hábito de usar camiseta. Na história do cinema, na história do teatro, a origem do fator da meia-entrada, de isentar a criança, é fazer com que haja a cultura, o desenvolvimento da cultura. A comunidade, a população cria o hábito de ir e só se cria o hábito... É feito o pai dar um livro à criança. O pai dá o livro à criança para quando ela se tornar adulta ela continuar lendo. Eu acho que os movimentos de mercado, partilhando a atividade privada com a regulamentação de leis brasileiras, eles devam ser feitos visando criar, vamos dizer, evitar que haja uma bagunça.

Agora, quanto mais no Brasil se legislar... A Constituição Brasileira é uma Constituição fantástica, mas ela é extremamente complexa. Ela é tão complexa que a dificuldade que tem de se cumpri-la é exatamente porque muitas vezes tem tanto item, que não está regulamentada, e então ficam os vazios. Não estando regulamentada não pode ser cumprida.

Então eu espero que o que nós possamos aqui, no final desses debates, parabenizo demais o entendimento de uma Audiência Pública é fantástico, há um enriquecimento mútuo, mas eu acho que o que nós pudermos sintetizar, fazermos com que haja, vamos dizer, minimizar a interferência do Estado, agora desde que o Estado venha a interferir no sentido de regulamentar o certo e o errado. Não pode fazer isso porque é crime. Uma Entidade que não está autorizada, não pode emitir. E as punições, que muitas vezes se criam as leis e não se criam as punições. Fazer isso não é permitido, mas e quem fizer? O que vai acontecer com quem fizer? Então dou a sugestão que ao ser criada toda essa regulamentação, também sejam criadas as punições e especificadas as punições. Porque senão não dá em nada, o que acontece no Brasil hoje, muitas vezes, como não está especificada a punição, a pessoa faz a contravenção, mas não tem a resposta imediata da Lei.

**SR. RICARDO CHANTILLY** – Senador só para completar o raciocínio, desculpa Presidente, mas só para completar que é importante. O senhor tocou num ponto fundamental, o livro. Livro é cultura. Existe meio livro para estudante ou para idoso? Por quê? Porque senão o editor não vai conseguir vender o livro dele, o livro vai ter que dobrar o preço. É isso que nós estamos colocando. O ingresso é um papelzinho muito pequeno, ele não representa, só que ele representa todo aquele custo que está ali atrás.

Então, quando a gente fala do ingresso, e a gente não quer subsídio, a gente não veio aqui pedir subsídio, a gente não quer. Nós todos somos empresários, nós trabalhamos honestamente. O que nós queremos apenas [soa a campainha] é o seguinte: que o ingresso seja visto como livro, o livro é cultura também e nem por isso as editoras são obrigadas a vender meio livro.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Aí eu não concordo porque são legislações completamente distintas, benefícios completamente distintos e não é a mesma coisa. Não se tem livros vendidos a meio ingresso, porque também não tem promoção. Em qualquer lugar do mundo se tem espetáculos vendidos a meio ingresso. [tumulto] Sim, promoção. Perfeito. Mas veja, a regulamentação, o espetáculo tem uma formatação completamente diferente. A edição do livro você edita uma quantidade específica, o seu

espetáculo não. Mas não é. Você faz mais, você faz menos. [tumulto] A parte econômica deve ser da livre iniciativa. O que eu estou tentando transmitir é somente que nós, como Legisladores, temos a simplicidade de legislar as coisas mais específicas, porque todas às vezes que nós legislarmos da forma mais complexa, nós vamos ter mais espaço para ter dúvidas sobre o cumprimento da Lei.

Então que se saia daqui com o raciocínio de que quanto mais cirúrgica for a decisão, quanto mais simples for a regulamentação, quanto mais fácil seja ela de ser praticada é melhor. Senão nós vamos ter que fazer emendas, voltarmos aqui para rediscutir o assunto. Então saiamos daqui com uma coisa extremamente fácil de ser cumprida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO** (PDT – RO) – Com licença, muito obrigado, Senador. Um minutinho, Senador. Realmente, eu só queria deixar um esclarecimento aqui, justamente essas discussões estão acontecendo aqui é para a gente chegar num consenso. Então, todas as idéias têm que surgir e serem debatidas. Eu concordo com o Senador quando ele fala que o cliente de meio ingresso, por exemplo, eu tenho hábito de ir ao cinema, porque quando eu era estudante eu ia ao cinema, e ao teatro também. Só dava para ir porque era meia, se fosse inteira eu não conseguia pagar. Então vocês estão cativando o cliente, vocês não têm um prejuízo total quando vendem meio ingresso, vocês estão cultivando o futuro cliente. Então, nós precisamos ver isso. Agora falar ao lado do consumidor aqui um pouquinho.

**SR. GUSTAVO PETTA** – É rápido. A gente já está encerrando também a audiência. Eu acho que a gente tem que partir da idéia do seguinte: a meia-entrada aos estudantes foi uma conquista, inclusive recentemente foi discutida no Supremo Tribunal Federal, porque a Federação do Comércio de São Paulo, através da Confederação Nacional do Comércio entrou com uma ADIN pedindo a inconstitucionalidade e não foi cedida. O Supremo Tribunal Federal reconheceu e reafirmou a constitucionalidade do direito a meia-entrada aos estudantes.

Então, o que a gente precisa é se esforçar, a partir do momento que a meia-entrada existe, é constitucional, tem Leis Estaduais, tem uma Medida Provisória que casou uma confusão, é se esforçar para regulamentar a meia-entrada. Esse que tem que ser o nosso esforço. A partir daí que a gente tem que discutir, porque se a gente voltar a discutir a constitucionalidade ou o fato de ser necessário ou não a meia-entrada, ser justo ou não a meia-entrada, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Então a partir disso que eu acho que

seria importante discutir. Eu acho que existe já, a partir desse debate, um consenso muito grande e que a gente vai ter que discutir.

As cotas, por exemplo, existe dúvida de como vai haver a fiscalização disso. Então precisamos discutir bem isso para que não existam também empresários de má fé que através da cota passam a não permitir o acesso à meia-entrada, como que fiscaliza, 30, 50, 60% vai ser dado realmente aos estudantes. Tudo isso precisa ser discutido e a gente está num bom caminho e o Senado vai ser determinante para que essa regulamentação seja aprovada através de um Projeto de Lei. Eu acho que a gente deveria aqui nos próximos dias encaminhar para a Comissão de Educação o que haja de consenso entre os setores envolvidos para que isso possa virar um Projeto de Lei e de maneira mais rápida possível, tramitar na Casa e ser aprovado, além dos nossos esforços junto ao Executivo. Então eu gostaria, já que a gente está encerrando, agradecer esse espaço aqui que foi cedido pela Comissão de Educação aqui dessa Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO** (PDT – RO) – Muito obrigado, Gustavo Petta. Realmente as nossas comissões de teatro e cinema e a Comissão de Educação estão empenhadas em achar um consenso. Essa discussão foi aberta para isso. Já acho que já há um entendimento de que o direito adquirido de meia-entrada os produtores não são contra. A discussão vai girar em torno da cota, do percentual que deve ser feito. É lógico que essa discussão tem que ser aprimorada, ser bem analisada para ver como é que vai. E eles também vão ter que discutir com os colegas deles que não vão querer a cota de cara de início.

Mas, se entenderem que realmente com um estabelecimento de uma cota, a entrada baixe para todos terem acesso ao cinema, aos de baixa-renda também terem acesso, é lógico que os estudantes vão concordar com os produtores. O que nós queremos é que a nossa cultura, o nosso cinema cresça e que nós tenhamos mais oportunidade de criar mais empregos e trabalhos no cinema e que todos possam ter acesso ao cinema.

Tudo passa pela distribuição de renda que é injusta no nosso país, poucos ganham muito e a maioria ganha muito pouco.

Eu acho que nós podemos encerrar a nossa Reunião e agradecer a todos a presença do Ricardo Chantilly da ABEARTE, do Lúcio Santos da ABRAP, do Valmir Fernandes da ABRAPLEX, do Gustavo Petta da UNE e do Ismael, Tesoureiro da UBES. Muito obrigado a todos e um bom dia.

*Sessão encerrada às 12h42.*

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### Ata da 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de setembro de 2006

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia seis de setembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Mão Santa, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo e Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marco Maciel, Lúcia Vânia e Roberto Saturnino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 003, 2006-CESCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer "... nos termos do Artigo 160, combinado com o Artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da sessão do dia 8 de novembro de 2006, seja dedicada a homenagear o **Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento**, celebrado pelo Sistema das Nações Unidas anualmente no dia 10 de novembro. A comemoração da data tem a finalidade de fortalecer a preocupação pública com o papel da ciência para as sociedades sustentáveis e pacíficas, promovendo a solidariedade nacional e internacional em direção a uma ciência compartilhada entre os países, chamando a atenção para os desafios do progresso científico orientado para o bem comum". O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 002, 2006-CESCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer "... nos termos regimentais, o apoio desta Subcomissão às comemorações do **Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento**, celebrado pelo Sistema das Nações Unidas no dia 10 de novembro. Na semana, a UNESCO promoverá

exposições, oficinas e palestras, além da premiação de concurso de redação e desenho, voltado para os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal. Para as comemorações, a UNESCO estabeleceu parcerias com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a Agência Espacial Brasileira, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Academia Brasileira de Ciência – ABC, o Conselho Britânico, a Universidade de Brasília – UnB, o Instituto Sangari e com o Senado Federal, por meio desta Subcomissão. Requeiro que este apoio se efetive com a produção e apresentação de vídeo institucional do Senado Federal, em exposição que fará parte da programação, produzido pela TV – Senado, com conteúdo explicativo das atividades desta Subcomissão, contendo depoimentos dos Senadores e Senadoras que a compõem, atinentes aos temas da Ciência e Tecnologia". O requerimento é aprovado. **Item 03: Comunicado (Aviso nº 1354-SGS-TCU-Plenário)**, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União que, encaminha "cópia do Acórdão dos autos do Processo TCU 015.001/2005-5, do relatório e do voto que fundamentaram esta deliberação". A matéria é lida na reunião de hoje e está a disposição dos membros da Subcomissão e é encaminhada à Comissão de Educação para prosseguimento de sua tramitação. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS** (PT– PR) – Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente da Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legis-

latura. Está sendo realizado nesse dia 6 de setembro de 2006.

Item nº 1 da pauta não terminativa. Requerimento: Requeiro nos termos do artigo 160 combinado com o artigo 199 do regimento interno do Senado Federal que a hora do expediente da Sessão Plenária do Senado Federal do dia 8 de novembro de 2006, seja dedicado a homenagear o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado pelo sistema das Nações Unidas.

Anualmente no dia 10 de novembro a comemoração da data tem a finalidade de fortalecer a preocupação pública com papel da ciência para sociedade sustentáveis e pacíficas, promovendo a solidariedade nacional e internacional em direção a uma ciência compartilhada entre os países, chamando a atenção para os desafios do progresso científico orientado para o bem comum.

Está em discussão o requerimento. Srs. Senadores Sras. Senadoras que concordam com seu conteúdo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Eduardo Azeredo, desculpe.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB– MG)**

– Apenas manifestar minha concordância. Importante que tenhamos, realmente, essa comemoração, porque é uma forma de marcamos mais a luta pela ciência e pela paz.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**

(PT– PR) – Isto. Inclusive, eu quero destacar que todo esse trabalho está sendo feito em conjunto com a UNESCO que vem participando de várias reuniões aqui no Senado para que haja sim, uma ligação forte com esta Subcomissão em todos os trabalho para esta finalidade.

Item nº 2 da pauta. Requerimento, também. Requeiro nos termos regimentais o apoio desta Subcomissão às comemorações do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Celebrado pelo sistema das Nações Unidas, no dia 10 de novembro.

Na semana a UNESCO promoverá exposições, oficinas e palestras, além da premiação de concurso de redação e desenho, voltado para os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal. Para as comemorações a UNESCO estabeleceu parcerias com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Agência Espacial Brasileira, o Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Es-

tado e Educação do Distrito Federal, a Academia Brasileira de Ciência – ABC, o Conselho Britânico, a Universidade Brasília – UNB, o Instituto Sangaari com o Senado Federal, por meio desta Subcomissão. Requeiro que este apoio se efetive com a produção e a apresentação de vídeo institucional do Senado Federal, em exposição que fará parte da programação produzido pela TV Senado com conteúdo explicativo das atividades dessa Subcomissão contendo depoimentos dos Senadores e Senadoras, que a compõem, atinentes aos temas da ciência e tecnologia.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Item nº 3 da pauta. Comunico aos Srs. Senadores, o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Mota, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos Processo PC 015.001/2005-5, bem como do relatório do voto que fundamentaram àquela deliberação que versam sobre relatório de auditoria operacional no programa governo eletrônico, que se refere a contribuição de suas ações para oferta de serviços públicos eletrônicos diretamente ao cidadão, vinculado a Secretaria de Logística Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir a Secretaria desta Subcomissão. A matéria vai à Comissão de educação para prosseguimento de sua tramitação.

Eu quero destacar que este documento do Tribunal de Contas de maneira muito, assim, interessante, veio endereçado para esta Subcomissão, o que demonstra também já a abrangência, o conhecimento, reconhecimento do tribunal para os trabalho aqui sendo desenvolvidos.

Mais 2 requerimentos. Requeiro nos termos do artigo 160...

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**

(PT– PR) – É o mesmo, ah é o mesmo. Desculpe. São os mesmos requerimentos que constavam da pauta.

Muito bem. Não havendo mais nada a ser discutido ou a ser aprovado por esta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

*Encerrada às 11h27*

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**  
**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia seis do mês de julho de dois mil e seis, quinta-feira, às dez horas e, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA 302**, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a criação dos planos especiais de cargos da Suframa e da Embratur, e da gratificação temporária dos órgãos centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de auditoria da Receita Federal, de auditoria-fiscal da Previdência Social e de auditoria-fiscal do Trabalho, da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e da Lei nº. 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da gratificação específica de apoio técnico e administrativo ao serviço exterior brasileiro - GEASEB; a instituição da gratificação especial de função militar - GEFM; e dá outras providências.", com a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2006.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
*Diretor*



**CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia seis do mês de julho de dois mil e seis, quinta-feira, às onze horas, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 303 adotada em 29 de junho de 2006 e publicada em 30 do mesmo mês e ano, que “ Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal ” , com a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2006

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**  
**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia seis do mês de julho de dois mil e seis, quinta-feira, às dez horas e trinta minutos, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA 307, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei no 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.", com a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2006.

  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

*Diretor*

**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia seis do mês de julho de dois mil e seis, quinta-feira, às doze horas, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 308 adotada em 29 de junho de 2006 e publicada em 30 do mesmo mês e ano, que " Fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal." , com a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2006

  
p/ **SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**(\*) ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 1.872 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013752/06-5,

**RESOLVE** designar a servidora **VANEA MARIA CEOLIN**, matrícula 36332, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Batista Motta, a partir de 06 de setembro de 2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

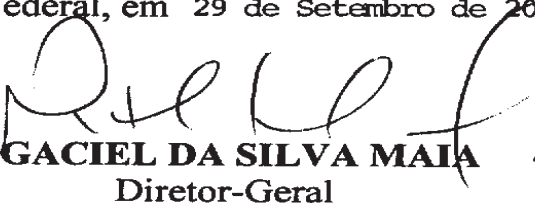
\* Republicado por haver saído com incorreções.

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 1918 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014268/06-0,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA TEREZINHA DA SILVA**, matrícula n.º 164036, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 01 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1919 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014561/06-9**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ AFONSO DE MOURA SOUZA CRUZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1920 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014267/06-3**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ ADELIR DIAS**, matrícula n.º 186068, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

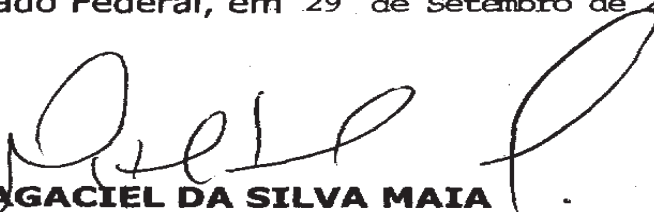
## ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1921 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004816/06-4,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 4391, de 2005, que aposentou o servidor **HERALDO JOSÉ ROSA**, para incluir a vantagem "opção" prevista no Ato do Diretor-Geral nº 148/94 c/c a Resolução SF nº 74/94.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

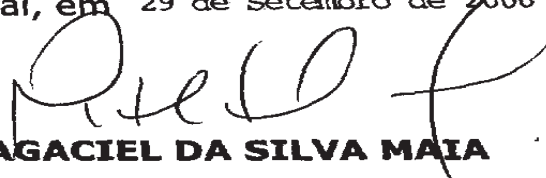
## ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1922 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.155/86-9.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 14/1986, que aposentou a servidora **MARIA DO CARMO RONDON RIBEIRO SARAIVA**, Diretora de Secretaria, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a vantagem 20% de acréscimo, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº 1923 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.269/06-6.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **EDILSON FREITAS LOBATO**, Técnico Legislativo, Área 6.1, Nível II, Padrão 30, nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, na forma assegurada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de Setembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1924 , de 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014430/06-1,**

**RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a Lei n.º 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a TÂNIA MARIA CENTENO BRAUN MENDES VIANNA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ FERNANDO DE SÁ MENDES VIANNA, matrícula 1603-ERGON, a partir da data do óbito, 10/09/2006.**

**Senado Federal, 29 de Setembro de 2006**



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

**Diretor-Geral**



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti\*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) <sup>3</sup>		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>6</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) <sup>5</sup>	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>7</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) <sup>2-4</sup>		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

#### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

#### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 306 PÁGINAS**